

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ECOS DA MODERNIDADE
A ARQUITETURA DOS GRUPOS ESCOLARES SERGIPANOS
(1911-1926)**

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

**Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos
São Cristóvão-SE
2009**

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

**ECOS DA MODERNIDADE
A ARQUITETURA DOS GRUPOS ESCOLARES SERGIPANOS
(1911-1926)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel André Berger.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Magno Francisco de Jesus
S237e Ecos da modernidade : a arquitetura dos grupos
escolares sergipanos / Magno Francisco de Jesus
Santos. – São Cristóvão, 2009.
210 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de
Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de
Sergipe, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Miguel André Berger

1. Educação - História - Sergipe. 2. Escolas - Edifícios.
3. Civilização moderna - Século XX - Sergipe. I. Título.

CDU 37:72.03

Dissertação avaliada pela banca examinadora

Banca Examinadora

Dr. Miguel André Berger – UFS (Orientador)

Dr. Jorge Carvalho do Nascimento - UFS

Dr. Marcus Levy Albino Bencostta - UFPR

Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas – UFS (Suplente)

Dedico este trabalho aos meus pais, Manoel e Josefa, primeiros mestres que transmitiram os pilares essenciais da vida: dignidade, respeito e determinação na construção da autonomia.

Aos pedreiros anônimos e silenciados, que edificaram os prédios dos grupos escolares, legítimos construtores da modernidade educacional sergipana.

AGRADECIMENTOS

Pesquisar incumbe em construir sonhos. Significa concretizar projetos que nem sempre pareciam está bem definidos, que passaram por diversas readaptações, que foram vislumbrados por múltiplos olhares. Assim, num toque mágico, as idéias antes dispersas passam por uma reestruturação, ganhando sentido, tecendo um passado por meio de retalhos de memória. A pesquisa é uma construção, na qual o pesquisador não atua sozinho. Há sempre a necessidade ter alguém para atender inúmeras solicitações, para vistoriar o andamento da construção, para repor materiais, para sustentar a obra. São para esses “obreiros” que escrevo e agradeço.

A obra começou por vontade do Chefe. Foi Ele que guiou os meus passos na busca pelo conhecimento e que me ergueu após inúmeras quedas, me dando forças para seguir minha caminhada. Sem o Chefe nada disso teria sentido, nada seria.

O alicerce dessa obra foi minha família. Foram meus pais que por meio de sacrifício conseguiram subsidiar os meus estudos. Dias e mais dias vendo o filho afastando-se cada vez mais do interior, seguindo a trilha aberta por seus sonhos. O êxito de todo meu viver devo aos senhores, pai e mãe, que honraram com dignidade a palavra educar. Do mesmo modo lembro meus irmãos, Márcia e Marcondes, que de modo diferentes me ajudaram na construção do conhecimento. Nesse grupo entraram os novos membros de minha família, que nesse pouco tempo de convívio me deram atenção, carinho e sempre um sorriso contagiante. Obrigado a todos.

Sobre o alicerce foi erguendo-se o monumento. Para que fosse possível ter envergadura foi preciso alguém que confiasse em mim, mesmo nos momentos em que eu não merecia. A argamassa dessa investigação certamente é o meu orientador, Professor Dr. Miguel Berger, que com seu jeito excêntrico depositou confiança nesse pesquisador atormentado. Sem a sua orientação e apoio nos momentos mais difíceis essa obra certamente desmoronaria. Mas sabiamente o professor soube erguer espíritos decaídos e tornar os sonhos de alunos a beira do colapso em realidade. Muito obrigado pelo apoio e desculpas pelos momentos de silêncio. Apesar da ausência imposta por motivos de saúde, sua orientação foi o impulso necessário a concretização da pesquisa.

Na realização dessa obra foi necessário angariar as fontes. Nas principais instituições de pesquisa de Sergipe fomos encontrando tijolo por tijolo que tornaram possível a edificação. Eu encontrei pessoas benevolentes que me auxiliaram nessa empreitada. É lógico que a minoria tentou dificultar o andamento das obras. Mas ao final tudo deu certo. Agradeço aos

funcionários do Arquivo Público Estadual de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Biblioteca Pública Epiphânio Dória, do Programa de Pesquisa e Documentação História do Departamento de História da UFS, do Memorial de Sergipe e principalmente, a Geovânia e Edson do Núcleo de Pós-Graduação em Educação por tantos serviços prestados.

Ao longo de uma construção nos sentimos sufocados, cansados da labuta diária e incessante. Nessas ocasiões apareceram os vitrais, que clarearam o ambiente, lançando luz por minha vida e alegria ao desfrutar bons momentos de festejos, sorrisos e diversão. São os meus amigos que toleraram minhas conversas sobre a arquitetura escolar como se fosse a maior novidade do mundo. Obrigado por terem me ouvido: Glêyse, Nubia, Nadja Bonifácio, Silvânia, Djane e Valdemir. Além deles, Luís Prado e Andréia se dedicaram na luta pela melhoria de minha situação no trabalho ainda no início do mestrado.

A obra já se encontrava quase em seu final, quando me deparei que faltava algo. A estética desse prédio não seria a mesma sem o gradil que o cerca. Não se trata de uma prisão, mas sim de uma proteção com dupla função, pois ao mesmo tempo em que me sinto protegido, consigo vislumbrar um mundo que até então ignorava. As mulheres guerreiras da família Silva propiciaram tal proeza, com seu toque especial, com palavras decisivas nas horas certas, com o carinho e atenção em todos os momentos. Hoje ao ver obra concluída percebo que ela não poderia existir sem a beleza dessas grades protetoras. Obrigado a minha nova família: Joana (vó), Joana (Sogrita), Benigna, Bertinha e as meninas levadas.

A obra teve um toque especial de muitos artistas. Foram várias pinceladas que ajudaram a pesquisa a ter os contornos finais. Foram os professores do NPGED que me ajudaram a desconstruir minhas certezas, implantando a inquietante dúvida: agradeço aos professores Anamaria Bueno de Freitas (mais do que uma professora, uma mulher-guia que tanto me estimulou e me ajudou a me tornar pesquisador), Eva e Itamar Freitas (que no seminário fizeram que eu vislumbrasse meu objeto sem rodeios, além de evidenciarem os perigos da aventura histórica), Antônio Carlos (por ter propiciado a leitura dos clássicos e ter mostrado que nem tudo na vida pauta-se no pragmatismo), Maria Helena (por ter mostrado o que é uma dissertação e auxiliado na reconstrução do objeto), Sônia Meire e Paulo Neves (por ter renovado a minha auto-estima de professor).

Recordo dos professores Jorge Carvalho e Luís Eduardo Oliveira (pelas contribuições no exame de qualificação). Além disso, o professor Jorge foi o responsável pela minha inserção no campo da Educação, com a orientação no PIBIC/CNPq nos idos de 2003. Também não tenho como esquecer a contribuição de outros professores, que sempre acreditaram ou torceram por mim. São eles, Maria Celis, primeira musa que ergueu para mim

o fascinante mundo de Clio; Lenalda Santos e Eduardo Pina pelo estímulo e confiança; Terezinha Oliva pela contribuição no início de minha formação profissional no Arquivo do Cultart e por ter sido a primeira a ter provocado o repensar sobre documento na perspectiva de Jacques Le Goff; a Verônica Nunes que tanto tempo passou estimulando a pesquisa e sobre as coisas do povo e do divino; a Péricles Moraes Jr. pela confiança mesmo no silêncio. Do mesmo modo, professores que mesmo estando distantes, foram solícitos em meus clamores via e-mail ou nas apresentações nos congressos científicos, especialmente Antônio Pinheiro e Marcus Bencostta pelas sugestivas indicações bibliográficas.

Na turma do mestrado encontrei um verdadeiro refúgio. Apesar das inconstâncias e do meu distanciamento no momento final, construir amizades que espero não esquecer, apesar do poder traiçoeiro da memória, com Mnemosine caminhando tragicamente para seu próprio fim. Foram pessoas relevantes em minha jornada, especialmente aquelas que se tornaram meu telhado nas ocasiões de tempestades: Mônica Ismerim, Valdevania Vidal, Livia, Denize e Rosana. Palavras são poucas para vocês.

Numa empreitada ninguém age sozinho. Tive a sorte de encontrar ajudantes que tornaram mesmo árduas a minha investigação. Primeiro foi Valquíria que conseguiu as cópias de fotografias que não estavam a minha disposição. Você me tirou do sufoco e tornou possível a guinada final da pesquisa. A segunda foi Karla Daniella que realizou a revisão textual desse operário prolixo.

Ao final de cada obra é necessário realizar os acabamentos, de supervisionar o andamento da pesquisa histórica. Agradeço aos professores Marcus Bencostta e Jorge Carvalho pela contribuição na defesa, por terem aceitado fazer parte desse ritual acadêmico.

Por fim, porém nada menos importante, recordo da minha querida Ane. Toda ação necessita de uma musa inspiradora, de uma mulher especial que oriente, que atribua sentido aos atos. Na minha vida essa musa é você Ane Luíse. Você é a dona dessa obra. Cada capítulo, cada página, cada linha, cada palavra desse texto foi escrita pensando em você.

DIÁRIO DE BORDO

Tudo teve início em maio de 2003. Era apenas um aluno de graduação em busca de uma bolsa de pesquisa, do ingresso no campo da investigação científica pelo tão sonhado PIBIC. Na História, todas as portas pareciam que estavam fechadas. Até que, desolado, passei pelo corredor do departamento e vi um cartaz, um aviso, um chamado. Busquei reunir toda a documentação para tentar ser orientado por um professor que mal conhecia. Sinceramente só tinha conhecimento de sua fama, o que fez aumentar meu medo. Após muita correria cheguei finalmente na sala do professor e tive plena frustração: o prazo de inscrição já tinha expirado. Num ímpeto de coragem que nunca tive antes entrei na sala e resolvi perguntar ao professor, apresentado por todos como carrasco, sobre o prazo que já havia esgotado. Bendita coragem.

Tive uma surpresa. O professor Jorge Carvalho do Nascimento me recebeu muito bem, confirmou o fim do prazo e recebeu minha documentação. Saí da sala extasiado, flutuando como louco pelos corredores da UFS. No encontro seguinte ele me fez algumas perguntas e apresentou o objeto que me abriria as portas no campo da educação: grupo escolar. Claro, era o professor Jorge e me indicou uma série de fichamentos que me sufocou em três meses. Mas sobrevivi e aprendi.

Investigar no campo da História da Educação parecia navegar contra a maré, ir de encontro ao estabelecido, buscar um campo menor da História, rejeitado pelos próprios historiadores. Ao enveredar pelos mares da História da Educação tive que aprender a navegar sozinho, pois poucas amizades conseguiram sobreviver às turbulências de uma área rejeitada pelos discípulos de Clio. Não entendia a ojeriza dos alunos de História pela Educação. A malha de Clio não cobriria a todos?

Os meus primeiros contatos com a investigação sobre educação ocorreram nos idos de 2003. Passei seis meses como bolsista da professora Eva Maria, no levantamento de fontes sobre o ensino secundário em Sergipe. Com a heurística realizada em bibliotecas, arquivos e institutos, passei a visualizar um pouco da dimensão do campo da História da Educação, principalmente em relação a legislação escolar, foco central do olhar do coletor de dados até então. Com o professor Jorge passei a estudar o Grupo Barão de Maruim, que tinha funcionado nas dependências do atual Cultart. Era o meu segundo encontro com esse prédio. Entre 2001 e 2002, sob a orientação da professora Terezinha Oliva, fui estagiário do Arquivo do Cultart, trabalhando com a documentação da UFS em tardes aprazíveis ao lado de minhas amigas Ane e Sandra.

Ao pesquisar entendi um pouco da angústia. No princípio só ouvia o silêncio. Adentrava no prédio do Cultart, antigo Grupo Escolar Barão de Maruim e nada entendia. Eram paredes que não respondiam, simplesmente porque eu não sabia o que perguntar. Com a liberdade permitida pelo professor Jorge, passei a enveredar minhas investigações sobre o aspecto da arquitetura escolar. Era esse o caminho a ser seguido. Passei um ano como bolsista do PIBIC/CNPq e aprendi a compreender as aventuras do campo educacional sergipano e, principalmente, senti o poder de sedução da eloquência discursiva dos republicanos.

Acabaram as bolsas, iniciaram os tormentos. Eu chegava finalmente ao término da graduação e não sabia ao certo o que pesquisar. Queria inovar, fazer algo de novo e percebi que ainda tinha muito a contribuir no campo da História da Educação. Conversei com o professor Jorge Carvalho e pesquisei sobre a trajetória educacional do Grupo Barão de Maruim, percebendo as turbulências de uma época que não parava de seduzir. A eloquência discursiva dos republicanos aparentava uma época de progresso e desenvolvimento contínuo, mas faltavam os conflitos, os embates entre seus sujeitos, desvendar os mistérios escondidos na onipotência arquitetônica dos grupos.

Foi cursando as disciplinas do Mestrado em Educação, na situação de aluno especial, que comecei a perceber que tinha outros caminhos fascinantes a enveredar a respeito dos grupos. Utilizando-me de fontes valiosas e antes ignoradas, tentei problematizar o processo de legitimação da Primeira República em Sergipe e comecei a construir meu objeto de pesquisa. Para entender a eloquência dos discursos republicanos na arquitetura dos grupos escolares era preciso não esquecer a funcionalidade atribuída às decadentes escolas isoladas.

Já estávamos no final de 2006 e o processo de seleção do Mestrado em Educação já tinha aberto as inscrições. Dúvidas e desespero caminhavam juntos, cruzando meu tortuoso caminho na academia. Pensei em não participar, pois não tinha nenhuma certeza se aquela seria a ocasião certa. As tempestades mexiam com minha mente e mal conseguia dormir direito. Mas nada seria de nossas vidas sem os anjos que por elas prezam. No momento de angústia e fraqueza, apareceu um guia, uma protetora que mesmo desanimada tentou me fortalecer, criar um ânimo onde não existia. Era Silvânia, que pacientemente me auxiliou com todo seu prestativo labor no apoio e correção do meu projeto de pesquisa em construção. Eram dias de sufoco, incertezas, mas com o auxílio desta amiga dedicada, benevolente e altruísta, consegui reorganizar meu projeto.

Ainda faltavam mais ocasiões de dramaticidade. Não sabíamos quem deveria orientar os trabalhos. Nessas ocasiões nossas mentes parecem entrar em colapso. Troca de e-mail, conversas nos corredores e arquivos de Sergipe passaram a ter um tom angustiante. Soubemos

do professor Miguel. Eu o tinha visto apenas uma vez, em um congresso de iniciação científica. Mas reunir a coragem e o procurei nos últimos dias de inscrição. Foram minutos de expectativa. O professor alegou não saber o que fazer com tantos orientandos e isso me preocupou. Foi então que ele fez a pergunta que atenuaria meu sofrer: qual é o seu objeto de estudo? Ao responder que era a arquitetura dos grupos escolares, ele sorriu discretamente e perguntou meu nome. Com a resposta, o professor Miguel disse que já tinha lido algum artigo meu. Animei-me. Um professor do mestrado já havia lido algum texto que eu fizera.

Vieram então as etapas de seleção. Projeto, currículo, entrevista e prova de língua estrangeira foram vencidas paulatinamente. Finalmente, aguardava o grande dia do resultado final. Na véspera, a até então grande amiga, Ane Luíse ligou e perguntou onde eu estava. Foi um momento inesquecível. Aquela mulher de palavras doces e conquistadoras disse-me que o resultado final já havia sido divulgado e que eu era um dos felizardos, um mestrando em Educação. Foram palavras que ficaram gravadas em minha memória. Ao que parecia, o período de turbulências já havia esgotado. Eu finalmente iria viver a calmaria de um mestrado.

Ao iniciar as aulas, descobri novas paixões. Uma delas foi a professora Anamaria. Aquele jeito educado, calmo e perspicaz me intrigava. Desde o primeiro momento passei a admirar aquela mulher, que conseguia tornar as longas cinco horas de aulas em aprazíveis momentos de debates, construção e reconstrução do objeto. Falei nessas aulas como nunca. O menino tímido não temia mais em expor suas idéias. Devo isso à professora. Na turma descobri valiosos colegas, que sempre estavam predispostos a auxiliar nos momentos de angústias. Vivemos em grupo os primeiros dissabores.

A idéia de formar grupo para discussão de alguns textos foi mais do que uma proeza, foi uma necessidade. Ainda no primeiro ano de estudo o professor Miguel teve que ausentar-se por problemas de saúde. Foi quase um ano de insegurança e preocupação dupla: pela saúde do nosso orientador e por nossa situação no mestrado. A situação foi amenizada com a realização de algumas reuniões dos orientandos semi-órfãos e, no meu caso, com os conselhos dados pela professora Anamaria nas reuniões de sua disciplina. Foram momentos que não consigo esquecer.

Ainda no primeiro semestre do mestrado ocorreu algo que mudaria toda a trajetória de minha vida. Não sabia mais o que sentia. Nasceu uma sensação de incompletude. Passei a amar. Após seis anos caminhando ao lado de uma grande amiga, permeada por algumas interlocuções, olhei ao lado e percebi que ali estava a mulher de minha vida: era Ane Luíse. Descobri esse sentimento num momento não muito oportuno, pois dificultou bastante minha

concentração nos estudos, mas aprendi a escrever e investigar com paixão. Cada palavra desse texto, cada ação desse mestrado, cada sorriso ou lágrima derramada ao longo da pesquisa foi em consequência desse amor.

Amar tem muitas vezes um preço alto. Algumas portas que pareciam está abertas, e realmente se abriam, fecharam-se. Passei dois anos em busca de fontes, que já tinha as visto, tinha pensado como analisar, mas elas simplesmente desapareceram. Milagres de pessoas que confundem o patrimônio público com o privado. As imagens de uma Aracaju moderna estavam apagando-se em minha mente. Após o término do namoro tive uma frustração plena. Não tinha a mulher que era o resto de minha vida, nem as fontes que tanto necessitava.

A mesma Ane, após o retorno apontou uma solução. Ela lembrou que alguém poderia ser a salvação da pesquisa. Apareceu Valquíria, que com seu olhar fotográfico perspicaz trilhou em pouco tempo o que tanto sonhei em ter: finalmente em dezembro de 2008 as fotografias chegavam às minhas mãos. Era mais um anjo cruzando meu caminho. Um ato que não tem preço, nem palavras.

A cruzada de fontes iniciou antes mesmo da seleção. A documentação escrita foi localizada sem grandes problemas. Mas para investigar sobre a arquitetura dos grupos escolares de Sergipe era necessário ir além. Foi preciso buscar novos indícios. Não foi tão fácil encontrar registro que me auxiliassem na construção do meu objeto de estudo. As plantas dos grupos não foram encontradas, o que certamente acarretou em lacuna irreparável na investigação. As fotografias foram localizadas e contempladas, mas infelizmente, tardaram para chegar a minhas mãos. Mesmo assim, elas se tornaram a evidência histórica mais valiosa na concretização desse estudo, em verdadeiras relíquias que tornaram possível a reconstrução de um cenário no qual se desenrolou a trama educacional de Sergipe em princípios do século XX.

As disciplinas do curso contribuíram na construção da pesquisa. Em Educação Brasileira a revisão de literatura avançou. Com Pesquisa em Educação os equívocos do projeto começaram a ser sanados. No Seminário de pesquisa comecei a ouvir comentários de novos olhares. Os professores Itamar Freitas, Jorge Carvalho e Eva Siqueira apontaram os pontos a serem melhorados. Por fim, veio a qualificação com os professores Luís Eduardo Oliveira e Jorge Carvalho, que apontaram os equívocos e exagero na dosagem da interpretação dos dados, guiando-me para a concretização da pesquisa. Assim, em maio de 2009 encerra-se mais um capítulo dessa trama de idas e voltas, de paixões e decepções.

RESUMO

Buscar os ecos de um tempo perdido. Aventurar-se pela arriscada trama da memória, lendo os espaços e desnudando a arquitetura em múltiplos discursos. Esta é a proposta desse estudo. No alvorecer do século XX em Sergipe, os republicanos buscaram redefinir os traços das principais cidades do estado, embelezando-as e dotando-as de construções imponentes. Era a face da modernidade adentrando ao menor estado do país. O objetivo dessa dissertação é compreender o discurso arquitetônico dos grupos escolares criados em Sergipe entre 1911 e 1926. Para tanto, foi realizada a análise acerca do processo de implantação desse modelo de instituição e dos aspectos que intervieram nesse processo. O *lócus* central da pesquisa foi a eloquência discursiva expressa por meio da arquitetura dos grupos escolares. Para desvendar os múltiplos discursos envolvidos na arquitetura dos grupos utilizou-se como fonte relatórios e mensagens de presidentes de Sergipe, jornais e principalmente fotografias e cartões-postais referentes aos prédios escolares. Ao adentrar ao universo complexo dos grupos, a investigação deparou-se com uma malha de conflitos, de impasses que levaram à dicotomia lembrar/esquecer. Os impasses acerca da implantação de escolas suntuosas, os embates entre engenheiros, professores, políticos, militares e higienistas e a busca pela modernidade civilizada foram alguns dos componentes que teceram o enredo desse período. Assim eclodiram os monumentos que embelezaram as cidades sergipanas e tentaram forjar uma identidade republicana respaldada pelo processo civilizatório.

Palavras-chave: História da Educação, arquitetura escolar, grupo escolar, Sergipe.

Sumário

Introdução	1
1 A Construção da Civilização Brasileira	20
1.1 <i>Um Passeio pela Historiografia Educacional Brasileira</i>	26
1.2 <i>O Renascimento dos Grupos Escolares: Um novo objeto de estudo</i>	38
1.3 <i>Os Grupos Escolares de Sergipe nas Lentes da História</i>	43
2 Edificando a Modernidade	51
2.1 <i>Pequenas Ilhas de Modernidade em Sergipe: a criação dos grupos</i>	57
2.2 <i>As Cidades e seus Monumentos</i>	73
2.3 <i>Ícones da Modernidade</i>	83
2.3.1 <i>O Discurso Higienista</i>	88
2.3.2 <i>Um Prédio Republicano</i>	99
2.3.3 <i>Vitrines da Pedagogia Moderna</i>	108
2.3.4 <i>Os Construtores da Modernidade Sergipana</i>	117
3 Nas Paredes da Memória	124
3.1 <i>Aulas para Exibir, Aulas para Camuflar</i>	125
3.2 <i>Eternos Lugares de Memória</i>	136
3.3 <i>Olhares da Imprensa: Metáforas Arquitetônicas</i>	146
3.3.1 <i>Um Novo Templo</i>	147
3.3.2 <i>Um Palácio Público</i>	155
3.3.3 <i>Um Quartel Infantil</i>	160
3.4 <i>Imagens da Modernidade</i>	173
3.4.1 <i>A Memória no Clique Mágico da Fotografia</i>	175
3.4.2 <i>Retratos de uma Cidade Moderna</i>	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	194

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura I: Prédio da Escola Normal e Grupo Modelo (Rosa Faria Iconográfico 0250)	01
Figura II: Monumentos da cidade de Aracaju (RFI 0063)	20
Figura III: Palácio do Governo (RFI 0293)	51
Figura IV: Relógio da Praça Fausto Cardoso (RFI. 0338)	51
Figura V: Bonde Elétrico no governo de Graccho Cardoso (RFI 0162)	51
Figura VI: Monumento a Inácio Barbosa (RFI 159)	55
Figura VII: Postal de Inauguração do Jardim Olímpio Campos (RFI 218).....	56
Figura VIII: Prédio da Escola Normal e Grupo Modelo em Aracaju (RFI 270)	60
Figura IX: Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial (RFI 188)	77
Figura X: Praça 15 de novembro com o sobrado do Grupo Coelho e Campos (HLI 12)	80
Figura XI: Monumento Público defronte ao antigo prédio do Grupo Coelho e Campos (HLI 13).....	81
Figura XII: Jardins em praça pública de Capela em 1925 (HLI 05)	92
Figura XIII: Grupo Escolar Coelho e Campos em Capela (HLI 27).....	95
Figura XIV: Grupo Escolar Barão de Maruim e seus jardins (RFI 200048).....	96
Figura XV: Escola Normal e Grupo Modelo de Aracaju (RFI 270).....	103
Figura XVI: Hercílio Porfírio de Brito e suas obras (Anne Emilie de Souza Almeida).....	106
Figura XVII: Fotografia da modernidade Aracajuana (Brasil, 1959).....	124
Figura XVIII: Aula de ginástica da sessão feminina do Grupo Escolar General Siqueira (RFI 502)	133
Figura XIX: Prédio doado pelo ministro José Coelho e Campos (HLI 23)	139
Figura XX: Jardim Olímpio Campos em dia de festa e a matriz de Aracaju (RFI 200).....	149
Figura XXI: Vista panorâmica de Aracaju com destaque para a catedral diocesana e a Escola Normal (RFI 296)	151
Figura XXII: Detalhe da fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim (RFI 200048)	157
Figura XXIII: Prédio da antiga Escola Normal de Aracaju com alunos perfilados (RFI 14). 159	
Figura XXIV: Quartel de polícia em Lagarto em 1920 (SILVA, 1920)	167
Figura XXV: Grupo Escolar Sílvio Romero em Lagarto (BRASIL, 1959)	168
Figura XXVI: Grupo Escolar Vigário Barroso em São Cristóvão (BRASIL, 1959)	169
Figura XXVII: Antiga cadeia Pública de Aracaju (RFI 207)	171
Figura XXVIII: Fachada do Grupo Escolar General Siqueira (SILVA, 1920).....	183
Figura XXIX: Grupo Escolar Gumersindo Bessa em Estância (BRASIL, 1959).....	184
Figura XXX: Planta do Grupo Escolar de Estância (Gumersindo Bessa) (SILVA, 1920).....	186
Figura XXXI: Grupo Escolar Dr. Manuel Luís (RFI 00200048-2).....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Relação dos prédios dos grupos escolares criados entre 1911 e 1926	70
Quadro II: Fábricas de tecidos no estado de Sergipe em 1918.....	76
Quadro III: Localização dos grupos escolares do interior	82
Quadro IV: Patronos dos Grupos escolares de Sergipe (1911-1926)	107
Quadro V: Lista de livros aprovados pelo Conselho Superior de Instrução em 1920.....	112
Quadro VI: Distribuição das instituições escolares de Sergipe em 1922	128
Quadro VII: Número de estabelecimentos públicos primários em Sergipe em 1925.....	130
Quadro VIII: O ensino primário sergipano em 1925.....	131



Figura I: Prédio da Escola Normal e Grupo Modelo. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0250.

Fundar uma escola é construir um futuro. Só um edifício pode avultar ao lado della, o templo; - assim ficarão contiguas as duas eternidades: - Deus e a alma (COELHO NETO, 1911, p. 1)

INTRODUÇÃO

Ama cidade em festa. Tudo começou com uma grande festa, que marcaria a trajetória histórica da cidade. Ruas e prédios públicos estavam enfeitados. Logo cedo crianças e moças desfilavam pelo centro da ainda inóspita capital dos sergipanos. A agitação descomunal para os padrões aracajuanos da época acabrunhavam os pacatos moradores das redondezas. Mas o estranhamento não era total, pois quase todos sabiam o que iria ocorrer naquele dia.

A elegância desfilava pela Praça Olímpio Campos, rodeando a Catedral e o riacho do Caborje. Autoridades e anônimos se preparam para o grande momento. A população deslocava de diferentes localidades para assistir ao ato solene, com suas melhores roupas, pois era um dia de exibição, de aparecer em público. Todos convergiam para o centro, para o Tabuleiro de Pirro¹. Em praça pública, a banda marcial animava os primeiros visitantes com hinos saudando a República. Estava tudo pronto para começar a festa.

O cenário dessa trama era a Praça Olímpio Campos, ladeada pelos prédios públicos, ícones irrestritos do poder. Catedral e palácios contemplavam o desfile da população elegantemente vestida para o episódio solene. Os personagens também já estavam dispostos de acordo com o enredo. Lideranças políticas, padres e professores estavam no centro das atenções. Mas havia outros protagonistas desse novo capítulo da história de Aracaju que estava tendo início. Eram os alunos, que chegavam de suas respectivas escolas ao local combinado, orientados por suas professoras.

Finalmente parecia que a cidade de Aracaju iria ingressar nos trilhos da modernidade, mesmo que a passos lentos. Na praça, a maioria tinha os olhos fitos para o mesmo ângulo, para o lado esquerdo da praça, deslumbrando-se diante daquela magnitude, do esplendoroso prédio que se erguera ao lado da igreja matriz, recém elevada à Catedral². Assim, surgia na paisagem urbana de Aracaju um novo templo, imponente, majestoso que transformava bruscamente a paisagem da cidade que almejava ser moderna.

¹ Aracaju foi uma cidade planejada. Nos arredores do local onde existia o povoado Santo Antônio do Aracaju foi traçado o novo núcleo urbano de Sergipe, com ruas retas e com o esquema de um tabuleiro de xadrez. Como o engenheiro da obra foi José Pirro a área central da cidade ficou conhecida como Tabuleiro de Pirro.

² Foi no ano de 1911 que a matriz Nossa Senhora da Conceição foi elevada à Catedral, com a criação da diocese de Aracaju, tendo como primeiro bispo D. José Thomaz. Sobre esse assunto e a romanização em Sergipe Pércles Andrade Júnior propicia uma instigante discussão (ANDRADE JÚNIOR, 2000).

Apesar dos recentes transtornos ocorridos em Aracaju, o clima festivo invadia a cidade. O aspecto tenso que perscrutava os aracajuanos era amenizado com a alegria de uma festa. As tristes lembranças do acidente na festa de Ano Bom³ daquele ano e a epidemia de varíola que adentrara em terras sergipanas eram momentaneamente esquecidas. Todas as atenções estavam voltadas para a solenidade.

Mas afinal, de que se tratava essa solenidade, que mobilizara tantas pessoas da jovem capital sergipana? A pacata Aracaju estava vivendo um novo momento de sua trajetória cultural, com a inauguração do seu grande ícone do ingresso de Sergipe na modernidade educacional. A festa era uma inauguração. Mas não uma inauguração qualquer. Era o dia da abertura do novo prédio da Escola Normal⁴. O entusiasmo com esse evento partia da sua simbologia, pois a partir daquele dia Sergipe estava dotado de um prédio projetado especificamente para o ensino público, com feições republicanas. Era a ocasião em que Sergipe passava a seguir os rumos tomados por outros estados a caminho da civilização, do progresso, da ordem, enfim, da modernidade.

A criação do novo prédio da Escola Normal teve uma relevância fundamental na trajetória educacional de Sergipe. Primeiro, em decorrência da normatização do ensino normal, propiciando às normalistas da cidade o aprofundamento dos novos métodos pedagógicos que estavam em voga no país. A instalação do novo edifício significou o ingresso de Sergipe no rol da modernidade educacional do Brasil, dotando-se dos instrumentos e recursos didáticos necessários à instrumentalização de um novo enfoque no ensino.

³ Esse acidente ocorreu na festa de Bom Jesus dos Navegantes no estuário do rio Sergipe, no qual resultou na morte de três tripulantes e afogamento de mais de cinquenta. O impacto do naufrágio foi em decorrência do acidente ter ocorrido diante da platéia de mais de cinco mil pessoas, que estavam às margens do rio observando a procissão. Sobre o acidente pode ser consultado o artigo “Desastre de Ano Bom”, que discute os impactos do acidente na sociedade aracajuana por meio dos registros na imprensa local (SANTOS, 2006).

⁴ O novo prédio da Escola Normal de Aracaju foi inaugurado no dia 15 de agosto de 1911. Ao longo do ano a imprensa local destacou a importância da construção de um edifício escolar que satisfizesse os novos preceitos pedagógicos e arquitetônicos da sociedade moderna. Em notas geralmente divulgadas na primeira ou segunda página os impressos apresentavam o desenrolar da obra. Um exemplo elucidativo é a notícia divulgada no Correio de Aracaju no dia 28 de abril de 1911, na qual o redator anunciou que “tivemos hontem a satisfação de visitar o novo edifício que o Governo está construindo para um estabelecimento modelo de instrução publica. É um edifício magestoso que, satisfazendo a todas as exigências pedagógicas, revela ao mesmo tempo o bom gosto artístico que já vae se desenvolvendo entre nós. Não resta a menor dúvida que é um bello traço da passagem do dr. Rodrigues Dória pelo governo do Estado” (CORREIO DE ARACAJU, 28-04-1911, p. 02).

Assim, Sergipe passava a formar o novo professorado com os subsídios pautados na pedagogia moderna, dotando-o de mecanismos para a difusão do conhecimento sob os auspícios dos mais modernos métodos de ensino. Além disso, havia um segundo ponto a ser comemorado, que naquela ocasião acabou sendo ofuscado pelo esplendor da grande Escola Normal. Naquele prédio imponente também funcionaria uma escola anexa, voltada para a prática docente das alunas. Era o Grupo Modelo, primeira instituição do gênero em terras de Sergipe, que se tornaria ao longo das décadas de 10 e 20 do século XX, como seu próprio nome já sugeria, o modelo na difusão dessa nova proposta de ensino primário. Aquele ano foi o intróito de uma reviravolta na educação primária de Sergipe⁵.

O ano era 1911. A cidade de Aracaju⁶ era o cenário da trama que teria início naquele dia. A cidade celebrou o seu ingresso educacional nas searas da modernidade com a festa de inauguração do novo prédio da Escola Normal. Ele tornou-se marco da trajetória educacional de Sergipe, pois introduziu no estado os novos pressupostos do ensino, com a difusão da metodologia moderna e principalmente com sua visibilidade. A educação passava para o palco da trama histórica republicana, tornando-se alvo de discursos⁷, em campanhas eleitorais. Foi com a Escola Normal que teve início a caminhada sergipana em busca da disseminação do mais inovador modelo de escola primária vigente no Brasil: os grupos escolares.

⁵ Segundo um artigo publicado no Correio de Aracaju no dia 18 de agosto de 1911, a inauguração realizada no dia 15 do mesmo mês tinha sido do prédio que abrigaria não somente a Escola Normal de Aracaju, mas também as escolas anexas, entre as quais destacou-se o Grupo Modelo, primeira instituição graduada de ensino primário no estado (CORREIO DE ARACAJU, 18-08-1911, p. 02).

⁶ Neste período Sergipe estava sendo governado pelo presidente Rodrigues Dória e foi uma época em que a cidade de Aracaju estava passando por algumas reestruturações de seu cenário, a partir da criação e embelezamento dos prédios públicos e pavimentação das ruas. Ele foi o responsável pelo prosseguimento do projeto de modernização do Estado, pagando dívidas, aterrando antigos mangues e lamaçais, reformando prédios públicos e melhorando o abastecimento de água. Em seu governo foi intensificada a construção da ferrovia em Sergipe, apesar de ter enfrentado graves problemas com a epidemia da varíola no final da administração. No campo do ensino, Rodrigues Dória, além de ter criado a nova Escola Normal, ampliou as instalações do Atheneu Sergipense e criou a Escola de Aprendizes Artífices (DANTAS, 2004, p. 34-5). Sobre a Escola de Aprendizes Artífices pode ser discutida a dissertação de Patrício (2003).

⁷ Discurso foi apresentado nesse trabalho com sentidos variados. Ele pode designar os pronunciamentos realizados por autoridades do campo político de Sergipe, como também pode se referir a linguagem simbólica referente aos grupos escolares, na perspectiva foucaultiana. No primeiro caso, os discursos desempenharam a função de fonte histórica, de subsídio que possibilitou a interlocução do passado, frestas que desnudaram as primeiras décadas do século XX. No segundo caso, os discursos são os alvos de análises, o objeto de estudo, explicitado tanto por meio de textos escritos como por meio da linguagem arquitetônica. A arquitetura dos grupos escolares foi uma forma de difundir uma ideologia, dar sentido a um regime político que visava legitimar-se.

Pode-se dizer que Sergipe estava saindo⁸ da “era das cadeiras isoladas e entrando na era dos grupos escolares” (PINHEIRO, 2002). Por duas décadas esse modelo de instituição passou a ser o foco central dos embates⁹ a cerca do universo educacional, criando-se expectativas e frustrações, revelando prédios monumentais que a poucos atendiam. Os anseios eram grandes, na perspectiva de corroborar para a constituição de uma nação regenerada, ordeira, progressista e sem os entraves do passado. Criou-se assim, o confronto discursivo pautado no contraponto entre o velho, arcaico, monárquico, atrasado versus o novo, moderno, republicano e civilizado. Era o momento da reconstrução do país.

Essa reconstrução avançava em descompasso. Nas palavras, a modernidade era avassaladora e não deixava espaço para o velho decadente representante da monarquia. Nas ações, a República era letárgica e quase sempre reproduzia o criticado modelo educacional do Império, na expectativa de acelerar o processo civilizatório que estava emperrado. Contradições do campo educacional que refletiam a situação vivenciada na época. Os entraves se multiplicavam e pareciam sufocar a difusão dos novos ideais.

Após a criação do Grupo Modelo, vieram outros, instalados quase sempre em Aracaju. Mas outras cidades foram contempladas com a construção das ilhas de civilização, como Estância, Lagarto, Simão Dias, São Cristóvão, Propriá, Villa Nova¹⁰ e Boquim. A modernidade republicana não poderia ficar restrita à capital, deveria ser difundida também pelo interior. Seguindo-se ao Grupo Modelo, anexo à Escola Normal, foram criados outros como o Central¹¹, Barão de Maruim, General Valadão, Coelho e Campos, Gumersindo Bessa, Vigário Barroso, Olímpio Campos, Sílvia Romero, Manoel Luís, Fausto Cardoso, João

⁸ A “saída” de Sergipe da era das cadeiras isoladas foi apenas no sentido dos discursos, que passaram a enfatizar a edificação de grupos escolares imponentes ou escolas reunidas, mais simples, porém dotadas de muitos dos dispositivos dos grupos, que denotavam seus ideais de modernidade. Na prática, a documentação oficial apresenta alguns dados que confirmam a expansão das escolas isoladas, que mesmo sendo alvo de críticas, tornaram-se um dos principais instrumentos de difusão das primeiras letras em Sergipe ao longo da primeira metade do século XX. Confira os relatórios e mensagens apresentadas pelos presidentes do Estado de Sergipe produzidos nas décadas de 10 e 20 do século XX.

⁹ Logo após a inauguração ocorrida em 1911, na imprensa local houve um considerável número de publicações referentes à importância dos grupos escolares na consolidação do regime republicano e da modernidade pedagógica. Os embates na imprensa escrita de Sergipe foram assíduos, o que denota que a propagação da escola graduada no estado foi uma questão de considerável relevância nos meios intelectuais e políticos. Mesmo assim, é necessário relativizar essas preocupações, pois em muitos casos elas apareciam somente nos pronunciamentos de autoridades.

¹⁰ Atual município de Neópolis, localizado no baixo São Francisco.

¹¹ Posteriormente esse grupo teve sua denominação alterada para Grupo Escolar General Siqueira, em homenagem ao presidente do estado que o inaugurou.

Fernandes de Brito, José Augusto Ferraz e o Severiano Cardoso. Capital e interior estavam em sintonia com os ecos da modernidade educacional.

Foram esses grupos os maiores ícones da propaganda republicana no decorrer dos primeiros decênios do século XX. Eles se tornaram o espelho de uma busca exacerbada pela modernidade, que apesar da pressa, era edificada a passos lentos, dificultando a execução da proposta de difusão do conhecimento das letras em Sergipe. Os grupos se tornaram os maiores símbolos do ensino primário, responsáveis diretos pela construção da identidade escolar e fortalecimento da imagem de escola.

Partindo da relevância atribuída aos grupos escolares na Primeira República, torna-se eminente a necessidade de realizar estudos a seu respeito sob diferentes aspectos, na tentativa de descortinar as suas múltiplas facetas, muitas das quais obscurecidas pela penumbra do esquecimento. Se ao longo das primeiras décadas do século XX os grupos despertaram como ícones da modernização do ensino primário, nos últimos anos assistimos ao nascimento dos grupos escolares como objeto de estudo pelos historiadores da Educação. Sob as lentes da Nova História Cultural, diferentes olhares vêm sendo lançados na esfera educacional dos grupos. É importante lembrarmos que os grupos escolares como objeto de estudo podem suscitar inúmeros desafios, propiciando interpretações inovadoras, como tem ocorrido. Nesta perspectiva, este estudo tem como cerne a arquitetura dos grupos escolares sergipanos edificadas entre 1911 e 1926.

O marco temporal foi delimitado buscando respeitar o período de inserção em Sergipe de grupos marcados pelo seu caráter monumental. Foi a época das grandes construções, que tinham entre seus propósitos educar pelo visual¹², encantar os olhares da população pela sua grandiosidade. Assim, em 1911 era inaugurado o primeiro grupo, que mesmo sendo um anexo à Escola Normal, serviu como modelo inspirador na difusão desse tipo de instituição no estado, que atingiu seu auge nos primeiros anos da década de 1920. Com isso, 1926 foi o ano da inauguração do último prédio escolar com características majestosas. Foi esse o período das grandes construções escolares voltadas para o ensino primário, a era dos imponentes grupos.

¹² Em diferentes momentos a documentação oficial referente ao ensino primário reforça a idéia de que havia a necessidade de se educar os jovens pela estética dos prédios escolares. As crianças deveriam se afeiçoar à escola a partir de seu caráter monumental, representativo da suposta atenção dada pelo novo regime à esfera educacional.

Os grupos criados nesse período já foram exaustivamente pesquisados¹³ nos últimos anos, principalmente no que se refere ao seu processo de implantação e trajetória de algumas dessas instituições. No entanto, ao se tratar do aspecto arquitetônico, percebe-se um silêncio quase que sepulcral. As imponentes construções educacionais de Sergipe ainda estão a espera de análises mais sistematizadas. É preciso buscar empreender a leitura dos edifícios, desnudar os diferentes discursos impregnados na arquitetura dos grupos escolares. Neste sentido, este estudo busca contribuir com a História da Educação sergipana ao tentar realizar uma leitura dos grupos escolares sob a perspectiva da arquitetura, algo realizado até então de modo disperso. O intuito é contribuir com a interpretação do processo de criação dessa modalidade de instituição a partir dos seus edifícios, da leitura espacial dos mesmos. É preciso se aventurar pelos mistérios camuflados na arquitetura, pois devemos lembrar que uma construção representa os interesses de uma gama de agentes envolvidos na trama social.

Por esse ângulo, se torna necessário fazer as paredes falarem, interpretar os sinais deixados nos prédios ao longo dos anos. Não se pode esquecer que no período em estudo, os projetos arquitetônicos passaram a estar em consonância com os discursos de uma série de personagens inseridos com a esfera educacional, como educadores, políticos, higienistas e engenheiros. Pode-se dizer que penetrar na seara arquitetônica dos grupos escolares implica buscar os rastros deixados por tais segmentos sociais, em direcionar o olhar para a interpretação dos discursos de uma época, da proposta republicana para o campo educacional.

Além disso, é importante compreendermos a retórica arquitetônica desses prédios para entendermos a transição dos modelos de escola, pois foram os grupos que passaram a criar e difundir a representação¹⁴ de escola. Foi nos primeiros decênios da República que as escolas isoladas passaram a ser criticadas com maior veemência, em prol da disseminação do novo modelo de escola primária vista como sinônimo de modernidade. Trata-se de um estudo que se propõe a debater o modelo de escola criado para exibição, para ser visto e contemplado

¹³ Entre os principais trabalhos produzidos recentemente a respeito dos grupos escolares sergipanos destacam-se Almeida (2005), Azevedo (2003 e 2006), Berger (2004 e 2005), Cruz (2002), Nascimento (2005), Magno Santos (2005a, 2005b, 2005c e 2006), Vlademir dos Santos (2004) Santos Neto (2002) e Silva (2002).

¹⁴ Representação pode ser entendida como um mecanismo de tornar uma ausência presente, como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado, ou seja, a arquitetura escolar nos primeiros decênios do século XX tornou-se um meio de exhibir as preocupações de diferentes segmentos sociais na esfera educacional. Esse conceito também deve ser apreendido no sentido da imagem como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1990). No caso dos primeiros grupos escolares difundidos em Sergipe, a visibilidade também se tornou um aspecto inerente aos mesmos, demonstrando a pertinência conceitual na tentativa de apreender esse momento histórico.

por todos que passassem pelas ruas. Os prédios deveriam mostrar o poder e a preocupação do novo regime político com a educação primária, ou seja, deveriam cumprir a função de um prédio público.

Devemos lembrar que apesar do discurso oficial enaltecer a edificação de prédios grandiosos para a difusão do ensino primário e criticar o ensino das escolas isoladas atribuindo a ineficácia da monarquia, os grupos escolares não cumpriam seu papel por completo. Um dos anseios dos republicanos era disseminar o ensino primário para extirpar o analfabetismo. Na luta pela legitimação do novo regime era preciso expandir o ensino para fortalecer a democracia, aumentando o número de eleitores. Com isso, a forma mais eficaz de promover a alfabetização foi a criação de mais escolas isoladas, pouco difundidas, criticadas, mas eficientes na proposta imediata da época. Eram as escolas necessárias, mas que não eram exibidas¹⁵.

Isso demonstra que para se estudar o discurso arquitetônico é preciso atenção. Alguns prédios eram edificadas para aparecer enquanto outros, para funcionarem de forma silenciosa. A dicotomia mostrar/esconder estava presente na disseminação dos grupos escolares em Sergipe. É preciso ver essas construções como símbolos da modernidade que estava tentando ser implantada, mas sem esquecer que a preocupação com o universo educacional já vinha em evidência desde a Monarquia¹⁶. Neste sentido devemos entender o discurso dos republicanos sobre a educação com cautela, buscando discernir os seus anseios camuflados, secretos.

¹⁵ Apesar da grande ênfase dada aos grupos escolares nas primeiras décadas republicanas, apresentados como a moderna invenção republicana que levaria o país à civilização, a maior parte dos alunos sergipanos desse período permanecia estudando nas criticadas escolas isoladas, que pelos discursos oficiais deveriam ser gradativamente substituídas pelos grupos e escolas reunidas. Todavia, a documentação demonstra que após o golpe de 1889 ocorreu um aumento considerável desse modelo educacional em Sergipe, incorporando em seus quadros a maior parte do alunado estadual. É provável que a disseminação das escolas isoladas, principalmente nos bairros mais afastados do centro da capital, nas cidades, vilas e povoados, reflita a necessidade de aumentar o número de eleitores. Isso demonstra as discrepâncias existentes entre o que ocorria e o que deveria ser exibido. Se nos grupo destacavam-se a racionalidade com traçado reto, arejado e mobiliária estrangeira, nas escolas isoladas os alunos muitas vezes permaneciam sem as mínimas condições de ensino. Sobre as contradições desses modelos de ensino confira Magno Santos (2008).

¹⁶ Estudos recentes vêm demonstrando que as preocupações acerca da racionalização do tempo escolar no Brasil não foram uma invenção dos republicanos. Tais princípios originários da Europa já vinham sistematicamente sendo incorporados ao longo do Império, em diferentes províncias (FEITOSA, 2008). Outros estudos, como o de Luiz Eduardo Oliveira, evidenciam que um dos prováveis percalços da educação colonial pós-jesuítas foi a ausência de prédios escolares próprios, que teria propiciando a confluência de atividades domésticas com as tarefas de ensino (OLIVEIRA, 2003). Somente com a legislação imperial de 1927 é que o processo de institucionalização da escola primária teria sido engendrado.

A temática dos grupos escolares tem sido alvo de nossos estudos desde a graduação. Diferentes perspectivas já foram vislumbradas na tentativa de compreensão desse projeto de reestruturação do ensino primário sergipano. Aspectos como a trajetória de instituições, festas cívicas, espaço escolar, magistério feminino e as práticas docentes têm sido analisadas nesses estudos. A questão arquitetônica permeou essas considerações, mas sempre de modo isolado, sem contemplar a amplitude da imponência das construções realizadas nas duas primeiras décadas dos grupos escolares em Sergipe. A época dos grandes grupos ainda permanece a mercê de uma análise mais aprofundada.

Neste sentido, essa dissertação tem como objetivo compreender o discurso arquitetônico dos grupos escolares criados em Sergipe entre 1911 e 1926. Além disso, temos o propósito de analisar o estilo arquitetônico dos grupos escolares, compreender as construções dos grupos como representantes do ideal republicano, entendê-los como lugar de memória e analisar a relação entre os edifícios e a cidade.

Com esses propósitos se busca empreender a discussão de suma importância, na tentativa de descortinar a função dessas construções na paisagem urbana das cidades em que eles foram implantados. Os grupos foram portadores de múltiplos discursos. A arquitetura era mais do que uma construção realizada para abrigar, ela também constitui um programa (ESCOLANO, 2001), reflete os anseios de seu grupo. Mas é preciso ir além. É necessário tentar descortinar os interesses intrínsecos à edificação desses grandes monumentos ao longo das principais cidades do estado na época. As ilhas de civilização deveriam desempenhar outra função além de representar a modernidade e a legitimação do regime republicano, mas como isso teria se efetivado? Como a retórica da racionalização foi concretizada nos edifícios escolares? Quais sujeitos estavam representados no discurso arquitetônico dos grupos? Essas são questões pertinentes ao estudo da arquitetura escolar, pois devemos lembrar que o prédio construído especificamente para a prática educacional foi uma novidade para a época e desencadeou uma série de embates acerca do que seria mais apropriado. Neste ínterim, exibição, propaganda, racionalização, modernidade estavam envoltos nas construções. Os prédios escolares traziam muito mais do que a proposta dos engenheiros, eles representavam a confluência de interesses vigentes sobre a temática.

Essa proposta de estudo se torna plausível em decorrência do avanço dos novos pressupostos teórico-metodológicos difundidos pelo movimento dos *Annales*¹⁷, que estabelecem inovadoras perspectivas de análise dos objetos. Trata-se da Nova História Cultural. De um momento para outro, o universo educacional se vê invadido pelos olhares dos historiadores da educação, buscando revelar seu objeto por ângulos pouco difundidos até então. A poeira que encobria temáticas antes vistas como sendo de ínfima relevância é retirada, evidenciando realidades surpreendentes. Assim, emergem estudos que lançam o olhar sobre perspectivas antes ignoradas, desprezadas, como a cultura escolar, a prática docente, o espaço escolar e as festas cívicas. O campo educacional passa a ser perscrutado sob diferentes ângulos, revelando suas múltiplas esferas encobertas ao longo do tempo.

Devemos lembrar que essa emergência de novas temáticas ocorreu em decorrência da proposta interdisciplinar dos *Annales*. O historiador da Educação que se vislumbra sobre o viés da História Cultural na perspectiva francesa, está sempre dialogando com as ciências sociais. Sociologia, Psicologia, Linguística e principalmente a Antropologia passam a ser debatidas pelos historiadores. Para atenuar uma realidade complexa como a educação torna-se necessário realizar um esforço dantesco para observar as diferentes dimensões intrínsecas ao objeto. O diálogo interdisciplinar tornou-se uma obrigação dos historiadores da Educação.

Todavia, podemos indagar como o olhar interdisciplinar pode contribuir para a compreensão da arquitetura dos grupos escolares de Sergipe criados entre 1911 e 1926. Certamente, a própria temática já evidencia os lastros da interdisciplinaridade, pois discorrer sobre esse tema incube em observar o objeto de outra área do conhecimento: a arquitetura. Além disso, ela aparece sob o enfoque analítico multiforme. Para adentrar nos prédios escolares é preciso estabelecer um diálogo com diferentes áreas do saber, romper com as fronteiras impermeáveis que as distanciam. É nesta perspectiva que tentaremos vislumbrar a realidade arquitetônica dos grupos observando elementos como a vigilância¹⁸, a racionalização dos espaços, a modernização e o embelezamento, como também a presença

¹⁷ *Annales* é a forma como ficou conhecido o movimento historiográfico que emergiu na França no final do terceiro decênio do século XX, a partir da criação da revista *L'Histoire*. Esse movimento buscou renovar o campo da pesquisa em História, inserindo novos sujeitos e objetos e teve como principais características a interdisciplinaridade, o alargamento conceitual de documento e a problematização dos objetos. Sobre os *Annales* podem ser discutidas análises instigantes como Peter Burke (1997), que apresenta uma postura defensiva das propostas da História Cultural francesa e François Dosse (1994), que combate tais propostas instigando o leitor a visualizar problemas como a fragmentação temática e ausência de um engajamento social.

¹⁸ Uma das principais características atribuídas aos grupos escolares é a vigilância. Os prédios escolares eram dotados de artifícios que propiciam a inserção de múltiplos olhares que desencadeavam processos de vigilâncias mútuas. Elementos como as linhas retas, usos de janelas e vitrais, introdução do corpo administrativo proporcionou o exórdio vigilante (FOUCAULT, 2002).

dos discursos de diferentes segmentos sociais, como engenheiros, higienistas, educadores, militares e políticos. Devemos lembrar que os grupos escolares foram edificadas sob a égide da transformação, da criação de uma nova simbologia para o país, ou seja, é necessário perceber os prédios escolares como difusores do regime republicano, portadores de uma crítica intrínseca à monarquia. Por isso, torna-se necessário estabelecer um diálogo, contrapor os diferentes discursos, buscando-se a heterogeneidade.

Na discussão a respeito dos grupos escolares torna-se necessário dialogar com investigadores que já debruçaram sobre a arquitetura. Neste sentido, buscamos entender os prédios dos grupos escolares como portadores de discursos de uma época, pois eles representavam os anseios de todo um período, além de se firmarem como lugares de memória, por conservarem em suas camadas os resquícios de diferentes épocas. Trata-se de prédios que foram construídos para demarcar, para se fazer mostrar, exibir as preocupações dos republicanos acerca da esfera educacional.

Uma característica dos prédios escolares foi a adequação aos novos preceitos da pedagogia moderna. Todos os elementos deveriam se adequar aos métodos pedagógicos baseados na vigilância, postos em prática na época. Percebe-se que a construção também permitia o controle, a vigilância e a disciplina. Isso fica evidente ao se observar o predomínio de linhas retilíneas, como também a forma retangular do prédio e dos corredores retos, que facilitavam a vigília.

Os novos padrões arquitetônicos, com a disposição de classes sequenciais e do corpo administrativo, buscaram articular o espaço para “abrigar e instruir” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 45). Com isso, a arquitetura escolar evidenciava o seu caráter educador, silencioso e implícito. Nessa perspectiva, o personagem que ganha importância é a do engenheiro, responsável por materializar em uma construção as exigências de um prédio. Assim, ele acaba por propiciar a aplicabilidade das propostas pedagógicas pelo corpo docente. O papel do arquiteto/engenheiro é destacado por Viñao Frago (2002, p. 74-75), ao dizer que “o espaço escolar educa, o arquiteto é um educador (...) e todo educador tem de ser arquiteto”.

O prédio escolar também pode ser visto como um complexo sistema de símbolos. Elementos ecléticos como as cornijas não foram empregados ingenuamente, tendo em vista que toda ação humana é resultante de uma intenção, de uma vontade. Representações como a coluna cilíndrica, presente na fachada poderiam simbolizar a firmeza, a virilidade (ESCOLANO, 2002, p. 38). Já o escudo com um globo semi-esférico pode ser visto como o

útero protetor, ou seja, o grupo seria para o aluno o segundo lar. Outro elemento de significação importante é o muro, que era o meio de delimitar o espaço da coletividade escolar. Pode-se perceber que uma construção, assim como qualquer ação humana é permeada de vontades, desejos, conflitos; nunca se dá de forma inóxia.

Esse poder simbólico dos edifícios escolares, através de símbolos e signos que exibiam, propiciava a afirmação do grupo como instituição, com a população diferenciando o mesmo das demais construções. Os grupos escolares definiram o modelo de escola, com contornos estéticos próprios. Eles eram construídos para serem vistos, servirem como instrumentos da educação visual para a população que transitava pelas ruas do tabuleiro de Pirro¹⁹.

Uma preocupação que também estava explícita na arquitetura era o higienismo²⁰. Desde meados do século XIX, os discursos de médicos e higienistas angariavam espaço nos embates políticos do país. Isso foi motivado pelas constantes epidemias²¹ que assolavam o Brasil durante esse período. Para evitar o surgimento e proliferação de novas epidemias, foram propostas medidas e ações visando combater a insalubridade do ambiente, os miasmas. Os grupos escolares deveriam ser um lugar agradável, sóbrio, limpo, com ar, luz, e, acima de

¹⁹ Aracaju foi uma cidade planejada. No ano de 1855 o então presidente da Província de Sergipe elevou o povoado de Santo Antônio do Aracaju a cidade e transferiu a capital de São Cristóvão para a nova cidade nas proximidades da praia. Embora já existisse um povoado na localidade, a capital dos sergipanos foi planejada pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, que traçou os primeiros logradouros sobre os manguezais e pântanos. Sobre esse episódio da história de Sergipe podem ser consultadas obras como Nunes (1996), Cabral (2002), Fontes (2004) e Silva (2009). Assim, a nova capital dos sergipanos foi planejada “seguindo um plano em xadrez, cujas ruas, casas e edificações públicas suplantaram pântanos, braços de rio e areais. Cidade voltada para as margens do Rio Sergipe, pois nascera para ser portuária, o ‘tabuleiro de Pirro’ é marcado pelo traço rígido das ruas e pela sua adaptação à curvatura do rio” (SILVA, 2009). Para Silvério Leite Fontes “Aracaju é obra voluntária dos homens. Nasceu artificialmente e foi imposta pela arte humana à natureza circundante” (FONTES, 2004, p. 112).

²⁰ O higienismo representou um importante instrumento de combate às epidemias que assolavam a população brasileira até o início do século XX. Nos primeiros decênios do século ocorreu uma intensificação do movimento higienista, de combate aos chamados maus-costumes que resultaram na redução do alastramento das doenças e da mortalidade. As escolas se tornaram importantes instituições de controle da população no que concerne aos focos higienistas, pois os professores deveriam agir como observadores do cumprimento da conduta pautada na saúde física, mental e moral.

²¹ Entre o final do século XIX e o início do XX, Sergipe sofreu as mazelas de inúmeras epidemias que se espalharam pelas cidades e vilas. Parte considerável da população local foi dizimada com esses surtos epidêmicos, o que despertou maior preocupação dos governantes com a vacina obrigatória, principalmente dos alunos das instituições públicas. Isso demonstra que o pânico diante de novas epidemias permeava o imaginário da população e ainda consistia em ameaça plausível. Sobre as epidemias em Sergipe três obras se destacam: a primeira é a de Maria Cleide Andrade, na qual ela percorre o itinerário entre o medo e a devoção na cidade de Campo do Brito (ANDRADE, 1999). A segunda é a de José Samarone Santana, que estuda as mudanças de concepções acerca do campo da saúde em Sergipe entre o final do século XIX e início do XX, culminado com a construção do Hospital Cirurgia (SANTANA, 2005). Por fim, Amâncio Cardoso Santos Neto, que estudou a epidemia do cólera-morbus em Sergipe nos meados do século XIX, dizimando e causando medo na população local (SANTOS NETO, 2001).

tudo, hospitaleiro. Tudo isso visava elevar a auto-estima do aluno e o prestígio do professor, de acordo com o tamanho e limpeza do grupo. Tais aspectos podem ser constatados em relatórios de diretores da Instrução Pública do Estado, ao longo das décadas de 1920 e 1930, demonstrando a permanência do imaginário a respeito desse grande empecilho que foi a crise de epidemias que rondaram o estado nos primeiros decênios do século XX.

Na arquitetura percebe-se o discurso político. Devido à monumentalidade, os grupos se diferenciavam das casas e do comércio e se aproximavam dos prédios públicos. Neste sentido, a imponência arquitetônica pode ser entendida como um meio de atrelar a imagem da instituição ao poder político, ou seja, o meio de propaganda dos princípios do Estado Republicano. Outro elemento que contribuía para a eloquência discursiva dos grupos era a localização privilegiada. Em Aracaju, eles geralmente estavam concentrados na área próxima ao perímetro do quadrado de Pirro, englobando apenas o centro da cidade e o antigo bairro Carro Quebrado²². O mesmo ocorria em São Paulo, onde os grupos se localizavam em praças para maior visibilidade (SOUZA, 1998; MONARCHA, 2003). Os investimentos consideráveis na edificação de grupos imponentes tinham um propósito maior: a exibição da modernidade que se alastrava por todo o país.

A arquitetura monumental constituía a eloquência do poder. Neste sentido, é o governante que ofusca o papel do engenheiro, pois é o governante que constrói o que lhe parece ser o reflexo de sua grandeza e que lhe propaga do poder. Os grupos escolares podem ser visto como um instrumento do poder, como a representação do Estado. Assim, “a imagem é simultaneamente a instrumentalização da força, o meio da potência e sua fundação em poder” (CHARTIER, 2002, p. 165).

A exuberância arquitetônica era relevante para os republicanos sergipanos, pois prédios grandes, arejados, bonitos eram destinados a cumprir sua finalidade principal: a de ser escola, testemunho da valorização que o Estado dava ao ensino. Além disso, serviam “para que a população os admirasse” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 32). A qualidade da obra tornava-se fator indispensável, pois esse era um meio eficiente de ostentar um diferencial entre os modelos educacionais adotados por monarquistas e republicanos.

Os grupos abrigavam em si o discurso do embelezamento de Aracaju. A arquitetura só tornou-se possível graças à utilização de novas técnicas e de novos materiais que resultaram na construção de um prédio eclético, moderno e importante. O objetivo era

²² Atual bairro São José, na zona sul da cidade de Aracaju.

persuadir o aluno, atrair a população para o novo momento pelo qual passava a instrução pública local. Assim, esse modelo de escola²³ partiu de Aracaju para as principais cidades do interior

Além dos discursos impregnados na arquitetura dos grupos escolares, a monumentalidade do prédio fazia gerar novos discursos a respeito dos mesmos, principalmente, na imprensa sergipana, na qual os prédios eram vistos como a vanguarda arquitetônica de Aracaju:

Às doze horas de ante-hontem²⁴ inaugurou-se o novo grupo escolar Barão de Maroim. O vasto edifício que está situado em uma área larga de terreno em aprazível local A avenida Barão do Rio Branco, no começo do bairro Presidente Barbosa foi construído pelo engenheiro Firmo Freire do Nascimento, e é bastante arejado, ventilado e claro, compreendendo-se nas mais modernas regras de arquitetura (O ESTADO DE SERGIPE, 1917, p. 02).

Os aspectos mais relevantes dos discursos jornalísticos eram as metáforas arquitetônicas, nas quais o edifício era apresentado como símbolo de poder e prestígio de diferentes esferas da sociedade, como Igreja e Estado.

Na análise da arquitetura escolar uma fonte privilegiada pode ser as imagens, pois elas “não só completam o texto; na verdade elas são o texto” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 25). Buffa realizou um estudo em parceria com Gelson Pinto sobre a arquitetura dos grupos escolares paulistas, caracterizando as principais transformações ocorridas nos estilos e nas funcionalidades. Neste estudo os autores vêem os grupos como os responsáveis pela criação da identidade escolar, pois a grandiosidade dos prédios servia para maravilhar os olhos infantis (santuário do ensino), como também para consolidar o regime republicano (templo da nova ordem). Assim, os primeiros grupos eram destinados a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunhando a valorização que o Estado dava ao ensino.

Mesmo não havendo um aprofundamento, os autores também relatam o aspecto da linguagem arquitetônica espacial dos grupos escolares. Tal aspecto é identificado através de elementos como a imponência arquitetônica e a proximidade dos grupos dos demais edifícios

²³ Esse modelo de instituição escolar em Sergipe sofreu influência do Estado de São Paulo, pois na gestão de Rodrigues Dória o professor Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, veio a Sergipe no intuito de reorganizar a instrução pública. Sobre esse assunto podem ser consultados Nascimento (2006, p. 153) e Dantas (2004, p. 35).

²⁴ Nas citações diretas de documentos optamos em manter a escrita original, como estratégia de aproximar o leitor da atmosfera vivida na época. Nas citações indiretas ou nas referências que fizemos a respeito das nomenclaturas atualizamos a grafia.

públicos. Isso demonstra que estas instituições escolares assumiam uma função que ia além do ensino, pois difundiu os ideais políticos, pedagógicos e higienistas.

A arquitetura escolar pode ser interpretada também como um programa, levando-se em consideração que ela “expressa e reflete para além de sua materialidade determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p. 44). A espacialização escolar é parte integrante da arquitetura, que ocorre através da separação das salas e disposição das carteiras, visando a economia de tempo. Nas escolas modernas o tempo passa a ser um aspecto primordial. Com os grupos escolares, ocorre uma redefinição de espaço/tempo, estabelecendo-se a implantação de um modelo mais racional.

Com isso, podemos vislumbrar que a arquitetura escolar pode ser entendida como um objeto de estudo revelador das práticas de ensino. Além de servir como instrumento de grande relevância da disseminação dos novos pressupostos pedagógicos, os prédios dos grupos podem nos fornecer instigantes informações acerca desta realidade escolar. Hoje os velhos casarões espalhados pelo interior e pelas ruas centrais da capital nos servem como valiosas fontes históricas, verdadeiros canais de comunicação, pontes que nos ligam ao passado. As construções podem ser vislumbradas como sinais de um período em que o ensino primário estava no auge, foco principal dos embates de políticos, engenheiros, educadores e higienistas acerca do ensino.

Deste modo, é preciso provocar um debate a respeito desse modelo de instituição, vasculhar as construções em busca de vestígios que possam orientar o percurso da pesquisa. É preciso descobrir pistas que denunciem a passagem dos sujeitos que passaram pela trama histórica no período de suas construções. Por esse ângulo, o pesquisador desempenha o papel de um investigador policial, de um perito a procura das pistas que possam revelar os segredos de um período passado. Os prédios estudados podem ser vistos como um elo entre passado e presente, que certamente não chegou aos nossos dias imune. Como os demais documentos, as edificações sofrem a intervenção humana e das intempéries ao longo de sua trajetória e essas intervenções deixam os seus sinais. Por onde o homem passa deixa seus rastros.

Para empreender essa investigação, essa pesquisa segue os pressupostos metodológicos do paradigma indiciário, estabelecido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989). Esta proposta metodológica tenta aproximar a pesquisa histórica da investigação policial, buscando resquícios que denunciem sobre o passado. O historiador passa a ser, nesta perspectiva, um caçador de pistas, um perito à procura de sinais com o propósito de

descortinar realidades multiformes, muitas vezes ocultadas pelas pesquisas que seguem os padrões tradicionais da investigação histórica.

A interpretação histórica por meio de indícios tem como fundamento tentar compreender a trama histórica por meio de ângulos pouco ou ainda não observados. A intenção só se torna possível devido ao alargamento da noção conceitual de documento, realizada com veemência pelo movimento dos Annales. O conceito é simples e de grande amplitude. Documento é tudo que foi produzido ou tocado pelo homem ao longo do tempo e que pode fornecer alguma informação sobre essa época. A ampliação da noção de fonte histórica foi de considerável relevância para a emergência de estudos sobre temáticas antes ignoradas. Se tudo que o homem toca é documento, todas as suas ações passam a ser focos do olhar do historiador. Em relação à História da Educação, os novos temas surgiram no mesmo compasso em que os pesquisadores descobriam as coisas velhas, testemunhas da cultura material escolar. Os entulhos das velhas escolas foram vasculhados, propiciando a realização de leituras surpreendentes sobre o universo educacional.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa com enfoque histórico-documental, um ponto fundamental dessa investigação é o levantamento de fontes. Esse ocorreu concomitante a revisão da literatura sobre História da Educação, com ênfase para os estudos acerca das instituições escolares e arquitetura escolar. Em relação às fontes históricas sobre os grupos escolares edificados entre 1911 e 1926, foram priorizados os registros fotográficos, anúncios de jornais, os prédios e as plantas das referidas instituições. A documentação produzida nos grupos e os registros oficiais foram pesquisados nos acervos do Arquivo Público Estadual de Sergipe, enquanto as notas e artigos de jornais foram pesquisadas nas hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Biblioteca Pública Epiphânio Dória. Tentamos recuperar as fotografias²⁵ das instituições pesquisadas nos acervos Rosa Faria e Honorino Leal do Memorial de Sergipe²⁶ (UNIT) e da Biblioteca Pública Epiphânio Dória.

²⁵ Neste estudo tivemos como fontes iconográficas as fotografias dos grupos escolares e das paisagens urbanas das cidades em que as mesmas se localizavam produzidas na primeira metade do século XX. Resolvemos privilegiar as fotografias desse período em detrimento de outras possibilidades de acervos mais recentes por consideramos a fotografia como um a expressão documental. Diante disso, o depoimento de um registro da época analisada possui muito mais relevância do que possíveis fontes que foram produzidas em anos subseqüentes, pois estas podem deter modificações, alterações na estrutura original. As testemunhas oculares devem deter o privilégio de possuir maior credibilidade do que os demais. Assim evitamos a utilização de imagens produzidas recentemente, para não sermos seduzidos por uma das tentações que rondam o ofício do historiador: o anacronismo.

²⁶ No memorial de Sergipe, vinculado à Universidade Tiradentes estão dois acervos fotográficos representativos a respeito do início do século XX. O acervo Rosa Faria possui inúmeras fotografias de cenários da cidade de Aracaju nas primeiras décadas do século XX, além de cartões-postais. Já o acervo Honorino Leal tem como foco

Mas a luta nos acervos é árdua e muitos empecilhos perturbaram a caminhada. Registros que eram disponibilizados à pesquisa em um dia simplesmente sumiam no momento da digitalização. Certamente o maior obstáculo na execução desta pesquisa foi convencer alguns funcionários das instituições de pesquisa a distinguir o público do privado. Em certos casos, a pesquisa teve que trilhar caminhos desviantes para aproximar-se dos interlocutores do passado. São os percalços do ofício do historiador.

Após o levantamento dessa considerável documentação foi realizada a crítica documental, confrontando as informações de diferentes documentos através da análise de conteúdo. É preciso ter em mente que todas as fontes históricas devem passar pela crítica interna e externa, pois os documentos nunca são inocentes, por trazerem as marcas e intenções de seu tempo. Ao longo de sua trajetória, os registros sofrem alterações, interpolações, acréscimos e decréscimos, que propiciam uma possível alteração de seu discurso original. Em relação aos grupos escolares sergipanos a crítica torna-se um instrumento de fundamental importância, pois temos como fonte as construções dos grupos, que ao longo de quase um século sofreram inúmeras intervenções, readaptando ao novo contexto social ao qual estão inseridos. A propósito, Jacques Le Goff diz que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produzem, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro—voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprio (LE GOFF, 2003, p. 548).

Ao tentar adentrar nos escombros da memória, devemos lembrar que ela foi construída com um propósito determinado. Não existe memória inocente. A sociedade age propositadamente, na tentativa de criar uma memória de si para ser perpetuada. Assim, todos os resquícios de passado que chegam a nossa disposição carregam em si a mácula das gerações passadas, que o produziram e reproduziram. Com isso, também podemos enfocar a relação complexa entre lembrança e esquecimento. Os registros que sobrevivem ao percurso

central a cidade de Capela. Os dois acervos constituíram um dos principais pilares na constituição dessa investigação, pois foram essenciais para compreensão das representações dos grupos nos três primeiros decênios do século XX.

do tempo, às ações do homem, passaram por uma seleção. Devemos ter em mente que a memória que sobrevive é a resultante da escolha de um grupo. Memória é antes de tudo, poder.

Se o documento pode ser visto como um testemunho, resquício de um período, ele também sofre as interferências impostas pelo tempo, com a sobreposição de discursos. Na crítica histórica é necessário observar a tipologia documental para submetê-lo a crítica adequada. Com isso, não se deve tratar fontes de origens diferentes da mesma forma. Antes, porém, é imprescindível conhecer o caráter monumental do documento. Devemos lembrar que, ao tecer o cenário histórico, reconstruir as mazelas do passado, o historiador tem como matéria-prima os registros documentais. Neste sentido, as fontes escritas passam a compartilhar espaço com outras expressões de registros documentais, pois tudo que fornece alguma informação sobre o passado pode ser interpretado como fonte histórica. A ampliação conceitual de documento é enaltecida por Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com exames de pedras feitas pelos geólogos e com análises dos metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1992).

Este aspecto da crítica documental é de importância primordial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois tivemos como fonte privilegiada a fotografia. Os registros fotográficos foram imprescindíveis para o estudo da arquitetura escolar. A importância dos registros fotográficos como fontes para a História da Educação vêm sendo ressaltadas em estudos como o de Stela Borges de Almeida (2002). Por meio do olhar fotográfico, ocorre a intervenção de inúmeros sujeitos. A fotografia é fonte perigosa para a realização de uma investigação, por passar a falsa idéia de ser um registro fiel da realidade. O clique mágico da fotografia não consiste em poder congelar ingenuamente um episódio qualquer. Ela é a resultante de uma seleção. O olhar fotográfico é o responsável para escolher o foco a ser registrado, que conseqüentemente resulta na exclusão de inúmeros ângulos. Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a fotografia exhibe, expõe; ela também esconde, mascara, camufla, exclui.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “A Construção da Civilização Brasileira” consiste na discussão a respeito da difusão dos ideais republicanos no Brasil nos primeiros decênios do século XX. No segundo capítulo intitulado “Edificando a modernidade”, tratamos dos inúmeros agentes e discursos que permearam a edificação dos primeiros grupos em Sergipe. No capítulo seguinte, “Nas paredes da Memória” discutimos a questão dos grupos como lugar de memória e de sua relação com os preceitos da modernidade, por meio de categorias como civilização, vigilância, racionalização. Além disso, falamos a respeito da arquitetura dos grupos escolares e sua relação com a difusão dos ideais republicanos, por meio de fotografias e cartões-postais.



Figura II: Monumentos da cidade de Aracaju. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0063.

A instrução primária tem importância primordial na constituição das nacionalidades e é na instrução primária que está a força das democracias (FREIRE, 1917, p 1).

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Am período entress secular conturbado. No último decênio do século XIX e nos primeiros do século XX, o Brasil vivia a expectativa da transformação²⁷. As certezas de outrora tinham sido diluídas em decorrência das inúmeras mudanças nos campos político e social, suscitando questionamentos e incertezas sobre o futuro. Nascia a República brasileira que passou a utilizar com veemência o discurso crítico a respeito da Monarquia. O século XX nasceu sob os auspícios da modernidade²⁸, do novo, da liberdade, da República. Todavia, poucos sabiam qual era a proporção de tais elementos, ou até mesmo o seu significado. As velhas máculas da sociedade brasileira continuavam emperrando o ingresso do país na marcha da civilização.

As turbulências sócio-políticas que afligiam o país também preocupavam as lideranças políticas. Era preciso de imediato legitimar o regime político recém-implantado, solidificar uma identidade nacional ou ao menos forjá-la. Mas o período era de agitações, de rebeliões contestadoras das ações centralizadas do governo, de reivindicações de maior liberdade de expressão e participação política. Rebeliões e revoltas estouravam em várias regiões, acabrunhando a perspectiva almejada para o Brasil.

Em Sergipe, o cenário não destoava da situação nacional. O menor estado da federação sofria com o elevado contingente de analfabetos, excluídos da solidificação da democracia, que os discursos tanto enfatizavam. Era preciso fazer com que a capital e suas principais cidades engendrassem nos rumos da modernidade, com embelezamento e maior preocupação com o ensino primário: nasciam assim os grupos escolares.

Perscrutar pela seara da cidade é uma aventura. É um universo de descobertas, que incitam emoções, curiosidade, traumas. O núcleo urbano pode ser observado como uma trama

²⁷ A República Velha foi marcada por uma série de movimentos sociais que contestavam o poder central e propunham renovação do campo político-social. As revoltas estouraram em diferentes estados, por motivos e ideologias variadas. Temos como exemplo dessa instabilidade as revoltas da Vacina, da Chibata, do Contestado, a Guerra de Canudos, a Coluna Prestes e o Movimento Tenentista. Sobre esse período de instabilidade política do Brasil no alvorecer da República José Murilo de Carvalho realizou uma instigante investigação (CARVALHO, 2005).

²⁸ As contestações não ocorreram somente no campo das disputas políticas e sociais, mas também nas artes. O início do século XX foi caracterizado no Brasil pela busca da inserção da modernidade, com a importação de recursos tecnológicos e procura por um modelo de arte nacional, sem os academicismos oriundos da Europa. Assim, emergiu a Semana de Arte Moderna em 1922, que abalou as estruturas do campo das artes no país. Sobre o assunto pode ser consultada a obra de Nicolau Sevcenko (1998), que instiga uma reflexão a respeito dos bastidores do campo da cultura na cidade de São Paulo na década de 20 do século XX.

mnemônica, permeada de sentimentos e sensibilidades. Um rápido passeio pelas ruas centrais de Aracaju é suficiente para despertar no visitante atento uma sensação de deslumbramento. Em meio aos novos edifícios e estacionamentos que fazem sucumbir os velhos casarões, aparecem imponentes construções de outrora, maltratadas, sufocadas pelas pichações e poluição visual da urbe, mas que ainda prendem o olhar de quem passa.

São os velhos grupos escolares. Extenuados pelo abandono ou pelas máculas cruéis do tempo, as velhas construções ainda fazem muitos suspirarem pelo seu esplendor arquitetônico. São construções com jeito de escola, feitas para serem escolas. Em um tempo em que a pressa se torna a tônica da urbanização, os velhos casarões passam ao ostracismo, esquecidos na ineficácia da sociedade em preservar seus monumentos históricos.

É tarefa do historiador se aventurar na tentativa de dissipar a poeira que encobre a memória dos grupos escolares, pois por meio da busca por vestígios de outrora, os historiadores da Educação provocam a emergência desse modelo de instituição no cenário das pesquisas. A poeira e os fungos parecem ser eternos companheiros do pesquisador do passado, que penetra nos acervos de arquivos a procura de algum sinal, de alguma pista que redirecione seu trajeto. Neste compassar de tempo, os prédios escolares passam a ser de grande valia, por demonstrarem o poder ao qual estavam bitolados. Assim, ao passear pelas ruas de cidades como Aracaju, Estância, Capela, Propriá, São Cristóvão, Boquim, Simão Dias, Neópolis e Lagarto, descobrimos ou ao menos conseguimos imaginar o impacto que as construções dos grupos escolares devem ter causado na população local. Eles foram construídos para impressionar, para clamar a atenção do povo.

Uma das características fundamentais da ciência é o poder de renovação. O conhecimento científico quase nunca deve ser tomado como verdade absoluta, mas sim, como uma construção explicativa provisória própria a reformulações ou mesmo negações. Neste sentido, não podemos entender o conhecimento como algo acabado, concluído, pelo contrário, deve ser interpretado como processo de construção. Assim, o conhecimento não é simplesmente o resultado da busca, mas os passos da mesma, a caminhada de sua construção.

É importante lembrarmos a conexão existente entre conhecimento e sociedade. O produzir da ciência está estreitamente relacionado com as necessidades intrínsecas ao meio social ao qual está inserido. Este é um ponto-chave no entendimento do aspecto mutável do

saber científico. A sociedade não pode ser vista como algo cristalizado, inerte, imóvel. Pelo contrário, é notório o seu caráter de reformulações. O meio social está em um incessante processo de mutação, passando por metamorfoses constantes que alteram a sua configuração. Nesta acepção, cria-se no meio científico a necessidade de reavaliar o seu processo construtivo, redimensionar os pressupostos metodológicos na tentativa de atender às carências e exigências da sociedade. Por este ângulo, a ciência estaria sempre se renovando para atender a demanda. Contudo, é preciso lembrar que muitas vezes, o próprio processo de construção do saber leva a ciência a reformular-se. Neste ínterim, a arquitetura como objeto de estudo da História da Educação poderia ser visto como mais um passo, uma contribuição no processo de construção do setor histórico.

A pesquisa educacional brasileira é relativamente jovem. Se considerarmos outras áreas do saber, já consolidadas no campo da investigação científica, pode-se dizer que as investigações no âmbito educacional estão engatinhando, dando os primeiros passos. Segundo Marli André, um marco impulsionador da pesquisa educacional no Brasil foi a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) na década de 1930 (ANDRÉ, 2006). Isso propiciou que a produção e divulgação dos trabalhos científicos se tornassem mais regulares. Com isso, pode-se dizer que a pesquisa educacional no país teve uma origem induzida, ou seja, iniciou-se por medida governamental.

Geralmente, a pesquisa em Educação no Brasil é dividida em três fases. A primeira que vai de 1940 a 1955 é marcada pela leitura psicológica do processo de educação escolar e posição do escolanovismo, com a aprendizagem centrada no aluno. Foi criada nesse período a Revista de Estudos Pedagógicos que alavancou a divulgação dos trabalhos científicos (ANDRÉ, 2006). O segundo momento é marcado pela criação do Centro Brasileiro de Educação de Pesquisa educacional e dos centros regionais de pesquisa vinculados ao INEP, que se tornaram responsáveis pela formação de pesquisadores. Com isso, busca-se levar o progresso considerando as diferenças regionais, na tentativa de alavancar o desenvolvimento econômico do país. Essa fase é marcada pela influência das ciências sociais e da economia. Já em um terceiro momento a ditadura militar encara a educação como fator de desenvolvimento. Ocorre também a inserção do tecnicismo no âmbito educacional. Os estudos passam a enfatizar dimensão econômica da educação.

A maioria da pesquisa educacional brasileira ocorreu de forma forçada, com a implantação dos cursos de pós-graduação no país entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Isso propiciou uma intensificação da pesquisa, mesmo persistindo a pobreza teórico-metodológica. Com o crescimento das pesquisas ocorreram mudanças significativas, em relação às temáticas, teorias, abordagens e problemas. O caráter competitivo implantado no sistema de pós-graduação do Brasil também alimenta as dificuldades existentes resultando em problemas com a falta de rigor metodológico.

No entanto, uma das angústias mais recorrentes aos pesquisadores é o desafio paradigmático em conciliar a pesquisa qualitativa com a quantitativa. Durante muito tempo estas duas perspectivas foram vistas como contraditórias, oponentes. No entanto, esta dicotomia epistemológica é apenas aparente, não passa de um dualismo técnico. Para Gamboa:

a exigência de uma especificidade, metodológica para as ciências humanas pode conduzir a discussão das alternativas da pesquisa a uma falsa dicotomia epistemológica que apresenta, por um lado, a vertente destacando o tratamento da subjetivada, defendida pelos autores vinculados aos enfoques cuja matriz comum está na fenomenologia e, por outro lado, a vertente, fundada nos parâmetros da ciência empírico-analíticas, que prioriza a objetividade dos processos, os quais no tratamento dos fatos sociais e na pesquisa científico, são conhecidas como enfoques positivistas (GAMBOA, 2002, p.92-93).

A reflexão de Gamboa é interessante e inspira novos questionamentos. Um deles é a respeito da classificação das pesquisas. É comum em estudos acadêmicos os equívocos na classificação dos procedimentos metodológicos adotados, como também o uso indevido de tais procedimentos por desconhecimento de sua aplicabilidade. Com isso torna-se eminente a necessidade de classificar as pesquisas quanto ao seu delineamento, ou seja, ao “planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados (GIL 1991, p. 48). Neste sentido a pesquisa pode ser documental, bibliográfica, experimental, *expost-facto*, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante. São dimensões distintas que o investigador pode utilizar para melhor compreender o objeto estudado. A escolha do procedimento metodológico é muito importante, pois é ele que determina os passos da pesquisa e os resultados obtidos. A escolha de um método inadequado ao objeto pode fadar a pesquisa ao

fracasso. Neste sentido o pesquisador deve atender-se para os limites de cada metodologia e observar qual se adequa mais aos objetivos propostos na investigação.

É importante também atentar-se para a dimensão teórico-metodológica da pesquisa. Cada pesquisador utiliza-se de um leque conceitual-explicativo para evidenciar o seu objeto de estudo. No âmbito da pesquisa histórica essa perspectiva também está presente, assim como nas demais ciências sociais. Um dos enfoques que exerceu maior força no campo historiográfico foi o positivismo. Os postulados de Comte e Spencer ajudaram os historiadores na busca da consolidação do caráter científico da história. Visando pautar-se em uma suposta neutralidade, na objetividade, os historiadores negaram tudo que pudesse abalar tal postura, incluso o direito a interpretação:

Assim, tende os fatos como único objeto da ciência, fatos que podiam ser observados, a atitude positiva consistia em descobrir as relações entre as coisas. Para atingir isto, nas ciências sociais, criaram-se instrumentos, elaboraram-se determinadas estratégias e se privilegiou a estatística e, através dela, o conhecimento deixou de ser subjetivo, alcançando a almejada, objetividade científica. Desta maneira, eliminava-se a busca inadequada do por quê. O que interessa ao espírito positivo é estabelecer como se produzem as relações entre os fatos. (TRIVIÑOS, 2002, p.36).

Sob esta ótica, o estudo positivo deveria tratar apenas dos fatos e das suas leis. Com isso, percebe-se uma constante busca pelas regularidades. Mas como propor regularidades na história, se cada fato seria único, um episódio nunca se repete nas mesmas condições? Este ponto parecia condenar a história a permanecer como conhecimento não-científico. Os historiadores encontrariam o suposto caminho da cientificidade ao adotar as teses da fisiologia e do darwinismo social. Além disso, os historiadores passam a pautar suas investigações no rigor da crítica documental. A grande preocupação história do século XIX não era interpretar os registros, mas comprovar a sua veracidade para que eles por si só revelassem a verdade dos fatos. O documento deveria falar por si. Era o triunfo do cientificismo (RIBEIRO JUNIOR, 1982, p.11) no “Século da História”.

Um enfoque que renovaria o campo da investigação histórica seria o do materialismo histórico. Pautados na dialética, os historiadores voltaram a interpretar, renegando os fatos a segundo plano e buscando desvendar as causas da luta de classes, a partir de suas contradições. Então, deve-se “buscar nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades” (TRIVIÑOS, 2002, p.51).

Essa sucessão de enfoques que influenciaram o pensamento histórico demonstram que o conhecimento sempre está passando por crises de paradigmas. Os modelos explicativos são descartáveis, mutáveis, logo chegam em determinado momento em que acabam sendo superados. Os paradigmas duram cada vez menos tempo. Assim como a sociedade transforma-se ferozmente, os paradigmas científicos tornam-se fugaz. Nessa conjuntura o ato investigativo torna-se mais necessário, mas também, aumenta a sua complexidade. O investigador deve atentar-se para a produção acadêmica já realizada. É o diálogo com as obras anteriores. A novidade neste sentido passa a ser o foco de abordagem. Sérgio Luna estabelece alguns requisitos que o pesquisador deve seguir: estabelecer uma pergunta que deseja responder, elaborar os passos para que possa responder e indicar o grau de confiabilidade da resposta obtida (LUNA, 2007, p.27).

As crises epistemológicas do campo histórico propiciaram uma completa renovação no âmbito da pesquisa, motivadas principalmente pela inserção de novos instrumentos de coleta de dados. A História da Educação rompeu com a dependência exclusiva dos registros isentos oficiais e passou a vislumbrar novas perspectiva de coleta de dados. Hoje, o historiador da Educação dispõe de um grande arsenal para compor suas evidências historiográficas.

Assim, a depender do objeto estudado, o pesquisador pode dispor de metodologias como a História Oral, História de Vida e entrevistas. A invenção do gravador mudou definitivamente os rumos da pesquisa histórica. O historiador tem a oportunidade de registrar, falar, filmar o depoimento com o intuito de flagrar gestos, ações que passam desvendar mistérios da pesquisa. A História Oral serviu para dar vez e voz aos sujeitos silenciados.

1.1 Um Passeio pela Historiografia Educacional Brasileira

De navegadores solitários a grandes esquadras. Esse deve ser o sentimento dos pesquisadores dos grupos escolares ao observar a multiplicação dos trabalhos publicados sobre a temática. A década de 1990 foi um marco, pois representou o momento da redescoberta da instrução da infância como objeto de estudo da História da Educação. Nesses

novos enfoques, os grupos escolares se tornaram um objeto privilegiado, tornando-se um relevante ponto nas discussões dos historiadores da Educação.

Podemos dizer que estamos vivenciando o retorno dos grupos escolares como foco central dos embates educacionais. Se esse tipo de instituição não continua sendo ovacionado como o modelo ideal de prédio escolar (como ocorreu na primeira metade do século XX), ele passa por um segundo momento de destaque, agora como objeto privilegiado dos historiadores da Educação. Aos poucos o silêncio que perscrutava as imponentes construções vem sendo rompido. Os sussurros do alunado e do corpo docente vêm quebrando com a barreira do esquecimento. Os grupos que surgiram para se exhibir, finalmente figuram como protagonistas nos estudos de Educação.

Entretanto, uma questão permanece inquietando. O que teria causado essa redescoberta repentina dos grupos como objeto de estudo? O que teria levado um modelo de ensino que permaneceu tanto tempo ignorado dos olhares dos historiadores a se tornar foco de análise de tantos estudos? As respostas para tais questionamentos são múltiplas e complexas. Para entender a emergência dos novos objetos nas investigações de História da Educação é preciso adentrar nas transformações epistemológicas ocorridas no campo de pesquisa. Neste sentido, a emergência dos grupos escolares como objeto de estudo reflete as transformações nas concepções de História, no que concerne às fontes, abordagens, problemáticas e objetos (BURKE, 1997). O campo historiográfico renovou-se.

Essa renovação epistemológica da produção historiográfica é devedora em grande parte do movimento dos *Annales* ocorrido na França a partir de 1929. Historiadores como March Bloch e Lucien Febvre sintetizaram as novas leituras historiográficas que vinham ocorrendo de forma dispersa e renovaram os procedimentos teórico-metodológicos da História, em contraponto com as produções positivistas e marxistas. Assim, a produção historiográfica subsequente passou a ter como eixo central o contraponto entre o velho e o novo, entre os contestadores e a ordem vigente.

Uma das principais contribuições dos *Annales* foi à defesa da história-problema. A problematização tornou-se imprescindível na elaboração do objeto a ser estudado. O historiador teria como ponto de partida o problema, o questionamento que perpassaria todo o desenrolar do enredo histórico. Nessa perspectiva, a eleição dessa nova postura do historiador

revela o combate ao tradicional enfoque da história factual, presa a narrativa dos heróis com seus feitos ao longo do tempo.

A ebulição renovadora dos Annales propiciou a diluição dos velhos “ídolos” dos historiadores. Heróis, fatos e datas não chegaram a desaparecer dos enredos históricos, mas assumiram enfoques totalmente distintos. Pode-se dizer que os estudos passaram por turbulências. O pesquisador deixou de ser um mero compilador de fatos e datas para buscar as motivações escondidas nos registros documentais. A interpretação tornou-se elemento essencial na pesquisa histórica, buscando refletir sobre os elementos intrínsecos à sociedade.

Para concretizar a proposta de inserir novos enfoques às análises históricas, foi necessário romper as fronteiras das ciências. O historiador se viu obrigado a extrapolar as barreiras da história, adentrando em áreas proibidas. A Economia, Sociologia, Linguística, Antropologia, Geografia e Psicologia passaram a ser campos de estudos assiduamente visitados pelos historiadores. Com isso, os estudos históricos foram tornando-se pesquisas de cunho interdisciplinar, a História passou a dialogar com as ciências vizinhas. Pressupostos explicativos de diferentes áreas passaram a figurar nas reflexões históricas, o que propiciou leituras reveladoras.

Contudo, uma reformulação foi essencial para a renovação das pesquisas em História: foi a ampliação da concepção de documento. O movimento dos Annales decreta o fim do monopólio dos documentos escritos oficiais. Por propiciar novos enfoques, os historiadores se viram diante da necessidade de buscar novos registros, interrogar diferentes testemunhos. Documento passou a ser tudo que o homem produziu ou tocou ao longo do tempo, ou seja, diferentes objetos passaram a se tornar importantes indícios na investigação histórica. Essa ampliação do leque documental propiciou aos pesquisadores vislumbrarem com novas perspectivas, com novos enfoques interpretativos. Todavia, a ampliação conceitual de documento revelou problemáticas antes inexistentes. A principal delas é no que concerne à crítica. Diante de uma variedade outrora inimaginável de registros históricos, como o historiador pode exercer a sua função de averiguar a veracidade do testemunho? O método da crítica histórica antes restrito a averiguação dos registros escritos, passou a ser adequado para análise de fontes orais, iconográficas, arqueológicas, arquitetônicas e audiovisuais. Na perspectiva dos Annales, o historiador pode munir-se de um vasto e variado arsenal de testemunhas na tentativa de vislumbrar a realidade estudada, estando ciente do caráter

intencional presente nos registros documentais, pois “todo documento é um monumento e nunca é puro, isto é, puramente objetivo” (LE GOFF, 2003, p. 166). Assim, documento “é tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que pode e deve informar-nos sobre eles” (LE GOFF, 2003, p 166).

A História Nova rompeu com o compromisso de buscar a verdade, adotando a postura de propiciar interpretação sobre o passado, ou seja, a produção histórica foi reduzida a uma versão do passado. A verdade foi diluída. Assim temos um olhar mais abrangente e audacioso. Contudo, o relativismo dentro do universo da investigação é bem mais abrangente. Na crítica documental, os testemunhos falsificados assumiram uma nova função, pois passaram a ser utilizadas para fornecer dados sobre o período em que foi produzido, ou melhor, dizendo, falsificado.

Com um suporte documental tão vasto, as abordagens historiográficas passaram por um processo revolucionário. Os pesquisadores se viram diante de novas indagações, provocando a emergência de sujeitos antes ignorados. O silêncio dos marginalizados é rompido, os anônimos da trama histórica entram em cena não mais como meros figurantes, mas sim, como protagonistas. O universo da produção vira de ponta cabeça. Reis, rainhas e políticos de uma forma geral passam a dividir espaço com escravos, índios, prostitutas, loucos e beatos. A História desvia o seu olhar para as margens. Na nova trama histórica os anônimos são inseridos na cena, sujeitos desconhecidos são transformados em personagens relevantes e, em muitos casos, protagonistas.

O texto histórico, resultante do esforço do investigador em ordenar e sintetizar o passado, foi renovado. Se a tempos atrás os historiadores tinham a negativa fama de escrever mal, o trabalhos mais recentes vêm mostrando o contrário. Escrever bem passou a ser um dos indicadores mais relevantes para o ofício de historiador. Os textos laudatórios, sobrecarregados de extensas transcrições documentais estão em desuso. A produção histórica recente vem exibindo uma estética textual antes impensável para um trabalho de historiador.

Essa nova estética é influência da historiografia francesa com os *Annales* e, principalmente, da micro-história italiana. Historiadores como Georges Duby (1997), Giovanni Levi (2000) e Carlo Ginzburg (1986) reapproximam a história do estilo literário. É o retorno da história narrativa, recalcada com os novos procedimentos epistemológicos da

ciência, ou seja, é uma história-narrativa que tem como fio condutor, como enredo a problemática. Nessas releituras historiográficas, o velho e o novo dialogam, provocando ressurgimento, renovações.

Em meio a tantas repercussões nos diferentes âmbitos do campo científico da história promovidas pelas distintas contribuições de pesquisadores ao longo do século XX, a historiografia renovou-se. As temáticas multiplicaram-se e praticamente todas as ações, utopias e projetos humanos passaram a ser focados pelas lentes historiográficas. Isso significa a emergência de uma relevante gama de temáticas como a loucura, sexualidade, marginalidade, sonhos, infância, morte, vida privada, lágrima e magia. A História passou a buscar a compreensão do homem ao longo do tempo em suas diferentes facetas.

Essa avalanche de novos enfoques historiográficos influenciou, em especial, uma especialidade da pesquisa histórica: a História da Educação. Durante muito tempo essa área de investigação foi vista com suspeita pelos historiadores de formação. Essa desconfiança fez com que a História da Educação se constituísse como campo de investigação com relativa autonomia, rejeitada tanto por pedagogos como por historiadores. É provável que essa situação de negligência em relação aos estudos de História da Educação esteja relacionada com a origem dos mesmos. Enquanto os historiadores do século XIX tinham como principal veículo de produção de suas obras o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a História da Educação no Brasil nasceu na esfera das escolas normais.

Mas foi a emergência dos pressupostos dos *Annales* que provocou uma fértil aproximação dos estudos históricos com a História da Educação. Os estudos desta área passaram a utilizar mais assiduamente os referenciais teórico-metodológicos da História, enquanto os historiadores de formação passaram a reivindicar para o seu leque de pesquisas a Educação. Assim, a História da Educação legitimou-se como especialidade da pesquisa histórica, norteadas pelo olhar interdisciplinar. Com isso, emergem enfoques surpreendentes como o cotidiano escolar, cultura escolar, formação docente, festas escolares, imaginário infantil e instituições escolares. Historiadores e educadores, orientados pelo método da crítica histórica, passaram a vislumbrar realidades instigantes.

Nesta perspectiva, um dos objetos contemplados pelos historiadores da Educação é o Grupo Escolar, sintetizando duas tendências dos estudos da área: a instrução da infância e a

institucionalização do ensino. As pesquisas sobre os grupos escolares brasileiros se proliferaram no último decênio com a mesma dimensão que os grupos foram disseminados no alvorecer do século XX. Trata-se, de um novo entusiasmo pelos grupos escolares, sendo desta vez na perspectiva de objeto de investigação.

Os grupos escolares renascem como objeto de pesquisa em um momento crucial. Se os grupos surgiram com o propósito de exibir-se criando a imagem de escola, nos dias atuais a escola passa por uma crise. A preocupação com a melhoria dos índices de alunos na escola acabou provocando certo descuido na estética escolar. A escola está ficando cada vez mais distante do modelo palaciano de outrora. Hoje temos prédios grandes, cercados por grandes muros e cercas, destinados a “prender” os alunos, deixando-os por maior tempo possível distantes do violento mundo que os cercam. É nesse momento de crise, em que a escola parece perder a sua identidade de instituição, de prédio escolar, que os grupos escolares passam a ser objeto de desejo dos pesquisadores. Neste sentido, a História permanece sendo filha do seu tempo.

Em meio a essa multiplicidade de estudos que vislumbraram as diferentes facetas dos grupos escolares, é relevante avaliar a produção já realizada. A historiografia deve permanecer em constante processo de avaliação, para poder compreender as diferentes contribuições dos pesquisadores, como também para averiguar as lacunas ainda existentes. Avaliar o que já foi realizado é um passo pertinente na construção do conhecimento histórico.

Esse estudo tem como missão perscrutar os estudos mais recentes produzidos acerca dos grupos escolares sergipanos. É uma tentativa de captar os interlocutores da produção histórica, buscar unir os elementos de um universo multifacetado, imersos em capítulos de livros, anais de eventos, estudos monográficos e artigos de periódicos locais e nacionais. Essa discussão não pretende emergir na urdidura da escrita desses estudos. Busca-se apenas concatenar os principais elementos que estiveram no foco dos pesquisadores elencados. Também se deve ressaltar que o presente estudo não esgotou o levantamento dos textos que abordam sobre os grupos escolares. Devido a grande quantidade de publicações sobre a temática, foram selecionados alguns dos textos publicados recentemente que tiveram maior divulgação. Esse critério de seleção foi utilizado por se observar que os estudos selecionados conseguiram reunir dados que vinham sendo discutidos em eventos científicos.

Navegar por mares desconhecidos. Desvendar os perigos da aventura e se lançar por novos campos são alguns dos desafios atuais dos historiadores da Educação. Buscando constituir-se como campo de pesquisa, a História da Educação tenta apropriar-se dos pressupostos teórico-metodológicos do campo da História. Esse redimensionamento dos campos tem provocado bons resultados, com estudos que chegam a impressionar pela originalidade.

Apesar de todos os avanços promovidos com a adoção de alguns pressupostos dos Annales pela História da Educação, uma questão permanece incômoda e deve ser frisada. Os resultados das investigações da área em questão é história ou nova memória? Este embate angustia muitos historiadores. O que garante que não estaríamos apenas reproduzindo uma memória da memória?

Não devemos esquecer de que a história é filha do seu tempo, pois “cada época produz um conhecimento específico sobre o passado” (LE GOFF, 2003, p. 164). Sob este ângulo, cada período promove uma renovação do fazer histórico, buscando adequar-se a nova tessitura social a qual está inserido. As críticas atribuídas ao movimento dos Annales geralmente estão relacionadas com pontos focalizados como o caráter de produto de consumo, o descompromisso revolucionário e a fragmentação temática (DOSSE, 1994). Observar por esse lado é possível vislumbrar a pertinência dessas críticas. Realmente os Annales conseguiram fazer com que o conhecimento histórico atingisse certo status de ciência popularizada. Ao se aproximar do estilo literário, as obras de cunho histórico se tornaram atrativas para o grande público, sendo que alguns autores se tornaram *best-seller*. Todavia esse fato não deve ser observado sob a perspectiva negativa, pois é importante que o conhecimento de uma área desperte o interesse da população.

O segundo ponto criticado é questionável. Dizer que a produção historiográfica analítica não tem compromisso social, não vislumbra uma transformação, ou seja, dizer que se trata de uma escrita para o deleite da elite é uma inverdade. É idéia comum de que os historiadores perderam grande parte da pretensão de transformar o passado pelo simples estudo do passado, mas, esse é um momento crucial na produção do saber histórico. As renovações promovidas pelos Annales permitiram que sujeitos históricos que permaneciam às margens fossem transformados em atores centrais da trama histórica. Os historiadores

despertaram o interesse para o lúdico, para o folclórico, para a tradição oral, dando voz aos silenciados. Com a História Oral os historiadores retornam as origens de Heródoto.

O terceiro ponto é o mais pertinente. É notório o caráter fragmentário da produção histórica realizada a partir da disseminação dos pressupostos analíticos. Escreve-se sobre tudo: lágrimas, mulher, marginais, sexo, loucura, cheiro, imaginário, cotidiano, festas e até alimentação. O historiador adequou suas lentes para focar o microscópio e negligenciou o macro. Ao se aproximar da Antropologia, a História encantou-se pelos casos pequenos, pela “miudeza” dos fatos. A busca incessante por objetos minúsculos fez com a história se tornasse uma área de conhecimento imersa em estudos de casos. São múltiplos interlocutores buscando fecundar objetos cada vez mais limitados. Mesmo sendo um problema contundente, a fragmentação temática não representa um obstáculo na consolidação do saber histórico. A dispersão dos objetos é necessária. No entanto, esses estudos devem ser acompanhados de um laborioso trabalho de síntese, que consiga congrega as diferentes pesquisas realizadas sobre a mesma temática em localidades distintas. Com isso, estaria concatenando uma nova realidade histórica nacional. Não seria o olhar do sudeste brasileiro generalizado para todo o país, mas sim, o esforço de demonstrar um país múltiplo, no qual as realidades locais ora se aproximam, ora distanciam. A necessidade de articular os diferentes estudos afins é notória.

Esses embates são pertinentes aos estudos de História da Educação no Brasil. Diferentes perspectivas vêm sendo vislumbradas de modo focal, sendo necessária a reunião desses estudos por eixos temáticos. A maior parte dos objetos recentemente lançados na História da Educação brasileira permanece na ótica do local, no foco microscópico. Essa urgente necessidade de se realizar sínteses históricas congregando as diferentes contribuições locais está apenas começando a ser sanada. Este é o caso de objetos como a cultura escolar, o cotidiano escolar, a formação docente e os grupos escolares. Todavia, o caminho ainda é longo. Mesmo assim, é necessário navegar na produção historiográfica da educação brasileira na tentativa de averiguar as variadas contribuições, as diferentes formas que o universo educacional brasileiro foi lido.

Por se tratar de leitura, uma obra instigante é “Perfil do Leitor Colonial” de Jorge de Souza Araújo. O autor discute a memória cultural brasileira mediante a análise de uma eventual sociologia da leitura, buscando mapear as práticas de leituras no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Pode-se dizer que se trata de uma obra de fôlego, que esboça um olhar

sobre acervos documentais de diferentes regiões. Isso propiciou o aspecto mais inovador da obra, o fato de evidenciar os diferentes hábitos de leitura e o livro como um bem, como patrimônio. A importância dos registros de práticas de leituras do Brasil Colonial está no fato de ser um estudo de um período historicamente negligenciado pela História da Educação. A colônia permaneceu como uma grande lacuna, apesar da maior abrangência das pesquisas em Educação. Assim, é importante constatar que “se o brasileiro não lia tudo ou lia bem, ao menos lia” (ARAÚJO, 1999, p. 19).

Navegar pela historiografia educacional brasileira significa, em muitos casos, sair do marasmo e adentrar em uma tempestade. É possível imaginar a repercussão da obra de Araújo no meio acadêmico, tendo em vista que a temática dos hábitos de leitura ainda não tinha sido difundida no Brasil. Prova disso é que o próprio autor não discute com a produção de importantes investigadores da temática como Roger Chartier. Mesmo assim ele consegue propor uma problematização instigante, até mesmo por se tratar de um período pouco observado. “Os livros enquanto objeto de cultura e da prática social eram admitidos como símbolos de uma ascensão intelectual nem sempre consentidas dentro do rigor axiomático dos jesuítas” (ARAÚJO, 1999, p. 41). Foram os jesuítas os principais responsáveis pela educação brasileira nos primórdios da colonização lusitana.

Um dos primeiros intelectuais a debruçar o olhar sobre as instituições educacionais brasileiras foi Fernando de Azevedo, autor polêmico que desperta paixões e inquieta para novos questionamentos. Azevedo apresenta uma visão positiva em relação ao papel desempenhado pelos jesuítas, ao mesmo tempo em que se configura crítica perspicaz ao modelo de ensino instituído após a expulsão dos inicianos. Neste sentido, “a educação teria de arrastar-se, através de todo século XIX, inorganizado, anárquico, incessantemente desagregada” (AZEVEDO, 1996, p. 556). Essa postura do intelectual reflete o contexto no qual estava inserido. Este é o olhar de um entusiasta das reformas ocorridas no terceiro decênio do século XX. Para ele, o progresso teria emergido em 1930 e não mais cessaria. Tudo que teria ocorrido anteriormente não passava de tentativas frustradas de institucionalização do ensino.

Mesmo assim, a importância da obra de Azevedo é muito superior às críticas que podem ser lançados sobre a mesma. Trata-se de um marco da historiografia educacional, de uma obra de referência para qualquer pesquisador da área. Retornando com a metáfora da

embarcação, Azevedo seria um dos pioneiros (não só da Escola Nova, mas, na História da Educação), um dos aventureiros, dos navegadores solitários. Buscar as intenções com que a obra foi erigida não é apenas sugestão, é um dever que todo historiador deve estar atento. Todavia, deve-se lembrar que a monumentalidade não é caráter exclusivo da obra de Azevedo. Qualquer texto possui intenções, sejam elas explícitas ou não. Questionar é um dos pontos de partida do leitor.

A obra de Azevedo descortina importantes instituições escolares, culturais e científicas existentes no Brasil ao longo do século XX. O olhar globalizado do autor não lhe permitiu observar as vicissitudes da atmosfera educacional do país. As diferenças regionais foram diluídas nas contraditórias reflexões das instituições. O olhar microscópico foi lançado sobre o ensino do dezenove por Maria Celi Chaves Vasconcelos. “A casa e seus Mestres” representa a emergência do olhar focal sobre o ambiente interno do ensino. É uma imersão na casa-escola, na discussão sobre o ensino doméstico. Com um considerável lastro documental, a autora se embasa para adentrar no universo privado, para observar as aulas domésticas e particulares. Para a autora, a educação doméstica “é o conjunto de práticas educativas realizadas no âmbito doméstico ou da casa, que antecedem e se desenvolvem paralelamente à construção, aceitação e afirmação da escola formal” (VASCONCELOS, 2005, p. 15).

Instigante é observar o confronto entre o velho e o novo, na luta entre a educação doméstica e a escola. Esses impasses, ora marcados pela desconfiança, surgiram como os primeiros passos na constituição do espaço escolar fora do ambiente protetor do lar do aluno, transferindo-se na maioria das vezes para a casa do mestre. Pode-se perceber que inexiste uma diferenciação entre as esferas públicas e privadas. A constituição do espaço escolar no decorrer do século XIX revela algumas preocupações que permaneceriam após a institucionalização do ensino público como a vigilância. Vigiar é uma necessidade intrínseca ao ensino, por vezes exercida pelo olhar dos pais, outras da sociedade e nos grupos escolares pelo corpo administrativo.

Vigilância, higienismo e civismo eram expressões correntes no discurso dos políticos republicanos. O século XX emerge com a preocupação de transformar o Brasil em uma nação, de consolidar o regime republicano, fortalecer a incipiente democracia e, principalmente, formar o cidadão brasileiro. O discurso ganha uma tonicidade diferenciada, distanciando-se da prática que por vezes permanecia seguindo o modelo imperial. Mas a República brasileira

criou a necessidade de mostrar a diferença, ou ao menos se mostrar diferente. Era preciso exibir os resultados dos avanços, evidenciar o progresso eminente. Propagar foi um verbo muito usado pelas lideranças republicanas, que buscaram a todo custo empreender um país avançado, civilizado, moderno.

Percebe-se assim, que no decorrer do século XX a educação vai incorporando um atributo do qual vinha aproximando-se desde o século anterior. Educação e trabalho parecia ser um diálogo enriquecedor. No incipiente processo de industrialização em que o país passava, com a conseqüente urbanização, criava-se a necessidade de preparar a população para o trabalho fabril. Era preciso incutir nos trabalhadores os princípios da modernidade, romper com as crenças e superstições típicas do passado atrasado e “adestrar” os novos trabalhadores, pautados na obediência, agilidade e ordem. Formando bons trabalhadores, a República estaria preparando o país para o seu ingresso definitivo na civilização. Essa preocupação republicana é o foco de análise de Marta Chagas de Carvalho em “*Molde Nacional e Fôrma Cívica*”. O próprio título da obra já revela o seu aspecto central e suscita inquietações a respeito da mentalidade da referida época. Ao discutir os princípios de higiene e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação, a autora estimula o leitor a se debruçar sobre enfoques como o ensino, trabalho e civismo. Tudo isso a serviço do projeto civilizador. Na visão dos membros da Associação, a educação teria a função de controle social, de moldar e programar a população (CARVALHO, 1998, p. 27).

O escolanovismo se tornou na década de 1990 um objeto privilegiado pela História da Educação. Pesquisadores buscaram penetrar no emaranhado de dimensões presentes no movimento, vislumbrando perspectivas surpreendentes. Associações, revistas, eventos e principalmente líderes dos Pioneiros entraram em cena na História da Educação em estudos audaciosos. Uma dessas pesquisas é sobre Anísio Teixeira, realizada por Clarice Nunes. É uma obra que busca “decifrar como se formou, existencial e socialmente, uma identidade profissional que privilegiou o campo educativo” (NUNES, 2000, p. 10). Em um estilo de escrita bem próximo da literatura, a autora traça a trajetória intelectual de Anísio Teixeira. Ela segue a proposta da micro-história italiana, recriando um sujeito e pintando cenários pelos quais ele teria passado.

Outra obra que enfoca um pioneiro é “*A Intelligentsia educacional*” de Zaia Brandão (1996). Esta obra é um legado para a historiografia educacional não só pela discussão, mas

principalmente pelo aspecto metodológico. De forma ousada, a pesquisadora revela os entraves de sua trajetória na pesquisa e os dolorosos embates entre a teoria e o universo analisado, que teimava em não se enquadrar nos dados obtidos na historiografia. A postura da historiadora aparece a todo instante, depurando depoimentos, contrapondo bibliografia e documentação primária, questionando. É uma válida tentativa de reconstituir a vida de um suposto dissidente silenciado da Associação Brasileira de Educação, Paschoal Lemme. Um dos fatores que propiciaram uma investigação mais estimulante foi a possibilidade de dialogar com seu personagem-objeto por meio de cartas, que em alguns momentos aprofundavam as dúvidas, em outros solucionavam os impasses.

Essas leituras historiográficas revelam que a República Brasileira foi consolidada em meio a polêmicas. Vários eram os impasses que impediam a caminhada do país para o mundo civilizado. Os maus-costumes e o analfabetismo grassavam a população, enquanto as divergências políticas impediam a adoção de uma política pública comum. A âncora do atraso prendia a nação brasileira ao marasmo do continuísmo.

As lentes da História da Educação têm privilegiado os movimentos das décadas de 1920 e 1930. A Era Vargas é um marco desses estudos, vista na maioria como marco temporal das pesquisas. Seria o início de uma nova era. Para alguns é o marco final, para outros, o inicial. Um desses estudos que ressaltam a década de 1930 é “O hino, o sermão e a ordem do dia” de José Silvério Baía Horta. Para o autor, nesta década “ocorreu uma aproximação entre a escola e o quartel (...) o Exército nada mais seria que o prolongamento da escola” (HORTA, 1994, p. 07). O autor resalta as preocupações atinentes à formação do corpo e do caráter, como meio de preparar o país para um eventual período de guerra. Assim, o exército brasileiro “buscava na juventude brasileira os melhores cidadãos para serem perfeitos soldados” (HORTA, 1994, p. 227), ou seja, a escola teria como função não só formar bons trabalhadores e cidadãos patrióticos, mas também, intrinsecamente ligado aos mesmos, moldar os futuros soldados do país.

Outro autor que busca compreender as tentativas de controle do corpo é Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, que estuda a Educação Física no período da ditadura militar. Para ele, “as práticas corporais expressam formas de pensamentos e comportamento que, por sua vez, exprimem condições de dominação e resistência” (OLIVEIRA, 2003, p. 17). Um dos

aspectos que permeia toda a obra é a contradição vigente ao objeto, expressada seja por meio dos depoimentos ou discursos das revistas, seja na prática docente.

É nesta perspectiva que se insere a obra de Vanilda Paiva (1980) a respeito de Paulo Freire. A autora conseguiu ordenar em seu discurso o turbilhão de idéias confusas que tornaram a década de 1950 efervescente, articulando as idéias de Paulo Freire com seu tempo. É um estudo que engloba os diferentes setores da sociedade brasileira, com seus discursos e expectativas sobre o futuro do país.

Como foi visto, a historiografia educacional brasileira confunde-se com seu objeto de estudo, sendo ambas marcadas por idas e voltas, crises e renovações. São estudos focalizados, mas que não perdem a perspectiva do todo. É uma história que rediscute a memória e, em alguns casos, seria uma memória renovada e diferente da vigente. Os novos historiadores da Educação, mesmos estando respaldados nos pressupostos do saber histórico, entusiasmados com os novos atributos estabelecidos pelos Annales, ainda permanecem dependentes da memória. Sem memória certamente não há história, mas os historiadores da Educação aprenderam que o ponto de partida da pesquisa história é a desconfiança dessa memória.

1.2 O Renascimento dos Grupos Escolares: Um novo objeto de estudo

A década de 1990 marcou a emergência dos grupos escolares como objeto de estudo privilegiado da História da Educação. Depois de permanecerem por décadas silenciados, no último decênio do século XX, os grupos passam a ser deslumbrados como integrante relevante do eloqüente discurso republicano no campo educacional. Eles passam a ser vistos como síntese de um período contraditório, que buscou desesperadamente criar novos símbolos, imprimir uma identidade nacional, à republicana.

Os grupos escolares no alvorecer do século XX eram vistos como símbolos maiores da modernidade na esfera educacional. Eles reuniam praticamente todos os princípios intrínsecos dos tempos modernos como a agilidade, ordenação, higiene, eficácia e vigilância. Pode-se dizer que esse tipo de instituição constituía em pequenas ilhas de civilização em pleno oceano de “barbárie”. A tão clamada e almejada modernidade não ultrapassava os limites dos muros das escolas. Enquanto nas preleções dos grupos os professores louvavam e

difundiam os princípios da civilização, a sociedade brasileira permanecia marginalizada, excludente e violenta. A República Velha que pregou a modernização do país foi também o regime das eleições fraudulentas, do domínio coronelista, da “limpeza” das cidades empurrando a miséria para a periferia em nome do embelezamento modernista. Foi a época das contestações sociais, quase todas inevitavelmente sufocadas e reprimidas pelo poder central. Na difusão da modernidade civilizada, o sangue jorrou, afinal, a desordem não poderia impedir o progresso da nação.

Em linhas gerais, a historiografia educacional brasileira concernente à temática dos grupos escolares está atrelada aos pressupostos dos republicanos e da modernidade. São obras que inserem essas instituições escolares como representações dos anseios da época perante o campo educacional. Essas obras representam também um despertar de um novo enfoque epistemológico. Novas abordagens foram inseridas nesses estudos como cultura escolar, festas cívicas, cotidiano e arquitetura. Porém, é preciso atenuar a relevância desses estudos, observar as diferentes reflexões produzidas acerca das temáticas nos diferentes estados do país. Cria-se a necessidade de promover um diálogo entre as diferentes vozes que sobrelevam a relevância desse modelo de instrução primária pública.

Os olhares dos historiadores da Educação sobressaíram sobre o universo dos grupos escolares como objetos de estudo a partir de meados da década de 1990, sofrendo influência direta da entrada no país de obras da historiografia francesa. A disseminação de estudos sobre essa temática seguiu um percurso semelhante ao da propagação dos grupos escolares. Um dos pontos diferenciais é que o olhar historiográfico convergiu por todo país de modo bem mais veloz. Múltiplos olhares emergiram por todos os recônditos estados do país.

As primeiras contribuições acadêmicas sobre os grupos escolares ocorreram em São Paulo. O estado que impulsionou a difusão desse modelo de ensino foi também o pioneiro na inclusão do mesmo como objeto de estudo. Importantes pesquisadores da temática do país pertencem aos quadros docentes das universidades paulistas. São estudos que adentraram nos grupos, buscando desvendar uma realidade obscurecida ao longo do tempo. Assim, a emergência dos grupos escolares como objeto de estudo, representa também a descoberta da infância como sujeito histórico.

Uma obra que se tornou referência sobre os grupos escolares no Brasil é “Templos de Civilização” de Rosa Fátima de Souza. É uma análise que vislumbra o surgimento e difusão do modelo de escola graduada no estado de São Paulo como ícone da disseminação do processo civilizatório do país. O próprio título já infere sobre o substrato da obra: trata-se da edificação de prédios grandiosos com o propósito de difundir os pressupostos da modernidade, da civilização. Um dos enfoques da autora é a respeito das discussões no âmbito político sobre o ensino primário. A autora acompanha o processo de implantação dos grupos escolares paulistas, que na maioria das vezes seguiu a trilha do café, tendo em vista que “dependia da doação do terreno ou de prédio” (SOUZA, 1998, p. 93). Os grupos paulistas tinham como função formar um povo regenerado e “serviam como modelos para outros estados” (SOUZA, 1998, p. 61). Além disso, eles eram apresentados como um contraponto ao modelo de ensino do período monárquico. É neste ponto que a obra de Souza apresenta algumas ressalvas. A autora em alguns momentos parece compartilhar do entusiasmo republicano em relação ao modelo dos grupos escolares. É preciso entender os grupos como discurso, que tinham como meta criar uma imagem de organização republicana contrastada com a suposta desordem imperial. É bem verdade que a autora não chegou a iludir-se com o discurso dos republicanos, pois ao constatar que a disseminação dos grupos foi acompanhada pelo aumento do número de cadeiras isoladas, reforça a idéia de que Souza percebeu o distanciamento entre o discurso e a prática. O ideal republicano aparece com maiores problemas em outros trabalhos subsequentes.

O principal elemento da obra de Rosa de Souza é em relação aos aspectos culturais. Ela passeia pelas fontes e reconstitui, com aspecto quase que etnográfico, os ritos, as festas e as práticas escolares. Ao abordar sobre tal enfoque, a questão da memória permeia todo o discurso. As festas foram apresentadas como ato de celebrar, de memorar as grandes festas ou, em alguns casos, de reconstituir uma nova memória. Assim, “as festas cívicas visavam lembrar a memória histórica e legitimar o novo regime” (SOUZA, 1998, p. 265).

Outro intelectual que enfocou a relevância do ensino primário paulistano no período republicano foi Carlos Monarcha com o artigo “Arquitetura escolar Republicana”. O seu foco de discussão esteve centrado na Escola Normal da Praça, mas seu estudo constitui uma relevante contribuição para a historiografia dos grupos escolares, levando-se em consideração que esta escola abrigou um grupo como anexo e serviu de modelo para a difusão dos grupos

pelo estado. É uma narrativa que penetra na retórica arquitetônica dos republicanos contrapondo-a com os percalços sociais que a cercava. “O tecido arquitetônico e a retórica republicana dissimulam a presença de uma atmosfera saturada de tensões causadoras de luta e desolação” (MONARCHA, 2003, p. 104). Um dos pontos centrais da discussão do autor é a interpretação da magnitude do prédio como parte integrante da eloquência discursiva dos republicanos impregnada na arquitetura da escola.

Contudo, os estudos dos grupos escolares não ficavam restritos aos pesquisadores de São Paulo. A temática vem sendo explorada em vários estados, resultando no afloramento de múltiplas realidades acerca do processo de expansão dos grupos escolares no Brasil em seus diferentes estados. Se a maioria das pesquisas confirmou os dados nas investigações paulistas, demonstrando o aspecto regenerador, propagandístico e moderno atribuído aos grupos, outros serviram para desmistificar as especificidades de cada localidade. Uma dessas especificidades infere-se sobre a adoção de São Paulo como modelo para a disseminação dos grupos escolares. Pesquisadores como Luciano Mendes Farias Filho e Diana Vidal (2005) relativizam esta afirmação, demonstrando que estados como Minas Gerais buscaram um modelo diferenciado do adotado pelos paulistas. Os autores navegam pelas discussões acerca de instrução primária dos períodos imperial e republicano. Neste ensejo aparecem os grupos escolares como resultante das transformações ocorridas na sociedade brasileira no raiar do século XX. Os autores buscam ressaltar os princípios das políticas atreladas aos grupos, usando a metáfora da lupa, que ora busca um olhar mais global, ora mais focalizado.

Outro autor que discute a implantação dos grupos escolares numa perspectiva diferenciada é Antônio Carlos Pinheiro (2002), que analisa o ensino primário paraibano entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do XX. É uma proposta inovadora, pois investiga o seu objeto sob o viés da longa duração, classificando os períodos por “eras”, utilizando-se da leitura de Eric Hobsbawm. Apoiado numa vasta documentação, o autor pretendeu analisar o processo de expansão e consolidação do ensino primário paraibano e classifica dois longos períodos de era das cadeiras isoladas e era dos grupos escolares. Pinheiro demonstra que nesta classificação ainda poderia ter sido incluído uma terceira era, a das escolas rurais. É uma obra instigante que tenta provocar questionamento sobre pontos obscuros da implantação dos grupos escolares, além de ser uma das poucas que enaltece o papel desempenhado pelas cadeiras isoladas.

No entanto, nenhuma dessas obras se aprofunda em um ponto crucial dos grupos escolares: a questão arquitetônica. Excetuando algumas incursões explicativas de Souza (1998), Monarcha (2003) e Farias Filho (2000), a arquitetura dos grupos escolares permanece necessitando de um estudo mais focalizado. Deve-se lembrar que a arquitetura serviu como síntese da ebulição ideológica que permeou a sociedade brasileira no período entresséculo. Políticos, educadores, engenheiros e higienistas depositaram seus anseios de modernidade na configuração do espaço escolar e o grupo foi à resposta para esses anseios. A arquitetura configurou como elemento da simbiose das múltiplas expectativas que emergiam com o novo século.

Os grupos surgiram com a preocupação em presumir a visibilidade da esfera educacional para a sociedade. Era uma proposta republicana em evidenciar as benesses que estavam ocorrendo no ensino após a Proclamação da República. A arquitetura imponente foi uma estratégia de evidenciar tais transformações, mas não a única. Outra estratégia usada pelos republicanos na exibição de suas proezas foi o desfile cívico. Na ocasião das festas cívicas os alunos saíam pelas ruas apresentando os resultados do processo de civilização. A escola incorporava as ruas com a mesma pompa e eloquência. A territorialidade escolar extrapolava os limites dos grupos, com os alunos fardados e transportando os estandartes metamorfoseavam as ruas da cidade em escola, constituindo um território flexível (CLAVALL, 2001).

Um olhar que buscou vislumbrar os grupos escolares na perspectiva próxima da espacialidade foi o de Marcus Bencostta. O autor debate a respeito dos desfiles patrióticos dos grupos escolares de Curitiba. Foi uma tentativa de compreender o papel social desempenhado pelas festas cívicas dos grupos escolares na construção da memória e da cultura cívica-patriótica. Para o autor:

Os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores; nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser

coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e em um espaço históricos (BENCOSTTA, 2006, p. 301).

A festa cívica vista por esse ângulo pode ser entendida como a ritualização do mito, ou seja, uma forma de perpetuar um tempo mítico/histórico por meio do rito, forjando-se uma identidade. O elemento cívico-político é muito relevante na configuração do grupo escolar. Na tentativa de se implantar a civilização em terras brasileiras, fortalecendo a identidade e regenerando o povo brasileiro, era preciso apelar para os sentimentos patrióticos. O cidadão brasileiro ideal seria o que exercesse suas atribuições profissionais com eficiência e que estivesse prontificado para a guerra a qualquer instante. Era preciso formar cidadãos capazes de se sacrificarem em nome da pátria. É importante frisar que o mundo estava conturbado e que o ápice dos grupos escolares ocorreu justamente no período entre guerras. Um novo conflito mundial era eminente. Restava apenas formar os soldados, preparar o exército.

Além disso, Marcus Bencostta destaca-se também por ser um dos principais autores que discute o processo de implantação dos grupos escolares pelo viés arquitetônico. Utilizando-se de registros fotográficos e plantas dos prédios escolares, o autor tenta desnudar os variados discursos imbuídos na disseminação da escola graduada no Paraná. Com ele apresenta as mudanças ocorridas no início do século XX no sentido de pensar, debater e destinar espaços específicos para a escola primária (BENCOSTTA, 2005, p. 134)

Neste sentido, pode-se perceber que os estudos acerca dos grupos escolares são marcados pela diversidade, tanto no aspecto geográfico como em relação aos enfoques. Neste estudo citamos alguns exemplares de pesquisas que tiveram como foco central a emergência desse tipo de instituição. Todavia, é preciso lembrar que a bibliografia referente à temática é vasta e não para de suscitar novos estudos. Esgotar os estudos referentes à temática já parece tarefa improvável. Pesquisadores de diferentes universidades do país lançam seus olhares sobre os grupos. Na pesquisa em História da Educação parece que estamos entrando na “Era dos grupos escolares”.

1.3 Os Grupos Escolares de Sergipe nas lentes da História

Durante muito tempo, os grupos escolares sergipanos foram estudados como objetos secundários. Os olhares dos historiadores viam os grupos como meras obras, ações dos políticos locais na esfera educacional. Neste sentido, as discussões acerca da implantação dos grupos escolares em Sergipe eram apresentadas na historiografia com o mero intuito de demonstrar os parcos avanços ocorridos no decorrer de algumas gestões públicas. A educação era vista mais como um apêndice historiográfico, cuja única função era exemplificar os trâmites ocorridos no campo político.

Na historiografia educacional de Sergipe a situação não é muito divergente. Os grupos escolares passaram por décadas na penumbra, quase que totalmente ignorados pelos investigadores da educação. Apesar da monumentalidade visível, os grupos não chegavam a despertar o interesse dos pesquisadores. Somente no raiar do século XXI é que os grupos passaram a ser vistos com maior veemência como objetos centrais na investigação histórica.

Essa aparente negligência em relação aos grupos é compreensível. Primeiro devido ao modelo de produção de saber adotado pelos historiadores da Educação em Sergipe, que privilegiava os dados político-administrativos. A educação ainda não era entendida como objetivo ativo, mas como a resultante das ações dos governantes, ou seja, seria um item da história dos feitos políticos. A esse exemplo, os grupos eram apresentados como as ações administrativas no ensino primário. Esse, inclusive, é o segundo ponto que pode ter provocado o silenciamento diante dos grupos. A atenção dos historiadores durante muito tempo esteve presa ao universo adulto. No campo educacional privilegiou-se o ensino superior e secundário. Não obstante, os estudos de cunho histórico sobre a educação sergipana produzidos anterior à década de 1990 têm como objeto mais cobiçado o ensino secundário, com ênfase para o Atheneu Sergipense²⁹. A infância sergipana demorou em ser descoberta. O terceiro ponto a ser ressaltado é o menosprezo por estudos de instituições escolares, visto

²⁹ Alguns estudos que exemplificam essa assertiva são as obras de José Calazans (1951) sobre a educação em Aracaju e Maria Thetis Nunes (1999) sobre o ensino secundário de Sergipe. Nas últimas duas décadas as investigações a respeito das instituições de ensino secundário e médio permaneceram em voga, com as monografias de final de curso produzidas pelo Departamento de História da UFS e com a tese de Eva Maria Siqueira, que discute a trajetória do Colégio Atheneu Sergipense nos primeiros decênios do século XX (ALVES, 2005). Além desses trabalhos destacam-se as dissertações produzidas no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como Costa (2003), Freitas (2003), Patrício (2003), Lima (2005), Nunes (2008) e as investigações realizadas acerca do ensino agrícola em Sergipe por Nascimento (2004), Nery (2006) e Conceição (2007).

como objetos menores. O ideal era que se estudassem as políticas públicas no âmbito da educação, principalmente por meio da legislação. É evidente que esses estudos possuem uma relevância imprescindível na contribuição para a historiografia educacional. O impasse restringe apenas ao silêncio a respeito dos grupos.

Pode-se dizer que os grupos escolares sergipanos estavam mergulhados no porão da memória, ignorados pelos olhares dos escassos investigadores. Um dos primeiros investigadores que discutiu os grupos escolares foi Clodomir Silva (1920), que no “Álbum de Sergipe” apresentou os dados animadores da incipiente implantação desse tipo de instituição escolar. Mesmo não havendo análise, o autor apresenta dados relevantes para a pesquisa educacional como a data da inauguração, horário de funcionamento, clientela, número de alunos matriculados e relação dos diretores. Todavia, não se pode classificar esses dados como uma análise histórica. A segunda parte da obra de Clodomir Silva se insere mais como reunião de informações enciclopedistas, com pouca discussão interpretativa.

Uma obra de cunho histórico sobre o universo educacional que se tornou marco na historiografia local é “História da Educação em Sergipe”, de Maria Thetis Nunes. É uma obra escrita sob os padrões peculiares da autora, mesclando elementos de enfoque marxista luckacsiano com a escrita amarrada e prisioneira da documentação escrita oficial, típica dos positivistas. Em Thetis Nunes o velho e o novo se encontram. A historiadora ora se aproxima da velha geração (Sebrão Sobrinho, José Calazans, Felisbello Freire), ora distancia, abrindo portas para a segunda geração. O viés marxista assumido pela autora em muitos momentos acaba sendo diluído em meio ao massificante corpo documental. Contudo, ela não perde o rumo de seu propósito. Dois focos norteiam sua narrativa: a relação entre o local e o nacional, o particular e o geral, a parte e o todo, que insere Sergipe em meio ao turbilhão de eventos ocorridos a nível nacional e o olhar isebiano. Nunes foi convidada para fazer parte do ISEB e essa sua proximidade com o grupo deixou marcas. A autora claramente incorpora a visão isebiana a respeito da relevância da década de 1930 para a História da Educação local.

Em relação aos grupos escolares Thetis Nunes traça poucas linhas. Ela dedica pouco espaço para as discussões acerca desta temática. A renovação do ensino primário sergipano é visto pela autora como uma tentativa de reestruturar um ensino fadado ao fracasso. Até aquele momento, Sergipe passara por reformas baseadas no sistema de tentativa e erro. Entretanto, em administrações como a do General Oliveira Valladão:

Novos grupos surgiram nessa administração: o Barão de Maruim e o General Valladão na Capital, o Coelho e Campos na cidade de Capela, graças a doação do prédio pelo sergipano Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Luís Coelho e Campos, e se iniciou a construção de um na cidade de Vila Nova. Ainda preocupou o General Valladão prover as escolas de material escolar apropriado, principalmente de carteiras adequadas, que continuavam a ser importadas dos Estados Unidos (NUNES, 1984, p. 227).

A obra de Thetis Nunes pode até não ter observado os grupos escolares com o afinho desejado, mas foi uma das responsáveis por ter levado os mesmos a se tornarem objeto de estudo desejado no alvorecer do século XXI. As suas curtas considerações sobre os grupos devem ser vistos como uma das inspirações dos novos historiadores da Educação, que veem em “História da Educação em Sergipe” uma farta e produtiva revelação de temáticas. Muitas pesquisas em Educação sergipana tiveram início com essa obra de Thetis Nunes.

Embora não desconsiderando a relevância da contribuição desses estudos para a historiografia dos grupos escolares sergipanos, é possível dizer que somente nos últimos anos do século XX os grupos passaram a ser tomados como objetos centrais nos estudos de História da Educação. A penumbra que os envolvia demorou a ser iluminada. Devido à emergência de pesquisas congêneres em São Paulo, Minas Gerais e Paraíba, os historiadores da Educação em Sergipe passaram a investigar com maior afinho o universo dos grupos. As pesquisas sobre a temática se multiplicaram com uma variada quantidade de monografias de graduação e trabalhos apresentados em eventos científicos. No momento podemos destacar três artigos, escolhidos por sintetizarem os resultados de investigações desenvolvidas no Estado. São eles o “A escola no Espelho” de Jorge Carvalho do Nascimento (2006), “O ensino primário em Sergipe na Primeira República” de Dilma Oliveira (2005) e “A prática pedagógica e avaliativa no cotidiano dos grupos escolares” de Miguel André Berger (2005).

O texto de Jorge Carvalho do Nascimento discute o processo de implantação dos grupos escolares em Sergipe e a influência sofrida do modelo paulista. Um elemento que permeia toda discussão é a questão atinente aos desfiles cívicos. O autor relaciona as práticas pedagógicas com as preocupações acerca da formação do caráter cívico. Outro aspecto enfocado por Nascimento é a crise que permeou os grupos escolares na década de 1920, devido às incongruências gestadas pela necessidade de expansão do ensino primário, o

elevado custo na edificação de prédios imponentes e a crise financeira que atravessou o Estado, tornando parcos os recursos para a educação.

Já Dilma Oliveira tem como objeto o ensino primário de forma mais abrangente, não se restringindo aos grupos escolares propriamente ditos. A relevância de sua análise está no fato de ter criado uma cronologia própria para o ensino primário sergipano dentro do marco temporal político da Primeira República. Assim, ela classifica em três períodos. O primeiro delimitado entre 1889 e 1910 é marcado por euforias e sucessivas divergências na condução da instrução pública. O segundo, entre 1911 e 1922 é caracterizado pela criação dos primeiros grupos e escolas noturnas e o terceiro, entre 1923 e 1930, marca os reflexos em torno do movimento reformistas e de novas propostas para sanar os problemas persistentes na educação sergipana. A autora navega pela instrução pública primária sergipana buscando apresentar o processo de renovação e efervescência cultural. Os grupos são apresentados como uma tentativa de dar visibilidade à instrução pública sergipana. Mesmo não estando revelada literalmente, a argumentação da pesquisa demonstra que um dos seus propósitos foi atrelar à expansão do ensino primário a inserção de Sergipe no processo modernizador. Esta é uma conclusão instigante da autora, que inclui os grupos como mais algumas instituições que estariam promovendo o processo de modernização de Sergipe, principalmente na Capital. Outro momento que demonstra a perspectiva de Oliveira é quando ela ressalta os grupos como um dos principais espaços para a aplicação das metodologias “das ‘Escolas Novas’ ou educação ativa” (OLIVEIRA, 2005, p. 40).

A narrativa de Miguel André Berger perpassa pelos grupos escolares criados no decorrer da República Velha. No entanto, o seu enfoque extrapola o marco temporal, pois o autor apresenta uma rápida trajetória desses grupos, incluindo aspectos da atual situação em que os mesmos se encontram. O maior destaque da reflexão é sobre o período da administração de Graccho Cardoso (1922-1926), que coincide com o momento em que os grupos foram disseminados com maior proporção. Problemas como os gastos onerosos na construção dos grupos também aparecem em sua discussão. Contudo, um dos eixos centrais é o cotidiano administrativo. Berger penetra no universo do corpo administrativo, com um estudo pormenorizado das práticas adotadas pelos diretores. Tudo isso é acompanhado pelo esboço da análise das práticas docentes e avaliativas. Neste aspecto, ressalta-se o papel

desempenhado pela mulher, levando-se em conta que na maioria das vezes, os grupos escolares tiveram uma mulher a frente da direção.

As três leituras discutidas demonstram que os grupos escolares estão se tornando objetos privilegiados da História da Educação em Sergipe. São olhares diferenciados que navegaram por um universo pouco propício até recentemente. Todavia, esses estudos demonstram que os grupos estão sendo retirados dos porões da memória, assumindo a proa como uma das temáticas mais discutidas. Diferentes focos foram lançados sobre esse tipo de instituição escolar, que se tornaram responsáveis por terem criado uma imagem de escola. O grupo configurou-se como modelo de escola primária, tornou-se a representação da instituição de ensino primário.

Mas apesar dos avanços obtidos com essas obras, é preciso averiguar alguns aspectos que insistem em permanecer em aberto. Uma delas é o cotidiano escolar, que vem sendo constantemente discutido em trabalhos apresentados nos eventos científicos, mas que pouco apareceu nos três textos. Miguel Berger foi o que deu maior destaque a este enfoque, ao discutir as práticas avaliativas, inserindo aspectos do rigor, vigilância e visibilidade dos exames. Mesmo assim dados sobre a rotina dos alunos e das transgressões foram enfocados pelos três.

O civismo foi um dos pontos centrais da obra de Nascimento, por meio da análise das festas cívicas escolares. O autor busca investigar as representações que essas festas detinham e a sua relevância para se forjar uma identidade nacional. Jorge Carvalho do Nascimento menciona que a visibilidade proporcionada pelas festas cívicas era um meio de moldar o novo cidadão, com a formação cívica e moral (NASCIMENTO, 2006, p. 164). Porém, o autor não chega a observar um aspecto relevante que está atrelado às festividades cívicas. É a constituição do território flexível. O desfile constitui ao mesmo tempo um território temporário, flexível, móvel e uma extensão esporádica do espaço escolar. Nas festas cívicas, a escola perde a sua dimensão concreta e se expande pelas ruas da cidade. Este aspecto não foi observado por nenhum dos pesquisadores e permanece como lacuna na História educacional sergipana.

O espaço escolar continua sendo um foco discutido tangencialmente na história. Poucos estudos focalizam essa dimensão do processo histórico, muitas vezes por receio em

trabalhar com questões historicamente associadas ao campo da geografia. Areladas a essas discussões inclui-se a arquitetura escolar. Tanto Nascimento como Berger discutem alguns elementos da arquitetura escolar, mas ambos se prendem à dimensão da monumentalidade. A imponência arquitetônica é o que mais prende a atenção dos pesquisadores. Berger também inclui como elemento intrínseco a arquitetura as preocupações concernentes ao discurso higienista. Contudo, não são reflexões que chegam a entender a arquitetura como tessitura discursiva, até porque a dimensão da obra impossibilita tal proposta.

Os três autores discutidos chegam a considerar às questões atinentes ao espaço escolar, de modo mais amplo. Porém, as reflexões ficam restritas a divisão dos prédios escolares, a separação das turmas por série e sexo e à comparação com as escolas isoladas. Neste sentido, pode-se dizer que tanto o espaço como a arquitetura escolar permanecem necessitando de estudos que os observem sob múltiplas perspectivas. A penumbra ainda obscurece alguns aspectos dos grupos escolares.

Discutir a produção historiográfica é um dos pontos de partida para o entendimento dos novos objetos a serem estudados. É preciso saber até que ponto as investigações já realizadas chegam para tentar prosseguir e ir além. Os grupos escolares foram descobertos como objetos de estudo, mas ainda têm muito a ser revelado.

Uma característica dos prédios escolares foi a adequação aos novos preceitos da pedagogia da época. Todos os elementos deveriam se adequar aos métodos pedagógicos baseados na vigilância, no controle, e na disciplina. Isso fica evidente ao se observar o predomínio de linhas retilíneas, como também a forma retangular do prédio e dos corredores retos, que facilitavam a vigília.

Os novos padrões arquitetônicos, com a disposição de classes sequenciais e do corpo administrativo, buscaram articular o espaço para “abrigar e instruir” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 45). Com isso, a arquitetura escolar evidenciava o seu caráter educador, silencioso e implícito. O prédio escolar também pode ser visto como um complexo sistema de símbolos. Elementos ecléticos como as cornijas não foram empregados ingenuamente, tendo em vista que toda ação humana é resultante de uma intenção, de uma vontade.

Esse poder simbólico dos edifícios escolares, através de símbolos e signos que exibiam, propiciavam a afirmação do grupo como instituição, com a população diferenciando o mesmo das demais construções. Os grupos escolares definiram o modelo de escola, com contornos estéticos próprios.

A História da Educação é um campo de investigação em ascensão. As diferentes contribuições oriundas do movimento dos Annales possibilitaram aos historiadores redescobrirem a dimensão histórica atrelada à educação. Com uso e abuso de novas fontes, tornou-se possível concretizar pesquisas cada vez mais ousadas, buscando ângulos antes ignorados. A História renovou-se e passou a reivindicar para si as mais variadas perspectivas da sociedade, entre elas a esfera educacional.

No Brasil, uma das principais contribuições dessa historiografia renovada foi a emergência dos grupos escolares como objeto de estudo. Os mais variados ângulos desse tipo de instituição passaram a ser observados pelos historiadores da Educação. Dos projetos de implantação ao cotidiano escolar, dos diretores aos alunos, dos regulamentos às transgressões, tudo passou a ser objeto possível de investigação. Assim como os grupos foram disseminados por todo país no raiar do século XX, eles emergiram e foram propagados como objeto de estudo no fim do milênio. Os grupos passaram a ser estudados por pesquisadores dos mais variados núcleos de pós-graduação do país, inclusive Sergipe.

Em Sergipe os grupos foram estudados inicialmente de modo tímido. Foi com a emergência dos estudos de outros estados que os investigadores locais se debruçaram sobre esse modelo de instituição escolar. São estudos que perscrutaram os grupos por variados ângulos, mas que ainda demonstram que se tem muito a ser descoberto. As leituras já realizadas são múltiplas, mas o potencial de provocar outras indagações permanece em aberto. Os grupos escolares estão nas ondas da pesquisa educacional, rompendo com as maresias que tanto tempo os obscureceram. Os barcos da audácia investigativa estão prontos para se aventurar nos mares do conhecimento.



Figura III: Palácio do Governo. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0293. Figura IV: Relógio da Praça Fausto Cardoso. Fonte Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI. 0338.



Figura V: Bonde Elétrico no governo de Graccho Cardoso. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0162.

A institucionalização (dos grupos escolares) é uma das principais representações do plano republicano de modernização da sociedade e de civilização dos brasileiros (BENCOSTTA, 2005, p. 135).

CAPÍTULO II

EDIFICANDO A MODERNIDADE

A partir de 1911 Sergipe assistiu ao lento processo de edificação de edifícios modernos que abrigariam as escolas primárias. A disseminação dos grupos escolares sergipanos teve início no mesmo compasso em que vinha ocorrendo em outros estados da federação, mas o entusiasmo dos defensores desse modelo de instituição esbarrou em inúmeras dificuldades. Falta de recursos e apoio foram entraves a serem vencidos e determinou a letargia na edificação dos prédios que deveriam encantar os sergipanos. Isso demonstra que inexistia uma unanimidade a respeito da difusão das chamadas escolas graduadas. O que ocorreu foi um processo de polêmicas e embates acerca do melhor modelo de edifício escolar para o ensino primário.

Diante dessa constatação, torna-se necessário indagarmos os motivos que levaram a legitimação dos grupos escolares como fruto das ações dos republicanos no campo educacional. Seria esta a vertente vencedora dos embates dos primórdios do século XX? Ou poderíamos dizer que não, que ocorreu uma resignificação, com a reconfiguração das representações republicanas, apresentando-se como harmoniosa? No alvorecer do regime republicano e do século XX ocorreu em Sergipe sob a mácula das pressões sócio-políticas e dos embates entre grupos divergentes. As polêmicas se materializavam nas diferentes esferas da sociedade e a educação não permaneceu imune.

Podemos perceber a existência do entusiasmo pela educação³⁰ entre as principais lideranças sergipanas, que corroboravam nas discussões a respeito do melhor modelo de instrução a ser adotado na construção da civilização brasileira. Foi nesse cenário de reconfigurações que o ensino primário emergiu como um dos temas mais relevantes. A transformação da sociedade brasileira passava pelos bancos das escolas primárias. Seriam essas as instituições que levariam o Brasil ao progresso, seguindo os trilhos da modernidade e da racionalidade.

Certamente os grupos escolares eram as instituições almejadas, por cumprirem os requisitos do regime recém implantado, a República. O imaginário republicano na esfera educacional materializou-se na edificação dos grupos, que desde o despertar do novo regime passou a ser disseminado por diferentes estados da Federação. O modelo de escola pautado

³⁰ Segundo Jorge Nagle, nos primeiros decênios republicanos teria predominado no campo educacional do Brasil dois aspectos importantes: o entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, que vislumbraria a transformação da sociedade por meio das ações educacionais empreendidas por todo o país (NAGLE, 1974).

nos princípios da modernidade tornou-se até certo ponto um anseio dos líderes políticos de diferentes localidades. A escola era apresentada como o “signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 8).

Os grupos escolares foram criados com a incumbência de promover a renovação, tentar configurar a idéia de escola como espaço, como prédio, que até então era pouco expressiva. A arquitetura da escola deveria cumprir, entre muitas funções, um papel de divulgação. No entender de Wolff:

Havia nesse período uma preocupação para que os prédios escolares se distanciassem da aparência residencial e de outros espaços da vida cotidiana e doméstica. Mas, sobretudo, que impressionassem, que causassem admiração, que fizessem aflorar sentimentos e emoções como os espaços religiosos (WOLFF, 1992, p. 52).

O ideal de renovação pairava sobre a sociedade brasileira no período entresséculo. Os contrapontos entre o velho (visto como qualitativo de atraso, desqualificação e associado ao Império) e novo (visto como qualitativo de moderno, eficiente e associado à República) eram em diferentes momentos apresentados nos discursos das lideranças políticas, médicas e militares. Todavia, a esfera da modernidade havia invadido outros setores da sociedade brasileira, que também buscavam a renovação de seus padrões. Um exemplo elucidativo desse ideal modernizador foi a Semana de Arte Moderna que propôs de certo modo uma ruptura com os velhos padrões da academia.

Em Sergipe as propostas de mudanças na esfera cultural também estavam na pauta da intelectualidade local. Foi na segunda década do século XX que ocorreu de modo mais visível a criação de uma estrutura moderna no estado. Sergipe, que desde o início do século XIX ostentava a situação de província emancipada, somente na década de 10 do século seguinte conseguiu criar monumentos, embelezar ruas, praças e prédios públicos e criar instituições culturais que arregimentavam os intelectuais. Entre tais instituições destacou-se o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe³¹, fundado em 1912.

³¹ O IHGS foi o mais importante instituto de congregação da intelectualidade sergipana na primeira metade do século XX. Os principais nomes da intelectualidade local faziam parte da lista de sócios e tinham a Revista do IHGS como um dos principais veículos de divulgação dos resultados das pesquisas e embates científicos de Sergipe. O professor Itamar Freitas tem desenvolvido uma série de publicações acerca da trajetória do IHGS e de seus intelectuais, criando-se um importante instrumento de compreensão do fazer história nos primeiros decênios do século XX (FREITAS, 2002).

Os anos dez e vinte do século XX foram marcados em Sergipe pelos impasses na edificação da memória republicana. Devemos lembrar que a construção dessa memória ocorreu de modo turbulento, em decorrência dos conflitos entre as lideranças políticas locais. Isso resultou na realização de uma batalha no campo mnemônico, na tentativa de se impor a memória de um grupo sobre a do outro. Aos poucos a nomenclatura das ruas foi sendo substituída por homenagens a heróis republicanos do país. As disputas pela memória tornaram-se mais acirradas após a Revolta de Fausto Cardoso³² em 1906, com a edificação de monumentos públicos e nomenclatura de ruas, praças e escolas.

Com isso, os monumentos públicos em Sergipe passaram a desempenhar uma dupla função: a primeira a de monumento, de delegar uma imagem de si para o futuro, de criar representações e legitimar os respectivos grupos políticos. A segunda era promover o embelezamento da cidade que auspiciava ser vista como moderna. Foi desse modo que o centro da capital começou a exibir os primeiros traços da modernidade, enquanto os bairros mais distantes amarguravam com a precariedade de sua estrutura. Os lamaçais e a miséria não foram extirpados da cidade de Aracaju no adentrar da República. A cidade crescia e no mesmo compasso emergiam modernidade e exclusão. Mário Cabral registra as lembranças da antiga periferia da cidade, localizada além das dunas:

Além das dunas está a Cidade de Palha. São milhares de malocas, de casebres e de mocambos, equilibrados milagrosamente, na areia alva e fina. São construções rústicas, de taipa e palha, que, na encosta das dunas, desafiam todas as leis que regem a espécie. Geralmente têm uma porta e uma janela, com uma sala, um quarto e uma cozinha. Oito, dez, doze pessoas, pais e filhos, tios e cunhados vivem promiscuamente, sem conforto e sem higiene, dormindo no chão, comendo no chão, amando no chão, sofrendo as piores e mais graves enfermidades. No verão as estrelas aparecem através dos buracos da cobertura de palha. No inverno as goteiras dominam tudo, encharcam tudo, aumentando a doença e a miséria. A cidade de Aracaju, amiga, termina na Cidade de Palha (CABRAL, 2002, p, 106).

³² A Revolta de Fausto Cardoso marcou no estado de Sergipe os impasses nas disputas pelo poder entre as oligarquias. Eram dois grupos antagônicos que buscavam o monopólio político local, liderados pelo monsenhor Olímpio Campos e por Fausto Cardoso. O auge das disputas ocorreu em 1906, ano em que Fausto Cardoso engajou-se na derrocada política de seu rival. O resultado de tais impasses foi o assassinato dos dois líderes, marcando o início das batalhas no campo da memória, com a edificação de monumentos e alterações na nomenclatura de logradouros de Aracaju e das cidades do interior. Sobre as disputas políticas na República Velha em Sergipe pode ser debatido Dantas (1987 e 2004) e sobre a Revolta de Fausto Cardoso (OLIVA, 1985). Sobre a ereção de monumentos públicos em Aracaju pode ser conferido (PRADO, 2006).

Como se pode perceber, o manto da República não cobria a todos. As preocupações acerca do embelezamento de Aracaju foram materializadas com as reformas dos palácios e construção dos jardins nas praças públicas. A figura VI vislumbra a imagem do primeiro monumento público de Aracaju:



Figura VI: Monumento a Fausto Cardoso. Fonte: acervo iconográfico Rosa Faria. RFI 159. Autor não identificado.

A República estava edificando sua memória em praça pública. A altivez do líder carismático que tinha se destacado nas campanhas em prol do novo regime aparece no monumento. Trata-se da leitura que tenta mostrá-lo como líder, acenando para o povo. Diante do palácio em que ocorrera a trágica morte de Fausto Cardoso nascia um dos ícones da modernidade sergipana, cercado de jardins e prédios públicos. A cidade dos manguezais e que

era apresentada como inóspita³³ exibia seu primeiro monumento. Depois vieram outros, demonstrando os embaraçosos impasses pelo poder. Todavia, ao se tratar da edificação da modernidade em Aracaju, não podemos esquecer a novidade tecnológica que permitia a difusão de imagens de modo mais rápido e fiel ao real. Era a fotografia. Os registros fotográficos se tornaram um mecanismo de grande relevância na difusão das imagens de uma cidade que almejava ser vista com seus traços racionais e construções imponentes. Prova disso são os cartões-postais confeccionados nos primeiros anos do século XX e que tinham como paisagem os jardins aracajuano, como apresenta a Figura VII.

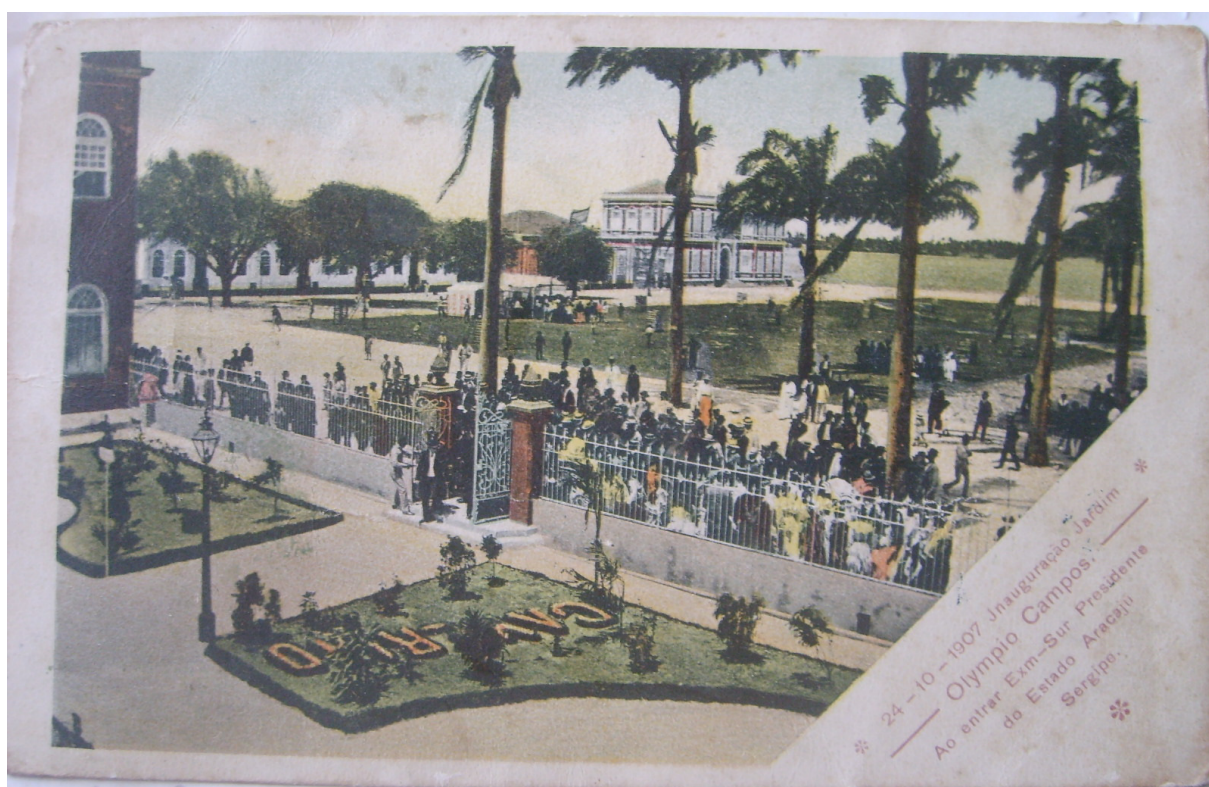


Figura VII: Postal da inauguração do Jardim Olímpio Campos em 1907. Fonte: Acervo iconográfico Rosa Faria. RFI 218.

As inaugurações foram constantes nessa época. Apesar de muitos presidentes do estado alegarem a escassez de recursos, as obras públicas eram inauguradas quase sempre com grande pompa, demonstrando a preocupação em promover a imagem dos líderes políticos. O postal de inauguração do Jardim Olímpio Campos (Figura II) pode ser visto como um indício dessas solenidades, nas quais a visibilidade se tornava um ponto central.

³³ Para Fernando Porto, Aracaju representa a vitória da geografia, pois os rios e manguezais cederam lugar a uma cidade moderna e próxima ao mar, propiciando o alcance do progresso (PORTO, 1991).

Outro instrumento de difusão da memória republicana foi a nomenclatura de obras públicas. Aos poucos as denominações associadas ao Império foram sendo substituídas por uma memória emergente, a dos republicanos. Logradouros e instituições escolares foram criados com nomenclaturas que enalteciam os vencedores, os agentes do golpe de 1889 e seus seguidores. Nesse aspecto os grupos escolares tornaram-se alvo central da propagação dos ideais republicanos e da memória de seus difusores.

2.1 Pequenas Ilhas de Modernidade em Sergipe: a criação dos grupos

Os grupos escolares foram criados primeiramente no estado de São Paulo, ainda no seio das agitações da queda da Monarquia. Após 1893 esse modelo de instituição escolar, imbuído de elementos atrelados à modernidade passou a ser disseminado em diferentes estados da Federação. Eram os templos de civilização que aos poucos foram adentrando na paisagem urbana das principais cidades brasileiras. Segundo Diana Vidal:

Os grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e Piauí (1922) e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5692 (VIDAL, 2005, p. 7).

Como se pode perceber, a difusão das escolas graduadas no Brasil se estendeu por toda a Primeira República. Paulatinamente, os mais importantes estados foram adotando o modelo de edifício escolar estabelecidos pelos paulistas. Em Sergipe os grupos começaram a ser implantados ainda na década de 10 do século XX e também teve influência da experiência de São Paulo. “As viagens de estudo e a ‘importação’ de técnicos constituíram estratégias importantes para a política de reforma do ensino e a implantação dos grupos escolares em Sergipe a partir da segunda década do século XX” (NASCIMENTO, 2006, p. 153).

O intercâmbio entre os intelectuais sergipanos e paulistas foi intenso nesse período, incluindo o menor estado da federação no cenário das discussões a respeito da vanguarda do ensino primário. O modelo adotado em São Paulo tornou-se um sucesso e sua visibilidade irradiou-se por todo o país, em decorrência da racionalização dos métodos de ensino e do caráter espetaculoso da arquitetura dos prédios escolares. Mas o transplante do modelo de

ensino primário ia além dos prédios escolares. A escolha de livros didáticos era realizada tendo como vitrine da vanguarda educacional o estado de São Paulo, como demonstra a mensagem apresentada pelo presidente de Sergipe, Pereira Lobo, a Assembléia Legislativa em 1920:

Cumprindo à Directoria da Instrucção providenciar no sentido de uniformidade do ensino, como base mesmo de uma melhor fiscalização, já foram ministradas as instrucções a respeito, formulada a lista de livros didacticos, consoante a aprovação pelo conselho Superior de Instrucção. Nesta selecção de obras para o ensino primário consulta-se preferencialmente, o andiantado Estado de São Paulo, que, sem contestação, vai primando nestes domínios. É bem de ver, todavia, que em sendo, por enquanto, um trabalho de adaptação, não deixaram de ser consultadas as necessidades de nossas escolas, as exigências do nosso meio, que ainda não comportam o desenvolvimento que se opera naquelle grande centro sulista (ESTADO DE SERGIPE, 1920, p. 14).

Como se pode perceber, os ânimos dos republicanos sergipanos frente ao campo educacional estavam em regozijo. Sergipe estava seguindo os passos do estado de vanguarda para tentar acompanhar os progressos impregnados pela República. Todavia, o governo local reconhece o distanciamento entre as realidades paulista e sergipana, propondo algumas adaptações no programa destinado a seu estado. O espelho paulista ainda parecia ser uma realidade muito distante dos sonhos republicanos locais.

Os primeiros grupos edificados em Sergipe seguiram a tendência arquitetônica dos grupos paulistas, criando-se uma discrepância no cenário urbano das cidades em que eram construídos. A modernidade arquitetônica deveria ser acompanhada pela adequação pedagógica, incrementada pelas mestras oriundas da Escola Normal e pelo uso de novos recursos pedagógicos, muitos dos quais importados dos Estados Unidos e da Europa. Esse era o palco almejado pelas lideranças políticas e intelectuais para promover o espetáculo da educação republicana. Entretanto, na prática a escassez de recursos e as discordâncias em relação às prioridades desviaram as atenções e retardaram a plena implantação dos grupos escolares com todos os seus equipamentos.

A emergência dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Rodrigues Dória (1908-1911). Foi nesse período que foi formulado um novo regulamento da instrução pública e tiveram incrementos as obras de construção do novo prédio da Escola Normal de Aracaju. Com essas duas ações, a implantação dos grupos estava sendo encaminhada. A modernidade no campo do ensino primário aos poucos seria edificada.

A letargia na incrementação dos grupos escolares em Sergipe fez com que os primeiros prédios fossem vistos como pequenas ilhas da modernidade. Eram pequenos palácios que emergiam em meio aos casebres com aspectos rústicos. A paisagem urbana das cidades começou a transformar-se aos poucos. A primeira ilha de civilização³⁴ foi edificada anexa a Escola Normal, denominado Grupo Modelo. Apesar do nome de grande relevância para a compreensão historiográfica dos grupos, pouco sabemos a respeito dessa instituição. Até mesmo a localidade do prédio escolar permite questionamentos, pois a documentação referente ao grupo é pouco reveladora dos aspectos arquitetônicos. A informação mais consistente é que ele teria funcionado “anexo à escola Normal”, servindo para que as alunas desta instituição tivessem a oportunidade de vivenciar a prática pedagógica em um espaço preparado sob os pressupostos da vanguarda da pedagogia. Para Dantas, “o governo ampliou as instalações do Atheneu, construiu nova sede da Escola Normal e grupo escolar anexo, uma novidade (DANTAS, 2004, p. 34).

Todavia, o termo anexo é dúbio. É difícil determinar se o Grupo Modelo teria ou não funcionado no mesmo edifício da imponente Escola Normal do parque Olímpio Campos. Os sinais deixados pela documentação são pouco enfáticos sobre tal questão. O indício mais revelador está presente em uma fotografia do acervo iconográfico Rosa Faria³⁵, no Memorial de Sergipe. A fotografia retrata a fachada da Escola Normal, mas traz a informação que ali era o prédio da referida escola e do Grupo Modelo. Considerando essa informação, podemos deduzir que o primeiro grupo escolar de Sergipe funcionou no mesmo prédio da Escola Normal.

O documento que confirma a hipótese de que o primeiro grupo escolar de Sergipe funcionou nas dependências da Escola Normal é um relatório produzido na década seguinte a

³⁴ Podemos dizer que os grupos escolares implantados em Sergipe eram vistos como espaços difusores da civilização, pois eram lugares que tinham como objetivo propagar os ideais da racionalidade e promover o controle dos corpos por meio da vigilância que ocorria de modo hierárquico, tanto por sobre o corpo discente, como sobre o corpo docente. Pela configuração espacial dos grupos, o prédio poderia ser visto como um exemplar do panótipo na perspectiva foucaultiana.

³⁵ O acervo Iconográfico Rosa Faria reúne um valioso conjunto de fotografias datadas da primeira metade do século XX que denunciam as transformações da capital sergipana. O conjunto de obras é constituído por fotografias que a artista sergipana tirou para realizar seus trabalhos (ela pintava cenários da cidade em louças, muitas vezes representando episódios da história local) e cartões-postais que ela enviava para amigos, exibindo a modernização de Aracaju. São mais de cem fotografias que podem ser utilizadas em investigações que se debrucem sobre a capital sergipana no raiar do século XX. Por esse motivo, é de fundamental importância a disponibilização de tais obras para os pesquisadores. O acervo Rosa Faria já teve diferentes destinos, vagando pelas instituições de memória do estado e quase se perdeu, até que foi incorporado ao acervo do Memorial de Sergipe, órgão da Universidade Tiradentes, que desde então tem preservado e divulgado a produção iconográfica da referida artista.

inauguração. Ao fazer uma retrospectiva histórica do processo de disseminação dos grupos, Graccho Cardoso revela claramente onde tinha sido instalado o Grupo Modelo. Assim, “Em 1911 foi inaugurado nesta capital o primeiro Grupo escolar de iniciativa oficial, no prédio em que de presente funciona a Escola Normal Ruy Barbosa” (SERGIPE, 1925, 13). O presidente de Sergipe não deixou rastros de dúvidas. O Grupo Modelo realmente funcionou no mesmo prédio da escola Normal.

A primeira escola graduada de Sergipe possuía algumas características que a distinguia das demais. Ela era destinada exclusivamente ao alunado feminino e tinha como corpo docente as alunas da Escola Normal. Neste sentido, podemos dizer que além dos propósitos de disseminação dos ideais republicanos e da racionalidade, o Grupo Modelo deveria servir como um espaço de aprimoramento das novas técnicas de ensino, um espaço para que fossem postas em prática os novos pressupostos metodológicos de ensino difundidos na Escola Normal. O termo modelo o distinguia, tanto por ser o pioneiro do gênero, como também por se tornar palco da visibilidade da renovação no cenário educacional. Era um pioneirismo que o distinguia e o moldava como modelo na difusão das escolas graduadas. A Figura VIII demonstra a magnitude da construção diante da praça sem pavimentação.



Figura VIII. Prédio da Escola Normal e do Grupo Modelo em Aracaju. FONTE: Acervo iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0270.

O Grupo Escolar Modelo foi a primeira ação do governo sergipano que pôs em prática, no campo do ensino primário, a legislação educacional aprovada com o decreto nº

563 de 12 de agosto de 1911, que predispunha a distribuição do referido nível de ensino em escolas isoladas e grupos escolares. Enfim, ocorria a materialização do modelo adequado de ensino com a implantação de um grupo, que entre suas atribuições estava a de reger e difundir a pedagogia moderna. Apesar do entusiasmo, o regulamento da Instrução Pública do estado de 1911 reconhecia a necessidade de implantação das criticadas escolas isoladas.

Com a inauguração da Escola Normal e de seu grupo, a cidade de Aracaju estava dotada de um edifício público voltado para a educação sob os auspícios da modernidade. Na paisagem urbana da capital emergia ao lado da catedral um prédio digno dos anseios propagandísticos do regime republicano. Entre os casarões com traçado maculado pela permanência do Império, sobressaía um edifício moderno, majestoso que deveria arrebatar os olhares dos transeuntes e elevar os ânimos sobre o novo regime.

Devemos lembrar que a demanda educacional sergipana nos primórdios do século XX era considerável. Mesmo com a inauguração de um novo prédio escolar, a necessidade de ampliação das instalações era eminente. Logo após as festividades, na mensagem apresentada a Assembléia, o presidente do Estado, Rodrigues Dória, enfatiza as “diminutas proporções do prédio no qual funcionam a escola normal e o grupo” (ESTADO DE SERGIPE, 1911). Um prédio majestoso e com escassez de salas de aula. Esse é um retrato da situação educacional de Sergipe ao longo dos três primeiros decênios do século XX. A visibilidade das fachadas mascarava o restrito tamanho das dependências internas dos ícones da modernidade, das ilhas de civilização. Era a educação estética³⁶ para o povo, que promovia o regime, legitimava novos sujeitos e heróis, mas permanecia sem conseguir alavancar a propagação das primeiras letras.

Apesar da inequívoca carência de prédios escolares, a inauguração do segundo grupo escolar do estado só ocorreu em 1914, no governo do general Siqueira de Menezes. Era o início da tríade militar³⁷, que impulsionaria a disseminação dos grupos, mas ainda de forma

³⁶ Esse termo refere-se à tentativa dos republicanos em incrementar a legitimação do regime recém implantado a partir do encantamento dos olhos infantis, pois os alunos deveriam vislumbrar a grandiosidade arquitetônica dos prédios escolares como sinais da atenção dada pelos governantes ao universo educacional. Assim, ao andar pelas ruas centrais da cidade a população visualizaria os progressos promovidos pela república na esfera educacional.

³⁷ Ao longo da segunda década do século XX Sergipe passou pela chamada tríade militar, pois o Estado teve três presidentes militares consecutivos: general Siqueira de Menezes, general Oliveira Valladão e coronel Pereira Lobo. Esses governantes buscaram fortalecer o regime associando os prédios dos grupos ao modelo de quartel, pois eram espaços em que deveria ocorrer a preparação dos corpos e moralização dos costumes. Nesse período foram inaugurados três grupos na capital e um no interior, no município de Capela. Além disso, o projeto de

tímida. O general Siqueira inaugurou o Grupo Central, que se tornou o primeiro edifício construído especificamente destinado ao ensino primário em Sergipe. O prédio apresentava os principais atributos de uma obra republicana. A começar pela localização, pois a escola foi construída no centro da cidade, na Rua Itabaiana, reforçando a necessidade de exibição. A estrutura arquitetônica do prédio também se destacava. Era uma obra que pretendia ser primorosa e encantar os moradores da cidade, reforçar o patriotismo da população.

Se o Grupo Modelo foi ofuscado diante da relevância que possuía a Escola Normal, o Central se tornou o foco dos holofotes da modernidade. Na viagem em busca do progresso, na esfera educacional, Sergipe buscou lançar âncoras nos modernos grupos e apresentava seus primeiros resultados. Neste sentido, mesmo havendo pouca propensão na disseminação dos grupos escolares na década de 10 do século XX, percebe-se que os poucos exemplares desse modelo de instituição escolar foram edificadas com características monumentais. Era a demarcação de uma memória, opulenta e representativa dos ideais nos novos tempos.

Foi no governo do general Manuel Prisciliano Oliveira Valladão que ocorreu a maior difusão de grupos escolares em Sergipe até aquele momento. Em sua gestão aconteceram três inaugurações, sendo duas na capital e uma no interior³⁸. Paulatinamente os grupos escolares iam moldando o espaço urbano da capital, reconfigurando a imagem de uma cidade moderna. Para Berger:

É de iniciativa de Oliveira Valladão (1914-1918) a construção de vários Grupos Escolares, dois deles situados na Capital de Sergipe – O Grupo Escolar General Valladão e o Grupo Escolar Barão de Maruim. O primeiro estabelecimento funcionou até certo tempo, no prédio onde se encontra instalado, atualmente, a Secretaria de Segurança Pública, na praça Tobias Barreto. O outro grupo escolar também de estilo arquitetônico eclético, localizava-se na Avenida Ivo do Prado, funcionando até 1950 no prédio onde se instala depois a antiga Faculdade de Direito (BERGER, 2004, p. 99).

instalação de novos grupos já era cogitado, com as discussões de adaptação de um sobrado em São Cristóvão e obras de um prédio em Vilanova.

³⁸ O primeiro grupo escolar do interior sergipano foi inaugurado em 1918 na cidade de Capela. As obras foram patrocinadas pelo líder político local, Coelho e Campos, que chegou a ocupar o cargo de senador. Foi ele que doou o edifício onde deveria funcionar a referida instituição de ensino, um sobrado localizado em um dos locais mais valorizados na cidade, em decorrência de sua visibilidade. Sobre o processo de implantação e a trajetória educacional dessa referida instituição pode ser discutida a obra de Madalena Cruz (CRUZ, 2002), que propiciou uma instigante leitura do Grupo Escolar Coelho e Campos e das disputas no campo educacional municipal frente a escola dirigida pelas missionárias da Imaculada Conceição (SANTOS, 2002).

O terceiro grupo da capital sergipana (Grupo Escolar Barão de Maruim) passou por um processo diferenciado. Ele foi edificado sob os alicerces do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza, no bairro Carro Quebrado, em um terreno que tivera sido doado pelo Barão de Maruim no penúltimo quartel do século XIX. Apesar de ser edificado sob os alicerces de uma construção do século anterior, o edifício do novo grupo buscou atender aos princípios da modernidade. As obras estavam em consonância com as propostas da pedagogia moderna, com os ideais republicanos e com os modernos princípios arquitetônicos. Sob o rótulo de modernidade clássica, o ecletismo³⁹ arquitetônico disseminou-se nos prédios públicos do Estado. A adaptação do projeto foi responsabilidade do engenheiro Firmo Freire.

Ainda no governo de Oliveira Valadão foram inaugurados os grupos General Valadão⁴⁰, em Aracaju e o Coelho e Campos, o primeiro do interior sergipano. Esses prédios seguiram os mesmos padrões arquitetônicos dos demais, caracterizados pela imponência das fachadas, presença de porões e pátios. Eram edifícios atribuídos da compleição exigida pelo regime vigente, que deveria se fazer mostrar. Contudo, a partir da edificação e inauguração desses grupos ocorre em Sergipe um momento de silêncio, uma trégua na disseminação dos prédios majestosos. Os burburinhos das inaugurações desapareceram temporariamente do cenário político-social sergipano.

³⁹ O modelo arquitetônico que predominou nas edificações escolares graduadas de Aracaju nas primeiras décadas do século XX foi o ecletismo. Nesse período, a cidade de Aracaju passava por um processo de modernização e diferentes vanguardas arquitetônicas foram utilizadas na edificação de seus prédios-monumentos. Os dois estilos que tiveram maior visibilidade foram o neoclássico e o neogótico, com predominância dos elementos do primeiro. Era uma época de experimentação e de busca por traços sóbrios e ao mesmo tempo firmes, que demonstrassem a solidez e perenidade associadas ao novo regime. Sobre os estilos arquitetônicos vigentes no início do século XX pode ser consultada a obra de Evaldo Coutinho (1977). Sobre a arquitetura dos grupos escolares diferentes autores tem propiciado interpretações instigantes, entre eles Rosa Fátima de Souza (1998), Luciano Mendes Faria Filho (2000) e principalmente Marcus Albino Levy Bencostta (2005; 2007).

⁴⁰ Esse grupo escolar foi fruto da campanha realizada pelos sócios do antigo Comício Agrícola, em prol do progresso educacional. Isso demonstra as preocupações de particulares em criarem uma memória coletiva, de delegarem ao futuro uma imagem de si como altruístas, benevolentes e dedicados a democratização das letras. A imprensa assim notificou a ação dos idealizadores do novo grupo: “Ainda no corrente anno será Aracaju dotada de um outro Grupo Escolar, em construção na Praça Pinheiro Machado e cuja iniciativa se deve a alguns distintos cavalheiros do extinto Comício Agrícola cessão do patrimônio ao mesmo pertencente, representado por quantias em depósito na Delegacia Fiscal, e conseguido vários donativos, resolveram a construção de um estabelecimento destinado ao ensino nocturno de adultos. Já adiantadas as obras, os promotores da altruística Idea, não só para que mais rapidamente attingissem o seu objectivo, como também porque as proporções do edifício exigem fundos bastantes elevados e cuja colleta, para o seu completo, não poderia deixar de ser demorada, resolveram fazer doação ao Governo das referidas obras, o que foi levado a effeito por escriptura publica, na qual são fixadas as condições da doação, figurando entre essas o destino único a ser doado o edificio. As obras recebidas foram no valor de 15: 938\$456, tendo sido na doação incluída a importância de 1:394\$444, saldo das quantias arrecadadas para o dito fim” (SERGIPE, 11-09-1917, p. 3).

O que teria causado a trégua desse bulício? As razões enumeradas pelo presidente do estado eram muitas, mas nem sempre muito convincentes. O governo do coronel Pereira Lobo enfatizava a importância em continuar propagando as ilhas de civilização pelo estado, mas alegava sempre a escassez de recursos, provocada principalmente pela voraz crise econômica⁴¹ que atingiu o estado em sua gestão.

A experiência continua a demonstrar que o Grupo é indubitavelmente o tipo de escola que melhor corresponde às exigências do ensino. Infelizmente, a terrível depressão financeira porque passou o nosso Estado, no decorrer deste anno, paralizou por completo as nossas forças, impossibilitando-me, conseqüentemente, de pôr em exercício tudo quanto de melhoramentos tinha em vista executar em benefício do nosso Estado. Por este motivo ficou interrompida a construção do Grupo Escolar de Estância, não podendo pela mesma razão ser iniciados os trabalhos de aproveitar o velho palácio de São Christovam, adquirido pelo Estado para tal fim. O Grupo de Villanova, que aliás se acha construído, espera ainda melhor oportunidade para a sua inauguração. Oxalá que antes de terminar o meu governo, as condições financeiras do Estado tenha tomado aspecto mais lisonjeiro, permitindo-me deste modo favorecer aquellas cidades de grande população escolar com esses melhoramentos de tão alta relevância (SERGIPE, 1921, p. 18).

As vozes não foram silenciadas por completo. Alguns rumores ecoavam nos relatórios, empolgados com a construção de novos prédios escolares no interior e a cogitação de se criar novos grupos. Os discursos dimanavam do governo que tentava evidenciar os avanços de seus investimentos no campo educacional e ressaltar a relevância de espargir os grupos escolares pelo estado. Pereira Lobo, mesmo sem inaugurar sequer um grupo ao longo de sua gestão, sempre buscou reforçar a necessidade da incrementação dos modernos edifícios escolares pelo estado, substituindo as criticadas e ainda sempre presentes escolas isoladas.

⁴¹ Após a Primeira Guerra Mundial alguns problemas sociais afetaram Sergipe e aumentou a situação de calamidade pública. Trata-se da epidemia de gripe espanhola que grassou parte da população e retornou com o pânico da morte. Nesse período, a economia local parecia estar usufruindo das benesses do aumento das exportações, o que fez aumentar a arrecadação, como demonstram as mensagens dos presidentes do estado (General Valadão e Pereira Lobo). Contudo, em 1921 teve início uma queda das exportações, que redundaram na paralisação das escassas obras impregnadas no governo Pereira Lobo. Esse dois episódios tornaram a gestão do coronel Pereira Lobo pouco frutífera, causando-lhe muitas críticas a seu governo pelos opositores. Sobre o governo Pereira Lobo pode ser consultado Dantas, que explica o seguinte: “Pereira Lobo, ainda nas festas de posse, em outubro de 1918, deparou-se com um problema gravíssimo. Era o surto da gripe espanhola que se espalhava por praticamente todas as cidades e vilas do Estado, sendo registrados 25.910 casos, resultando em 997 mortes” (DANTAS, 2004, p. 37).

Isso demonstra que no governo republicano o espetáculo nem sempre ocorria com festividades, com grandes eventos públicos. A retórica⁴² republicana também foi usada como instrumento de legitimação do regime. As palavras buscavam elevar a flama da população pela modernidade que estava sendo edificada. Observe a mensagem presidencial de Pereira Lobo:

Dotados de material apropriado, directamente adquirido na América do Norte, funcionam, presentemente no Estado cinco bons Grupos Escolares: Modelo, General Siqueira, General Valladão, Barão de Maroim, na capital; e Coelho e Campos, em Capella. À excepção do Modelo, especialmente para meninas, todos os outros servem a ambos os sexos, funcionando alguns em dois turnos, para melhor distribuição de trabalho e maior amplitude de matrícula. Recebendo os derradeiros reparos, para uma próxima inauguração, conta-se mais o Grupo de Villanova, construído com muito gosto e em obediência ao typo das edificações escolares. Muito adiantada também vai a construção do grupo Escolar da cidade de Estância. É uma outra obra de valor incontestável e que virá, para breve, trazer àquella cidade grande surto à sua instrução primária. Já foram dadas, por igual, dados os primeiros passos para a adaptação do velho palácio presidencial, na cidade de S. Christovam, a um Grupo Escolar (SERGIPE, 1920, p. 18).

A mensagem presidencial é reveladora. Primeiro pelo fato do presidente associar a modernização do ensino com a compra de recursos didáticos dos Estados Unidos, destinados especialmente aos grupos. Trata-se de um indício das representações acerca da cultura material escolar⁴³ nos primeiros anos republicanos. A modernização do ensino deveria passar sempre por modelos exógenos: materiais didáticos da América do Norte, livros didáticos e modelo de prédios escolares de São Paulo. Sergipe planeava o seu ingresso na modernidade educacional vislumbrando as vitrines paulistas e norte-americanas.

⁴² Retórica aparece no sentido de eloquência discursiva, da oratória predominante nas falas de lideranças políticas, fosse por meio de comícios e pronunciamentos públicos, fosse por meio de textos publicados na imprensa local.

⁴³ Entende-se por cultura escolar “conjunto de ideias, princípios, critérios, normas y prácticas sedimentadas a lo largo del tiempo” (FRAGO, 2000, p. 100), ou “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Recentemente assistimos a uma disseminação de estudos que se debruçam sobre o referido tema em âmbito nacional, com destaque para Bencostta (2007), Faria Filho (2007), Gonçalves (2006), Souza (1998; 2007), Vidal (2005). No âmbito local, destacam-se pela relevância de seus enfoques Azevedo (2003), Valença (2005) e Gladston Lima (2007). Para Rosa Fátima de Souza, a cultura material escolar representa um recorte, especificando um domínio próprio da cultura escolar, ou seja, “o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não só amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social” (SOUZA, 2007, p. 170).

Pereira Lobo ressalta o estado de adiantamento das obras dos grupos do interior do estado, afirmando os projetos de futuras expansões dessas escolas por novos municípios. Esse adiantamento seria bruscamente interrompido pela crise econômica, que fez criar um lapso no processo de edificação da escola graduada. Outro ponto importante apresentado pelo coronel Pereira Lobo foi sobre a possível adaptação do prédio do antigo palácio provincial para que fosse instalado um grupo escolar. Esse seria mais um caso em que não teria a construção de um prédio moderno, mas sim, apenas a reforma de uma construção antiga, como se deu em Capela e, em certa medida, com o Grupo Barão de Maruim⁴⁴ em Aracaju. Os prédios dos grupos nem sempre foram os responsáveis por aduzir uma nova imagem para as cidades, pois muitas vezes, somente a criação do grupo já representava a expressão da modernidade.

A maior disseminação dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Graccho Cardoso (1922-1926). Aproveitando-se da estabilidade econômica do estado e das construções não concluídas pelo governo antecessor, ele promoveu um chorrilho de inaugurações das ilhas de modernidade pelos mais diversos municípios. A capital foi a cidade que deteve maior atenção do presidente, com a construção de inúmeros prédios escolares, além de novas instituições científicas, sociais e de saúde pública.

O processo de inaugurações executado por Graccho Cardoso teve início na cidade de Estância, com a criação do Grupo Escolar Gumersindo Bessa. No mesmo ano foi inaugurada a escola graduada de São Cristóvão. Foi a criação do Grupo Vigário Barroso⁴⁵, que ocupou o prédio da antiga prisão. Com isso, a velha capital também passava a ser beneficiada com o ensino primário graduado, a contar com uma escola racionalizada e moderna, que poderia preparar os alunos para que se tornassem civilizados e aptos para o trabalho urbano, especialmente o fabril.

Em 1924 foram construídos mais dois prédios escolares, sendo um na capital e o outro no interior. O do interior foi o Grupo Escolar Sílvia Romero, na cidade de Lagarto. Com

⁴⁴ Não podemos dizer que o prédio onde funcionou o Grupo Escolar Barão de Maruim fosse uma construção antiga adaptada aos novos padrões arquitetônicos destinados às escolas graduadas. Trata-se de uma construção que foi edificada sob os alicerces do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza, que tinha sido abandonada no final do século XIX. Nesse caso, percebemos que ocorreu a edificação de um novo prédio aproveitando apenas a estrutura do antigo asilo, como atestam os pronunciamentos do engenheiro Firmo Freire (O ESTADO DE SERGIPE, 1917) e alguns estudos de Magno Santos (2005; 2006).

⁴⁵ Pereira Lobo cogitou a implantação de um grupo escolar na primeira capital de Sergipe, São Cristóvão. Todavia, os planos de Lobo divergiram em alguns aspectos da idéia concretizada por Graccho Cardoso. A principal divergência entre as duas propostas foi em relação ao prédio em que seria implantado. Pereira Lobo alegou em suas mensagens que já havia comprado o antigo palácio provincial para tal fim, no entanto, Graccho Cardoso relatou que inaugurou o prédio da sombria masmorra.

uma construção imponente, a cidade passou a desfrutar das benesses da ilha de civilização que adentrava os municípios do interior sergipano. Já o primeiro, não se tratava de um novo grupo escolar, mas apenas uma readaptação. Dois grupos escolares da capital tiveram que ser transferidos para novos prédios, motivados pela instalação do batalhão da polícia militar e de uma faculdade⁴⁶. Assim alegou o governo de Graccho Cardoso:

Devido à premente necessidade, no Grupo Escolar General Siqueira foi alojado o Batalhão Policial Militar do Estado, dada a imprestabilidade do quartel então existente, o governo já contractou, porém, com o constructor Hugo Bozzi, a elevação de um novo prédio em substituição àquelle, respeitada em absoluto a antiga denominação, em homenagem ao illustre ex-presidente do Estado. As classes desse grupo foram temporariamente transferidas para o edificio do antigo Grupo General Valladão, hoje em dia Faculdade Livre de Direito Tobias Barretto (SERGIPE, 1925, p. 14)

Entretanto, havia outra justificativa maior para a transferência desses grupos. A proximidade dos prédios estava acarretando na redução do número de alunos matriculados, impedindo a disseminação dos novos pressupostos metodológicos e a consolidação da modernidade pedagógica. Para a administração Graccho Cardoso:

Em razão de se acharem situados mui próximos um do outro, na distancia media talvez de menos de tresentos metros, os grupos escolares General Valladão, Barão de Maroim e General Siqueira, é que foi feita a mudança do primeiro para o edificio construído, o anno transacto, à rua da Victoria. Tal circumstancia implicou ainda para que fosse localizado no edificio em que funcionava o Grupo General Siqueira o Batalhão Policial, havendo para tal utilização recebido as adaptações imprescindíveis. Não tardará que o que lhe vae substituir se erga em logar conveniente (SERGIPE, 1924, p. 14).

A justificativa do presidente nos induz a refletir sobre um problema gerado na implantação dos grupos escolares em Sergipe. Em decorrência da proximidade dos edifícios

⁴⁶ Graccho Cardoso tentou implantar o ensino superior em Sergipe com a criação de duas faculdades e um instituto. As faculdades foram instaladas provisoriamente nos melhores prédios públicos da cidade, ou seja, nos edifícios onde funcionavam os grupos escolares. Com isso, foram inauguradas a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire e a Faculdade Livre de Direito Tobias Barreto, além do Instituto de Química. As três instituições passaram a fomentar os anseios dos sergipanos, de terem instituições de nível superior no estado. Sobre o Instituto de Química de Sergipe pode ser consultado Conceição (2008), que enfoca o processo de implantação e a intelectualidade que fazia parte de seus quadros. Além dessas instituições, existia outra, que inaugurou o ensino superior em Sergipe. Tratava-se do Seminário Sagrado Coração de Jesus, criado em 1913 (BARRETO, 2004).

havia uma distribuição distorcida dos alunos. Devemos lembrar que, uma das características dessa categoria de escola era a localização privilegiada, nas proximidades do centro da cidade. A excessiva proximidade desses prédios escolares resultou na rarefação dos alunos, que ficavam dispersos em três instituições. A eloquência dos discursos arquitetônicos se proliferava nos arredores do centro da capital, constituindo uma paisagem cercada de palacetes. Neste sentido, entre os prédios públicos sedes do poder político emergiam os grupos escolares, com a incumbência de atribuir um novo sentido aos transeuntes, de confirmar aos olhares as preocupações do governo no campo da educação.

No ano seguinte, o presidente buscou intensificar o ritmo de inaugurações, concluindo as obras inacabadas deixadas pelo seu antecessor, o coronel Pereira Lobo. Nisso, novos prédios escolares foram entregues, entre eles o de Vilanova. Estrategicamente, Graccho Cardoso promoveu algumas alterações no projeto do prédio, dotando-lhe de características que remetiam a sua administração. Era uma forma de criticar a gestão anterior e legitimar seu nome como um presidente construtor, empreendedor e condutor da modernidade. Isso acarretou na diminuição estética dos edifícios construídos por Pereira Lobo:

Tendo começado a minha gestão a 24 de Outubro de 1922, inaugurava, em Maio de 1923, o primeiro grupo escolar na cidade de Estância, sob o patronymico de Gumersindo Bessa. Essa obra durou de 1918 aos fins de 1922, sendo pecuniariamente solvido o respectivo contracto na actual administração. Veio logo depois o Grupo Olympio Campos, em Villanova, iniciado também em 1917, para servir de reunião de escolas. Já encontrei acabada a construção desse edifício, que é péssima, limitando-me, simplesmente, a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega a população (SERGIPE, 1924, p. 14).

Sob a batuta de Graccho Cardoso as cidades sergipanas foram transformadas em verdadeiros canteiros de obras, incitando o processo de modernização e de embelezamento que tinha eclodido na década anterior. No cenário urbano emergiam palacetes imponentes que se impunham sobre os logradouros com o olhar vigilante das águias⁴⁷, prontas para o vôo.

⁴⁷ A administração de Graccho Cardoso foi marcada pelas polêmicas e gastos onerosos com as obras públicas. Tratou-se de uma gestão que acelerou o processo de auto-propaganda tendo como vitrine as obras. Com isso, percebemos que nos primeiros anos da década de 20 do século XX as obras estavam imbuídas do sentido de se forjar uma identidade presidente/obra, criador-criatura. Os lugares sociais foram redefinidos, com a reaproximação do Estado em relação a Igreja Católica e construção de grandes edifícios públicas com o designativo de seu governo: a águia. Ela simbolizava a tentativa de constituir uma administração que

Essa ave se tornou símbolo maior das construções realizadas na gestão de Graccho Cardoso, representando a visão profícua e perspicaz. Na mensagem de 1924 o governo enumera as inaugurações dos novos prédios que abrigariam os grupos escolares.

Foram terminadas as construções dos grupos escolares “Dr. Manuel Luiz”, General Valladão, e “José Augusto Ferraz”, nesta capital, “Severiano Cardoso”, em Boquim; o de Simão Dias e as escolas reunidas de Santo Amaro. A concluir-se está o Grupo “Coronel João Fernandes”, em Propriá (SERGIPE, 1924, p. 22).

Como pode ser observado, de imediato Graccho Cardoso buscou inaugurar uma série de prédios que atenderiam ao ensino primário. No total foram onze edifícios construídos na sua gestão, quase todos com um mesmo traçado arquitetônico, marcados pela imponência da fachada e presença das águias. Com isso, na era dos grupos escolares sergipanos⁴⁸, Graccho Cardoso foi o presidente que mais difundiu esse tipo de instituição, a modalidade de escola primária graduada. O perfil majestoso dos prédios que se impunham na paisagem urbana das principais cidades sergipanas, criando ao mesmo tempo imagens de escola pública como prédio público e de cidade moderna, que progredia com os avanços da educação. O imaginário republicano⁴⁹ foi exposto nas paredes dos prédios escolares. Os projetos dos grupos não eram apenas de uma escola racionalizada, mas também um desígnio de um país que buscava exasperadamente planejar a civilização⁵⁰.

visualizasse o futuro, que tivesse um olhar de longo alcance. Sobre esse assunto podem ser consultadas obras sugestivas como as de Josineide Santana (2000) e Antônio Samarone Santana (2005).

⁴⁸ Sergipe passou por um processo semelhante ao que ocorreu no estado da Paraíba, no que concerne à implantação dos grupos escolares. Segundo Antônio Pinheiro (2002), naquele estado ocorreram três fases, por ele denominadas de eras, na perspectiva de Hobsbawm: a era das cadeiras isoladas, era dos grupos escolares e era das escolas rurais, que não foi aprofundada. Em Sergipe podemos observar um processo semelhante, ao menos se enfocarmos os discursos das autoridades políticas, pois até 1911 teríamos a era das escolas isoladas. Entre 1911 e o final da década de 20 do século XX seria a era dos grupos escolares. A partir desse período até o final dos anos 40 do século XX Sergipe estaria na era das escolas rurais. Devemos lembrar que essa divisão temporal tem como enfoque apenas a ênfase dada nos discursos das lideranças políticas e educacionais, pois na prática vimos que nessas três fases ocorreu a expansão das escolas isoladas.

⁴⁹ Nos anos imediatos à Proclamação da República verificou-se um processo de embates entre as diferentes ramificações republicanas que tentavam se impor no cenário político nacional. Eram vertentes que tinham influência do federalismo americano, do positivismo e dos jacobinos. Para compreender esse imaginário construído com o golpe da República pode ser consultada as instigantes obras de José Murilo de Carvalho (1990, 1996) e Raquel Barbosa, que subsidiada pela reflexão de Carvalho observa a construção dos heróis literários nas escolas paulistas (BARBOSA, 2001).

⁵⁰ O termo civilização aparece em muitos registros documentais da época quase sempre associados à idéia de transformação da sociedade brasileira por meio do combate aos maus-costumes e ao analfabetismo. Para a intelectualidade da época, assim como as lideranças político-administrativas do estado de Sergipe, os maiores problemas que impediam o ingresso do país no mundo civilizado era a ignorância da população, prisioneira dos maus-costumes e a ausência de escolas para o combate a esses vícios. Outra situação que era alvo das críticas dos presidentes de Sergipe era a ineficiência do professorado, que despreparado e sem dedicação ao ensino

O governo de Graccho Cardoso marcou o apogeu e o declínio da difusão dos grupos escolares em Sergipe. Após a sua gestão ocorreu mais um lapso no processo de propagação desse modelo de instituição e com o retorno, na década seguinte as características arquitetônicas já não eram as mesmas. A racionalidade tinha sido fortalecida e o traçado tornou-se mais simples, excluindo a ornamentação neoclássica. A imponência tinha sido reduzida bruscamente⁵¹. No período compreendido entre 1911 e 1926 foram inaugurados 14 grupos e 16 prédios escolares, com características monumentais. As obras foram financiadas pelo governo do estado ou fruto de doações de particulares ou campanhas educacionais. Os grupos criados nesse período encontram-se relacionados no Quadro I:

QUADRO I
Relação dos prédios dos grupos escolares de Sergipe criados entre 1911-1924

Ano de inauguração	Nome da instituição	Cidade	Governo em que foi construído	Origem do prédio/terreno
1911	Grupo Modelo	Aracaju	Rodrigues Dória	Escola Normal, construída pelo Estado
1914	Grupo Central	Aracaju	General Siqueira de Menezes	Construído pelo Estado para o próprio fim
1917	Grupo Escolar Barão de Maroim	Aracaju	General Oliveira Valadão	Construído pelo Estado no terreno doado pelo Barão de Maruim
1918	Grupo Escolar General Valladão	Aracaju	General Oliveira Valadão	Construção financiada por campanha realizada pelos sócios do Comício Agrícola
1918	Grupo Escolar	Capela	General	Prédio doado pelo ministro

cravavam novos empecilhos na construção da civilização brasileira. O desleixo com assiduidade e ausência de afinco na tarefa de ensinar. Em 1924 o presidente de Sergipe Maurício Graccho Cardoso expôs suas preocupações com o elevado número de professores que entravam com pedidos de licença, alegando que “Na maioria das vezes ficam essas cadeiras por muito tempo sem provimento, estabelecendo-se assim solução médicos graciosos, que são desmentidos não só pelo aspecto sadio das solicitantes, como pela vida que levam aqui na capital ou em outros lugares, durante o gozo da licença” (SERGIPE, 1924, p. 40).

⁵¹ Como os grupos escolares construídos após o governo de Graccho Cardoso foram marcados pela presença de traços mais simples a destoarem do padrão das edificações anteriores, resolvemos não inserir os mesmos no presente estudo. Nessa fase os grupos foram construídos em cidades que ainda não usufruíam dessa modalidade de ensino, com a reunião de escolas isoladas em um mesmo prédio, como já havia essa cogitação desde a década de 10 do século XX. Cidades como Itabaiana, Riachuelo, Itaporanga d’Ajuda e Laranjeiras passaram a ter seus respectivos grupos escolares. Sobre a implantação do Grupo Escolar Guilhermino Bezerra de Itabaiana pode ser lido o texto de Hosenilde Lima (2005).

	Coelho e Campos		Oliveira Valadão	Coelho e Campos
1923	Grupo Escolar Gumersindo Bessa	Estância	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1923	Grupo Escolar Vigário Barroso	São Cristóvão	Graccho Cardoso	Antiga cadeia da cidade
1923	Grupo Escolar General Valladão	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1924	Grupo escolar Sylvio Romero	Lagarto	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1924	Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar José Augusto Ferraz	Aracaju	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado no terreno doado por Thales Ferraz
1925	Grupo Escolar Fausto Cardoso	Anápolis ⁵²	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar Coronel João Fernandes	Propriá	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1925	Grupo Escolar Olympio Campos	Vilanova	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado
1926	Grupo Escolar Coelho e Campos	Capela	Graccho Cardoso	Permuta de prédio por melhor acomodação
1926	Grupo Escolar Severiano Cardoso ⁵³	Boquim	Graccho Cardoso	Construído pelo Estado

Fonte: mensagens apresentadas pelos presidentes do estado entre 1911 e 1926. APES. Quadro elaborado pelo autor.

O Quadro I é elucidativo por apresentar o destaque que o governo de Graccho Cardoso atribuiu na disseminação dos grupos escolares. Dos dezesseis prédios entregues a população sergipana entre 1911 e 1926, onze foram inaugurados pelo dito presidente. Se os

⁵² Atual município de Simão Dias. O topônimo Anápolis foi estabelecido pela Lei 621 de 25 de outubro de 1912, no governo do general José de Siqueira de Menezes e perdurou até o Decreto-lei 533 de 7 de dezembro de 1944, que retomou com a denominação original (BARRETO, 2008, p. 24).

⁵³ Este grupo foi criado como Escola Reunida, assim como a Escola Reunida Esperidião Monteiro em Santo Amaro das Brotas. Todavia, em 1926 ela foi elevada a grupo escolar, o que não aconteceu com a de Santo Amaro. Por esse motivo resolvemos incluir o grupo de Boquim no referido estudo e não fazer o mesmo com a escola reunida de Santo Amaro.

grupos eram vistos como espaços difusores da modernidade pelo estado de Sergipe, Graccho Cardoso foi o responsável pela consolidação dessas ilhas de civilização. Devemos ressaltar que dois desses grupos inaugurados por Graccho já estavam praticamente conclusos, na ocasião em que assumiu o governo, mesmo assim, o número de obras de sua gestão é bastante significativo. Outro ponto relevante a respeito do quadro é o fato de que esse discurso arquitetônico atribuído à modernidade nem sempre correspondia ao que era posto em prática. Alguns grupos foram instalados em prédios adaptados para tal fim, em decorrência das doações⁵⁴ de prédios e terrenos por lideranças políticas locais. Essa foi uma prática comum tanto em São Paulo como em Sergipe. Podemos enxergar essa prática como uma tentativa de legitimação política, pois o doador benevolente sempre era agraciado com a homenagem na nomenclatura da instituição criada no edifício⁵⁵.

Ainda sobre a readaptação de prédios antigos para funcionarem como grupos escolares são elucidativos os casos dos grupos Barão de Maruim, Silvio Romero e Vigário Barroso. Nos três casos as velhas edificações foram reaproveitadas para a implantação dos grupos. Isso demonstra que o discurso pedagógico modernizador nem sempre foi posto em prática por meio de novos edifícios, mas sim por meio de prédios adaptados para o exercício do magistério. Embora essa constatação pareça contraditória com os propósitos divulgados na imprensa, podemos elucubrar sobre alguns pontos relevantes. No caso do Grupo Barão de Maruim, não existiu um ajustamento estrutural radical, pois no prédio em ruínas já tinha funcionado uma escola, o Asilo Nossa senhora da Pureza, que foi responsável pela formação de órfãs desvalidas. Já o Grupo Vigário Barroso, instalado no centro histórico da ex-capital, São Cristóvão e o Silvio Romero de Lagarto foram ajustadas a arquitetura dos prédios das antigas cadeias públicas. Além disso, em Anápolis chegou a cogitar-se a implantação do Grupo Escolar Simão Dias na antiga cadeia, que só não foi concretizada em decorrência das condições de higiene.⁵⁶

⁵⁴ A prática de doação de prédios e terrenos por políticos para implantação de grupos escolares foi corrente ao longo da Primeira República, pois se tratava de uma forma de construir uma memória de si, de delegar ao futuro a representação de um sujeito benevolente e preocupado com a disseminação do ensino primário, ou seja, era uma estratégia de legitimação político-social. Essa prática foi constatada por pesquisadores dos grupos escolares em outros estados, como Rosa Fátima de Souza (1998) e Luciano Mendes Faria Filho (2000).

⁵⁵ Em Sergipe os dois casos mais elucidativos são os grupos escolares criados no governo do general Valadão, no terreno e prédio doados respectivamente pelo Barão de Maruim (João Gomes de Mello) e senador José Luiz Coelho e Campos.

⁵⁶ O Grupo Escolar Simão Dias deveria ser instalado no prédio da antiga cadeia pública, que dividia o muro com o cemitério municipal. Isso criou um impasse com as propostas higienistas que buscavam criar as instituições escolares em condições de salubridade. Assim, o grupo foi construído na praça da matriz e inaugurado em 1924.

Isso demonstra que no âmbito arquitetônico educacional, não havia muita distinção entre o prédio escolar e o da prisão⁵⁷. Os dois estavam voltados para condicionar os corpos, para moldar a sociedade à regalia dos anseios do poder, ou seja, pacata e obediente ao Estado e ao patrão. Um elemento simbólico que galgou destaque no cenário educacional e profissional sergipano foi a inserção da sineta⁵⁸ e do relógio, que se tornaram presentes nas escolas e remetiam ao controle das ações educacionais, cronometrando as atividades assim como faziam as sirenes das fábricas. Podemos interpretar a inserção desses instrumentos de controle como uma tentativa de tornar os corpos de alunos obedientes aos ruídos, de se criar uma reação mecânica ao som da sineta.

Outro dado substancial na compreensão do universo educacional primário sergipano no alvorecer do século XX é em relação as permutas dos prédios escolares, devido a necessidade de se instalar outras instituições, como quartéis policiais e faculdades. Mais uma vez percebemos a proximidade dos prédios de escolas primárias e quartéis, demonstrando que os discursos que comparavam essas duas instituições não estavam construindo uma mera alegoria, mas sim reproduzindo a visão arquitetônica vigente a época. Por essa perspectiva, as cidades que iam edificando seus grupos escolares estavam se guarnecendo, construindo quartéis em que se formariam os futuros soldados defensores da nação.

2.2 As Cidades e seus Monumentos

O processo de difusão dos grupos escolares sergipanos está relacionado às medidas modernizadoras das cidades. A partir do alvorecer do século XX em Sergipe, algumas cidades estavam sob a exultação dos progressos econômicos, que convergiram na edificação de prédios e monumentos com traços sob o augúrio da modernidade. Tratava-se do embelezamento das cidades.

No ano seguinte, por meio do ato de 8 de janeiro de 1925 o grupo teve sua nomenclatura alterada, passando a homenagear o líder republicano de Divina Pastora, Fausto Cardoso. Sobre essas alterações pode ser conferida a obra de Berger (2005).

⁵⁷ A proximidade entre a escola e o quartel também se torna evidente ao observarmos que o Grupo Escolar General Valladão foi transferido para que seu imponente prédio passasse a abrigar o quartel da polícia militar. Isso implica em afirmar que todo quartel deveria ser visto como quartel e todo quartel também poderia funcionar como escola. O revezamento entre essas instituições pelos prédios públicos majestosos de Sergipe no início do século XX evidencia essa assertiva.

⁵⁸ Ainda é possível encontrar sinais da cultura material escolar em alguns prédios em que funcionaram os grupos escolares. Um exemplo elucidativo é o Grupo Fausto Cardoso em Simão Dias, no qual ainda podemos visualizar a existência de uma sineta que tinha como atribuição demarcar o tempo escolar.

As escolas foram disseminadas nas cidades em que havia maior desenvolvimento econômico. Portanto, para entendermos o processo de disseminação dos grupos pelo interior sergipano, é necessário esquadriñar o contexto sócio-político do estado daquele período. A escolha das cidades que seriam beneficiadas com a edificação de uma das escassas ilhas de civilização não era realizada aleatoriamente. Podemos induzir que existiam alguns critérios que deveriam ser observados pelas lideranças políticas da República Velha em Sergipe. Os coronéis de maior capital simbólico⁵⁹, que ocupavam os elevados cargos do estado deveriam ter interferência nesse processo de seleção das cidades que passariam pelo embelezamento e modernização do ensino. Um sinal que pode explicar isso é a nomenclatura⁶⁰ dos grupos escolares, que revela a influência do campo político na educação.

Na economia local predominava a produção de açúcar e algodão. Eram as velhas oligarquias açucareiras que permaneciam no poder, buscando novas estratégias de legitimação econômica⁶¹, de renovação do poder hegemônico. Todavia, existia um novo segmento de produção que vinha se desenvolvendo no cenário estadual. Eram as fábricas de tecidos, que tinham impulsionado o incipiente processo de industrialização de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas:

Distribuída em cinco municípios diferentes, a atividade têxtil foi participando do mercado nacional e assumindo importância crescente na

⁵⁹ Segundo Pierre Bourdieu, o capital não pode ser vislumbrado apenas na perspectiva financeira. Existe também um mercado paralelo, de bens simbólicos, em que os sujeitos envolvidos do campo disputam um melhor posicionamento e acúmulo de capitais simbólico, cultural, social, intelectual, etc. É como acúmulo desses capitais que ocorre uma redefinição do posicionamento no campo (BOURDIEU, 2005). No campo político sergipano no decorrer da Primeira República predominou os impasses entre os dois principais grupos opositores: Cabaús e Pebas. Os políticos buscaram a legitimação no campo utilizando-se de diferentes estratégias, entre as quais, com a disseminação dos grupos escolares e a criação da memória política (DANTAS, 2004).

⁶⁰ Parte considerável dos grupos escolares sergipanos implantados no período em estudo teve sua nomenclatura associada a alguma expressão da política, sendo muitos deles atrelados à República. São exemplos dessa situação os grupos General Siqueira, General Valadão, Coelho e Campos, Olympio Campos, Fausto Cardoso e Coronel João Fernandes de Brito. Dois deles estão mais associados à memória política do Império: Barão de Maruim e Vigário Barroso. No entanto, essa especificidade tem uma explicação, pois no primeiro caso o prédio foi edificado no terreno doado pelo barão e no segundo ocorreu uma adaptação do velho sobrado e homenageou o mais renomado orador sacro de Sergipe no século XIX. Os demais grupos homenagearam a memória de outras personagens que também podem ser atribuídas à República.

⁶¹ Foi no início do século XX que galgou impulso o processo de modernização da produção do açúcar, com a gradativa substituição dos engenhos bangüês pelas modernas usinas. Apesar de ocorrer como se fosse um processo modernizador, os dados revelam que concomitante a essa substituição ocorreu a redução de propriedades, que podem denotar a concentração de terras ou o declínio da economia açucareira. Segundo as mensagens presidenciais à Assembléia Legislativa, em 1903 existiam 643 engenhos e apenas 14 usinas. No ano de 1927 havia apenas 220 engenhos, enquanto o número de usinas tinha sido elevado para 86 (ESTADO DE SERGIPE, 1903/ 1927. APES).

economia do Estado. A maioria das fábricas utilizava a lenha como combustível, apenas a Senhor do Bomfim e a industrial de Propriá usavam petróleo. Em todas elas o contingente de operários era bastante elevado, notando-se predominância do sexo feminino, exceto na de Vila Nova, onde a quantidade de homens superava a de mulheres (DANTAS, 2004, p. 50).

Coincidência ou não, os cinco municípios que possuíam fábricas de tecidos tiveram a implantação de grupos escolares no decorrer da Primeira República, nas duas décadas da era dos grupos escolares em Sergipe (1911-1926). Como em história nada pode ser visto como resultante do acaso, é relevante tentarmos compreender o processo de implantação dos grupos associando-os ao funcionamento das fábricas de tecidos. Seriam os grupos espaços de formação/qualificação da mão-de-obra fabril?

Em alguns casos, isso pode ser sim uma hipótese verídica. Já vimos que muitos elementos dos grupos escolares remetiam ao universo cotidiano das fábricas, principalmente aos mecanismos de controle dos corpos, racionalização dos espaços, vigilância hierarquizada. Grupo e fábrica eram ícones de uma modernidade que paulatinamente chegava a Sergipe. Estudos como o de Rosa Fátima de Souza demonstram que o processo de implantação da escola graduada seguia o caminho do desenvolvimento econômico, pois em São Paulo os grupos teriam sido implantados nas localidades produtoras de café, carro-chefe da economia nacional (SOUZA, 1998). As duas instituições foram disseminadas como ícones da modernidade.

Em Sergipe, a nau da implantação seguiu outros rumos. Mesmo a economia local estando ainda atrelada à produção açucareira, os grupos escolares não foram criados prioritariamente nos grandes centros produtores de açúcar. Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Divina Pastora não assistiram a inauguração de grupos nesse período, mesmo sendo importantes cidades na economia local. Parte considerável dos grupos foi implantada nos centros que possuíam a novidade em terras sergipanas, as fábricas de tecidos que necessitavam de profissionais com melhor qualificação, o que não ocorria com um engenho. Na mensagem de Manuel Oliveira Valadão há dados⁶² a respeito das fábricas de tecidos no estado que evidenciam a relevância destas no cenário urbano das cinco cidades sergipanas.

⁶² Esse quadro foi reproduzido na íntegra por Ibarê Dantas em História de Sergipe tentando demonstrar as transformações ocorridas no campo econômico (DANTAS, 2004, p. 50).

QUADRO II
Fábricas de tecidos no estado de Sergipe em 1918

Ano de criação e Município	Nome da Fábrica	Firma Social	Capital	Nº de teares	Nº de operários
1882/ Aracaju	Sergipe Industrial	Cruz, Ferraz e Cia	1.000.000\$	320	702
1918/ Aracaju	Fábrica Confiança	Ribeiro Chaves & Cia	600.000\$	230	425
1891/ Estância	Santa Cruz	Cia Industrial de Estância	1.250.000\$	300	530
1914/ Estância	Senhor do Bonfim	Silveira, Ribeiro & Cia	800.000\$	186	380
1913/ Propriá	Empresa Industrial de Propriá	Brittos, Menezes & Cia	600.000\$	170	400
1915/ São Cristóvão	Empresa Industrial de São Cristóvão	Andrade Chaves & Cia	1.000.000\$	220	316
1906/ Vila Nova	Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão	Peixoto, Gonçalves & Cia	1.000.000\$	250	580
Vila Nova	Empresa Têxtil	A. Antunes & Cia	300.000\$	120	330
Total				1.796	3.663

FONTE: VALADÃO, Oliveira. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Official, 1918.

No Quadro II emerge um dado revelador. Duas importantes fábricas de tecidos tinham como proprietários pessoas associadas aos homenageados na nomenclatura dos grupos escolares. José Augusto Ferraz⁶³ e João Fernandes de Brito tiveram suas memórias perpetuadas nas escolas graduadas de Sergipe, evidenciando que a criação de tais instituições de ensino acompanhava o curso de instalação das fábricas⁶⁴. Isso confirma a hipótese de que a relação entre os grupos escolares e as fábricas não era apenas uma estratégia da retórica discursiva ou uma metáfora arquitetônica. Os grupos escolares também deveriam moldar os corpos para o trabalho fabril⁶⁵. Outro sinal que evidencia a relação entre a difusão dos grupos

⁶³ O grupo que o homenageou foi construído no terreno doado por sua família.

⁶⁴ É importante frisar que as obras do Grupo Escolar de Vilanova foram contratadas pelo industrial da cidade, Augusto César Antunes (VALADÃO, 1918, p.18). Isso reforça a hipótese do interesse dessa incipiente elite industrial sergipana na expansão dos grupos, pois três grupos estavam diretamente ligados às fábricas de tecidos e as primeiras cidades interioranas a receberem tais instituições foram as dotadas de indústrias.

⁶⁵ Existem evidências que confirmam a hipótese da relação da expansão dos grupos escolares nas cidades que possuíam fábricas de tecidos. O general Valadão destacou a importância de expandir os grupos pelo interior informando “Na justificável compreensão de que não somente a capital mas também o interior deve receber os benefícios supervenientes dos Grupos Escolares, resolvi a edificação de mais dois desses productivos nucleos de

escolares e a industrialização de Sergipe é a similitude da arquitetura entre os prédios escolares e as fábricas de tecidos, como evidencia a Figura IX.



Figura IX: Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0188.

Partindo dessa constatação, podemos deduzir que a criação dos grupos escolares em Sergipe também esteve associada à instalação das fábricas, como uma possibilidade de preparar os futuros operários. Contudo, é preciso atentar-se para o fato de que nem todas as cidades que tiveram grupos escolares instalados nesse período estavam atreladas à questão fabril. Cidades como Lagarto, Boquim, Capela e Simão Dias não possuíam fábricas de tecidos e, no entanto, tiveram grupos escolares. O que isso poderia estar denotando? Seria uma contradição da época? Aparentemente não. A criação das escolas graduadas refletia os interesses de lideranças políticas e econômicas de Sergipe e por esse motivo é evidente que personalidades ligadas ao setor industrial tentassem fortalecer seus nomes estimulando a criação de instituições educativas. Era mais uma estratégia de legitimação político-social. Somente isso explica a atenção dada também pelos proprietários de engenhos de açúcar, associados no Comício Agrícola, que financiaram em parte a edificação do Grupo Escolar General Valladão em Aracaju. Todos almejavam o mesmo fim: a legitimação, a criação de

ensino, sendo um na Estância, adiantada cidade do Sul, e o outro em Villanova, a industrial cidade banhada pelo S. Francisco. Para essas construções foram adquiridas naquellas cidades, em locais apropriados, as áreas necessárias e demolidos os velhos prédios que nelles existiam” (SERGIPE, 11-09-1917).

uma memória de benfeitores da educação. Assim, pode-se afirmar que os industriais de Sergipe buscaram apoiar a disseminação dos grupos escolares em seus respectivos municípios, mas essa não foi uma ação exclusiva desse segmento econômico. Outros atores atuaram nessa trama, entre os quais os usineiros. Com isso, os grupos escolares foram implantados nas cidades em que existiam personagens membros da elite política e econômica do estado, tanto ligada à indústria como também ao setor agropecuário.

Isso também refuta a idéia de que os grupos escolares foram criados exclusivamente para atendimento da elite, como parecem apontar alguns estudos⁶⁶. As fontes produzidas acerca do universo educacional primário sergipano nos três primeiros decênios do século XX denotam que muitos grupos escolares atendiam também a alunos de baixa renda, que possuíam dificuldades em atender as exigências higienistas e homogeneizantes dos grupos.

Esse fato pode ser elucidado se observarmos a existência dos caixas escolares⁶⁷ que tinham a finalidade de sanar esses problemas. Nas décadas em que prevaleceu a criação de grupos escolares imponentes em Sergipe (1911-1926), ocorreu um grande estímulo a proliferação das caixas escolares, que também produziam uma memória na nomenclatura. O governo Pereira Lobo ao realizar a sua mensagem no ano de 1921 enaltece as ações de tais instituições no campo educacional:

Continúa em pleno desenvolvimento e prestando inestimável serviço a infância pobre de nossa terra, esta illustrissima e philanthropica instituição. Amparados pelo governo e pelo povo sergipano, as caixas escolares, em sua generosa obra de fornecer aos alumnos pobres, roupas, calçados, livros e outros accessorios escolares conforme seus recursos, têm afastado providencialmente as dificuldades que privavam as crianças desprotegidas da fortuna de freqüentarem as escolas, constituindo-se dest'arte valiosas auxiliares na guerra que movemos contra o analphabetismo (SERGIPE, 1921, p. 21).

⁶⁶ Entre esses estudos podemos destacar Ribeiro e Souza (2008) e, em certa medida, Souza (1998).

⁶⁷ Concomitantes com a edificação dos grupos escolares foram criadas caixas escolares associadas a cada instituição escolar e que tinha por finalidade arrecadar fundos oriundos de doações de “benevolentes” para o auxílio aos alunos que não tivessem condições de comprar os materiais didáticos e fardamentos, que eram exigências nesse modelo de escola. Na mensagem do presidente Pereira Lobo de 1920 há a seguinte definição: “instituições civis destinadas a amparar e proteger a infância pobre, a quem minguem os recursos para a aquisição de livros e utensílios necessarios ao ensino, ellas vêm preenchendo uma extensa valla, que até bem pouco se cavava, escansilada, entre a pobreza e a escola, impedindo que tivesse aquella um lugar condigno entre os acolhidos por esta” (SERGIPE, 1920, p. 26).

As caixas escolares demonstram que o público dos grupos era variado. Se existiam alunos das camadas mais abastadas da sociedade, existiam também em seus bancos alunos desprovidos das mínimas condições de se manterem sob as exigências da nova pedagogia e do higienismo. Mas existem outras evidências da pobreza estudantil. A República que tanto se vangloriava, que exibia os avanços da instrução pública e a marcha do país nos trilhos da civilização, escondia alguns entraves. Estes apareciam discretamente nas mensagens e principalmente na imprensa. Mesmo havendo um discurso explicitamente propagandístico das ações do governo e dos progressos cívico-educacionais, podemos buscar nas entrelinhas sinais dos problemas com a pobreza estudantil. Assim o Diário da Manhã de 1918 destacou o desfile da Independência de 1918:

Seguiram-se o Grupo Modelo, a Escola Complementar, O Grupo General Siqueira, muito vistoso, todos conduzindo os seus estandartes; o Grupo Barão de Maroim, não uniformizado ainda, o corpo docente do Grupo General Valladão, com o seu director, Dr. Alexandre Freire, e escolas isoladas (DIÁRIO DA MANHÃ, 1918).

Os problemas no campo educacional eram variados, mas o entusiasmo com os grupos escolares alastrou-se por Sergipe. Membros da intelectualidade e da elite discursavam em prol da disseminação dos modernos prédios escolares que levariam a civilização para os lugares mais longínquos. Emergiam assim, as falas que enfatizavam o embelezamento das cidades e a preocupação com a visibilidade da educação. Esta não seria realizada somente entre as paredes da sala de aula, mas também buscava extrapolar os limites da escola por meio da magnificência dos edifícios. Era a educação estética para a população.

No cenário urbano das cidades sergipanas os grupos escolares se tornaram ícones do esmero republicano na esfera educacional. Em meio aos quarteirões com casas modestas emergiam imponentemente os edifícios escolares, sobressaindo-se na paisagem das urbes como construção pública, como palácio. Essa preocupação estética das fachadas dos grupos estava presente na maior parte dos grupos inaugurados no período estudado. Mesmo nas construções adaptadas percebe-se a atenção dada para a grandiosidade arquitetônica, mesmo que fosse necessário realizar reformas para deixá-los condizentes com a proposta arquitetônica atribuída aos mesmos. Isso transparece no Grupo Escolar Coelho e Campos, implantado no edifício doado pelo ministro natural de Capela. Situado em uma praça

arborizada da cidade e cercado de casarões com traços de imponência, o prédio doado pelo Presidente do Supremo Tribunal apresentava sua magnitude com seus dois pavimentos, como apresenta a Figura X.



Figura X: Praça XV de novembro com o sobrado do Grupo Coelho e Campos
FONTE: Acervo Iconográfico Honorino Leal. Memorial de Sergipe. HLI 0012.

Como se pode perceber, mesmo havendo uma considerável concentração de prédios com estilos distintos e imponentes, na fotografia o realce fica por conta do sobrado em que funcionava o Grupo Coelho e Campos, único com dois pavimentos⁶⁸. Na educação estética distinguir-se das demais construções era notório para os edifícios dos grupos. Era necessário mostrar-se diferente das construções civis para estruturar a imagem de escola como prédio público, reflexo dos anseios dos governantes com nova roupagem. Por esse motivo, alguns grupos foram edificados nas proximidades de monumentos públicos, pois os dois possuíam a mesma função: delegar uma memória daquele tempo ao futuro. Tratava-se de uma memória proposital, com o intuito de delegar ao futuro e construir no presente uma imagem de si. Isso reforça as discussões empreendidas por Jacques Le Goff (1996) a respeito do caráter monumental do documento. Um exemplo elucidativo desse diálogo estético de monumentos

⁶⁸ A estrutura do sobrado teria sido um dos principais motivadores da transferência do Grupo Escolar para o edifício da antiga intendência municipal em 1926, como atestam as mensagens presidenciais de Graco Cardoso (CARDOSO, 1925).

nas vias públicas ocorreu na cidade de Capela, localidade em que o grupo escolar ficava defronte a um monumento.

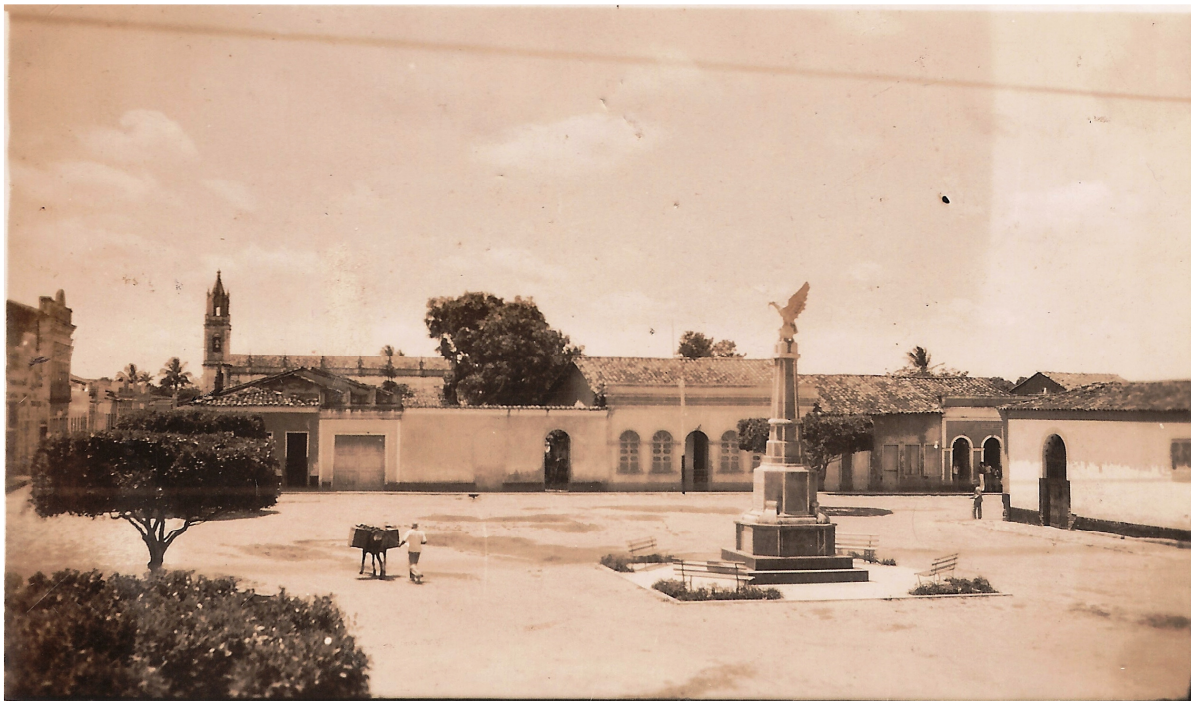


Figura XI: Monumento Público defronte ao antigo prédio do Grupo Coelho e Campos. FONTE: Acervo Honorino Leal Iconográfico. Memorial de Sergipe. HLI 0013.

Assim, para compreender o discurso arquitetônico dos grupos escolares sergipanos criados entre 1911 e 1926 é preciso ir além da sala de aula, lançar o olhar para a externalidade dos mesmos, observar a relação do grupo com a cidade. É necessário entendê-lo por outro ângulo, a partir das paredes para fora, para a rua, para o povo comum, o transeunte. Os grupos foram criados para serem vistos e, acima de tudo, admirados pela população como uma obra fruto do empenho da República.

A localização privilegiada foi outro instrumento de legitimação dos grupos escolares como instituições de ensino primário e prédio público. Geralmente os prédios eram construídos nos centros das cidades, quase sempre em uma praça de grande visibilidade. Essa proposta foi mais evidente nas cidades do interior, pois as escolas eram construídas preferencialmente em praças, nas proximidades dos demais edifícios públicos, conforme observa o Quadro III:

QUADRO III
Localização dos Grupos Escolares do interior

Grupo Escolar	Localização	Cidade
Coelho e Campos	Praça 15 de novembro	Capela
Gumersindo Bessa	Praça da Matriz	Estância
Vigário Barroso	Praça da Matriz	São Cristóvão
Sílvio Romero	Praça do Rosário	Lagarto
Fausto Cardoso	Praça Barão de Santa Rosa (da Matriz)	Simão Dias
Coronel José Fernandes de Brito	Praça Fausto Cardoso	Propriá
Coelho e Campos ⁶⁹	Praça Manoel Cardoso	Capela
Olímpio Campos	Praça General Valadão	Vila Nova
Severiano Cardoso	Avenida Joaquim Macedo	Boquim

FONTE: Mensagens de presidentes de Sergipe (APES, Mensagem, 1921-1926) e Berger (2005).
Quadro elaborado pelo autor.

Provavelmente, a disseminação dos grupos pelo centro das cidades tenha sido uma estratégia de propiciar a educação estética, pois ao andar pelas ruas da cidade, alunos e população poderia contemplar os palácios públicos, símbolos do poder e da atenção dada por este ao universo educacional. Neste ensejo, andar por tais cidades era sinônimo de ter uma aula pública sobre o poder, a República e seus heróis⁷⁰.

Devemos lembrar que os grupos foram responsáveis pela criação da identidade escolar, pois a grandiosidade dos prédios servia para maravilhar os olhos infantis, consolidar o regime republicano, testemunhar a valorização que o Estado atribuía ao ensino, cumprindo sua funcionalidade de ser escola. A proximidade dos grupos escolares dos demais edifícios públicos deve ser vista como a “linguagem arquitetônica espacial” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 25). Os desdobramentos dessa retórica espacial dos grupos em Aracaju acarretaram em graves problemas no preenchimento das vagas. Os grupos da capital concentravam-se no centro da cidade e propiciaram problemas sérios no preenchimento das vagas. O governo Graccho Cardoso explicitou os impasses gerados pela proximidade entre os grupos General Siqueira, General Valadão e Barão de Maruim.

Não será mister insistir na desvantagem que acarretou ao ensino a coexistência desses três estabelecimentos escolares no reduzido espaço de um estreito perímetro, mal servindo às zonas em que estavam collocados, por

⁶⁹ Segundo prédio do grupo em decorrência das inadequações pedagógicas do primeiro edifício doado pelo ministro Coelho e Campos.

⁷⁰ Sobre esse aspecto de visibilidade externa atribuída aos prédios escolares pode ser consultadas obras como Souza (2008), Bencostta (2007), Santos (2005) e Azevedo (2003).

insuficiência da população escolar, em prejuízo das de outras zonas mais distantes e necessitadas (SERGIPE, 1925, p.14).

O presidente do estado apresentou os problemas ocasionados pela proximidade dos grupos. Em Aracaju, a proximidade entre os prédios das escolas graduadas foi notória e acarretou em discussões entre as lideranças políticas, pois havia a necessidade de expansão do ensino, do aumento do número de matrículas e muitas vezes, os imponentes grupos permaneciam com vagas ociosas em virtude da distância entre os prédios e os alunos. As cidades eram embelezadas, estava-se criando uma memória educacional republicana, mas a legitimação do regime com o aumento de eleitores alfabetizados permanecia distante. A maior parte da população teve que vislumbrar a magnitude dos prédios escolares somente pela fachada. Os prédios que se impunham sobre os logradouros mantiveram a população afastada⁷¹.

2.3 Ícones da Modernidade

A educação passou a ter maior importância na sociedade sergipana, ao menos nos discursos. Diferentes segmentos sociais passaram a intervir nos embates acerca da educação e emergiram novas propostas de renovação e modernização do ensino, tanto pelo viés pedagógico, como no arquitetônico. A escola moderna que paulatinamente vinha sendo edificada nas ruas centrais de Aracaju e das principais cidades do interior sergipano tornaram-se exemplares de um mundo em renovação, das possibilidades de melhoria nas condições de vida de diversas famílias pobres do estado.

⁷¹ No início do processo de implantação dos grupos escolares em Sergipe ocorreu muita resistência dos pais em matricular seus filhos nessas instituições. Muitas famílias pobres preferiam manter seus filhos nas escolas isoladas e os governantes evidenciaram essa situação por meio de críticas nos relatórios e mensagens. Nessas mensagens os presidentes do estado alegaram que os motivos da resistência eram a imponência dos prédios e a presença de alunos da elite que inibiam as famílias pobres, a excessiva proximidade entre os grupos e a distância entre os grupos e o alunado. Assim Graccho Cardoso alegou em sua mensagem que “nestes últimos tempos, formou-se uma corrente de opiniões infensas à instituição dos grupos escolares. Os partidários de tais sugestões alegam que as crianças de famílias mal remediadas não os freqüentam, por não servirem de pasto á critica desapiedada dos condiscípulos opulentos; que, na hypothese provável das povoações estenderem a sua área de edificação, os meninos residentes nos pontos mais afastados ficarão impossibilitados de comparecer às aulas diariamente; que, com o accrescimento do numero de habitantes, não haverá logar para o excesso da população em idade escolar e, por fim, que são muito onerosas as despesas com a construcção dos edifícios e sua manutenção” (SERGIPE, 1924, p. 18-9).

A escola primária pode ter passado, neste sentido, por uma ressignificação. O prédio-escola simbolizava para muitas famílias a oportunidade concreta de haver uma relativa ascensão social. As expectativas estavam muitas vezes relacionadas ao alunado feminino, como uma das seqüelas da inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério. Ser professora no alvorecer do século XX significava ter mais do que uma profissão permitida ao sexo feminino: era também símbolo de prestígio, aumento da renda e reconhecimento social. Por esse motivo cursar as aulas da Escola Normal de Aracaju se tornou o sonho de muitas meninas e até mesmo de seus familiares.

As normalistas passaram a ser representadas como as portadoras das novas metodologias e de uma nova versão para as mulheres: a profissional no campo intelectual. Devemos lembrar que nesse mesmo período estava acontecendo em Aracaju a expansão das fábricas de tecidos⁷². Neste sentido, criou-se em certa medida um contraponto entre os dois modelos de profissionais disseminados na capital, que eram as professoras e as operárias. Enquanto as primeiras eram vistas como as responsáveis pela disseminação da civilização brasileira, como mulheres zelosas⁷³ ou até mesmo “musas da Instrução⁷⁴”, as segundas eram

⁷² As fábricas de tecidos começaram a ser instaladas em Sergipe no final do século XIX e teve seu período áureo nos primeiros decênios do século seguinte, com a instalação de fábricas em cidades como Aracaju, São Cristóvão, Estância, Propriá e Vilanova (atual Neópolis). Nessas localidades seriam instalados grupos escolares, demonstrando que é provável que a implantação desse modelo de instituição escolar tenha acompanhado também o desenvolvimento econômico-social das cidades, visando até preparar mão-de-obra qualificada para o trabalho nas tecelagens. Essa afirmativa torna-se mais contundente se observarmos alguns aspectos que aproximam a escola da fábrica, como a racionalidade do tempo medido em ambos os espaços pelo relógio visível e controle dos corpos com o uso das sirenes e dos sinos. Neste ensejo, podemos enfatizar o fato da escola primária ter desempenhado o papel de tornar os corpos dóceis, de controlar os instintos dos alunos, preparando-os para o futuro labor nas fábricas. É evidente que o número de fábricas de tecidos em Sergipe era consideravelmente restrito e que os grupos não pretendiam preparar exclusivamente os futuros operários. Essa seria, apenas, uma das atribuições desse modelo de instituição educacional difundido no raiar da República. Não podemos esquecer que a preparação das meninas para seguirem seus estudos na Escola Normal e os meninos para o Atheneu Sergipense era outro propósito dos grupos sergipanos.

⁷³ Esta representação nem sempre correspondia a realidade. Em muitos casos havia resistência veemente das professoras em adotar os novos pressupostos metodológicos que eram disseminados nos grupos escolares. Mesmo havendo uma grande ênfase para a pedagogia moderna, o que percebemos é que muitas professoras insistiam em trabalhar com os métodos da pedagogia tradicional. Essa constatação pode ser comprovada ao analisarmos os relatórios e as mensagens de final de governo nas décadas de 20 e 30 do século XX, nos quais os presidentes do Estado destacavam a necessidade de adotar medidas coercitivas e vigilantes para impedir a permanência de tais ações. Considerando a existência de medidas punitivas podemos concluir que existiam as resistências aos novos pressupostos.

⁷⁴ Em muitos documentos produzidos sobre a disseminação dos grupos escolares pode ser percebida a ênfase dada ao papel das professoras no desenvolvimento educacional do país. Elas eram representadas como musas da instrução, responsáveis pela disseminação das novas metodologias e da preparação do futuro do Brasil. Era uma tarefa cívica e sagrada. No primeiro caso devido a importância de construir um cidadão que carregasse dentro de si um amor por sua pátria, obstinado a lutar contra as nações inimigas e em períodos de paz, ser um zeloso trabalhador. O segundo caso era motivado pelo fato das professoras serem representadas como mulheres abnegadas que deixavam o seio protetor da família para dedicar-se à instrução dos jovens do país. Essa trama de

vistas com certa desconfiança pela sociedade, em decorrência dos constantes abusos que ocorriam no cenário fabril. No entanto, ambas representaram a entrada definitiva da mulher no mercado de trabalho.

Neste sentido, a escolarização da infância passou a ser vista como um percurso que levaria ao progresso, à constituição do processo civilizatório no Brasil. A escola passou a assumir um novo papel social e no imaginário da população emergiu uma nova representação atrelada ao universo desejado de incrementação da modernidade. Foi essa mentalidade que emergiu no seio da sociedade sergipana e transpareceu em obras literárias, nas propostas pedagógicas, nos discursos e até mesmo na edificação de prédios públicos.

O imaginário local da primeira metade do século XX permaneceu atrelado ao contraponto entre o arcaico ruralesco e o moderno urbano, associado aos grupos. O homem do campo muitas vezes foi obrigado a deslocar-se para os núcleos urbanos mais desenvolvidos em busca de melhores condições de vida. Nessa busca por dias melhores, a escolarização era apresentada como um dos ícones da modernização, o caminho mais propício da civilização. Essa hipótese pode ser confirmada se observamos obras literárias como “Os Corumbas” de Amando Fontes⁷⁵ (2001) em que a família migrante da zona rural enfrenta os dissabores do mundo atrasado, com poucas perspectivas.

As representações constituídas no período afloram no enredo. Ao planejar a mudança da zona rural para a capital, a matriarca Sá Josefa enumerava suas razões:

Na Capital, havia emprego decente para as duas meninas mais velhas. Era nas Fábricas de Tecidos. Estavam assim de moças, todas ganhando bom

representações resultou em embates acerca da transformação do magistério feminino em sacerdócio, alegando ser incompatível a conciliação entre as tarefas domésticas, maternais e o magistério. Com isso, na década de 30 do século XX chegou-se a cogitar a implantação do celibato das professoras. Sobre tais aspectos pode ser consultado o relatório do diretor geral da Instrução Pública de Sergipe de 1931 (ESTADO DE SERGIPE, 1931). Sobre esse tema pode ser consultada a pesquisa desenvolvida por Nivalda Santos (2006), que analisou as propostas de celibato pelos representantes do poder e a concretização no magistério feminino com a professora Leonor Telles de Menezes.

⁷⁵ Essa obra literária pode ser usada como fonte sobre as representações dos migrantes, das perspectivas de vida e da educação feminina em princípios do século XX, inclusive as três primeiras décadas, pois a literatura reflete os anseios, desejos, imaginários e representações de seu tempo e no referido caso, o autor escreveu inspirado em suas andanças por Sergipe no anos de 1917 (zona rural), 1923. A obra foi idealizada e começou a ser escrita ainda em 1919, apesar de só ter sido publicado em 1933. Assim, trata-se de um registro valioso a respeito do período em estudo. Segundo João Ribeiro a obra “é um romance forte, de aguda observação, de realismo sem agruras inúteis, de entrecho admiravelmente urdido na vida real da gente pobre, vítima inexperiente de todos os exploradores da miséria honesta dos que trabalham sem nenhuma garantia do bem-estar e ainda menos da felicidade” (RIBEIRO, 1933).

dinheiro... Pedro não custaria em conseguir um bom lugar, como ferreiro ou maquinista... Uma outra vida, enfim. Vestia-se melhor, andava-se no meio da gente... Depois, tinha uma certeza, uma espécie de pressentimento, de que lá as filhas logo casariam. Isso as mais velhas. As duas mais novas iriam para a escola. Nem precisavam até de trabalhar. Caçulinha que era tão viva e inteligente, bem poderia chegar a professora... (FONTES, 2001, p. 10).

As representações sociais estão evidenciadas nesse trecho da obra de Amando Fontes. Cada filho da migrante já tinha seu futuro designado pela mesma. Trabalho nas fábricas para as moças mais velhas, nas ferrovias para o rapaz e estudo para as meninas mais novas fazia parte dos planos audaciosos da matriarca. A dedicação aos estudos passa a ser visto como uma possibilidade de ascensão social, ou seja, a narrativa elucida que a propaganda republicana conseguiu criar um discurso legitimador da educação como transformadora da sociedade. Ao mesmo tempo, podemos perceber os três ícones que faziam de Aracaju uma cidade moderna diante das demais: as fábricas, a ferrovia e as escolas. No imaginário local, os trilhos da modernidade passavam pela capital, fabricando a sobrevivência e ensinando os ofícios digno para uma mulher: o magistério.

O cotidiano das famílias aracajuanas também foi alterado com a emergência dos grupos escolares. Acordar cedo e andar apressado pelas ruas da cidade passaram a ser episódios rotineiros. Mais uma vez a literatura nos revela um painel do período com a descrição da chegada de Geraldo Corumba do trabalho: “Chegando em casa, foi encontrar a mulher na azáfama de todas as manhãs. Preparava, agora, o almoço das filhas menores, que às sete e meia deveriam sair para a escola” (FONTES, 2001, p. 23).

Ao migrar para a capital emergente, afloram as expectativas, os sonhos da ascensão social. Trabalho nas fábricas de tecidos e o universo estudantil tecem o enredo entremeado por festividades, enlaces amorosos e desencantos matrimoniais e afetivos. Na capital a formação das filhas mais novas na Escola Normal constituía a esperança de um futuro digno, mais ameno. Todavia, o sonho de se tornar mestra iniciou-se no grupo escolar, como transparece na referida obra literária: “Atrás delas, saíram Bela e Caçulinha, em demanda do grupo escolar em que estudavam” (FONTES, 2001, p. 27).

As representações de uma menina estudante também podem ser observadas. Sob a ótica do romancista, a protagonista foi desenhada em sua rotina tingida pelos estudos com afincos. Essa é apenas uma expressão das representações do universo estudantil feminino que foi configurada na primeira metade do século XX. Tratava-se da estudante dedicada e

perseverante, que no ato de concentração expressava sua sofisticação, a civilização emergente que atrofiava o ímpeto de rebeldia das jovens. Observe os estudos de Caçulinha:

Sentada no batente da porta do quintal, Caçulinha estudava, muito atenta, a sua lição. Lia em voz alta, convencida de que assim decoraria mais depressa. Era uma garota de onze anos, olhos claros, cabelos castanho-loiros, branca e rosada, tudo e mais o acetinado de sua pele, as suas mãos finas e belas, davam-lhe certo ar de superioridade e destaque no meio pobre em que vivia. Constituíam o enlevo e a alegria dos dois velhos. Era, mesmo, a máxima esperança deles. Porque, aquela, não levaria a dura vida das irmãs. Arrostando sacrifícios e impossíveis, haveriam de fazê-la normalista e professora, para ter quem lhes fosse um amparo no extremo da velhice (FONTES, 2001, p. 23-4)

Como se pode perceber, as atribuições e as técnicas de aprendizagens aparecem na trama literária. Mesmo a obra tendo sido escrita já na década de 30 do século XX, é notória a permanência de alguns ideais dos anos anteriores, pois os padrões culturais não são transformados bruscamente, ao menos na referida época. Esse imaginário acerca das alunas era uma construção que tinha iniciado muitos anos antes e perdurou pelas décadas subseqüentes. Além disso, Amando Fontes redigiu sua obra tendo como lastro suas memórias da capital sergipana nas duas décadas anteriores, pois o mesmo iniciou sua escrita ainda em 1919. Por esse motivo, a obra “Os Corumbas” reflete as nuances do universo aracajuano nas décadas de 10 e 20 do século XX. Desse modo, o imaginário, o cotidiano e a literatura podem ser vistas como espelhos dessa nova imagem que estava sendo desenhada nas ruas das cidades sergipanas, principalmente na capital.

A modernidade arquitetônica também estava na pauta de discussões. Os prédios dos grupos escolares deveriam representar mais do que a pedagogia moderna⁷⁶ e os ideais republicanos. A racionalidade expressa nas paredes que serviriam aos aspectos vigilantes também deveria demonstrar as novidades no campo da arquitetura. O ecletismo arquitetônico dos primeiros decênios do século XX foi apresentado aos sergipanos por meio dos grupos. A miscelânea de estilos aflorou nas ruas de Aracaju e das principais cidades do interior.

⁷⁶ A pedagogia moderna foi um dos alvos principais utilizados pelos líderes republicanos de Sergipe na tentativa de fortalecer a imagem de transformação da sociedade local pela educação. Tratava-se do conjunto de práticas e métodos de ensino de inspiração européia que valorizava a ação dos alunos e a racionalidade do ensino. Assim, paulatinamente valorizou-se o uso de recursos didáticos e de espaços complementares no seio educacional, como museus e bibliotecas escolares, mapas, globos e cartilhas.

2.3.1 O Discurso Higienista

Os prédios escolares construídos nesse período destacavam-se pela imponência das fachadas, que tinham como propósito atrair a atenção dos transeuntes. Para evidenciar a monumentalidade dos edifícios escolares os engenheiros buscaram usar estratégias como o uso de calçadas mais elevadas, porões e escadarias, que deixavam os edifícios escolares com maior destaque nos logradouros. Todavia, esses elementos não foram utilizados somente como mera atribuição estética ou como tentativa de evidenciar a imponência arquitetônica. As paredes dos grupos tinham muito mais a revelar.

O prédio escolar era construído em observância aos padrões higiênicos da época. Na construção da civilização brasileira era necessário extirpar os males que atormentavam o desenvolvimento, as epidemias que constantemente assolavam a população. A preocupação como campo da saúde foi generalizada e propiciou uma série de reformas, algumas inclusive dos traçados urbanos das velhas cidades coloniais⁷⁷. Com a implantação dos grupos escolares os engenheiros deveriam observar os pressupostos sanitaristas que estavam em voga na época. As adequações da arquitetura aos anseios higienistas aparecem nos discursos das autoridades sergipanas, como podemos constatar:

Como excelente typo escolar, os Grupos vão satisfazendo plenamente as exigências do nosso ensino. Em bellos e confortáveis edifícios, em que são asseguradas as condições hygienicas de par com preceitos pedagógicos, elles dão um testemunho honroso da segura orientação das administrações, neste particular (LOBO, 1920, p. 18).

⁷⁷ Ao longo da Primeira República assistiu-se a disseminação de campanhas de vacinação e reformas urbanas, que tinham como propósito eliminar os focos de epidemias. Com isso, os antigos centros de cidades como Rio de Janeiro e Recife, com arquitetura colonial, foram remodelados e modernizados, com o soerguimento de prédios com estilos modernos como Art Nouveau. Devemos lembrar que muitas dessas reformas provocaram a reação da população, pois a modernização do país deveria ser implantada de imediato. Um sinal dessa resistência foi a Revolta contra a Vacina obrigatória no Rio de Janeiro (Ver CARVALHO, 2005). Em Sergipe as reformas higienistas que ocorreram nas cidades foram em decorrência dos códigos de posturas de cidades e vilas, que regimentavam o processo de urbanização e com o incipiente projeto de saneamento básico. Em Aracaju o saneamento foi incrementado com maior agilidade na década de 10 do século XX, com o aterro de mangues e pavimentação de ruas e praças. Assim, “a cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram. Na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético. Nesse processo as reformas foram expulsando os pobres para a periferia. O bairro Chica Chaves, que depois seria denominado industrial, foi-se tornando mais populoso” (DANTAS, 2004, p. 54). Com isso, não podemos dizer que as reformas sanitaristas tenham sido meios maléficos para a população, pois consistiam além de tentativas de manter o controle sobre a população, em mecanismos de combate aos males que atormentavam o país desde o período colonial: as epidemias. Somente com as reformas sanitárias e medidas de higienização as cifras alarmantes de mortes foram reduzidas.

Como se pode perceber, uma das representações atribuídas aos grupos escolares era o da higiene. Os prédios deveriam ser instrumentos que propiciassem o controle dos corpos e a higienização física e moral. Havia a preocupação latente de “pouco a pouco, levantar o nível moral e intelectual da escola” (SERGIPE, 1920, p. 12), ou seja, higienizar também imbuía em transformar moralmente a sociedade. Isso pode ter sido mais um motivo para a concentração de edifícios escolares no centro da cidade, afastando-se dos redutos tidos como perigosos⁷⁸.

Para isso, uma das preocupações no processo de implantação dos grupos escolares era referente à localização. As escolas não poderiam ser construídas em qualquer ambiente que pudesse se tornar hostil ao processo de civilização da infância. Existia a proposta de tentar redesenhar os núcleos urbanos criando-se hierarquias entre as diferentes localidades, como também, a idéia de remodelar os corpos, a população. Para José Gondra:

Afastar-se desse quadro descrito e representado como negativo e insalubre constituía-se, pois, um critério para dispor sobre a localização das escolas obedecendo, assim, as leis de uma natureza saudável e produtora de saúde. Tal afastamento era visto como uma estratégia de produção de uma escola e de formação de indivíduos afinados com a pedagogia da natureza, recurso que, no limite, possibilitaria um redesenho do urbano e do humano (GONDRA, 2007, p. 528).

O medo de epidemias pairava sobre as autoridades. Além das preocupações com a construção dos grupos em locais apropriados, afastados de redutos sem higiene física e moral, os governantes tornaram obrigatório o uso de vacinas para os alunos. Tratava-se de uma forma de controle, de segurança sobre as doenças contagiosas. Em sua última mensagem como presidente de Sergipe, o coronel Pereira Lobo expôs os problemas gerados por uma epidemia.

⁷⁸ Na perspectiva do início do século XX existiam algumas localidades que eram vistas como perigosas para a formação moral dos alunos. Esses locais vistos como perniciosos eram as feiras livres, zonas de prostituição e periferias. Em Aracaju, a literatura e os memorialistas registraram a existência desses focos de pobreza que eram mal vistos pela sociedade. Amando Fonte narra o cotidiano da prostituição no romance “Rua do Siriri” (1961) e Mário Cabral apresenta em seu “Roteiro de Aracaju” as zonas de pobreza e meretrício da cidade como a Cidade de Palha e Curral do Bonfim. Sobre as prostitutas do Curral Cabral descreve “mulheres feias, magras, cobertas de farrapos, corroídas pelas moléstias mais graves e vergonhosas, vendiam, ainda, por um prato de comida, o seu corpo doente, em um arremedo de amor que causava nojo e piedade. O Curral do Bonfim tinha também o seu cabaré. Não tinha nome. Mas era conhecido como Pinga Sifilis” (CABRAL, 2002).

A medida de comparência, ou freqüência, é também animadora, tanto mais se deve levar em consideração que motivo muito de vulto veio perturbar durante o anno. Refiro-me a epidemia variolítica, irrompente aqui e alli, em vários pontos do Estado, trazendo sérios embaraços à administração (SERGIPE, 1920, p. 26).

O surgimento de epidemias em Sergipe fez que providências de controle fossem adotadas, entre elas a vacina obrigatória para os egressos nos grupos escolares. Neste sentido, o controle sobre os corpos e a saúde do aluno de uma escola graduada iniciava antes mesmo de sua entrada na instituição, pois se tratava de uma medida de combate aos focos de doenças. Tais ações foram registradas dois anos depois por Pereira Lobo e demonstra o caráter de vigilância impregnado no controle dos corpos, na fabricação de corpos dóceis.

Compreendendo, em face das verdadeiras condições de saúde que se observam nas classes escolares, é de urgente necessidade fazer uma revisão nos attestados médicos que acompanham cada menino por ocasião de sua matricula, resolvi organizar uma commissão medica que se incumbirá da alludida revisão e de submeter cada alumno a uma rigorosa inspecção de saúde, afim de estabelecer o registro medico de cada um, habilitando assim as auctoridades escolares a tomar as medidas precisas no sentido de melhorar as condições de saúde das classes e, mais que tudo, impedir a propagação de moléstias contagiosas (SERGIPE, 1922, p. 40).

As preocupações de controle dos possíveis focos de epidemias mobilizaram as administrações do estado de Sergipe no combate e na vacinação. O cientificismo tinha adentrado no campo educacional e despertava discussões a respeito das melhores propostas de ensino, como também, sobre as melhores acomodações para os alunos. Os engenheiros deveriam agir como tradutores dessas novas linguagens, sintetizando os embates acerca da tênue linha de embates entre educação e saúde.

As exigências eram variadas e a necessidade de expansão dos grupos latente. No desenvolvimento do aprendizado do aluno além de materiais pedagógicos de qualidade e professores preparados, era necessário ter um espaço condigno com as virtudes almejadas. O ensino não mais poderia ocorrer em qualquer espaço improvisado⁷⁹, mas sim, deveria ser

⁷⁹ Apesar dos discursos enfatizarem a necessidade de criar espaços condignos com a educação moderna, por meio de prédios higienizados e mobiliados com o material de apoio, no decorrer da primeira metade do século XX a existência de escolas que funcionavam em espaços improvisados foi corrente. Isso não quer dizer que a vigilância e as preocupações concernentes à higiene não tenham ocorrido nas escolas isoladas, pois as inspeções

encenado em palcos criados especificamente para tal fim: os palcos da educação primária eram os grupos escolares.

O governo Graccho Cardoso em sua mensagem de 1925 expôs algumas prerrogativas que estavam sendo atendidas na edificação dos famigerados grupos escolares. Ele aguçou a necessidade de permanecer construindo prédios que atendessem aos critérios científicos, que corroborassem com a tradução do discurso médico nas paredes dos grupos.

Para vos dar uma prova de cuidado do governo no tocante à aposentação das escolas em prédios apropriados, accordes com as leis da hygiene, no que principalmente importa à cubagem do ar indispensável à respiração infantil e à distribuição da luz solar por salões espaçosos, em tudo harmônicos, na proporção rigorosas das dimensões e nos dispositivos guardados acerca do número de creanças freqüentes (SERGIPE, 1925, p. 13).

O aprendizado não era mais uma questão atinente exclusivamente aos professores. Médicos, políticos e engenheiros foram inseridos no leque de discussões a respeito do ensino. Essa constatação reforça a assertiva de Antonio Viñao Frago em relação ao construtor das escolas, ao dizer que “o espaço escolar educa, o arquiteto é um educador (...) e que todo educador tem que ser um arquiteto” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 74). Certamente os engenheiros que estavam encarregados de planejar e acompanhar a construção dos grupos escolares também exerceram essa função pedagógica. Na ereção de uma nova imagem de escola, sob os pressupostos ideológicos da República, foi preciso buscar por uma linguagem que sintetizasse todos os discursos que estavam em voga no momento. Desse modo, os prédios escolares também traziam em si os sinais do higienismo.

Os engenheiros eram atores importantes no cenário de implantação dos grupos. A modernidade pedagógica adentrava no ensino sergipano por meio das inovações arquitetônicas. Uma dessas novidades foi a instalação de sanitários no interior dos prédios escolares, demonstrando que os engenheiros estavam preocupados em tornar o ambiente escolar dentro dos requisitos exigidos pela moderna pedagogia e higienismo. Um sinal dessas adequações apareceu na notícia de inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim, no qual

também estavam imbuídas de acompanhar o processo de ensino de tais escolas. Todavia, a distância dessas escolas, a falta de recursos e a ausência de um corpo administrativo propiciavam que as regras fossem burladas com maior freqüência nas escolas, além das aulas ocorrerem sem o mínimo conforto.

foi destacado o fato de “o estabelecimento sanitário está montado dentro de todas as condições de higiene” (O ESTADO DE SERGIPE, 1917, p. 2).

A necessidade de afirmar que as normas de higiene estavam sendo atendidas demonstra que existiam cobranças a esse respeito. Não eram somente as autoridades que estavam preocupadas em propagar as normas higienistas em Sergipe. Outros setores da sociedade também indagavam sobre a situação. Imprensa, médicos sanitaristas, clero, professores e engenheiros estavam atentos ao universo educacional, além de setores da elite da sociedade sergipana.

Em busca de salubridade e de combate aos miasmas, os engenheiros projetaram prédios e praças que exortavam a modernidade e explicitavam o processo de embelezamento das cidades, substanciada pela medicina higienista. As preocupações com a saúde não permaneceram circunscritas aos prédios escolares. Elas transcenderam para as ruas e praças, com a arborização e criação de jardins, cercados por monumentos que erigiam à memória do Estado. Um sinal dessa reconfiguração do espaço urbano em Sergipe é a praça construída por Honorino Leal na cidade de Capela em 1925, como evidencia a Figura XII.



Figura XII: Jardins em praça pública de Capela 1925. Fonte: Acervo Honorino Leal Iconográfico. Memorial de Sergipe. HLI 0005.

Podemos perceber que a praça apresentava muitas das prerrogativas médico-higienistas da época. Diferentes memórias foram expostas em meio às árvores, arbustos e monumentos. Os poderes de instituições distintas se fizeram presentes. Um vestígio dessa trama mnemônica é a presença do cruzeiro, certamente fincado num momento anterior compartilhando espaço com o coreto e estátuas que o ladeavam. O discurso higienista aparecia por meio da pavimentação, das árvores e, principalmente, dos jardins. A República se fez mostrar, mas não sozinha. Ela emergiu no cenário público trazendo consigo as tensões e ansiedades de seu tempo, reconstruindo a identidade nacional sob os requisitos da higiene, modernidade e educação.

Os grupos escolares construídos nessa época foram marcados por tais preocupações. Por ser um espaço público de grande movimentação de pessoas, era necessário observar as questões de higiene para evitar problemas como a disseminação de doenças. Em 1926 Graccho Cardoso reforçou a necessidade de criar escolas seguindo os pressupostos do higienismo.

A objeção feita sobre o curso dos grupos e a organização das classes pouca atenção merece, porquanto é dever da administração cuidar do bem-estar e zelar pela saúde e comodidade dos alunos, dando-lhes edifícios higienicos, salões amplos e arejados, onde a luz penetre discretamente e que dispunham de mobiliário moderno e aparelhamento próprio para o bom funcionamento das aulas (SERGIPE, 1926, p. 18).

Os preceitos do higienismo aparecem na descrição realizada por Graccho Cardoso. O presidente do estado reforçou a idéia de que era necessário construir prédios que atendessem aos anseios do período. Para tanto, os engenheiros foram obrigados a inserir no grupo escolar elementos que afastassem o risco de epidemias entre os alunos e professores. O principal deles foi o porão. Muitos dos prédios construídos entre 1911 e 1926 foram edificadas com porões, o que os tornavam mais imponentes nas vias públicas de suas cidades. A exceção ficou para os prédios em que ocorreram doações ou apenas pequenas adaptações da estrutura anterior, como o Grupo Escolar Coelho e Campos de Capela, o Grupo Escolar Vigário Barroso de São Cristóvão e o Grupo Escolar Olímpio Campos em Vilanova⁸⁰.

⁸⁰ Segundo Miguel André Berger o Grupo Escolar Olímpio Campos de Vilanova teve de ser transferido de seu prédio original para a Igreja Nossa Senhora do Rosário, na praça da matriz e foi muito criticado pela população devido ao estado precário em que se encontrava (BERGER, 2005, p. 76). Como já foi apresentada anteriormente, a prática de transferência das sedes dos grupos escolares foi corrente no período em foco, seja por motivos oriundos da criação de novas instituições, seja pelas inadequações pedagógicas dos prédios em que funcionavam.

O uso dos porões nas edificações educacionais era de importância crucial, pois se tratava de uma forma de manter o piso da escola afastado da frieza do solo, principalmente na cidade de Aracaju, que foi planejada para ser construída sobre os lamaçais de pântanos e riachos⁸¹. Foi na capital sergipana que os porões tiveram maior visibilidade, criando uma imagem de escola que se afastava da população por sua imponência, altivez e riqueza dos detalhes. Os porões contribuíram para esse distanciamento, ao passo que tornavam os prédios mais vistosos⁸².

Muitas vezes, os porões nos prédios escolares apareciam apenas como elemento alegórico, para tornar a construção mais elevada e realçada no cenário urbano⁸³. Os grupos eram a tradução dos novos tempos republicanos na esfera educacional. O prédio inaugurado por Graccho Cardoso para servir como segunda sede do Grupo Escolar Coelho e Campos em Capela refletia essa busca pela imponência, pois havia um falso porão, como pode ser percebido na Figura XIII.

Além de Vilanova, esse episódio ocorreu em Capela e Aracaju, como atesta a documentação referente aos estabelecimentos escolares produzidos entre 1911 e 1926. Todavia, o caso de Vilanova ainda é duvidoso.

⁸¹ O caso de Aracaju assemelha-se ao do Rio de Janeiro nos últimos decênios do século XIX, que também sofria com os problemas oriundos dos miasmas, das condições precárias de higiene que tornavam o ensino torpe, inadequado aos anseios sociais. A capital sergipana sofria com graves problemas de saneamento em decorrência da inexistência de pavimentação e da exuberância de rios, riachos e manguezais que cortavam a cidade. Segundo Gondra, a Corte era descrita no final do Império “como um imenso anfiteatro, como um vasto receptáculo de umidade, dando um solo apodrecido em águas estagnadas, em lodaçais desprezados e, alguns, até conservados. Além disso, (...) os antigos colonos mergulharam choças e casebres dessa antiga cidade entre morros e desvios” (GONDRA, 2007, p. 529).

⁸² Para Rosa Fátima de Souza, uma das atribuições dos grupos escolares era a visibilidade, apresentando à população os princípios de higiene, civilidade e estética, pois “os edifícios dos primeiros grupos escolares puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver” (SOUZA, 1998, p. 123).

⁸³ Para compreender o processo de implantação dos grupos escolares na perspectiva da monumentalidade é preciso observar as transformações ocorridas nos cenários urbanos das principais cidades do país. As reformas sanitárias que ocorreram nas principais cidades brasileiras repercutiram na edificação dos grupos, que se enquadravam aos pressupostos da modernidade e da higiene. Os prédios escolares se tornaram em alguns casos, como em Sergipe, ícones desse frenesi de mudanças, de renovação no campo da medicina sanitária. Um estudo que elucida essa relação entre as transformações das cidades e do espaço escolar é o de Cynthia Greive Veiga, no qual ela aponta que “as reformas urbanas buscaram conciliar as idéias sanitárias com a idéia de uma nova estética, buscando-se não somente a higienização como também o aformoseamento das cidades. Praças, ruas, edifícios públicos, bairros, moradias residenciais deveriam possibilitar um novo contexto de civilidade, de maneira a enterrar o passado das doenças, moléstias, de ruas mal demarcadas, de focos de perniciosa moral. Dentre as inúmeras interferências nas cidades em fins do século XIX e início do XX, estiveram, sem dúvida, as edificações dos prédios escolares” (VEIGA, 2007, p. 409).



Figura XIII: Grupo Escolar Coelho e Campos em Capela. FONTE: Acervo Honorino Leal Iconográfico. Memorial de Sergipe. HLI 0027. Autor: Alberto Hohelfeld (Studio Nacional Photographico-Bahia).

Mesmo apresentado características mais simples do que os demais, o Grupo Coelho e Campos refletia os interesses republicanos e atendia aos requisitos higienistas. Mesmo estando localizada em uma praça⁸⁴ sem saneamento básico, o prédio busca demonstrar segurança e impermeabilidade, com seus traços sóbrios, suas janelas que permitiam a ventilação e iluminação fartas, além da árvore defronte ao prédio. Tudo isso era alvo das atenções da intelectualidade a respeito do desenrolar do ensino. Na estética da modernidade o fictício ainda permaneceu, buscando cumprir a funcionalidade de proporcionar um modelo de escola próprio. Neste sentido, o pragmatismo ainda não era o fator primordial nas edificações de prédios públicos, pois havia a necessidade de consolidar um novo modelo de escola, com prédio próprio, atributos da modernidade, da higiene e da moderna pedagogia.

⁸⁴ A maior parte dos grupos escolares implantados em Sergipe estava localizada em praças públicas importantes das cidades. Isso foi comum tanto no período estudado, como já foi visto, como na década de 30 do século XX. Exemplo dessa situação são os grupos escolares João Ribeiro (Laranjeiras), Francisco Rabello Leite (Riachuelo), Guilhermino Bezerra (Itabaiana) e Hermes Fontes (Canhoba), que eram “espaçosos, providos de água, luz e aparelhos sanitários, ocupavam grandes áreas e estavam situados em praças” (CARVALHO, 1937, p. 160). Embora esses grupos não sejam alvo de nosso estudo, é importante salientar algumas permanências das atribuições a esse modelo de escola. Ocorreu-se uma simplificação da arquitetura, entretanto, os preceitos higiênicos permaneceram intrínsecos a arquitetura.

Outra novidade que foi atribuída aos grupos escolares foi a presença dos jardins. Além de tentar promover o encantamento dos olhos infantis, era uma estratégia de propiciar a melhor circulação do ar, evitando assim os temidos miasmas. Os primeiros grupos construídos em Sergipe possuíam jardins na parte frontal ou nas laterais. Era uma forma de tentar tornar o ambiente mais agradável com ventilação e embelezamento. Devemos lembrar que o olhar era um componente de grande relevância na perspectiva educacional do início do século XX. A educação estética se daria por meio do encantamento dos olhos infantis que estudavam nos grupos e dos adultos transeuntes que por ventura passassem pelos prédios imponentes.

Para despertar o interesse dos olhares infantis “a ornamentação interna era fundamental, quadros, murais pintados com cores vivas, mobiliários, plantas em jarros, jardins” (VEIGA, 2007, p. 411). No caso de Sergipe, o grupo escolar que teve o jardim com maior visibilidade foi o Barão de Maruim. Instalado sobre os alicerces do antigo Asilo Nossa Senhora da Pureza, o prédio foi dotado de jardins na frente e laterais. Podemos dizer que esse era um mecanismo para tornar o ambiente mais aprazível, adequado ao combate aos focos de doenças, além de proporcionar maior ventilação. Em pouco tempo, o Grupo Barão de Maruim destacava-se no cenário aracajuano como um bosque cercado de árvores como pode ser visto na Figura XIV:



Figura XIV: Grupo Escolar Barão de Maruim e seus jardins. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 00200048.

Como se pode elucubrar, os preceitos do higienismo e da pedagogia moderna estavam imbuídas na disposição espacial do grupo escolar. A elevação da estrutura predial para afastar-se das friezas do Cotinguiba, as janelas dispostas na parte frontal e nas laterais, as escadarias e corredores internos e externos e as árvores e jardins faziam com que o Grupo Barão de Maruim entrasse em consonância com a modernidade que se propagava pela cidade, representada pelos trilhos dos bondes que passavam na rua defronte ao prédio. A modernidade adentrava em Aracaju com os cuidados sobre a saúde na esfera educacional. A República mais uma vez se fazia mostrar. Na missão republicana sobre educação a visão foi o sentido privilegiado para atingir aos anseios da população.

Por conseguinte, as preocupações acerca do higienismo e da saúde dos discentes perpassavam pelo aparelho visual. Os sinais dessa tentativa de controle e medicação das moléstias da visão apareceram com maior evidência no governo de Graccho Cardoso. Segundo o presidente de Sergipe, era necessário “que autoridades escolares e sanitárias se dêem as mãos com veras para esse desideratum, que marcará, em matéria de instrução pública, etapa magnífica” (SERGIPE, 1925, p. 16). Podemos interpretar esta assertiva do presidente do estado como uma estratégia de aproximar, ou até mesmo reconhecer o inevitável enlace promovido no campo do ensino entre educadores e médicos sanitaristas. A saúde tornou-se um dos principais temas debatidos a respeito do ambiente escolar. Na mensagem presidencial de 1924, Graccho Cardoso confessa que naquele momento não era suficiente observar apenas a localização privilegiada e os preceitos higiênicos e pedagógicos da arquitetura dos grupos. Na visão do presidente de estado, era necessário avançar nos asseios com a educação:

O campo da inspecção medica das escolas cada vez mais se amplia, violentado pela acção do progresso da medicina e da pedagogia. Já não basta saber se o prédio escolar está situado em lugar salubre e se aquelles que o construíram obedeceram, em tudo, aos preceitos do saneamento e da hygiene. Tão pouco a missão do medico está limitada a impedir a propagação das moléstias transmissíveis e a premunir as creanças, pela vaccina, contra a possibilidade dos vários contágios. Pede-se-lhe muito mais. Não só o exame pré-matricular, como a inspecção periódica de todas as escolas, do ponto de vista da predisposição que as creanças possam offerecer a certas moléstias, mormente as relacionadas com o aparelho visual (SERGIPE, 1925, p. 15-6).

A mensagem presidencial de Graccho Cardoso é um texto revelador dos anseios e da mentalidade da sociedade sergipana em princípios do século XX. Ele aponta os sujeitos que eram os principais responsáveis pelo engendramento do progresso educacional no estado: engenheiros, educadores e médicos. Esse era o tripé imbuído de sustentar as responsabilidades do progresso educacional de Sergipe. Na mensagem não aparece o papel dos governantes, pois deixa indícios que o Estado seria o responsável pelos investimentos das obras monumentais e custeamento das atividades dos profissionais. A culpabilidade de um possível fracasso parecia ser atribuição exclusiva dos três segmentos profissionais apresentados pelo presidente. Por esse motivo, os olhares perscrutadores das autoridades médicas-sanitárias estavam sobre o ambiente escolar, não somente por ocasião do período de matrículas, mas no decorrer de todo o ano letivo.

Com isso, a inspeção escolar tornou-se na terceira década do século XX um valioso instrumento governamental de controle das epidemias nos grupos escolares sergipanos. Entretanto, esse controle não refletia somente o medo de novos surtos epidêmicos. Ele também reflete o olhar do governo lançado sobre o espaço interno das instituições escolares com o intuito de observar o cumprimento das propostas higienistas e pedagógicas. As escolas eram transformadas em palco de modelagem dos corpos, da edificação de corpos dóceis e saudáveis que pudessem servir ao país, fosse como soldado ou como operário eficaz. A vigilância sobre os corpos dos alunos paulatinamente foi tornando-se minuciosa. Era a microfísica do poder adentrado ao universo educacional, moldando corpos⁸⁵, formando a nação, controlando a sociedade. A vigilância foi um componente inerente ao processo de expansão dos grupos escolares.

No grupo escolar não era somente a arquitetura predial que deveria permanecer a mostra, mas também os alunos. A educação estética também perpassava pela aparência dos estudantes que deveria ser condizente com os padrões estabelecidos pela higiene. Professores se tornaram agentes de fiscalização e controle do comportamento e da aparência física dos jovens que estudavam nos grupos. Os olhares do Estado sobre a infância nacional se davam

⁸⁵ As questões atinentes ao corpo foram constantes no período da Primeira República em Sergipe e no Brasil. Havia a necessidade de modelar os corpos por meio de práticas higienistas no asseio de configurar a civilização brasileira. Assim, “a questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol das recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados” (GONDRA, 2007, p. 534). Como se pode observar, a fábrica de corpos dóceis, o grupo escolar, também deveria seguir as instruções regidas pelos médicos sanitaristas.

no cotidiano escolar por meio de professores atentos e de inspeções esporádicas realizadas pela Diretoria da Instrução Pública. Para providenciar a formação de alunos saudáveis foi necessário recorrer ao maquinário moderno, equipando as escolas com recursos e profissionais preparados para o combate aos maus costumes e entraves ao progresso do país. Graccho Cardoso elucidou as preocupações acerca da saúde dentária dos alunos do ensino primário de Sergipe:

O serviço de hygiene dentária está pedindo que se complete com a aquisição dos aparelhos mais aperfeiçoados. Todavia, a assistência, no que concerne ao serviço de intervenção immediata, hygiene da bocca e tratamento dos dentes, não se tem recusado às alumnas. Na impossibilidade de tornar extensiva a hygiene dentária às escolas do interior pelo crescido número de profissionais que a organização de uma tal inspecção requeria, parece justificada a necessidade de um curso prático odontológico no programma da Escola Normal (SERGIPE, 1925, p. 15).

A saúde bucal⁸⁶ estava na pauta das discussões das autoridades sergipanas e as exigências dos segmentos profissionais envolvidos na educação pressionavam os governantes na qualificação e instalação de equipamentos necessários ao processo de fomento à saúde dos discentes. Os prédios escolares deveriam ser dotados não só de uma estrutura arquitetônica majestosa, mas também de aparelhos condizentes com a modernidade médica. Eram as pressões da medicina sobre os republicanos.

2.3.2 Um Prédio Republicano

A magnitude dos prédios escolares destinados ao ensino primário tinha intenções que extrapolavam o discurso da modernidade. O discurso arquitetônico dessas instituições deveria auferir o interesse da população para a identificação da escola como prédio público. Os primeiros grupos escolares nasceram com a pretensão de se mostrar diferente do modelo de ensino primário vigente ao longo do período imperial, o das escolas isoladas. A arquitetura escolar passou a ser instrumento de legitimação de um ideal, de um regime e de seus líderes.

⁸⁶ Foi no governo de Graccho Cardoso que ocorreu a primeira tentativa de criar um curso de formação na área de odontologia, com a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire, criada nos idos de 1925 e extinta em 1926. Isso demonstra que as preocupações com a saúde bucal não eram restritas a formação das normalistas, mas também se estendia para a formação de profissionais na área. Sobre a criação e atuação da Faculdade Aníbal Freire pode ser consultada a legislação educacional no acervo do Arquivo Público (ESTADO DE SERGIPE, Decreto 913 de 15 de dezembro de 1925). É importante frisar que os cursos dessa faculdade teriam como público privilegiado as mulheres, como expressa a documentação: “considerando a necessidade de abrir a juventude sergipana novas carreiras profissionais e encaminhar o sexo feminino à vida prática com maior garantias de futuro” (SERGIPE, Decreto 913, 1924).

Neste sentido, a República teve como um de seus principais instrumentos de propaganda a arquitetura imponente dos grupos escolares.

Para perceber a tenacidade dessa utilização da arquitetura como veículo de construção de um imaginário, é preciso inquirir a respeito da mentalidade da época, tecendo fios que interliguem épocas distintas a propósito de desenrolar as nuances da problemática construção da memória e identidade. Os republicanos foram hábeis na missão de produzir e legitimar um imaginário prodigioso a respeito de seus feitos. A memória produzida pelas lideranças de diferentes esferas do poder possui uma coesão e eloquência de grande poder de sedução, que podem levar o pesquisador a se tornar prisioneiro ou reproduzidor dessa memória à republicana.

Para evitar emaranhar-se nos fios de memórias produzidas no período entresséculo republicano é necessário estar atento, buscar as contradições na entrelinhas, perscrutar o indubitável, suspeitar de todas as informações contidas na documentação⁸⁷. A crítica histórico-documental é de importância crucial para a desmistificação da memória⁸⁸ produzida. Na perspectiva de Carlo Ginzburg (1989), podemos tentar esmiuçar as fontes históricas, destrinchá-las em busca de sinais que evidenciem seus intuitos obscurecidos intencionalmente ou não. Trata-se de um método de pesquisa pautado nos indícios que aproxima o ofício do historiador da investigação policial.

Os grupos escolares sergipanos estavam imbuídos de múltiplos sentidos, de uma simbologia complexa que expressava a tentativa de se criar uma memória que vangloriasse os feitos do novo regime, em detrimento do passado. A memória produzida sobre as ações governamentais a respeito da educação primária buscava expressar o compromisso do Estado

⁸⁷ Devemos lembrar que todo documento é fruto dos interesses dos autores e da época de sua produção. Consequentemente, não existe documentação que não seja suspeita, que não carregue em si os sinais e propósitos de seu tempo. Entretanto, a ênfase dada ao período em foco é devido ao caráter propagandístico e a imponência da construção da memória que as ações dos governos daquela época tentaram edificar. Na retórica republicana, o Brasil estava sendo reconstruído sob um novo prisma, rompendo por completo com os velhos entraves imperiais que emperravam o progresso da nação. Contudo, ao passo que analisamos com maior afinco os registros documentais do início do século XX percebemos que tais mudanças muitas vezes nunca saíram das falas e pronunciamentos. O vivido e as ações dos republicanos revelaram uma continuidade maquiada dos velhos padrões do criticado Império. Sobre a transição do Império para a República pode ser consultadas obras instigantes como Carvalho (2005), Sevcenko (2006) e Faria Filho (2007).

⁸⁸ A respeito do caráter monumental da memória realizamos a discussão pautada no clássico sobre a temática, produzido por Le Goff (2003). Seguindo essa proposta, vemos como uma das características intrínsecas à memória o propósito de delegar uma imagem de si para o futuro.

com a educação. Assim, a imprensa⁸⁹ sergipana registrou a inauguração do Grupo Barão de Maruim, dedicando a primeira página inteira aos discursos do presidente de Sergipe e do engenheiro Firmo Freire, denotando a relevância que o ensino primário detinha na sociedade sergipana nos princípios do século XX. Após transcrever na íntegra os discursos das autoridades, o jornal Correio de Aracaju expôs sua posição em relação ao presidente de Sergipe: “O Grupo Escolar Barão de Maroim, edifício de construção solida e feito com gosto e arte, vem patentear mais uma vez o máximo interesse que tem o nosso preclaro chefe general Oliveira Valladão em melhorar cada vez mais a instrucção de sua terra natal” (CORREIO DE ARACAJU, 10-07-1917, p. 01).

Os prédios escolares eram vitrines da República e de seus beneméritos. A educação tornou-se um dos principais veículos na disseminação da propaganda do novo regime, na guerra que os governos alegavam estarem travando contra o analfabetismo e na construção da civilização brasileira. O general Oliveira Valadão assim expressou os propósitos atribuídos ao universo educacional:

Sendo uma obrigação de todo o cidadão, mormente daquelles a cujos hombros pesam responsabilidades vultuosas, o ser sincero e franco falar vos devo, senhores Deputados, com a mais absoluta e completa lealdade. Obrigação assim me impõe, além disto, a razaão de se collocar a Intrucção em primeiro plano nas intenções de meu governo, attento o elevado papel que Ella exerce na formação do sergipano e do brasileiro. Arremessada, pelas gloriosas conquistas da civilização, para o primeiro logar das aspirações humanas, é Ella o eixo a cujo redor gravitam todas as esperanças da Pátria, todas as aspirações dos brasileiros (SERGIPE, 1918, p. 28).

A educação era apontada como uma missão patriótica, na qual o Estado e os cidadãos brasileiros seriam os responsáveis na disseminação das letras e do progresso. No imaginário republicano a civilização brasileira seria construída nos bancos das escolas. O ensejo de entusiasmos pelo setor educacional como mecanismo de ordenação da sociedade fez com que o governo expressasse suas críticas aos funcionários da educação, principalmente às

⁸⁹ Entre as décadas de 10 e 20 do século XX a imprensa sergipana dedicou diversas colunas para divulgar os acontecimentos referentes aos grupos escolares da capital. Eram notícias de eventos (saraus, festas cívicas, exames finais), convites de inaugurações, notas de inspeção escolar, relações de alunos promovidos para séries subsequentes, coluna social com apresentação de professoras aniversariantes e apresentações literárias, compilação da legislação e decretos de nomeações de funcionários e até mesmo editoriais comentando a relevância das referidas instituições ou das participações destas nas solenidades cívicas. Entre os jornais que podemos encontrar o maior número de artigos referentes à temática estão Correio de Aracaju, Diário da Manhã e O Estado de Sergipe.

professoras que solicitavam pedidos de afastamento por motivos de doenças muitas das vezes questionáveis⁹⁰. Ensinar pautados na nova pedagogia era uma tarefa cívico-patriótica.

Há a indeclinável necessidade de que uma compreensão patriótica anime estes funcionarios para que desempenhem o papel de brasileiros com o interesse de prestar serviço ao Estado e ao paiz, si é que elles não julgam bastante obrigatório o contracto existente entre o Governo e o empregado (SERGIPE, 1918, p. 44).

Os palácios da instrução revelam muito além do que o patriotismo atribuído à educação. Os prédios deveriam ser representantes do poder, da magnitude do regime que emergira no país assolando com os entraves que persistiam em atrofiar o ingresso brasileiro na marcha civilizatória. Os grupos deveriam se mostrar como edificações públicas, como síntese da simbologia republicana que ecoava nos centros urbanos do Brasil.

A arquitetura refletia o ideal do novo regime que se configura e buscava a legitimação perante a sociedade. Com isso, os grupos foram edificados nas proximidades dos centros das cidades, entre as construções públicas designativas do poder. Assim, constituiu-se a imagem de escola primária como prédio, edificação pública. Assim, construiu-se a o ideal republicano de que a educação era o cerne das prioridades dos governantes que galgavam o poder.

Os edifícios escolares deveriam ser alvo da admiração da população e por isso os engenheiros tiveram que encontrar diferentes estratégias para promover a visibilidade de suas obras. Uma delas foi a escadaria. Para Wolff, “um exemplo de retórica arquitetônica é a colocação de uma grande escadaria na entrada principal de um prédio, com vistas a impressionar a população” (WOLFF, 1992, p. 46). As escadarias faziam com que a construção se impusesse na paisagem urbana das cidades e tornava a escola um espaço diferenciado, no qual os alunos deveriam passar pelo limiar das escadas para adentrar no palácio do saber. Era um portal, um elo entre o cotidiano da rua e o espaço sagrado da escola. Observe as escadarias do prédio da Escola Normal e do Grupo Modelo de Aracaju na figura XV.

⁹⁰ Praticamente todas as mensagens presidenciais emitidas no período em estudo relatavam o elevado número de professoras que solicitavam dispensa de suas atividades no magistério em decorrência de supostas moléstias. Os atestados médicos apresentados pelas mestras eram questionados, pois os presidentes do estado alegavam que eles eram fruto da amizade e da ausência de escrúpulos dos médicos.



Figura XV: Escola Normal e Grupo Modelo de Aracaju. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0270.

As paredes tinham muito a revelar. Nas turbulências provocadas pela proclamação de um novo regime, as instituições escolares deveriam expressar um conjunto de valores que dignificasse as ações republicanas, mascarando as evidentes máculas que persistiam. Os traços retilíneos, sóbrios e simétricos representavam o equilíbrio almejado pelo regime político. Os grupos eram grandes, arejados e bonitos com a finalidade de expressar para a população os anseios dos governantes a respeito do ensino primário. Eram construções destinadas “a cumprir sua finalidade principal, a de ser escola, testemunhando a valorização que o Estado dava ao ensino e serviam, ainda para que a população os admirasse” (BUFFA & PINTO, 2002, p. 32).

Os grupos passaram a emitir para a sociedade sergipana os sinais de uma aparente mudança que estava sendo realizada pelos republicanos. Mesmo havendo a persistência das escolas isoladas sem as mínimas condições de ensino nas periferias das cidades e povoações, o Estado apresentava no centro da capital e das principais cidades do interior o objeto de culto à instrução, o monumento republicano para a educação primária: o grupo escolar. A imagem do regime político era moldada para a população por meio da construção de tais edifícios.

Não podemos esquecer que “a imagem é simultaneamente a instrumentalização da força, o meio da potência e sua fundação em poder” (CHARTIER, 2002, p. 165).

Os entraves republicanos também transpareciam nas imagens dos grupos. A arquitetura imponente foi uma forma de violência simbólica no seio dos núcleos urbanos sergipanos, pois em meio a um casario rústico e ruas sem pavimentação e condições dignas de higiene emergiam magníficos edifícios com o intuito de ser escola, de demonstrar o poderio de um regime que acabara de nascer. As contradições republicanas foram expressas na linguagem arquitetônica. Eram prédios grandiosos, com fachadas imponentes e elevadas sobre os porões, que os tornavam distantes da realidade vivenciada pelo público que deveria atender. Enquanto os governantes vangloriavam as benesses de possuir prédios com escadarias prodigiosas que elevariam a civilização, a maior parte da infância sergipana perambulava descalça pelas ruas sem pavimentação das cidades do estado. No mesmo passo em que os edifícios soerguiam nas ruas centrais da capital e das cidades importantes do interior, a população vivia à margem dos acontecimentos, em casebres que em nada remetiam à modernidade expressa nos depoimentos e mensagens presidenciais. Assim como a República, os grupos escolares eram excludentes, pois não atendiam a todos. Esse rótulo excludente dos grupos foi criticado pelos opositores dos governos sergipanos, como evidenciou o presidente Graccho Cardoso.

Nestes últimos tempos, formou-se uma corrente de opiniões infensas à instituição dos grupos escolares. Os partidários de tais sugestões alegam que as crianças de famílias mal remediadas não freqüentam, por não servirem de pasto à crítica desapiedada dos discípulos opulentos; que, na hypothese provável das povoações estenderem a sua área de edificação, os meninos residentes nos pontos mais afastados ficarão impossibilitados de comparecer às aulas diariamente; que, com o accrescimento do número de habitantes, não haverá logar para o excesso da população em idade escolar e, por fim, que são muito onerosas as despesas com a construção dos edifícios e sua manutenção, sem maior proveito para a infância que o obtido nas escolas isoladas (SERGIPE, 1925, p. 18-9).

As intempéries sócio-políticas atormentavam os navegantes da modernidade. Aventurar-se na propagação de uma memória incumbia em provocar a reação de setores opositores, pois o campo mnemônico assim como os demais é conflituoso, repleto de interesses que nem sempre estão em consonância. A magnitude dos prédios escolares despertou uma onda de críticas severas aos governantes, pois as referidas instituições não

estavam cumprindo com o principal objetivo do imaginário republicano, que era grassar com o analfabetismo e aumentar o número de eleitores para consolidar a democracia. Criou-se o impasse entre a eficiência na erradicação do analfabetismo e a visibilidade das ações republicanas por meio da arquitetura imponente. A dualidade de modelos de escolas primárias no decorrer da Primeira República em Sergipe representa a concretização de tais embates.

No grupo tudo pode ser revelador, ao passo que na arquitetura nada era exposto sem uma carga de intencionalidade, sem os desejos de seu tempo. A República se fez mostrar pela magnitude dos prédios escolares. Todos os elementos são possuidores de uma carga simbólica. Para Sales, “o prédio escolar é considerado um signo e, portanto, visto como um objeto emissor de significados. Em decorrência disso, o prédio escolar, enquanto manifestação arquitetônica é também uma expressão de linguagem, e como tal, deve ser estudado” (SALES, 2000, p. 17).

Os grupos escolares também serviram como ícones da propaganda das lideranças políticas da República. Assim como a elite econômica desejava construir uma memória custeando a construção de grupos, as lideranças políticas buscavam fortalecer a própria imagem a partir da criação das escolas graduadas. Eram os monumentos que preservavam a memória das ações dos políticos, reforçando a legitimação dos mesmos. Esse foi o caso de Hercílio Porfírio de Brito, na cidade de Propriá, que criou um cartaz de propaganda política no qual exibia as obras criadas na cidade ao longo de sua gestão⁹¹, entre as quais se destacava o grupo escolar como apresenta a Figura XVI.

⁹¹ O Grupo Escolar João Fernandes de Brito na cidade ribeirinha de Propriá tinha como patrono uma importante liderança política da região do Baixo São Francisco, além de ter lutado na Guerra do Paraguai. Graccho Cardoso tentou homenageá-lo como uma forma de agradecer Hercílio Porfírio de Brito, que o tinha auxiliado a sufocar a revolta de 1924. Com isso, a nomenclatura do referido grupo evidencia que a escolha dos patronos envolvia inúmeras nuances nos bastidores, inclusive o apoio político. Na constituição da memória republicana está aliado ao governo estadual poderia ser uma forma de aumentar o poder no âmbito local, pois tinha mais condições de ocorrer a realização de obras públicas de grande visibilidade como os grupos escolares. Sobre a implantação do Grupo Escolar João Fernandes de Brito pode ser consultado o relatório de pesquisa de Miguel André Berger, que apresenta a situação da referida instituição nos primeiros anos de funcionamento e esboça o histórico de sua trajetória (BERGER, 2006).



Figura XVI: Hercílio Porfírio de Brito e suas obras. FONTE: Acervo particular Anne Emílie de Souza Almeida. Autor desconhecido.

Esse registro fotográfico representa a dimensão de importância que foi atribuída aos grupos escolares em Sergipe. A autoridade política busca construir uma imagem de administrador atuante e que propiciou o processo de modernização da cidade ribeirinha do Baixo São Francisco. Praças, jardins, prédios públicos e o grupo escolar José Fernandes de Brito aparecem na fotografia como fruto de suas ações modernizadoras. O caráter propagandístico dos prédios escolares foi intensificado por meio da criação de cartazes e cartões-postais com as suas imagens. Se os grupos foram criados para mostrarem-se, os políticos os mostraram associando-os ao legado pessoal.

Outra forma de atribuir memória nos grupos e fortalecer a legitimação republicana foi por meio da nomenclatura. Muitos grupos escolares tiveram como patronos autoridades vinculados ao regime republicano local. Outros, entretanto, homenagearam nomes que tiveram sua trajetória histórica dentro dos limites do Império, o que possibilita afirmar que nem sempre os grupos eram fontes de inspiração e recriação da memória republicana. Na trajetória dos patronos dos grupos escolares sergipanos criados entre 1911 e 1926 temos alguns aspectos reveladores, que demonstram o poder da política na trama educacional de

Sergipe na época. Todos os patronos tiveram alguma atuação no campo da política, fosse no período imperial, fosse na República. Já atuação na esfera educacional foi reduzida. Observe o Quadro IV:

QUADRO IV
Patronos dos Grupos Escolares de Sergipe (1911-1926)

Patrono do Grupo	Atuação Profissional	Período de vida	Regime político que atuou predominantemente
General Siqueira de Menezes	Político e militar	1852-1931	República
Barão de Maruim	Político	1809-1890	Monarquia
General Oliveira Valadão	Político e militar	1849-1921	República
Coelho e Campos	Político	1849-1919	República
Gumersindo Bessa	Jurista	1859-1913	República
Olimpio Campos	Monsenhor e político	1853-1906	Monarquia/República
Vigário Barroso	Padre, orador sacro, professor e político	1821-1882	Monarquia
Manuel Luís	Jurista, educador e político	1838-1883	Monarquia
Silvio Romero	Intelectual, crítico literário, jurista, folclorista, professor e Político	1851-1914	Monarquia/República
José Augusto Ferraz	Industrial têxtil e pai de Thales Ferraz	?-1906	Monarquia/República
Fausto Cardoso	Jurista e político	1864-1906	República
Coronel João Fernandes de Brito	Político	1855-1916	Monarquia/República
Severiano Cardoso	Professor e político	1840-1907	Monarquia/República

FONTE: Barreto (2007), Berger (2005), Graça (2005), Guaraná (1925) e Lima (2003). Quadro elaborado pelo autor.

Diante desse quadro um aspecto chama atenção. Todos os grupos escolares criados no decorrer do período estudado homenagearam personalidades do sexo masculino. A

República se fez mostrar como regime viril e patriarcal. As mulheres⁹² que vinham galgando espaço no campo educacional não tiveram abertura de conquistar melhor posicionamento na luta por capital simbólico na nomenclatura dos grupos. O máximo que tais mulheres conseguiram foi a homenagem na nomenclatura de algumas salas⁹³ de aula dos referidos grupos. A arquitetura dos grupos também refletia o aspecto patriarcal da República Velha. A imponência das fachadas que se impunham sobre os logradouros com suas escadarias e colunas pode ser associada ao aspecto da virilidade⁹⁴. Desse modo, os prédios eram possuidores do discurso de sua época e o transmitia por meio de sua eloquência visual.

2.3.3 Vitrines da Pedagogia Moderna

No início do século XX, Sergipe assistiu ao espetáculo da pedagogia moderna. Foi o momento em que a visibilidade da educação assumiu relevância no cenário urbano, tornando-se foco dos olhares de diferentes segmentos sociais. A escola deveria se fazer mostrar na situação de espaço racionalizado, moderno, contíguo com o progresso que deveria adentrar na terra brasílica. A arquitetura escolar deveria traduzir os preceitos da nova pedagogia, os anseios de reformas do ensino. Nesse sentido, os engenheiros deveriam ser intérpretes da nova linguagem almejada por educadores e higienistas, na transformação das escolas em palcos da modernidade.

Os engenheiros demonstravam que estavam preocupados em dotar suas obras das qualidades almejadas para um prédio escolar moderno. Era necessário dotar os edifícios de elementos que propiciassem o ensino pautado nos pressupostos da nova pedagogia, que despertasse nos alunos e professores o asseio pelo ensino. A construção deveria possuir, neste

⁹² O início do século XX marcou a ascensão de mulheres no campo intelectual sergipano. Ao longo dos séculos anteriores foram poucas as mulheres que conseguiram se destacar no cenário social local, como atesta a investigação de Eugênia Silva (2004). Foi no alvorecer do século XX que ocorreu maior abertura para a atuação de mulheres no campo intelectual sergipano, a partir da realização de saraus, bailes dançantes, reuniões e festas cívicas. Sobre a emergência de mulheres no campo intelectual sergipano pode ser consultado o artigo de Anamaria Bueno de Freitas (2002).

⁹³ Nos primeiros grupos escolares cada sala homenageava uma personalidade local. No Grupo Escolar Barão de Maruim uma das salas teve como patrona a professora Possidônia Bragança, que atuou no século XIX e início do XX nas cidades de Laranjeiras e Aracaju (SANTOS, 2004).

⁹⁴ Segundo Agustín Escolano, os elementos arquitetônicos traduzem uma simbologia. Aspectos como uma coluna cilíndrica, tão comum aos grupos escolares sergipanos pode está representando a virilidade, enquanto o globo semi-esférico poderia ser visto como o útero protetor (ESCOLANO, 2001). Nesse sentido, os grupos representavam ao mesmo tempo a firmeza e solidez da República e a proteção materna, também atribuída ao regime recém-implantado. Devemos lembrar que uma das representações da República após o golpe de 1889 era de uma mulher com atributos do café. Assim, a interpretação realizada por Agustín Escolano a respeito da arquitetura escolar espanhola não é tão distante da realidade vivenciada em terras sergipanas.

sentido, elementos que a diferenciassse das demais. Firmo Freire ao realizar seu pronunciamento na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim destacou a relação de proximidade entre a arquitetura escolar e os preceitos da pedagogia moderna, afirmando que buscou atender:

Não tenho a pretensão de ter construído um edifício irrepreensível. Sem embargo é um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos. Aproveitando os antigos alicerces, procurei dar divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: seis salões, amplos, confortáveis, com pés diretos altos, bem arejados, iluminados fartamente, hygienicos enfim. Todos tem acústica sufficiente: os sons não se reproduzem em reflexões sobre as paredes e a pintura é suave, permittindo a fácil acomodação da vista (FREIRE, 1917, p. 1).

Um depoimento revelador dos preceitos da nova pedagogia e de suas intervenções na arquitetura escolar. O engenheiro fez questão de iniciar sua fala enfatizando que construiu o prédio em observância aos pressupostos da pedagogia moderna, ou seja, a construção atendia aos novos anseios despertados pelo novo método de ensino que adentrava no cenário brasileiro ferozmente, mesmo havendo resistência por parte do professorado.

Outro ponto destacado pelo engenheiro foi a divisão do prédio. A racionalização do espaço é notória, pois Firmo Freire destacou que o grupo estaria dividido em amplos salões, o que pôde propiciar o ensino seriado. O corredor central dividindo as salas despertou outra prática pedagógica, que foi a divisão dos alunos por sexo. A correlação entre arquitetura e pedagogia era notória. A pedagogia orientava os engenheiros na construção e os prédios predispunham o desenrolar do ensino nos grupos. A racionalização do ensino iniciava-se com a racionalização do espaço.

Todavia a função do engenheiro não era somente dividir o espaço de acordo com os interesses da pedagogia. A missão tradutora desses profissionais ia além. Era necessário produzir um espaço que prendesse o aluno no ambiente escolar, que despertasse o interesse pelo aprendizado. As salas dos grupos escolares deveriam refletir a modernidade emergente, o labor sacerdotal do professorado e o entusiasmo pela educação. Foi preciso criar um projeto educacional que propiciasse um ensino eficiente, racional e monumental. A educação deveria ser um espetáculo aos olhares infantis dos alunos e da população.

Por esse motivo, percebe-se a preocupação do engenheiro Firmo Freire em afirmar detalhadamente a predisposição espacial de sua obra. Altura, pintura, iluminação e ventilação eram elementos pensados ao construir um edifício escolar, projetado para ser um prédio digno de admiração da sociedade. Havia uma funcionalidade explícita de tais elementos na configuração arquitetônica dos grupos. Por esse motivo os grupos escolares possuíam algumas especificidades em sua estrutura arquitetônica como as janelas elevadas e com vidros, que ao mesmo tempo evitavam o desvio da atenção dos alunos e tornava o ambiente mais iluminado. Os corredores laterais e central eram uma estratégia de propiciar o processo de vigilância⁹⁵ pelo corpo administrativo sobre os professores e alunos. Os porões, atribuições com finalidade higienista, também desempenhavam uma função pedagógica, ao passo que tornava o prédio mais elevado e evitava que as crianças observassem o cotidiano das ruas, a paisagem conturbada da urbe.

O aprendizado também era responsabilidade dos engenheiros, que ao pensar um prédio escolar deveriam evitar os ecos, a distorção visual, o calor excessivo e a distração dos alunos. A educação era iniciada pelos engenheiros dos grupos.

Podemos interpretar essas correlações entre a engenharia e pedagogia como fruto do cientificismo adentrando na esfera educacional. O aprendizado não poderia mais se dar em espaços improvisados, sem o preparo prévio dos profissionais. Na nova conjuntura, a escola era palco de inovações metodológicas, de investigações dos processos de ensino, de despertar do interesse dos alunos. Nos grupos escolares o corpo do aluno era metaforicamente transformado em uma bandeira, que cobriria o próximo e o país. “A bandeira em que o corpo do menino se transforma é o símbolo máximo do Brasil republicano” (NUNES, 2007, p. 372).

A escola era o reflexo do espírito moderno. Os novos métodos pedagógicos passaram a ser apresentados como as vias que conduziriam a sociedade brasileira à civilização, à modernidade, ao progresso. Tentou-se criar uma rede de grupos escolares com espaço racionalizados em substituição às escolas isoladas, forjando-se uma imagem de progresso republicano que a todos beneficiavam. Mas o manto da República cobriu poucos.

⁹⁵ Os grupos escolares eram dotados de um corpo administrativo, constituído por diretor, secretário, bedel e porteiros, que tinham entre outras funções propiciar a vigilância sobre os alunos, para evitar atos de vandalismo, (que foram corriqueiros no cotidiano escolar) e professores, para observar se estavam cumprindo com as exigências da nova pedagogia vigente. Nos regulamentos da instrução pública havia artigos que discutiam as punições para docentes e discentes, o que evidenciava a existência de casos de resistência e desvios da conduta desejada e ditada pelos regulamentos, pois se existiam punições em lei, é porque existiam desrespeitos.

Para Firmo Freire, a educação tinha um propósito específico na consolidação da república no Brasil, pois “a instrução primaria tem importância primacial na constituição das nacionalidades e é na instrução primaria que está a força das democracias” (FREIRE, 1917, p. 1). A fala emotiva do engenheiro revela o papel atribuído ao ensino primário, que era reduzir o analfabetismo e consequentemente elevar o número de eleitores para legitimar o regime pretensamente democrático. Com os novos métodos haveria maior possibilidade de acelerar o processo de ensino, de racionalizar a infância e moldar o cidadão brasileiro nos padrões almejados pelos republicanos. Para Clarice Nunes:

Essa mudança exigiu a intervenção não só nos aspectos materiais da escola, o qual envolveu a produção de um novo espaço com prédios e material didático pertinente aos novos objetivos educacionais, mas também em seus aspectos simbólicos, pois almejava-se da escola primária mais do que novas carteiras, quadros ou salas. Pretendia-se construir nela um estado de espírito moderno (NUNES, 2007, p. 374).

A modernidade pedagógica eclodia nos prédios dos grupos escolares sergipanos. Portanto, foi necessário dotar os modernos prédios de materiais pedagógicos atinentes com a arquitetura monumental dos palácios do saber. Os recursos didáticos eram de fundamental importância para o trabalho do corpo docente dos grupos escolares. A preocupação em adquirir materiais pedagógicos transparece na documentação oficial, na qual os governantes expunham veementemente a necessidade de compras de tais recursos:

Jamais poderão ser colhidas os benefícios visados pela recente reforma, se não forem as escolas dotadas de material pedagógico necessário e indispensável ao ensino pratico. A notória pobreza das nossas escolas foi sempre obstáculo que anulava as melhores energias dos dirigentes do ensino (SERGIPE, 1916, p. 19).

Cultura material escolar também constitui um caminho para a compreensão do discurso arquitetônico dos grupos escolares em Sergipe. Os grupos escolares foram criados com a finalidade de serem dotados de salões especiais, de bibliotecas, áreas abertas para as aulas de ginástica, museus escolares. A memória republicana deveria se firmar no interior de tais instituições, mas faltavam-lhes os recursos necessários ao engendramento de tais propostas.

Os museus pedagógicos estavam entre as maiores novidades propiciados pela pedagogia moderna nos grupos escolares. Eram espaços criados com o propósito de expor, de tornar visíveis os materiais utilizados nas aulas por professores e alunos. Em 1920 o presidente de Sergipe, Pereira Lobo, expôs a lista de livros e demais materiais⁹⁶ aprovados pelo conselho Superior de Instrução e que seriam adquiridos pela Diretoria de Instrução Pública. Segundo o presidente, aquela consistia numa tentativa de constituir maior uniformidade do ensino. Observe a lista de livros didáticos no Quadro V:

QUADRO V
Lista de Livros aprovados pelo Conselho Superior de Instrução em 1920⁹⁷

Ano	Obra	Autor
1º	Cartilha Analytico-Synthetica	Marianno de Oliveira
1º	Leitura Preparatória	Ritta Macêdo Barretto
1º	Primeiro Livro “Corações de Criança”	Ritta Macêdo Barretto
1º	Primeiro Livro	João Köpke
2º	Segundo Livro “Corações de Criança”	Ritta Macêdo Barretto
2º	Segundo Livro	João Köpke
3º	Terceiro Livro “Corações de Crianças”	Ritta Macêdo Barretto
3º	Terceiro Livro	João Köpke
3º	Leituras Moraes	Arnaldo Barretto
4º	Quarto Livro “Corações de Criança”	Ritta Macêdo Barretto
4º	Poesias Infantis	Olavo Bilac
4º	Livro de Elza	João Lúcio
4º	Através do Brasil	Bilac e Bomfim
Complementar	Leitura Preparatória	Francisco Vianna e Miguel Carneiro Júnior
Complementar	Leitura Manuscripta	B. P. R.
Complementar	Leituras Práticas	João Köpke
Complementar	Contos infantis	Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes Vieira
Complementar	Coração	Edmundo Amicis

FONTE: Mensagem presidencial apresentada à Assembléia Legislativa no dia 24 de outubro de 1920. (LOBO, 1920, p. 14-5). Quadro elaborado pelo autor.

Como pode ser percebido, o teor principal das obras escolhidas para o ensino primário sergipano era o amor à Pátria, o civismo. Os grupos deveriam formar o cidadão

⁹⁶ Entre os materiais aprovados destacaram-se as cartas de Parker e os quadros de linguagem, além de globos. Esses recursos deveriam ser utilizados em conjunto com as obras didáticas, propiciando a adequação do ensino à pedagogia moderna. Na constituição da pedagogia moderna os alunos também deveriam ser responsáveis para levar material de casa, pois o aprendizado partia do conhecido na vivência do aluno para o desconhecido.

⁹⁷ As leituras complementares eram destinadas ao segundo ano e deveriam ser escolhidas pelos professores, de acordo com as necessidades dos alunos. Tais materiais deveriam ficar nos museus pedagógicos juntamente com outros recursos como os mapas de Parker e os quadros de linguagem.

brasileiro, amantes abnegados do país. Era uma estratégia de moldar o civismo. Nos grupos deveriam ocorrer não só a legitimação do regime, como também a construção do sentimento de nação, sob os moldes do olhar republicano.

Devemos lembrar que além dessas obras foram escolhidos também recursos que iriam auxiliar o trabalho pedagógico dos professores. Foram os quadros de linguagem de Arnaldo Barretto, Marianno de Oliveira e Ramón Rosa Dorval e os mapas de Parker. Eram esses os recursos “indispensáveis, em qualquer escola, para a aplicação dos novos métodos de ensino” (SERGIPE, 1917, p. 15). Os grupos bem equipados eram escolas que atenderiam aos anseios da pedagogia moderna e propiciaria a aceleração da marcha civilizatória do Brasil. A beleza arquitetônica deveria traduzir a sofisticação do ensino.

Como excelente *typo* escolar, os grupos vão satisfazendo plenamente as exigências do nosso ensino. Em bellos e confortáveis edifícios, em que são asseguradas as condições hygienicas de par com os preceitos pedagógicos, elles dão um testemunho honroso da segura orientação das administrações, neste particular (SERGIPE, 1920, p. 18).

Conforto e beleza eram atribuições das representações dos grupos escolares sergipanos no decorrer da República Velha. Permeando essas duas características estava a eficiência do modelo pedagógico, que acarretaria na redução do analfabetismo. A escola graduada era apresentada e defendida como melhor modelo de instituição de ensino primário, capaz de promover a construção da civilização brasileira. Assim defendeu o presidente Pereira Lobo:

E assim sendo, como vedes, srs. Deputados, que ainda em meu governo poderá Sergipe ter, nas devidas condições de utilidade e eficiência, oito magníficos Grupos Escolares, operando, lento e lento, a conversão das escolas isoladas, nas cidades de grande população alfabetizável. Para quem conhece as vantagens manifestas do ensino no Grupo, permitindo uma divisão do trabalho mais perfeita, uma distribuição em classes mais rigorosas, e estas em secções, tudo em conformidade do adiantamento e capacidade intellectual dos discípulos, muito auspiciosa é a segurança desta promessa, por cuja realização trabalho confiantemente. Todas as nossas cidades precisam, a breve trecho, operar a conversão de suas escolas isoladas em Grupos, incontestavelmente o *typo* que melhor satisfaz as exigências do nosso ensino. O meu governo tem accentuado a necessidade de se seguir, sem vacillações, este rumo (SERGIPE, 1920, p. 19).

Os grupos escolares eram defendidos como o modelo ideal de difusão do conhecimento das primeiras letras, por suas características latentes como racionalidade, divisão das turmas, espaço higienizado, beleza arquitetônica e rigor no ensino. Essas características representavam melhor os anseios da nova era que adentrava no cenário sergipano. Os interesses republicanos se faziam mostrar melhor na onipotência arquitetônica dos grupos do que nas precárias escolas isoladas, que permaneciam necessárias e criticadas. Tais críticas são demonstradas por meio da proposta de conversão paulatina das escolas em grupos, principalmente nas cidades, provavelmente em decorrência da maior visibilidade e concentração populacional.

Contudo, na trama histórica os episódios não ocorrem sem conflitos, impasses, problemas que despertam a busca por soluções. A substituição das escolas isoladas por grupos em Sergipe passava por um obstáculo de proporções dantescas: a escassez de recursos. Os cofres públicos não apresentavam condições de cumprir a onerosa missão republicana no campo educacional, ao que podemos perceber pelas sucessivas alegações dos presidentes de estado. A necessidade de escolas para cumprir o dever do novo regime de levar o ensino a todos esbarrava nos gastos elevados em construir um grupo. A situação era complexa. Os governantes desejavam implantar escolas em edifícios imponentes para legitimar suas administrações e a própria República, aumentava o número de alunos em idade escolar precisando da inserção no mundo das letras e consolidar a democracia eleitoral, enquanto os cofres públicos estavam em situação financeira desconfortáveis.

Em Sergipe os administradores tiveram que eleger prioridades: a imponentia dos prédios ou a expansão do ensino? Um embate travado entre as autoridades ao longo de duas décadas e que gerou inúmeras polêmicas entre seus respectivos defensores⁹⁸. José Joaquim

⁹⁸ Mesmo entre os presidentes de Sergipe havia divergências de propostas. No governo de Pereira Lobo os discursos demonstravam que as construções iriam tornar-se mais simples com o intuito de promover a diversificação dos grupos por todas as cidades sergipanas, o que não ocorreu, pois em seu governo nenhum grupo foi inaugurado. No governo seguinte, sob a batuta de Maurício Graco Cardoso, as discussões assumiram novos rumos, pois a eloquência arquitetônica voltou a ser alvo dos embates e defendidos pelo presidente. Foi a era dos grupos majestosos, de fachadas imponentes sob águias aladas prontas para os vãos e olhares fitos para a cidade. Esse foi o último governo dos grupos imponentes. A proposta de edifícios mais simples a partir de 1926 passa a ser o foco central, com tentativas de construir escolas modestas e incluindo a zona rural com as escolas rurais. Sobre as discussões a respeito da simplificação da arquitetura dos grupos podem ser consultadas as mensagens e os relatórios dos presidentes do estado de Sergipe no acervo do Arquivo Público Estadual de Sergipe.

Pereira Lobo defendeu a popularização da escola primária com a edificação de prédios mais simples.

Não há mister se construam custosos palácios, onde às vezes, as bellezas architônicas, o rendilhado artístico, de feitio caro e moroso, excedem, se não prejudicam, as commodidades e outras exigências de caráter pedagógico e hygienico. Prédios mais modestos, de aspectos mais simples e confortável, satisfazem aquelle objetivo. Não há, pois, srs. Deputados, vacillar um instante (SERGIPE, 1920, p. 20).

Discursos, eloquência e propostas contraditórias. Eram os tumultuados anos de predominância dos grupos escolares cerceando o campo educacional sergipano de polêmicas. No vivido, os conflitos se fazem presente e podemos percebê-los mesmo se os registros históricos tentam mascará-los. Ao registrar suas ações, o homem ou a sociedade deixa também evidências do que deveria ser esquecido. Mesmo sabendo que a memória cumpre a função de delegar ao futuro uma imagem do presente, uma representação do hoje para o amanhã, é preciso observar que as mesmas evidências podem revelar o lado obscuro da memória, seja por meio das entrelinhas, seja por meio de atos falhos. As contradições nem sempre são aparentes e nos conduzem ao vislumbamento de um passado tenso, conflituoso.

As vitrines da nova pedagogia espelhavam muito mais do que prédios imponentes e professores aptos para o ensino. A pedagogia moderna mostrou-se pela aquisição de recursos didáticos condizentes com a modernidade, em sintonia os preceitos de higiene e racionalização. Para adentrarmos na eloquência discursiva dos grupos escolares sergipanos é preciso repensar a cultura material escolar produzida nessa época. As peças que compunham os acervos dos museus pedagógicos podem ser entendidas como fragmentos de um passado distante que ainda despertam ecos. São fontes históricas importantes para o descortinar do cotidiano escolar. Neste caso, as fontes podem nos auxiliar a compreender as representações de modernidade atribuídas aos grupos escolares por meio de sua cultura material escolar.

O mobiliário dos grupos escolares de Sergipe era importado dos Estados Unidos e estavam de acordo com os novos pressupostos metodológicos de ensino. O transplante de modelos de ensino e de regulamentos foi prática corrente nesse período, pois o modelo de instituição era oriundo das reformas educacionais ocorridas na Europa e nos Estados Unidos. Os regulamentos, os prédios escolares e as obras debatidas nestes eram inspiradas no modelo

paulista⁹⁹. Assim, os grupos sergipanos passaram a ser dotados de globos, bandeiras e mapas que deveriam cumprir a função de despertar o sentimento patriótico. Numa era de conflitos internacionais¹⁰⁰ e revoltas sociais no âmbito interno¹⁰¹, foi necessário forjar-se a identidade nacional pautada no civismo, na idolatria dos símbolos do país. Era uma educação de cunho nacionalista.

Um móvel indispensável aos grupos escolares era a carteira. Se nas escolas isoladas os alunos permaneciam tendo aulas sentados no chão, nos grupos, os presidentes de Sergipe se preocuparam em importar carteiras modernas que propiciassem o melhor desenvolvimento do ensino. Era uma forma de demonstrar as mudanças que vinham ocorrendo no campo educacional e reafirmar os ideais de modernidade e civilização.

Com as 250 carteiras duplas que recebi de E. H. Stafford Mfg. Co. Chicago, ficam aparelhadas as escolas desta capital e de várias cidades do interior. Em novembro mais 400 do mesmo typo serão recebidas, para garantir o perfeito abastecimento, lento embora, porém certo, das escolas do Estado, adoptei o alvitre de contractar com aquella fabrica americana o fornecimento annual, durante seis annos, de 400 cadeiras também daquelle typo (SERGIPE, 1916, p. 19).

Pela descrição das carteiras torna-se possível reconstituir a disposição espacial dos alunos nos amplos salões dos grupos escolares de Sergipe. Eram as duplas de alunos que sentavam juntos para as aulas, evitando-se, à priori, a distração por meio de conversas (caso as carteiras fossem para mais alunos) e promovendo a sociabilidade. Percebe-se também que o processo de importação das carteiras foi lento e gradual, mais uma vez justificada pela pobreza do poder público estadual. Dos Estados Unidos deveriam vir os ícones de modernidade que tornaria Sergipe mais próximo do sonhado mundo civilizado. Contudo, os

⁹⁹ Sobre o processo de implantação dos grupos escolares em Sergipe e a conseqüente influência de São Paulo na instrução primária sergipana podemos destacar o texto produzido pelo professor Jorge Carvalho do Nascimento, que apresenta as nuances da criação das escolas graduadas a nível local (NASCIMENTO, 2006).

¹⁰⁰ Os grupos escolares de Sergipe tiveram seu momento de esplendor no processo de difusão no período entre as duas guerras mundiais (1914-1945). Sobre os conflitos do século XX pode ser debatida a instigante obra de Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 1995).

¹⁰¹ No alvorecer da República emergiram no Brasil uma série de movimentos que questionavam a situação social vigente até então. Tais movimentos ocorreram tanto na zona urbana como no campo e tiveram origens distintas, sendo algumas de cunho social mais abrangente e outras mais restritas. Entre os principais movimentos destacam-se a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, a Revolta da Vacina, a Coluna Prestes e o Tenentismo. Sobre a eclosão de tais movimentos podem ser consultadas obras como Carvalho (2005), Marins (2005), Sevchenko (2005) e Dantas (2004).

materiais escolares comprados para os grupos eram variados, visando atender as exigências da pedagogia moderna, como demonstra a mensagem de Manuel Prisciliano Oliveira Valadão.

É certo que si nossa situação financeira permittir, em vez de limitar-me a receber só 400, pedirei maior quantidade, para mais rapidamente attingir o resultado almejado. Antes do fim do anno estará grande parte das escolas providas de material pedagógico propriamente dito, como sejam: mappas, contadores, sólidos geométricos, etc. (SERGIPE, 1916, p. 19).

As aulas dos grupos deveriam ser palco de experimentação, em que os alunos seriam alvo da exposição dos professores, que estariam dotados dos mais avançados recursos. É importante lembrarmos que muitas vezes tais recursos não chegavam às escolas e mesmo quando chegavam os professores podiam acabar resistindo e evitando o uso. Eram os conflitos em prol da modernização do ensino e da constituição da imagem de uma educação eficiente, cientificista e racionalizada, sob a bandeira republicana.

2.3.4 Os Construtores da Modernidade Sergipana

Na trama da memória educacional sergipana que foi configurada nos primeiros anos do século XX destacaram-se os engenheiros. Eles foram os responsáveis pela edificação dos monumentos que embelezariam a capital e as cidades do interior, com um discurso eloquente que envolvia os pressupostos de diferentes segmentos da sociedade local. Devido a sua providencial visibilidade, os grupos escolares tornaram-se alvo das atenções e dos embates de educadores, políticos, médicos higienistas e até militares acerca do universo educacional.

Os engenheiros emergiram no cenário educacional como tradutores de uma nova realidade, de um período que exigia demonstrar suas preocupações com a criação e disseminação do espaço escolar. A modernidade almejada pelas lideranças políticas deveria ser materializada por meio dos edifícios escolares. Se no período anterior os construtores das escolas eram sujeitos dos bastidores da cena educacional, com o emergir da República eles se tornaram figuras presentes nas principais celebrações de caráter cívico. Eles se tornaram

porta-vozes da racionalização dos espaços, da modernização da escolarização da infância¹⁰² sergipana.

As exigências sobre o universo educacional pressionavam para a edificação de prédios que possibilitassem a inserção de olhares vigilantes¹⁰³. O percurso da aprendizagem deveria ser acompanhado de perto por mestres, corpo administrativo e por inspetores¹⁰⁴ da Diretoria de Instrução Pública. De diferentes ângulos os sujeitos envoltos no cotidiano escolar passaram a ser observados por olhares perscrutadores, obstinados na construção da civilização brasileira e no combate aos maus costumes, em certa medida, aos velhos vícios da época imperial¹⁰⁵.

A vigilância na esfera educacional primária sergipana era notória no período em estudo. Corredores amplos e retilíneos, salas cercadas de janelas com vitrais, portas de ambos os lados e novos sujeitos no âmbito escolar permitiam o acesso rápido e inesperado. De repente, uma aula poderia estar sendo observada pelo diretor, inspetor, bedel ou secretário. Somente a existência da possibilidade de ser vigiado já poderia ser visto como um mecanismo de coerção ao professorado. O Estado buscou tingir a civilização brasileira com a pena do espectro da vigilância. Com isso buscou formar homens fortes, dóceis, obedientes,

¹⁰² Sobre o processo de escolarização da infância sergipana nos últimos anos assistimos a emergência de estudos de considerável relevância, que propiciaram descortinar um universo ainda pouco conhecido. Além das obras que lançam o olhar para a emergência dos grupos escolares, destacam-se também as obras que enfocam as casas maternas e jardins de infância, que surgiram em Sergipe nas décadas subseqüentes aos grupos escolares (décadas de 30 e 40 do século XX), entre as quais se destacam Rita de Cássia Dias Leal (2004; 2005) e Solyane Silveira Lima (2008). No âmbito das investigações sobre a infância podemos enumerar obras que propiciaram o interesse de novos pesquisadores, pelo teor inovador das análises, entre os quais destacamos Ariès (1981), Del Priore (1992), Freitas (2006) e Kuhlmann Júnior (2007).

¹⁰³ Os aspectos da vigilância estavam inerentes aos prédios dos primeiros grupos escolares. Sob o discurso da modernidade, essas instituições foram planejadas como espaços que propiciassem o controle das ações de alunos e mestres, no intuito de combater os comportamentos indesejados, associados ao mundo incivilizado. A racionalização do tempo-espço pode ser verificada tanto por meio do traçado dos prédios que ainda permanecem com algumas características desse período, como também por meio das normativas que regiam as ações das professoras, que tinham todas as suas tarefas cronometradas pelos programas de ensino e observadas pelo corpo administrativo (ESTADO DE SERGIPE, Programa... 1917).

¹⁰⁴ A inspeção escolar foi uma das mais importantes ações na disseminação da pedagogia moderna nos grupos escolares sergipanos. Ela seria a responsável por alguns aspectos importantes, intrínsecos ao movimento de modernização do ensino primário. Um desses aspectos era a observação do desenrolar das atividades e o cumprimento das determinações da diretoria por parte do professorado. Certamente existiam algumas discrepâncias entre o planejado e o praticado, pois estudos recentes vêm demonstrando que muitas professoras permaneciam exercendo sua prática docente sob os moldes da pedagogia tradicional, resistindo de modo veemente à pedagogia moderna (SOUZA, 2008).

¹⁰⁵ Os combatidos maus-costumes e que eram atribuídos ao Império, permaneceram ao longo da era republicana, como atestam os registros documentais da época.

disciplinados e civilizados. Era a microfísica¹⁰⁶ do poder engendrando o controle social. A escola tornava-se espaço de controle de corpos e da moral do povo brasileiro, ou seja, constituía um mecanismo de moldar o nacionalismo sob a fôrma do civismo¹⁰⁷

Mas como traduzir tamanhas expectativas? Os engenheiros tiveram que inventar o edifício-escola¹⁰⁸. A educação não poderia mais se dar em qualquer ambiente, sem os requisitos necessários ao engendramento da racionalidade e por esse motivo eles tiveram que buscar inspiração na vanguarda arquitetônica educacional da Europa. O estado de São Paulo, no bojo da produção cafeeira teve a primazia na construção dos primeiros palácios educacionais do país. Foram esses palácios paulistas que inspiraram os primeiros grupos escolares edificados em Sergipe. O intercâmbio entre os intelectuais sergipanos¹⁰⁹ foi intenso nos alvorecer do século XX e marcou definitivamente a tentativa de fazer com que o menor estado do país acompanhasse as inovações pedagógicas que vinham acontecendo no principal centro econômico.

Os engenheiros se tornaram portadores dos discursos da modernidade arquitetônica e educacional. Eram eles os responsáveis por construir nas cidades sergipanas os edifícios representativos dos anseios do novo tempo que emergira. Nos quarteirões com ruas retilíneas da capital aos poucos iam eclodindo os monumentais prédios em que se realizariam os propósitos civilizatórios, extirpando a imagem de educação precária e deficitária. Os engenheiros apareceram no cenário educacional e angariaram espaço nos embates acerca da renovação dos pressupostos metodológicos que norteavam o ensino. Eles apareciam em

¹⁰⁶ Segundo Michel Foucault, algumas instituições(hospitais, prisões e escolas) foram criadas com o intuito de tornar os corpos dóceis e disciplinados. Isso ocorre por meio da racionalização dos espaços, tanto no plano físico como também na disposição dos atores sociais envolvidos na trama

¹⁰⁷ Nacionalismo e civismo eram elementos fundamentais no campo educacional elementar nos primórdios da República brasileira. Com o processo de racionalização da educação, os grupos escolares, no mesmo ensejo de outras instituições de ensino, tornaram-se estruturas em que se deveriam moldar o novo perfil de cidadão, tanto fisicamente como moralmente. Sobre essa estrutura de controle e de formação do povo brasileiro Marta Chagas de Carvalho desenvolveu uma pesquisa que elucida muitos desses pontos, enfocando principalmente as ações da ABE (CARVALHO, 1998).

¹⁰⁸ Esse “inventar” edifício-escola refere-se exclusivamente ao fato de não haver uma ligação direta entre a escola e a construção de prédio. Nas representações sociais inexistiam correlações entre o edifício e a escola instituição. Os grupos escolares estão entre as primeiras instituições escolares que começaram a aproximar o ideal de escola com o de prédio escolar. Sobre esse enfoque, Rosa Fátima de Souza aborda a implantação dos primeiros grupos escolares no estado de São Paulo (SOUZA, 1998).

¹⁰⁹ Esse intercâmbio se deu com a vinda de alguns intelectuais paulistas sob o patrocínio do governo do Estado de Sergipe, no intuito de analisar as possibilidades de reformas do ensino, como também, por meio da ida de intelectuais sergipanos para observarem as novidades da educação paulista. Um exemplo elucidativo do primeiro caso foi quando Rodrigues Dória “trouxe o professor Carlos Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, para reorganizar a instrução pública” (NASCIMENTO, 2006, p. 153) e do segundo foi a viagem do professor José Augusto da Rocha Lima em 1931 (NASCIMENTO, 2006).

diferentes momentos, desde a elaboração dos projetos dos grupos, passando pelo acompanhamento das obras, até as inaugurações festivas, contracenando com outros sujeitos como políticos, padres e intelectuais. Em muitos casos, a eloquência discursiva dos engenheiros não permanecia restrita aos prédios escolares, pois nas inaugurações e na imprensa eles eram requisitados para expor suas propostas pedagógicas, os caminhos planejados no concreto para renovar a educação. Isso reforça a idéia de Antônio Viñao Frago que “o espaço educa, o arquiteto é um educador” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 74). Neste sentido, educadores e engenheiros deveriam debater os principais métodos para encaminhar a renovação do ensino.

Os dois principais engenheiros que atuaram na edificação dos grupos escolares sergipanos e que conseguiram se destacar na sociedade na década de 10 do século XX, expondo suas propostas por meio da imprensa ou de discursos nas referidas instituições, foram José Calazans e Firmo Freire. Desde o planejamento do novo prédio da Escola Normal que os dois participavam do acompanhamento das obras das ilhas de modernidade, dos famigerados grupos. A notoriedade do prestígio desses engenheiros pode ser expressada com suas respectivas presenças nas inaugurações dos grupos e o fato de fazerem seus discursos antecedendo a fala do presidente do Estado. Os discursos buscavam reiterar as transformações do campo educacional e a proximidade da arquitetura com os preceitos pedagógicos.

Cumpre-me entregar ao governo de vossa excelência o Grupo Escolar Barão de Maroim, que eu tive a satisfação de projectar e construir, como auxiliar da Directoria de Obras. À confiança de vossa excelência eu procurei corresponder, ao menos com boa vontade. Não tenho a pretensão de ter construído um edifício irreprehensível. Sem embargo é um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos (FREIRE, 1917).

Como se pode perceber, o engenheiro responsável pela projeção dos grupos escolares tinha se tornado um porta-voz da modernidade, que se fazia aparecer por meio da arquitetura dos prédios voltados para as escolas primárias graduadas. Eles se tornaram os interlocutores dos discursos políticos e pedagógicos que emergiam no período. Firmo Freire certamente foi o principal nome da engenharia que projetou grupos escolares em Sergipe na década de 10 do século XX. Os trabalhos iniciais com José Calazans lhe forneceram os subsídios para o

aperfeiçoamento de projetos de escolas que mudariam a paisagem urbana das cidades sergipanas.

Nem sempre os prédios eram construídos buscando a inovação. Em alguns casos, os engenheiros tiveram que adaptar prédios ou ruínas de antigas construções para a implantação dos grupos. Esse foi o caso dos grupos Barão de Maruim, Coelho e Campos e o do Vigário Barroso. Nos três casos ocorreram adaptações de velhas estruturas arquitetônicas para os pressupostos da pedagogia moderna. O Grupo Barão de Maruim é elucidativo a respeito da preocupação em estabelecer um elo entre a velha estrutura e os preceitos modernos, como testemunhou Firmo Freire.

Aproveitando os antigos alicerces, procurei dar a divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: seis salões, amplos, confortáveis, com pés direitos altos, bem arejados, illuminados fartamente, hygienicos enfim. Todos tem acústica sufficiente: os sons não se reproduzem em reflexões sobre as paredes e a pintura é suave, permitindo fácil accomodação da vista. Todo o edifício é revestido exteriormente a cimento, e o trabalho de estucador está razoável. A fachada principal em estilo grego, ornadas de colunas jônicas, tem linhas architônicas delicadas. O conjunto para mim é sympathico. Ao meu ver, a velha parede carcomida, aqui existente, apresenta-se hoje sobriamente, afinal de contas a arte também obedece a grande lei da relatividade (FREIRE, 1917).

A descrição do engenheiro apresenta os princípios arquitetônicos que atendiam às prerrogativas da pedagogia moderna. Um prédio escolar naquele período deveria ser planejado em consonância com os anseios dos pressupostos de ensino vigentes, ou seja, com a festejada pedagogia moderna. Tratava-se de uma tentativa de racionalizar o ensino e torná-lo cientificamente analisável, sob os auspícios de diferentes áreas da intelectualidade local. Engenheiros, médicos sanitaristas, militares, padres e professores debatiam sobre o melhor rumo que a educação primária deveria seguir, pois esse era visto como o percurso que levaria o Brasil ao progresso.

A edificação dos grupos escolares sergipanos seguiu as novas tendências da arquitetura moderna, construindo prédios que atendiam aos interesses do higienismo e da pedagogia, concatenada com os pressupostos da vanguarda arquitetônica. Os primeiros grupos construídos em Sergipe eram apresentados a sociedade como prédios modernos em estilo clássico de inspiração greco-romana. Todavia o rótulo apresentado pelos engenheiros nem

sempre correspondia a realidade, pois muitos dos edifícios projetados para serem grupos escolares possuíam uma arquitetura de inspiração eclética, tendência tipicamente seguida no transcorrer dos primeiros decênios do século XX. Com isso, percebe-se a mescla de elementos do neoclassicismo e do neogótico nas fachadas dos grupos.

Aspectos como simetria e ornamentação com flora e fauna européia demonstram que os elementos neoclássicos predominaram nas construções. Os valores republicanos eram evidenciados pela simbiose de tendências da arquitetura moderna, em que os valores ortodoxos estavam sendo questionados, testados, redefinidos. Os prédios passaram a fazer parte do cenário embelezado das cidades prósperas de Sergipe.

Firmo Freire não atuou sozinho na edificação dos grupos. Além dos trabalhadores braçais, que oficialmente no silêncio tornavam concreto os projetos dos engenheiros, havia o diretor de obras, engenheiro Porfírio de Britto e do auxiliar de Firmo Freire, Felismino dos Santos. Esse era o quadro de funcionários responsáveis pela edificação dos monumentos da modernidade aracajuana, da implantação da civilização.

Todavia, na década seguinte ocorreram algumas mudanças nesse quadro. Com a subida ao poder de Graccho Cardoso, os responsáveis pelos projetos dos grupos escolares foram substituídos pelos engenheiros Hugo Bozzi, Arthur Araújo e Alfredo Aranha. Talvez isso representasse a intenção do presidente em tentar criar uma identidade arquitetônica para seu governo, com um estilo diferenciado do que vinha sendo estabelecido por seus antecessores.

Desse modo, o autor se fez mostrar por meio de suas obras. Os novos prédios escolares edificadas na década de 20 não representavam somente os anseios do governo Graccho. Era também a vitrine das angústias e da percepção de mundo de um artista, a fala de um sujeito que expressou suas memórias nas paredes dos grupos escolares. Mesmo se tratando de obras encomendadas, que deveriam expressar as exigências do presidente do estado, do regime republicano, dos pressupostos higienistas e da pedagogia moderna, a arquitetura escolar também pode ser vista como um pano de fundo em que eram exibidas.

É na obra de arte que a intuição se efetiva, que o sentimento das coisas se mostra em busca de adesões, entendendo-se nesse explícito mister as artes propriamente ditas e mais os sistemas filosóficos, que também são obras de arte, do mesmo modo que estas também são filosofias. O criador aspira tanto

a compreensibilidade, à assimilação, por terceiros que reputa a essência inédita de seu repertório, que tem na condição de imprescindíveis colaboradores; úteis não apenas quanto à propagação da referida essência, mas no próprio trabalho em elaboração, desde que dificilmente um autor desenvolve sua tarefa sem pensar, no mesmo instante, em 'alguém', que depois leria ou contemplaria a concepção em acabada forma inédita de seu repertório (COUTINHO, 1977, p. 70).

O autor elucida a relação existente entre a obra e seu autor. Diante dessa perspectiva, pode-se enfatizar que, no campo arquitetônico, um edifício pode exibir muito além de suas paredes imponentes, que sobressaem no cenário urbano. Diferentes tessituras compõem a trama arquitetural de um prédio escolar. As múltiplas falas emergem nos discursos.

Além de conseguirem angariar a legitimação no campo político e social, os engenheiros desejam também dotar as cidades sergipanas dos novos estilos que emergiam em outras localidades. Os engenheiros eram também portadores da boa-nova.

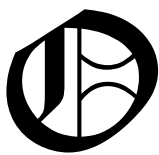


Figura XVII: Fotografias da Modernidade Aracajuana. Fonte: BRASIL, 1959.

É necessário dizer que o uso do testemunho das imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho (BURKE, 2004, p. 18).

CAPÍTULO III

NAS PAREDES DA MEMÓRIA



século XX iniciou-se em Sergipe com a preocupação dos republicanos em construir uma nova memória política, visando entre outras coisas a legitimação do regime e das lideranças envoltas no sistema. Gradativamente a memória que remontava ao império foi sendo apagada, sufocada por um novo enfoque mnemônico que emergiu no cenário nacional. Ruas, praças e até mesmo cidades tiveram suas nomenclaturas alteradas, com a substituição dos antigos nomes, quase sempre oriundos dos períodos colonial e imperial e atrelados à mentalidade católica, por nomes que remetiam aos heróis e valores republicanos. Assim emergiram os novos heróis da nação, como Tiradentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, forjando-se uma identidade nacional aos moldes republicanos.

Em relação aos grupos escolares, a trama mnemônica do novo regime também ocorreu de modo aguçado. Os líderes republicanos desejavam perpetuar a sua memória por meio de monumentos e obras que tivessem as mesmas características. Assim, as disputas no campo educacional passaram a refletir também os anseios de políticos em busca de legitimação. Era o momento de aparecer, de tornar pública a imagem de governantes benevolentes e defensores da democratização do ensino e do próprio regime. Entretanto, nem tudo que ocorria nos bastidores educacionais da República deveria ser visto.

3.1 Aulas para Exibir, Aulas para Camuflar

Durante todo o período imperial o modelo educacional primário predominante no Brasil foi o das escolas isoladas ou de primeiras letras. Tradicionalmente, este modelo é apresentado pela historiografia educacional como sendo um representante do atraso educacional. É provável que essa conclusão seja originária dos discursos republicanos nas primeiras décadas do século XX, que buscou confrontar o suposto atraso do ensino das escolas isoladas com os avanços propiciados pelos grupos escolares. Mais do que uma discussão a respeito do modelo de escola mais adequado, os debates nas primeiras décadas do século XX refletem a busca dos republicanos em legitimar o regime político recém-implantado. Ao condenar o ensino das escolas isoladas, apresentado como desorganizado e precário, criticava o regime monárquico, levando-se em consideração que esta foi a forma preponderante no referido período.

A tese defendida pelos republicanos e adotada pela historiografia educacional deve ser revista. É oportuno rever a relevância das inúmeras escolas isoladas que foram difundidas por todo o país, tanto na Monarquia como na República. Se os grupos escolares eram apresentados como o modelo ideal para o Brasil Republicano, eram as escolas isoladas que fortaleciam a democracia¹¹⁰. Com isso, um dos principais pressupostos do novo regime estava atrelado às escolas isoladas, ao passo que a maior parte do alunado estava neste tipo de escola.

Durante todo o período colonial a educação brasileira estava a cargo majoritariamente, dos jesuítas. Com expulsão dos inicianos a educação fica à mercê, pois não havia a princípio como substituí-los¹¹¹. Entre 1759 e 1808 houve “hiatos de desorganização e decadência do ensino colonial” (AZEVEDO, 1980, p. 61). Foi somente com a chegada da família real que o ensino primário voltou a se estruturar gradualmente, com a implantação das cadeiras de primeiras letras.

Estas cadeiras foram difundidas por todo o país. O ensino nas escolas isoladas era multisseriado¹¹², na qual uma professora ficava responsável pelo ensino de alunos de séries distintas. Além disso, as escolas funcionavam em instalações improvisadas, como casas das professoras, salões paroquiais ou casas alugadas pelo poder público. Tais aspectos fizeram com que este modelo de ensino fosse visto como decadente, precário e desorganizado.

Com a implantação do regime republicano as críticas referentes às escolas isoladas tornaram-se assíduas. Os intelectuais da educação, através de relatórios e mensagens, passaram a confrontar sistematicamente os dois modelos de ensino primário em vigor: escola isolada e grupo escolar. Este foi adotado pelos republicanos como escola-símbolo do novo regime. Com a emergência do entusiasmo pela educação, a escola passou a ser vista como uma das principais soluções dos problemas que afligiam a sociedade brasileira. E educação era o mecanismo para fortalecer a democracia, levando-se em consideração que nas eleições

¹¹⁰ A democracia era um dos pilares do regime republicano e que esteve distante de ser atingido no decorrer da Primeira República. A educação primária era relevante para a disseminação da democracia por ser o meio menos oneroso de propagar com o ensino e erradicar o analfabetismo. Desse modo, os republicanos diziam que estavam contribuindo para a legitimação da democracia, pois naquela época só poderia ser eleitor os homens alfabetizados. Como o maior contingente de alunos estava nas escolas isoladas eram estas as responsáveis pela consolidação do regime recém-implantado.

¹¹¹ No processo de expulsão dos inicianos do Brasil percebe-se a permanência do modelo educacional, pois os professores religiosos foram substituídos, na maioria das vezes, por pessoas formadas pelos jesuítas e que acabaram usando a mesma metodologia nas aulas régias.

¹¹² O Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe tem apresentado importantes trabalhos sobre o universo educacional do século XIX, dos quais se destacam as investigações a respeito do ensino mútuo desenvolvido por Luís Siqueira (2006), sobre a co-educação de Élia Barbosa (2007), o Liceu de São Cristóvão por Aristela Lima (2005) e cultura material escolar de Gláriston Lima (2007).

da República Velha só votavam os brasileiros considerados alfabetizados. Neste sentido, ensinar era sinônimo de inclusão da sociedade no regime recém-implantado, representava a legitimação da democracia republicana, contrapondo-se à Monarquia.

Mesmo tendo sido eleito pelos republicanos como prioridade, as deficiências do ensino primário tiveram dificuldades em serem sanadas. Os constantes problemas financeiros que atingiam os cofres públicos emperraram os avanços sonhados para o ensino primário, como já foi exposto. Assim como no Império, a educação continuava a ser um dos grandes problemas enfrentados pela nação brasileira na República. Esta constatação está explícita em mensagens de presidentes dos estados, como o do general Oliveira Valadão em 1916, alegando ser “como um dos graves problemas nacionais, cuja solução deve ser promovida sem vacilações, tem sido o ensino público objecto de especial solicitude da minha administração” (SERGIPE, 1916, p. 19).

Apesar das constantes inovações no campo educacional, com a chegada de novas metodologias de ensino, a prática docente permanecia deficitária com a falta dos recursos didáticos e funcionando em instalações inapropriadas. A precariedade das instituições escolares foi apresentada como o maior empecilho à difusão das novas propostas pedagógicas, pois “a notória pobreza das nossas escolas foi sempre obstáculo que annullava as melhores energias dos dirigentes de ensino” (SERGIPE, 1916, p. 19). Neste ponto, podemos perceber uma contradição entre o discurso oficial que enaltecia os supostos avanços contínuos do setor educacional e a realidade vivenciada na maioria das escolas, que eram marcadas pelos poucos recursos e precariedade das instalações.

A preocupação no tocante ao setor educacional era em relação ao ensino primário. Como vimos esta preocupação não era desproposita, por camuflar os anseios de legitimação do regime. A relevância do ensino primário era assim justificada pelas autoridades:

Com particular carinho, olho para o ensino primário que, no sentenciar de um illustre pedagogo, é o recomeço de todo o saber. “Por elle— diz o grande sábio—tiveram de passar os espíritos mais cultos, os sábios mais iminentes, antes de penetrar no santuário da Sciencia”. Muito embora elle pese consideravelmente no orçamento da despesa publica, não devemos medir sacrificios quando tratados de dissipar as trevas da ignorância e ampliar o horizonte intellectual de nossos patrícios (SERGIPE, 1921, p. 13).

Enquanto que no estado de São Paulo os grupos escolares começaram a ser implantados ainda na década de 1890, em Sergipe o mesmo ocorreu de forma relativamente tardia, duas décadas após. É importante salientarmos que a implantação dos grupos escolares não significou o desmonte da estrutura das escolas isoladas, pelo contrário, estas escolas continuaram sendo criadas na maioria das cidades, vilas, povoados e até na capital do Estado. Os faustosos grupos localizados geralmente nos entornos do centro contrastavam com as centenas de escolas isoladas espalhadas por toda o estado.

É impressionante o número de alunos matriculados nas escolas isoladas durante as primeiras décadas do século XX. Mesmo os discursos oficiais enaltecendo a relevância dos grupos escolares, a maioria do alunado estava matriculada nas tidas defasadas escolas isoladas. Este dado pode ser evidenciado no Quadro VI, que demonstra a distribuição de instituições escolares de Sergipe em 1922:

QUADRO VI
Distribuição das Instituições Escolares de Sergipe em 1922

Instituição Escolar	Número de Estabelecimentos
Atheneu Sergipense, equiparado ao Dom Pedro I	01
Escola Normal	01
Escola Complementar	01
Grupos Escolares	05
Escolas Isoladas na Capital	15
Escolas Isoladas nas Cidades	58
Escolas Isoladas nas Vilas	43
Escolas Isoladas nos Povoados	138
Escolas Noturnas	07

Fonte: Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe de 1922, apresentada por Pereira Lobo.

Os dados do Quadro VI são reveladores, por expressarem a incongruência discursiva das autoridades educacionais republicanas. Ao todo eram 254 escolas isoladas, 07 escolas noturnas contra apenas 05 grupos escolares. Tais dados demonstram que, mesmo não consistindo o modelo de ensino almejado, as escolas isoladas desempenhavam a relevante função de difundir as primeiras letras entre a população sergipana. Deste modo, propagava-se

o fortalecimento do regime democrático. O contraponto entre os dois modelos de ensino primário permaneceu por toda a primeira metade do século XX, criando divergências e polêmicas a esse respeito entre a intelectualidade sergipana (diretores de educação, governantes, professores, etc.).

Uma das propostas apresentadas pelas lideranças do setor educacional era reunir as escolas isoladas formando grupos escolares mais modestos do que as imponentes construções das décadas de 1910 e 1920. As escolas seriam substituídas gradativamente pelos grupos. No entanto, esta proposta em termos reais não foi acatada, visto que as escolas isoladas continuavam sendo criadas nas mais variadas localidades. Apesar do suposto antagonismo entre os dois modelos educacionais, em termos práticos, escola isolada e grupo escolar se completavam na consolidação do regime em vigor.

A dualidade entre os modelos educacionais no setor primário revela aspectos que vão além das aparências. Trata-se da rivalidade, das intensas disputas entre as professoras por um melhor posicionamento no interior do campo educacional. Diferentes estratégias foram usadas pelo professorado visando assumir a vaga em um dos grupos escolares¹¹³, vistos como o ápice da carreira docente feminina. Atuar em um dos poucos grupos edificados no Estado de Sergipe significava está em sintonia com os pressupostos estabelecidos pela pedagogia moderna, devido ao fato deles serem equipados com os mais modernos recursos pedagógicos de Sergipe na época. Nas escolas isoladas, apesar das professoras serem capacitadas para aplicarem os novos pressupostos metodológicos, a prática docente tornava-se prejudicada, devido à escassez do material pedagógico.

Outra questão que pode ser discutida a respeito da dualidade entre os grupos e as escolas isoladas refere-se aos custos dos cofres públicos. Devido ao seu caráter monumental, os grupos escolares demandavam um custo elevado para a arrecadação deficitária de Sergipe. Talvez esta seja uma das motivações que tenha propiciado a continuidade na difusão das escolas isoladas. O número de escolas desta categoria que foram criadas em Sergipe no decorrer do século XX é surpreendente. Prova disso é a distribuição de escolas primárias em

¹¹³ Existia uma legislação que regulamentava a realização de concursos para professores e a transferência das professoras de uma escola para outra. No entanto essa legislação não era o único instrumento utilizado pelos governantes para prover as escolas. A influência política foi um recurso utilizado com frequência pelos docentes do ensino primário para tentar escapar de ter a mazela de ensinar em localidades distantes da capital. Presidentes do estado como Graccho Cardoso chegaram a alegar que pela vontade das professoras não haveria escolas no interior, pois todas desejavam trabalhar em Aracaju (SERGIPE, 1924). Como as vagas eram poucas, as que possuíam maior capital simbólico eram as que ocupavam os melhores cargos. Sobre a legislação pode ser consultado o regulamento da instrução pública de 1916 (ESTADO DE SERGIPE, 1916).

1925, no governo de Maurício Graccho Cardoso, como pode ser observado no Quadro VII com dados da Inspetoria da Instrução Pública:

QUADRO VII	
Número de estabelecimentos de ensino público primário em Sergipe em 1925	
Classificação da localidade	Número de escolas
Grupos Escolares	12 (74 classes)
Reuniões de Escolas	2 (5 classes)
Escolas isoladas	201
Total	215

Fonte: Mensagem apresentada por Maurício Graccho Cardoso à Assembléia Legislativa (CARDOSO, 1925, p. 20). Quadro elaborado pelo autor.

Os dados do Quadro VII são reveladores da disposição do Estado de Sergipe em expandir a educação pública, doravante a permanência da necessidade da erradicação ou redução do analfabetismo. Isso explica o grande número de escolas isoladas desproporcional aos grupos e reuniões de escolas, ou seja, o ensino primário não se restringia apenas às cidades e vilas, mas sim a uma grande variedade de localidades distintas. Neste ensejo, mais uma vez constatamos que a ação republicana no campo educacional não deve ser vista de modo exclusivamente como ruptura da tradição monárquica, mas pelo contrário, demonstrou algumas características de continuidade da política educacional vigente no Império Brasileiro. Trata-se de uma permanência com uma nova abordagem.

Os anseios educacionais não se limitavam à instalação de novas escolas. Um dos grandes impasses da educação sergipana na primeira metade do século XX consistia em reduzir a taxa de evasão escolar, que ainda permanecia elevada. Podemos suscitar uma série de questões que possam explicar o elevado número de alunos faltosos no ensino público sergipano, dos quais se destacam a distância entre a escola e a residência do aluno e a inserção das crianças no mercado de trabalho, seja este doméstico ou no cultivo. Apesar da criação de um maior número de estabelecimentos escolares por todo o Estado a evasão escolar continuava emperrando o desenvolvimento educacional sergipano. Observe os dados do Quadro VIII:

QUADRO VIII
O ensino primário sergipano em 1925

Instituição escolar	Alunos matriculados	Frequência dos alunos
Escola Normal	132	123
Grupos Escolares e Escolas Reunidas	2371	1887
Escolas isoladas diurnas	7792	6187
Escolas isoladas nocturnas	125	102
Subvencionadas pelo Estado	353	290
Mantidas pelos municípios	268	209

Fonte: Mensagem apresentada por Maurício Graccho Cardoso.

Os dados constantes no Quadro VIII além demonstrarem o problema da evasão escolar, traz implicitamente a questão das disputas do interior do campo educacional. As mensagens e os relatórios dos presidentes de estado revelam uma disputa pelo alunado entre as escolas mantidas pelo estado e as mantidas pelos governos municipais. Era a corrida pela busca de uma mesma clientela.

Os impasses não ficavam restritos a discussão sobre o condicionamento das instalações das escolas. As disputas discursivas pairavam também entre os poderes públicos estadual, municipal e as escolas particulares em constante avanço no decorrer do século XX. No entanto, a maior deflagração ocorria entre as escolas do estado e dos municípios, pois estas disputavam o mesmo alunado.

Assim, podemos dizer que no alvorecer do novo século em Sergipe ocorreu uma dualidade de modelos educacionais voltados para o ensino primário. Um primava pela exibição, pela publicidade de suas aulas e rigor metodológico, ícone da modernidade pedagógica que aflorava no país. O outro era importante para aumentar o número de alunos alfabetizados e atender o público das periferias e zona rural, mas deveria ser difundido no silêncio, pois nas falas dos governantes os mesmos eram associados ao velho regime deposto, ao arcaico, ao atraso. Nas escolas isoladas, as aulas deveriam transcorrer de modo pacato, sem o furor efervescente dos grupos, quase que no esquecimento. Era a trama mnemônica republicana, apta a criar imagens de si, em proporcionar lembranças e esquecimentos.

Mesmo nos grupos escolares podiam ser percebidas as tentativas de exibir e obscurecer a memória. A República se fazia mostrar evidenciando suas proezas e escondendo suas mazelas. A visibilidade dos grupos no descerrar dos anos republicanos era notória. Aulas públicas, professoras na imprensa e nos saraus, desfiles imponentes, exames finais com autoridades convidadas faziam parte do enredo que visava promover o espetáculo da

educação. Os grupos foram metamorfoseados em palcos em que desfilariam os atores dos espetaculosos enredos republicanos.

Certamente as aulas de ginástica¹¹⁴ estavam na proa da embarcação educacional cenográfica. Os grupos apresentavam como novidade os amplos espaços abertos para serem realizadas as aulas de ginástica. Para tornar os corpos dóceis era necessário manipulá-los, adestrá-los, submetê-los ao rígido controle. Tudo sob o olhar atento das professoras e do corpo administrativo nos pátios dos grupos.

Paulatinamente os grupos escolares foram transformados em palco de exibição das proezas do novo regime político e da proposta civilizadora. Os exercícios físicos constituíam um dos artifícios de preparar o futuro cidadão do país, apto para as atividades físicas, para o trabalho, ou até mesmo para a batalha. O imaginário republicano também passava pelo controle e moldagem dos corpos.

Meninos e meninas que estudavam nos grupos participavam, separadamente, das aulas de ginástica, que buscavam valorizar o corpo e constituir os movimentos bem articulados e harmoniosos. O espetáculo da civilização deveria se tornar público e por esse motivo muitas aulas de ginástica eram realizadas nos pátios dos grupos, reunindo alunos em exercícios ávidos. Observe a harmonia dos movimentos das meninas do Grupo Escolar General Siqueira por meio da Figura XVIII.

¹¹⁴ No período estudado as aulas de ginástica eram pautadas nos pressupostos da pedagogia moderna e vinham no modelo de ginástica sueca como o mais adequado para os anseios da época. Isso transparece no *Programma* para o curso primário nos Grupos Escolares e Escolas isoladas do Estado. APES. Educação, doc. 5123.



Figura XVIII: Aula de ginástica da sessão feminina do Grupo Escolar General Valladão.
FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0502.

Meninas bem vestidas e igualadas por meio do fardamento em seus movimentos harmoniosos e sincronizados na aula de ginástica, construindo a nação brasileira, preparando a futura população. A disposição espacial das alunas no pátio do grupo é reveladora sobre a discussão da arquitetura escolar, pois evidencia suas múltiplas funcionalidades. O antigo prédio do Grupo General Siqueira foi projetado em formato de “U”, propiciando um amplo espaço centralizado para a realização das atividades físicas exigidas pelos regulamentos da Instrução Pública. Além dessa centralização do pátio, percebemos a existência dos corredores acompanhando os pavilhões, o que poderia tornar a vigilância mais assídua.

Vigiar e punir eram atribuições inseridas no cotidiano dos grupos escolares. Alunos professores eram observados e controlados em muitas de suas ações e a arquitetura dos prédios escolares contribuía para facilitar o processo de vigília. Do alto do pavilhão o corpo administrativo poderia observar o desenrolar da condução das aulas de ginástica. A visibilidade estava intrínseca na preparação de corpos dóceis, dotando de condições de defender a pátria. As aulas de ginásticas sintetizavam os princípios do higienismo (físico e moral), do civismo e da vigilância republicana.

Na trama da memória republicana na esfera educacional dos primeiros decênios do século XX os olhares perscrutadores não se debruçavam somente nas aulas de ginástica e a dicotomia de modelos de ensino primário esmorecia diante do grande momento republicano, na celebração do novo regime. Havia um momento em que as duas realidades de ensino se encontravam, ficavam expostas ao grande público: eram os desfiles cívicos.

A segunda década do século XX marcou o apogeu das festividades cívicas¹¹⁵ na cidade de Aracaju, marcada pelo desfile dos alunos das escolas da cidade pelas ruas. Era o momento em que o civismo apresentado aos alunos por meio de preleções das professoras nos grupos era apresentado à população por meio dos desfiles. Não eram somente os alunos que saíam às ruas. Era a nação em busca da civilização que desfilava, marchava pela Aracaju que queria exibir-se na situação de moderna.

Os desfiles eram hierarquizados e representavam os impasses existentes no campo educacional sergipano, com tensões, exhibições e silenciamentos. A memória era manipulada e apropriada de acordo com os interesses dos governantes, ávidos em demonstrar os progressos do magistério local e a confirmação do ingresso de Sergipe nos trilhos da modernidade. A ordem republicana se deslocava pelas ruas da cidade, fazendo com que o ensino não ficasse restrito aos compartimentos internos dos grupos. As aulas também poderiam ocorrer além das paredes e muros dos grupos, seguindo uma eloquência semelhante ao da imponente arquitetura, tendo em vista que nos desfiles, os alunos deveriam exibir¹¹⁶ suas performances

¹¹⁵ As festas cívicas de Aracaju passaram por diferentes situações de acordo com a época e o contexto vivenciado na cidade. O ápice das festividades, contando com participação da maior parte do alunado da cidade e assumindo grande destaque na imprensa local. O esplendor das festividades perdurou até 1918, ano em que foram realizados desfiles cívicos nos dias da Independência, da Emancipação Política de Sergipe (24 de outubro), da Proclamação da República e da Bandeira Nacional. As maiores celebrações cívico-militares ocorriam na festa da independência e da bandeira, reunindo professoras e alunos em desfiles, apresentação de poesias, matinês e quermesses. Eram ocasiões em que os grupos eram exibidos para a cidade. Nos anos subsequentes as festas entraram em decadência o que provocou a reação da imprensa local, que criticou a ausência do sentimento patriótico dos governantes (críticas aferidas pela imprensa oposicionista). Somente na Era Vargas as festas voltaram a ter um papel de destaque no cenário aracajuano, com desfiles imponentes nos dias do trabalho, do nascimento do presidente, da árvore e as que eram realizadas anteriormente. Sobre as festas cívicas de Aracaju pode ser consultado o artigo de Magno Santos (2006).

¹¹⁶ As festas cívicas tem sido um dos temas discutidos por Marcus Levy Albino Bencostta. Ele tenta analisar os desfiles cívicos da cidade de Curitiba como a expressão de consolidar a memória republicana. Partindo do uso de registros fotográficos o autor realiza um instigante passeio nos desfiles patrióticos da capital paranaense do início do século XX, tecendo um enredo permeado de interesses e conflitos. a proposta de criação de uma memória republicana estava imbuída nos desfiles e transpareciam até mesmo nos registros fotográficos, pois “os momentos captados pelos mais diferentes tipos de lentes e olhares, fixaram os instantes congelados do tempo como únicos e peculiares. Tais registros de memória, verdadeiros baús de riquezas de múltiplas leituras sugerem problematizações acerca da relação entre a história, tempo e memória escolar” (BENCOSTTA, 2006, p. 305).

de ordem, racionalidade e, principalmente, civismo. Segundo Marcus Bencostta os desfiles escolares foram relevantes, pois:

Esses rituais foram celebrações resultantes de momentos históricos específicos, e assim sendo, exprimiam contextos permeados por restrições, contestações e contradições, não podendo ser, portanto, um espaço limitado que inibisse a construção de identidades, molduradas dentro do ambiente cultural escolar, mas um campo que permitiu o trânsito de valores e símbolos (BENCOSTTA, 2006, p. 304).

O caráter oficial dos desfiles era marcante. Autoridades políticas, religiosas e militares assistiam à marcha dos alunos uniformizados e com passos cadenciados, exibindo as proezas de um regime que se dizia transformador, regenerador da sociedade brasileira. Símbolos nacionais e as ações dos governos republicanos eram apresentados ao grande público que lotava as dependências das ruas centrais da capital sergipana. Enquanto transcorriam os festejos, a imprensa tentava registrar os momentos mais comoventes e que impressionassem seus leitores, no propósito de difundir as benesses do governo. Assim a imprensa registrou a magnitude do evento em seus primeiros atos.

Revestiu-se de maior brilhantismo a comemoração da gloriosa data da nossa independência nesta cidade. Às seis horas da manhã, ao ser hasteada no quartel do destacamento federal a bandeira brasileira, os sócios do Tiro Sergipense 136 formaram em frente ao edifício, prestando as devidas continências. A belíssima parada na praça Fausto Cardoso teve lugar às 9 horas (CORREIO DE ARACAJU, 9-10-1917).

Os valores da República eram expostos à sociedade. Mas a apresentação não ocorria de modo aleatório, pois tinha uma ordem hierárquica a ser seguida rigorosamente. Era preciso demonstrar que na República a racionalidade tinha chegado até aos desfiles e representar o papel social de cada instituição no cenário local. Pelo programa da festa da Bandeira de 1917 a ordem a ser seguida era a seguinte:

Romperá a marcha a Eschola de Aprendizes marinheiros (...). Todas as demais unidades seguirão o mesmo percurso observando a seguinte ordem: na cauda da Eschola de Aprendizes Marinheiros seguirão os tiros 136 e 308, que serão acompanhados dos collégios militarizados Tobias Barretto,

Grêmio Escolar e Salesiano, sendo estes, por sua vez, seguidos do Corpo Policial. Após a polícia seguirão os marinheiros da guarnição do Vapor da Companhia Bahiana e os das repartições federais e estadoaes. Em seguida a estes seguirá a guarda de honra da Bandeira, após a qual seguirão os collegios particulares das exmas. Sras. dd. Cecília Curvello, Quintina Ribeiro e Glorinha Chaves na ordem em que se acham formados e assim, após estes, continuarão o Grupo Modelo, Escola Normal e Grupos Barão de Maroim e general Siqueira e em seguida os institutos de ensino para homens e mais escolas ou grupos que comparecerem (CORREIO DE ARACAJU, 18-11-1917).

Os princípios republicanos estavam presentes nos desfiles cívicos. A prioridade pelas escolas militarizadas na abertura do desfile demonstra que a educação possuía forte influência desse segmento social. Eram praticamente dois desfiles distintos que se sucediam pelas ruas da cidade: primeiro das escolas militarizadas e depois o pendão Nacional guarnecida pelas alunas da Escola Normal e das escolas primárias. Um ponto importante a ser observado é o fato de não haver menção às escolas isoladas, pois estas iriam desfilar no final caso comparecessem. Já os grupos seguiriam em uma posição privilegiada, após as alunas da Escola Normal. Esse posicionamento possui uma simbologia relevante, uma vez que as normalistas seriam as futuras mestras das escolas primárias e aquelas que tivessem maior capital simbólico poderiam lecionar nos grupos escolares.

Em 1922, na ocasião da posse do novo presidente estadual, Graccho Cardoso, ocorreram as solenidades da emancipação política de Sergipe no dia 24 de outubro, marcado também pelo desfile cívico. O dia foi repleto de solenidades. Ainda na madrugada as bandas de música do Batalhão policial e de discursos da intelectualidade local como Artur Fortes e Helvécio de Andrade. O evento teve proporções imponentes e demonstrou o poder simbólico atribuído aos grupos por meio da ordem da marcha cívica. A memória republicana era transformada em espetáculo, no qual alunos, professores e militares rememoravam as aventuras de uma nação que estava nascendo, com a identidade forjada nos moldes desejados pelas lideranças do novo regime. Rememorar significa relembrar, comemorar junto. As celebrações cívicas dos grupos significavam a reconstrução de um passado heroicizado, reconstruindo mitos e ritos.

3.2 Eternos Lugares de Memória

Os grupos escolares implantados em Sergipe no decorrer da Primeira República podem ser vistos como lugares de memória. Os sinais da sociedade que o produziu e dos grupos sociais que ao longo de suas trajetórias foram apropriando-se e ressignificando os prédios escolares podem ser vislumbrados. A sociedade constrói a história ao longo do tempo deixando suas pegadas pelo espaço. Por meio desses rastros é que o historiador consegue realizar a leitura do passado, tornar os episódios de outrora inteligíveis.

A memória não é construída de modo pacífico. Pelo contrário, ela é permeada por interesses antagônicos que entram em confronto, que buscam sobrepor-se, provocando lembranças e esquecimentos. Nos grupos escolares podemos perceber as preocupações acerca do universo mnemônico desde a projeção do prédio até o processo de ensino no cotidiano escolar. Tudo estava imbuído de uma intencionalidade¹¹⁷, de algo que ia além da aparência.

É preciso entender os grupos como espaços construídos para a difusão da memória republicana, como lugares¹¹⁸ que perdurariam e transmitiriam para as futuras gerações as proezas do regime implantado no fim dos oitocentos. Vários segmentos sociais buscaram deixar seus sinais nas paredes dos grupos. Os monumentos erguidos no centro das principais cidades sergipanas tinham o intuito de promover a imagem da República e de seus agentes.

As preocupações acerca da memória tinham início antes mesmo das obras dos grupos. Em busca de legitimidade político-social, muitas autoridades e membros da elite econômica tentaram perpetuar suas imagens por meio de obras públicas, que carregassem seus nomes. Por esse motivo, alguns grupos foram criados a partir da iniciativa privada, que doou o prédio ou o terreno destinado ao ensino primário graduado em terras sergipanas¹¹⁹. Dos 14

¹¹⁷ Na perspectiva de Jacques Le Goff, todo documento está dotado de uma carga de intencionalidade, de projeção da imagem de si para o futuro. Muitas vezes essa intencionalidade pode transparecer de modo implícito, o que torna a investigação do historiador mais perspicaz, pois é o responsável em desmistificar as informações contidas no documento. Para tentar escapar das armadilhas que uma fonte histórica pode apresentar é necessário que o historiador esteja munido das técnicas da crítica histórica. Sobre a relação entre o documento e a subjetividade de seu conteúdo pode ser visto em Le Goff (2003).

¹¹⁸ Os lugares de memória têm sido discutidos com veemência a partir da ascensão do movimento dos Analles, que tornaram a problemática da memória um dos seus principais enfoques de discussão. A memória na perspectiva da história cultural francesa deixou de ser exclusivamente fonte para os historiadores. Ela passou a ser também objeto de estudo para os mesmos. Os modos de fazer os registros dos episódios e os modos de apropriação da memória tornaram-se importantes temáticas de análises. Os lugares da memória seriam, nesta perspectiva, lugares que teriam grande importância para a memória coletiva de uma determinada localidade, locais que despertam lembranças de um passado. Na constituição dos lugares de memória tem destaque os bens simbólicos, que assumem o papel de elementos de congregação e integração da comunidade. Sobre os lugares de memória pode ser analisada a obra de homônima de Pierre Nora (1981).

¹¹⁹ Devemos frisar que a prática de doação de prédios e terrenos para criação de grupos escolares foi corrente em vários estados brasileiros, como apontam alguns estudos da historiografia educacional. Um exemplo elucidativo

grupos criados entre 1911 e 1926, quatro¹²⁰ surgiram a partir da ação de particulares, que doaram terrenos ou o prédio para que funcionasse a escola ícone da modernidade. Essa foi uma prática que teve como marco temporal o período entre as décadas de dez e vinte do século XX, ou seja, na época em que as discussões acerca dos grupos estavam no ápice.

Com isso, em 1918 o ministro José Coelho e Campos inaugura uma nova forma de criação da memória política em Sergipe, com a doação de um sobrado na cidade de Capela para a instalação de um grupo com seu nome. Na praça arborizada nascia o primeiro grupo escolar do interior sergipano, denotando que o ministro estava fazendo de sua terra natal a pioneira no ingresso nos rumos da modernidade. Capela, mesmo sem deter ainda seu poderio econômico¹²¹ como em outrora, se tornou a primeira cidade do interior sergipano a possuir um grupo escolar. Isso demonstra que, no processo de implantação da escola graduada em Sergipe não foi somente o poder econômico que determinou quais seriam as cidades atendidas no primeiro momento. O poder de barganha das autoridades políticas de algumas cidades também exerceu papel preponderante.

Mesmo sem possuir porões e jardins, como pode ser observado na Figura XIII, o prédio deveria demonstrar o zelo que seu patrono tinha pelo universo educacional. Eram dois pavimentos e cada um possuía seis portas e grades, além de uma janela na lateral, que permitiam o vislumbamento da cidade. Como o prédio já existia, após a doação ele passou por pequenas adaptações para receber o alunado primário da cidade, reunindo num mesmo prédio, as escolas isoladas do município. Todavia, essas adaptações não foram suficientes para extirpar as inadequações do prédio, que provocava sérios riscos aos alunos por ser um sobrado e possuir escadas de acesso às salas. Essa teria sido uma das causas da transferência do grupo na década seguinte.

é o estado de São Paulo, ao qual Sergipe teve como espelho, que teve inúmeros grupos criados nas cidades interioranas a partir de doações dos barões do café (SOUZA, 1998).

¹²⁰ Foram os grupos Coelho e Campos (Capela), Barão de Maruim, General Valadão e José Augusto Ferraz (Aracaju).

¹²¹ Capela se tornou conhecida como a Princesa dos Tabuleiros, em decorrência do período áureo da agricultura açucareira a partir da década de 50 do século XX. No período em que o Grupo Escolar Coelho e Campos foi criado a cidade ainda não possuía grande relevância no cenário estadual, pois estava apenas iniciando o processo de modernização da produção açucareira, transformando as dezenas de engenhos que cercavam a cidade em modernas usinas. Com isso, nas décadas seguintes, o município passou a ter quatro usinas: Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras (GÓES, 2002, p. 50).



Figura XIX: Prédio doado pelo ministro José Coelho e Campos. FONTE: Acervo Iconográfico Honorino Leal. Memorial de Sergipe. HLI 0023.

O prédio era um dos mais imponentes da cidade, que abrigaria a escola apontada como a mais moderna e adequada para o ensino primário, com o nome do doador. Trata-se de

um panorama discursivo em que a memória era o objeto de desejo dos governantes e da elite sergipana. A perpetuação da memória era uma dos atributos dos grupos que homenageavam as personalidades políticas. Assim, algumas personalidades sergipanas, individualmente ou em associação, contribuíram para a disseminação dos grupos escolares. Ter o nome divulgado na imprensa e registrado na fachada de uma instituição privilegiada era um instrumento de considerável relevância na intensa luta pela legitimação no campo político local.

Outra estratégia de legitimação dos políticos era por meio da nomenclatura dos grupos e salas. No prédio escolar, todas as salas de aula homenageavam alguma personalidade do campo educacional sergipano. Como já foi discutido anteriormente, os grupos estavam ligados às personalidades políticas locais e nem sempre estavam atreladas diretamente ao regime republicano. Mas a escolha do homenageado na nomenclatura dos grupos não ocorria sem as disputas. Geralmente eram escolhidos os políticos que estavam atrelados ao grupo detentor do poder, exceto quando ocorria a doação do prédio ou terreno, o que levava a ter o doador como patrono.

Em alguns casos o projeto inicial foi alterado em decorrência da mudança de governo, fazendo com que os grupos fossem inaugurados com uma denominação diferenciada em relação ao que se tinha planejado. Esse foi o caso do grupo escolar da cidade de São Cristóvão que foi pensado pelo general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão para ser o Grupo Barão da Estância, em homenagem ao influente político do município da época imperial. Observe como o Diário da Manhã noticiou a edificação do novo grupo:

Novo Grupo Escolar em S. Christovam. Corre em nosso meio social a agradável noticia de que o governo do estado cogita de fazer aquisição do velho *palácio* de S. Christovam, que é propriedade federal, para daptal o uma nova instituição educativa, que terá a denominação de Grupo Escolar “Barão da Estância”. Registrando a bella iniciativa do operoso e bem intencionado Sr. General Oliveira Valladão, fazemos votos ardentissimos por que seja levada a effeito a fecunda Idea de s. ex. , que, premiando a sociedade homenageia ao mesmo tempo a memória do mui distincto compatricio, que foi o Barão da Estância, cujo nome, por feliz inspiração, já se acha escolhido para figurar no frontispício da referida instituição pedagógica. Avante! (DIÁRIO DA MANHÃ, 04/11/1917).

A notícia veiculada na imprensa local apresenta dois dados relevantes para a compreensão do universo educacional sergipano no princípio do século XX. O primeiro é em

relação à memória, pois o impresso registra enfaticamente as preocupações acerca dessa questão, principalmente no que concerne à visibilidade. O nome do homenageado deveria figurar no frontispício do prédio, elevando assim a memória ao lugar de destaque. A população deveria ver cotidianamente o nome de seus heróis e benfeitores nos frontispícios de suas construções, para rememorar seus feitos. Mais uma vez era reforçado o caráter mnemônico e educativo das fachadas dos prédios escolares. Os grupos eram construídos para educar e delegar ao futuro imagens de sua época e seus heróis.

Ainda em relação à memória, a notícia apresenta sinais que evidenciam a volubilidade dessa memória, pois o referido grupo foi inaugurado com outra nomenclatura, homenageando outro personagem que constituiu seu nome na cidade de São Cristóvão na época imperial. Era o vigário Barroso. Os motivos da alteração não aparecem na documentação. Aliás, não há informação alguma que tenha ocorrido alteração na nomenclatura do grupo, pois o único indício é a notícia veiculada na imprensa aracajuana. Provavelmente a alteração tenha sido motivada pela mudança de governo, pois o Grupo Barão da Estância foi idealizado ainda no governo do general Oliveira Valadão (político da velha geração sergipana), mas o edifício foi inaugurado no governo de Graccho Cardoso. Devemos lembrar que no governo de Cardoso alguns grupos tiveram sua denominação alterada¹²².

Outro indício revelador apresentado nas entrelinhas da notícia do Diário da Manhã é em relação ao tempo que levava a construção dos edifícios dos grupos escolares no alvorecer do século XX. Do planejamento à inauguração passaram-se seis anos. A letargia da disseminação dos grupos pode ser interpretada de diferentes ângulos. Eram muitos os motivos que os presidentes de estado alegavam para justificar a madorna em ampliar o número de escolas graduadas em Sergipe. Entre as principais causas estavam a escassez de recursos, as mudanças de governos e consequentemente de políticas públicas e as crises econômicas que por hora assolava a instável economia local. Além desses motivos enumerados devemos lembrar também dos opositores ao processo de implantação de grupos escolares suntuosos, que certamente tentavam emperrar a construção de tais prédios.

¹²² No governo de Graccho Cardoso algumas instituições de ensino primário tiveram sua denominação original alterada, visando homenagear personalidades políticas do estado. Todavia essa prática foi comum a outras administrações, de acordo com os interesses e alianças políticas de cada presidente do estado. Podemos lembrar do caso do Grupo Central (que passou a ser denominado Grupo Escolar General Siqueira), Grupo Escolar Simão Dias (Grupo Escolar Fausto Cardoso) e Grupo Escolar de Vilanova (Grupo Escolar Olímpio Campos)

A memória não era construída exclusivamente nas fachadas dos prédios escolares. Toda a construção deveria remeter a um tempo mítico nos moldes republicanos. Os nomes dos heróis deveriam figurar nos frontispícios dos prédios e também em cada sala. Se o ensino era voltado para a vanglória dos heróis da República, as salas já os remetiam com a nomenclatura. Em todos os grupos escolares as salas de aula homenageavam a intelectualidade local. Desse modo, o aluno ao adentrar no grupo assistiria ao desfile de personalidades, quase sempre ligadas ao novo regime. Um exemplo elucidativo dessa preocupação apareceu na notícia veiculada pelo Diário da Manhã, que após transcrever os discursos do bispo Dom José Thomaz e do presidente general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, no ato de inauguração do Grupo Escolar General Valladão, apresentou as salas do novo prédio escolar: “Homero Oliveira, Oliveira Bello, Manuel de Oliveira, Bittencourt Sampaio e Horácio Hora” (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/11/1918).

Em alguns casos, a escolha dos homenageados envolvia mais personalidades da política local. Em relação ao Grupo Escolar Coelho e Campos, a seleção dos intelectuais que se tornaram patronos das quatro salas de aula teve a indicação do ministro, patrono do grupo e doador do prédio, José Luiz Coelho e Campos. Foi após a sua indicação que o presidente do estado aprovou a lista de homenageados. É interessante indagarmos sobre quais seriam os aspectos observados pelo presidente para a aprovação ou não dos nomes dos salões. Provavelmente aspectos subjetivos como a proximidade e ligação com seu grupo político eram ingredientes indispensáveis na seleção. Outra questão a ser observada é se o presidente do estado teria força para rejeitar algum nome indicado pelo ministro Coelho e Campos. O general Valadão apenas expôs que estava de pleno acordo, como pode ser observado no ofício:

Ao Sr. Dr. Da Instrução Publica – Communico-vos que s. ex. o Sr general Presidente do Estado, de pleno accordo com a indicação do exm. Sr. Ministro José Luiz Coelho e Campos feita em telegramma de 7 do corrente, determina que os quatro salões do Grupo Escolar Coelho e Campos tenham as seguintes denominações: 1ª – Maria Eufrosina; 2ª Carvalho Mello; 3ª Pinheiro Machado; 4ª Barão de Cotegipe (SERGIPE, 10-10-1917, p. 02).

Outra estratégia usada na constituição desse tecido mnemônico era pelo uso de fotografias. Em todos os grupos deveria existir o quadro com a imagem do presidente do estado, criando-se uma representação do poder político-administrativo nos limites da escola.

Era um mecanismo de “tornar presente uma ausência, mas também exhibir a sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir quem a olha como sujeito que olha” (CHARTIER, 2002, p. 165) e de propiciar, no plano simbólico, uma cadeia de vigilância iniciada pelo gestor estadual. Todos os olhares deveriam está atentos ao cotidiano educativo dos grupos. No dia 12 de outubro de 1922, foi realizado no salão nobre do Grupo Barão de Maruim uma homenagem ao presidente do estado, coronel José Joaquim Pereira Lobo:

No salão de entrada do Grupo Escolar Barão de Maroim foi inaugurado, ante-hontem, o retrato do exmo Sr. Coronel Presidente do Estado em presença selecta e numerosa assistência. Sua ex. acompanhado de sua exma. Família compareceu as 16 horas, sendo recebido pelo director do grupo padre João Florêncio da S. Cardoso, professor José Alencar Cardoso, director geral da Instrucção Pública, directores de grupos, professoras e muitas pessoas de representação social e política. Na cerimônia de inauguração o erudito dr. Manuel dos Passos de Oliveira Telles, orador official, leu perante o auditorio conceituoso e brilhante discurso, fazendo considerações a respeito da personalidade do homenageado. A eloqüente oração terminou coberta pelos applausos de todos os presentes. Em seguida fallou o exmo Sr. Dr. Pereira Lobo que se referiu emocionado à festa em sua homenagem, accentuando a gentileza do dierector do grupo Barão de Maroim, a cuja iniciativa devia mais aquelle gesto significativo da estima em que tinham os seus conterrâneos (CORREIO DE ARACAJU, 14-10-1922, p. 01).

A trama da memória era perspicaz. Nos grupos escolares todas as ações estavam envoltas com a reconstituição de um passado sob a perspectiva dos republicanos. Em muitos casos, essa reconstrução da memória extrapolava os limites das escolas, com a realização das festas cívicas. O calendário festivo de Sergipe nos primeiros decênios republicanos era concorrido, pois havia desfiles cívicos dos alunos nos dias 17 de março (mudança da capital), 24 de maio (batalha do Tuyuty), 08 de julho (emancipação política de Sergipe), 07 de setembro (independência do Brasil), 24 de outubro (emancipação política de Sergipe e aniversário da legislatura) e 19 de novembro (dia da Bandeira). Além desses eventos, os alunos e professores dos grupos deveriam participar das inaugurações de novos grupos escolares, o que tornava o calendário festivo das escolas primárias graduadas extenuante.

A concorrência de festividades de aspecto cívico que predominou em Sergipe na segunda década do século XX pode ser entendida como uma forma de legitimar o regime recém-implantado e configurar uma memória dos novos heróis que emergiam no cenário

republicano. É importante frisar que muitas dessas festividades nem sempre ocorriam com a realização de desfiles ou com toda a pompa existente nas festas da independência e da Bandeira Nacional, as maiores de Sergipe. Assim como os demais aspectos das expressões da memória, as festas cívicas dependiam da situação financeira e política do estado e, principalmente, de quem estava no poder.

Com as festas cívicas a República se fazia mostrar. Era a ocasião de exhibir os resultados do investimento no campo da educação e tornar visível que o Brasil estava marchando rumo à civilização. Mesmo saindo dos limites dos prédios escolares, os grupos não deixavam de ser imponentes diante da população. Por isso é necessário reafirmar que a eloquência republicana não se constituía exclusivamente por meio da arquitetura. Os corpos dos alunos, moldados pelo processo civilizador também passaram a fazer parte do instrumental de propaganda do novo regime.

Os grupos escolares eram lugares de memória que expressavam o rigor do ensino nos moldes republicanos. A nova pedagogia deveria ser aplicada com afinco pelas professoras dessas instituições de ensino. Como já foi discutido anteriormente, os grupos eram as vitrines da pedagogia moderna e os resultados deveriam ser obtidos por meio do rigor¹²³ na aplicação da nova metodologia de ensino, a partir do uso dos recursos didáticos disponíveis na instituição.

As aulas deveriam ser pautadas nos cálculos, na escrita e na leitura. No método aplicado nas escolas sergipanas, as explanações dos professores deveriam partir do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, do simples para o complexo. A memorização era um componente relevante dentro desse aprendizado e o programa de ensino descrevia minuciosamente os passos que o professor deveria seguir: “o professor de pé, em frente da classe, lê primeiro em voz clara, alta e pausada, um pequeno trecho, depois manda

¹²³ O rigor era apresentado como um dos principais pontos diferenciadores dos grupos escolares, principalmente na questão da racionalização do tempo e do espaço. Essa racionalização já estava sendo parcialmente incrementada nas escolas isoladas, mas foram os grupos escolares que propiciaram a concretização das propostas da pedagogia moderna em distribuir sexual e serialmente os alunos e dividir o horário rigorosamente, como atestam as cartilhas de ensino que sugerem o controle de todas as ações dos professores primários, por meio da cronometragem das atividades de ensino. Sobre o controle das atividades de professores e alunos pode ser consultado o “Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e escolas isoladas do Estado” (ESTADO DE SERGIPE, 1917). Embora existisse toda uma sistematização do processo de vigilância visando garantir a realização do ensino sob os pressupostos da pedagogia moderna, nem sempre a prática correspondia ao desejado. Em muitos casos era visível o descumprimento das regras e um sinal disso são as punições previstas nos regulamentos da instrução pública destinadas aos professores transgressores. A transgressão esteve presente nos suntuosos templos do saber.

que os alumnos leiam, um por um, quanto permittir o horário” ESTADO DE SERGIPE, 17/02/1917, p. 01).

Os indícios presentes no programa de ensino são reveladores. A começar pelo suporte material em que foi publicado. O programa divulgado na imprensa¹²⁴ tornava a legislação escolar acessível a um público relativamente amplo, o que poderia propiciar a vigilância das normas educacionais por diferentes segmentos da sociedade local. Outro ponto importante é que o programa educacional do ensino primário foi divulgado na primeira página do jornal, demonstrando a relevância que essa temática exercia na sociedade. Os grupos escolares e o rigor metodológico estavam nas pautas de discussões de Sergipe.

Os grupos eram também lugares onde as crianças deveriam memorizar. Principalmente, os fatos relacionados com a história do Brasil e de Sergipe. As aulas deveriam privilegiar o aspecto dramático para fortalecer o sentimento patriótico dos alunos e despertar nos alunos a curiosidade a respeito de um passado quase sempre idealizado sob as mazelas da República. A temática central era a saga dos brasileiros contra a ação dos povos invasores. Observe as prescrições das aulas de História do programa de ensino.

1º Semestre: Primeiros habitantes de Sergipe, a 1ª capital, anova capital, sua deantamento. Creação da província, o 24 de Outubro. Principaes factos históricos até a República. 2º Semestre: descoberta do Brazil, os elvagens e seus costumes. Os descobridores deviam tel-os estimados antes que guerreal-os. Destruindo-os privaram o Brazil de seu elemento autochtone, cujo valor, altivez e intelligencia não se pode negar. Os francezes, os hollandezes, os hespanhoes. Os brasileiros sempre estiveram unidos para defender a sua pátria. Segundo o processo do “Meu Sergipe”, o professor exporá, em 1º lugar, o ponto de modo simples, atrahente e commovente, como uma pequena historieta e depois interrogará a classe (ESTADO DE SERGIPE, 23/02/1917/p. 02).

As salas dos grupos escolares deveriam ser transformadas em um palco, no qual desfilariam os heróis republicanos lutando em prol da defesa da Pátria. Segundo o registro documental, sempre tinha existido o sentimento de unidade e de nacionalismo no Brasil. Além disso, a República é apresentada como a conclusão de uma jornada de lutas. No drama

¹²⁴ O jornal Estado de Sergipe serviu no início do século XX como veículo da imprensa oficial do estado e divulgava dados oficiais como prestação de contas, legislação, atos e inaugurações de obras públicas. Assim, antes de serem copiadas, as leis, decretos e regulamentos do estado de Sergipe eram divulgadas na imprensa.

construído pelos republicanos, o golpe de 1889 representava o ingresso do Brasil no mundo civilizado, na modernidade.

3.3 Olhares da Imprensa: Metáforas Arquitetônicas

O ensino primário graduado estava sob o olhar vigilante. Diferentes esferas da sociedade passaram a acompanhar o rendimento dos alunos e a ação das mestras. Tudo era visível e a exibição passou a ser uma exigência dos governantes. Podemos dizer que se tratava do espetáculo da educação republicana em busca de diferentes modos tornar a rotina do ensino em uma ocasião de expor as proezas do ensino, da ação republicana, da emergente civilização. Do mesmo modo que havia aulas que deveriam ser exibidas e outras que permaneceriam sob o silêncio, setores da sociedade foram inseridos na vigilância do ensino. Um desses setores que adentraram no campo educacional foi a imprensa, que a cada ano passou a desempenhar um papel de fundamental importância na consolidação dos ideais republicanos a partir de duas ações: a propaganda e a vigilância das aulas.

Foram essas duas atuações da imprensa local que produziram uma relevante documentação acerca do campo¹²⁵ educacional, em decorrência da cobertura de eventos realizados nas referidas instituições escolares como festas cívicas, inaugurações, saraus e aniversário das professoras. Trata-se de um retrato da vida escolar que era regularmente divulgada nas páginas dos jornais da capital. As aulas dos grupos não ficavam restritas aos cômodos do prédio escolar, pois o espetáculo era divulgado por toda a cidade.

Os impressos¹²⁶ tiveram grande importância na difusão dos ideais republicanos e da pedagogia moderna. A civilização brasileira deveria ser edificada também sob a tinta das páginas dos jornais, que apresentavam relatórios de gestão, discursos de políticos e um espaço considerável para a esfera educacional. Em relação aos grupos escolares, o destaque era

¹²⁵ Campo aparece nesse texto no sentido elaborado por Pierre Bourdieu, ou seja, como espaço de lutas, de disputas entre os sujeitos por um melhor posicionamento dentro do mesmo. Neste caso, estamos tratando de um período em que estava havendo uma redefinição do campo educacional sergipano devido a entrada de novos sujeitos. Nesse contexto de disputas se tornam importantes outras categorias analíticas do autor, como *habitus* (conjunto de elementos neuropsíquicos pertencentes a um grupo que é apropriado pelos sujeitos que buscam se inserir no campo), capital simbólico (mecanismos que levam um sujeito a se legitimar dentro de um campo) e legitimação (BOURDIEU, 2005).

¹²⁶ Sobre os impressos duas pesquisadoras sergipanas vêm apresentando resultados instigantes. Elas buscam compreender a circulação de propostas e idéias pedagógicas em impressos de diferentes tipologias. Valdevania Vidal analisa o jornal estudantil *Necidalus* (VIDAL, 2008) e Geane Correa dos Santos busca compreender os anúncios educacionais do *Jornal Gazeta Socialista* (SANTOS, 2008).

maior, pois se tratava da novidade pedagógica que estava adentrando ao campo educacional local. Os imponentes prédios escolares passaram a ser o foco privilegiado nos anúncios jornalísticos, corroborando para despertar do interesse popular sobre o modelo de instrução primária. Observe a relevância dada pela imprensa ao convidar à população para a inauguração de um grupo escolar.

Realiza-se amanhã pelas 12 horas a cerimônia de inauguração, no vasto e elegante edifício ultimamente construído pelo governo, do Grupo Escolar Barão de Maroim. O acto revestir-se-á da maior solennidade, havendo bênção do palacete dada pelo exmo. Sr. Bispo diocesano e formatura da meninada escolar, que cantará vários hymnos escolares (ESTADO DE SERGIPE, 07—07-1917, p. 2).

Diante desse cenário de euforia da propagação dos grupos escolares por Sergipe, a imprensa buscou legitimar as novas instituições educacionais por meio do uso de metáforas, na tentativa de aproximar o olhar do público do novo modelo de prédio escolar. Tais metáforas serviram para consolidar a imagem dos grupos na paisagem urbana das cidades sergipanas. Eram instrumentos de disseminação dos grupos, das pequenas ilhas de civilização perdidas em meio ao oceano de pobreza e exclusão.

3.3.1 Um Novo Templo

Os grupos escolares começaram a ser disseminados em Sergipe num período crucial. Foi a época da redefinição da relação entre a Igreja Católica e o Estado¹²⁷. Com o fim do Padroado Régio a relação entre a igreja Católica e o Estado brasileiro ficou estremecida¹²⁸. As

¹²⁷ Devemos lembrar que nos períodos colonial e imperial a Igreja Católica no Brasil esteve sob a tutela protetora do Estado. Era o Padroado Régio que instituiu a proteção que o Estado dava a Igreja. Com isso, o rei de Portugal (na época colonial) e o imperador do Brasil patrocinavam as ações da Igreja, financiando a construção de templos e festas e pagando o salário do clero. Em contrapartida, o clero deveria realizar algumas atividades importantes para os governantes, como a realização do censo populacional, registros de nascimentos (certidão de batismo) e óbito, enquanto as ordens terceiras, irmandades e confrarias deveriam prestar contas de seus rendimentos. Já as Santas Casas de Misericórdia prestavam serviços de saúde pública. Sobre a instituição do Padroado Régio pode ser consultado Eduardo Hoornaert (1994).

¹²⁸ A suposta crise entre a Igreja Católica e o estado brasileiro teria ocorrido no segundo império, no qual o clero católico passou a perder espaço no cenário político nacional. Com o emergir da República, mesmo havendo o fim do Padroado Régio e o rompimento formal entre Estado e Igreja, a relação entre ambas as instituições tornou-se mais harmoniosa. Em diferentes esferas o poder político teve o catolicismo como instrumento de legitimação. Sinais dessa reaproximação são muitos, entre os quais podemos destacar o financiamento ou patrocínio de obras como a do Cristo Redentor em São Cristóvão, Sergipe (1926) e no Rio de Janeiro. Em Sergipe essa situação de diálogo entre os poderes políticos e religiosos foi intensa. A modernidade que chegara

turbulências foram gestadas ainda no Segundo Reinado e tornou-se mais amena apenas na eclosão da Primeira República. As relações tensas perduraram ao longo do século XX, mas de modo mais restrito, principalmente em situações em que se discutiam questões atinentes ao ensino religioso, gerando inúmeros embates na esfera educacional.

Perquirir sobre esses embates incumbe em compreender algumas das ressignificações atribuídas aos prédios dos grupos escolares. Se na esfera religiosa debatia-se a secularização¹²⁹, no campo educacional sentia-se a criação de metáforas que procuravam engendrar uma proximidade dos padrões arquitetônicos dos prédios escolares com os templos católicos, em alguns casos associando aos templos do paganismo greco-romano, substanciada pelo neoclassicismo.

A Proclamação da República representou na esfera do poder o momento de redefinição do campo. Políticos, religiosos e intelectuais travaram disputas acirradas em busca do destaque na reconfiguração dos espaços de poder e prestígio social. A Igreja Católica, que num primeiro momento aparentava está desarticulada e sem forças diante do fim do Padroado Régio conseguiu se reestruturar e angariou seu espaço na política.

Em Sergipe percebemos que em alguns momentos a aliança entre Igreja e Estado tinha sido reforçada. Um dos sinais de que o estado estava seguindo os trilhos da modernidade foi a criação da Diocese de Sergipe, que ficou sob a tutela de Dom José Thomaz. Por coincidência, a diocese sergipana foi implantada no mesmo ano que foi instalado o primeiro grupo escolar, anexo à Escola Normal. A igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, com características da arquitetura oitocentista passou por reformas, para se tornar digna do novo status que detinha: catedral diocesana.

Uma das principais inovações realizadas na catedral aracajuana ocorreu na fachada, com a ampliação da altura das duas torres, dotando-as de pináculos em estilo neogótico. O ecletismo que emergia na sociedade sergipana do entresséculo predominou na reforma da catedral, tendo em vista que além das torres com pináculos, as portas e janelas passaram a ter

ao menor estado do país não foi visível somente na esfera educacional. A diocese de Sergipe foi criada no mesmo ano da criação do primeiro grupo escolar, ou seja, entre 1911 (ano da criação da diocese) e 1926 (ano da inauguração do Cristo Redentor), os governos estaduais estavam em consonância com os interesses da Igreja.

¹²⁹ A partir do Concílio do Vaticano I foi observado no Brasil um processo de racionalização da religião. Isso não interferiu na edificação de novos templos, nem causou o abandono da religião, mas resultou em transformações profundas no culto e na devoção. Sobre esse processo de racionalidade e religião pode ser consultada Pierucci que discute o processo de desencantamento do mundo sob a perspectiva de Max Weber (PIERUCCI, 2005).

arcos em ogiva. Seria essa uma estratégia de reforçar o ideal de modernidade da cidade? É provável que sim. Aos poucos a igreja matriz com traços do Império ia desaparecendo diante de uma catedral eclética com traços neogóticos. Podemos entender as mutações do espaço urbano aracajuano observando um cartão-postal da cidade com uma imagem anterior a edificação da Escola Normal e do Grupo Modelo, no qual a matriz destaca-se com suas torres baixas em meio à praça. Na Figura XX a capital sergipana é apresentada em postal, mostrando-se moderna, mas sem os monumentos da educação e a beleza artística dos prédios e sobrados públicos.



Figura XX: Jardim Olímpio Campos em dia de festa e a matriz de Aracaju. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0200.

Uma cidade que buscava se mostrar como moderna. Era essa a Aracaju do emergir do século XX. As autoridades políticas tentavam construir a imagem de que Sergipe, guiado por sua capital tinha embarcado na modernidade, com palacetes, instituições culturais, escolas modernas, jardins e festas. Tudo isso cercado pelo casario simples e pouco aconchegante em que vivia a população. Com a implantação do regime republicano os discursos tentaram evidenciar as transformações visuais da cidade que estava deixando de ser a “tabaroazinha gentil, metida no seu vestido de chita, e a passear, descalça e desprevenida, pelos caminhos arenosos e claros, nas tardes tropicais” (WYNNE, 1949, p. 01). A capital sergipana era

naquele momento uma cidade moderna, “uma moça educada e grã-fina” (DÓRIA, 1943). O contraponto entre o velho e o novo era a tônica dos discursos republicanos.

Foi com a diocese que finalmente Sergipe passou a ter autonomia religiosa frente à Bahia. Os presidentes do estado não permaneceram distantes do chefe religioso local, pelo contrário, esboçaram uma aproximação ao convidá-lo para as inaugurações dos prédios escolares. Na ocasião de entrega dos grupos à sociedade diferentes esferas do poder se faziam presente, reforçando o capital simbólico e legitimando a relevância que essas instituições tinham. Mesmo se dizendo que o país não tinha mais o catolicismo como religião oficial, o clero católico permanecia responsável pela bênção inicial das instituições escolares. Não podemos esquecer que o catolicismo permanecia como a principal religião do país¹³⁰.

Um caso elucidativo dos enlaces entre o poder religioso e político ocorreu na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim, que iniciou com a bênção do bispo diocesano diante de uma platéia constituída por políticos, professores, alunos, engenheiros, imprensa e a sociedade. Observe a descrição que foi veiculada na imprensa local:

O acto de bençãam foi celebrado pelo exmo bispo d. José, acolytado pelo rvmo cônego Serapião Machado e assistido por s. ex. o Sr. General Oliveira Valladão, chefes de repartições estaduaes, federaes e municipaes, professores, adjunctos, alumnas da Escola Normal e dos grupos escolares, representantes da imprensa e de corporações, que tal era a assistência que alli se notava (ESTADO DE SERGIPE, 10-07-1917, p. 02).

O clero era responsável em abrir as portas das escolas para a sociedade, com a bênção religiosa. Os grupos escolares nasciam com o intuito de embelezar a cidade, de criar uma memória republicana e regenerar a sociedade, moldando os corpos com seus traços arquitetônicos racionais. Os prédios emergiram na sociedade sergipana como metáforas dos novos templos, pois detinham o mesmo poder mágico de encantamento, sedução pelo visual. Templo também porque neles deveriam ser cultuados os ícones do novo regime, como a instrução, o saber, a razão, a pátria e os heróis do país. Contudo, a aproximação entre Estado e

¹³⁰ No final do período imperial foram criadas oficialmente no Brasil as primeiras igrejas protestantes. Em Sergipe o processo de implantação de tais igrejas vem sendo estudado exaustivamente por meio de monografias do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, entre os quais destacamos Almeida (2002), Acácia Santos (2002), Clézia Santos (2002) e Ana Paula Santos (2005).

Igreja vai além das conveniências e apelo metafórico. A igreja católica ainda exercia influência como demonstra o depoimento do General Oliveira Valadão.

Cabe-me agora agradecer e o farei do intimo d'alma às pessoas que me auxiliaram nesse empreendimento, bem como às que vieram abrilhantar com sua presença a nossa modesta cerimônia. Ao exmo. e revmo. Bispo de Aracaju, agradeço em nome do povo que o venera admira a valiosa parcella do brilhantismo com que contribuiu para esta cerimônia, dignificando-a com a bênção da Egreja, em cujo regaço nos criamos e de cujo seio haurimos o alento da fé que nos fortifica (VALADÃO, 10-07-1917, p. 2).

Podemos compreender o uso de metáforas referentes aos grupos como uma estratégia de legitimação. Os grupos eram instituições criadas em Sergipe na década de 10 do século XX e a população ainda não tinha referência de um prédio escolar, projetado para ser escola. Era necessário forjar-se a identidade de escola aproximando-a de instituições que já eram legitimadas no imaginário popular como edifício. Em uma sociedade católica, a metáfora de templo era bem apropriada. Na cidade o primeiro monumento que eclodia na paisagem era o das construções religiosas, que se destacavam entre as construções baixas da população. Com a implantação dos grupos e da Escola Normal, as igrejas passaram a compartilhar desse espaço privilegiado, como ressalta a Figura XXI com a vista panorâmica de Aracaju:



Figura XXI: Vista panorâmica de Aracaju com destaque para a catedral diocesana e a Escola Normal. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0296.

Do alto da igreja de São Salvador, primeiro templo religioso de Aracaju, o olhar do observador se perde diante das linhas retas da cidade projetada. Mas o destaque certamente fica por parte da imponência da Catedral Diocesana e o prédio da Escola Normal e Grupo Modelo, com suas cúpulas semelhantes a templos religiosos. Na cidade moderna não seriam mais somente as torres das igrejas católicas que despertariam o fascínio estético da população. Os prédios escolares também deveriam desempenhar a mesma função. Em diferentes anúncios na imprensa local os grupos aparecem associados aos templos religiosos, como representações das edificações sagradas. Tratava-se de um esforço em agregar sentidos, de aproximar as imagens dos novos prédios com o que já havia de estabelecido no imaginário popular, alijar o estranhamento.

Diante dessa circunstância, podemos concluir que não temos como compreender a importância arquitetônica dos grupos escolares sem relacioná-los com o contexto, com o cenário urbano ao qual estava inserido. A leitura espacial dos grupos deve ser realizada em duas vertentes distintas. A primeira, com o olhar voltado para dentro¹³¹, vislumbrando as

¹³¹ A análise sobre o discurso arquitetônico dos grupos escolares voltada para a relação prédio/sujeitos é de fundamental relevância e já foi fruto de estudos realizados recentemente a respeito dos grupos escolares sergipanos por Magno Santos (2005). Trata-se de uma obra que tenta perscrutar o cotidiano escolar como

medidas de controle adotadas sobre os corpos discentes e docentes, o cotidiano escolar e a disposição espacial dos alunos, que podem revelar os modos de apropriação e recriação do discurso arquitetônico das escolas. A outra forma de empreender a análise sobre a arquitetura dos grupos é observando o impacto gerado na paisagem urbana das cidades onde eles foram criados. O espetáculo republicano ia além do convencimento dos alunos da necessidade de apropriar-se dos bons modos, da racionalização dos costumes. Era preciso também exhibir-se para a população.

Os templos aos poucos foram disseminados nas cidades sergipanas. Paulatinamente os republicanos iam tecendo uma representação do professorado, principalmente das professoras que predominavam no magistério primário sergipano. A missão de ensinar passou a ser vista como um ato sagrado, digno de reconhecimento social e total abnegação das docentes¹³². As professoras foram remetidas no plano simbólico ao universo greco-romano, passando a ser evocadas como musas e sacerdotisas. Ensinar nos grupos escolares era sinônimo de adentrar a um templo sagrado, no qual a sabedoria seria louvada e atingida com o auxílio da mais moderna pedagogia, ao menos é o que pensavam os intelectuais e políticos.

No ato de inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim o presidente de Sergipe fez um apelo às professoras para que agissem com todo desvelo em prol do progresso educacional, num ato de patriotismo e amor pela educação. Os preceitos de racionalidade emergiram por meio de metáforas que remetiam ao mundo greco-romano. Juntamente com esse universo apareceram em seu pronunciamento as atribuições do iluminismo e do positivismo, demonstrando que a complexidade das representações dos grupos escolares era notória.

mecanismo de entender os múltiplos discursos inerentes a um dos primeiros grupos escolares criados em Sergipe, o Barão de Maruim.

¹³² Para entendermos a proporção dessa ressignificação do magistério feminino podemos vislumbrar as propostas de celibato das professoras, que teve como um de seus maiores defensores Helvécio de Andrade, um dos principais nomes da intelectualidade que atuou no campo da educação em Sergipe na primeira metade do século XX. Diante da situação caótica em que algumas escolas isoladas encontravam-se, Helvécio de Andrade propôs de modo veemente a incompatibilidade entre a maternidade e o magistério. Para ele, as professoras casadas que permaneciam envolvidas no ensino apresentavam sérios problemas, pois, “não lhes deixam tempo para pensar na escola, sequer, os afazeres da casa e dos filhos, e só por força do dever, displicentemente, exercem muito mal seus cargos” (ANDRADE, 1935, p. 20). Tudo isso dez anos depois do ápice dos grupos escolares e devemos lembrar que as principais professoras criticadas eram justamente as que lecionavam nas escolas isoladas. Sobre o celibato feminino em Sergipe mais uma vez indicamos a obra de Nivalda Santos (2006).

E vós dignas professoras e auxiliares, que ides guiar as alumnas deste Grupo pela entrada luminosa da Instrução; que nunca se vos estibie o espírito; que nunca vos regelem os frios da indiferença e ao desamor pelo Ensino. Sêde desvelladas sacerdotizas deste templo consagrado à Deusa da Instrução, templo de luz que tem seu pórtico voltado para o lado d'onde nos vêm os primeiros raios do Sol e da luz acariaciadora do Plenilúnio que se refragem em palhetas de ouro e prata nas águas marulhosas do Cotinguiba (VALADÃO, 10-07-1917, p. 2).

Um pronunciamento revelador do imaginário republicano e das representações do professorado feminino sergipano em princípios do século XX. As mestras dos grupos escolares não eram apenas meras professoras. No imaginário republicano elas estavam imbuídas de uma nova atribuição: a de guia dos alunos no campo da instrução. Eram as responsáveis pela passagem dos alunos entre a ignorância e as luzes do conhecimento. Adentrar no campo da instrução significava, no imaginário da República, perscrutar um caminho de luz.

A missão das professoras não era fácil. As professoras ora apresentadas como sacerdotisas eram criticadas pelos fiascos na construção da civilização brasileira, no combate aos maus-costumes. Isso explica o alerta deixado pelo presidente de Sergipe para que as mesmas não se deixassem levar pelos frios da indiferença ou desamor pelo ensino. As mulheres que guiavam o ensino deveriam agir destemidas e ter a educação como princípio norteador de suas vidas. Não podemos esquecer que as professoras que iniciariam suas carreiras nos grupos eram privilegiadas, dotadas de capital simbólico no concorrido campo educacional de Sergipe em princípios do século XX. Ensinar em algum grupo escolar da capital significava dizer que a professora estava dotada de experiência¹³³ e seria capaz de adotar em suas aulas os novos pressupostos metodológicos.

As sacerdotisas teriam como palco de sua missão os templos da instrução. O general Valadão chegou a enfatizar que os grupos escolares eram templos dedicados a Deusa da Instrução, com iniciais maiúsculas. Trata-se de um indício relevante de como a utilização de termos metafóricos constituíam mais do que mera retórica inaugural. Era uma estratégia de valorizar a educação como instrumento de renovação da sociedade brasileira. Na trama

¹³³ Era comum que as professoras iniciassem sua carreira no magistério em escolas isoladas de primeira entrância, nos povoados e iam ascendendo com as sucessivas transferências para segunda entrância, nas vilas; terceira, nas cidades e quarta na capital. O último estágio era ser professora de um grupo escolar e da Escola Normal. A importância dessa hierarquização não era somente questão de prestígio e localização. Os salários também eram hierarquizados.

republicana da educação tudo parecia convergir para o sucesso da empreitada de divulgar as proezas das preocupações dos governantes em reestruturar o ensino. Mas as falas avançavam muito mais do que as ações. Os templos não eram suficientes para atender a messe desejada.

Neste sentido, aventurar-se pela História da Educação sergipana no alvorecer da República incumbe em desvelar um mundo de projetos audaciosos de propagação dos ideais do novo regime e de controle da sociedade. A retórica dos governantes auto-intitulados de portadores da boa-nova era convincente. Mas a malha histórica é complexa e pode revelar além do que se quis deixar como legado. Os sinais nas entrelinhas evidenciam que nem sempre os templos da sabedoria cumpriam sua função de se forjar a identidade nacional e criação da civilização brasileira. Os entraves eram muitos e afluíam de diferentes setores da sociedade. Falácias vazias eram contrapostas com a escassez de recursos, pouca aptidão de algumas professoras, ausência de recursos didáticos (até mesmo em alguns grupos) e a resistência dos pais em matricularem seus filhos foram alguns dos problemas gerados no processo de implantação das escolas graduada em Sergipe. Os templos faustosos embelezavam as cidades, mas não cumpriam o objetivo primacial de redução do analfabetismo. Desventuras da República das letras¹³⁴.

3.3.2 Um Palácio Público

Na trama discursiva dos grupos escolares sergipanos no decorrer da Primeira República as metáforas utilizadas pela imprensa para designar os novos prédios escolares que emergiam nas principais cidades do estado eram variadas e buscavam traduzir a suntuosidade das construções. Era notória a tentativa de consolidar a imagem das instituições escolares comparando-as com os edifícios já reconhecidos pela população. A metáfora de palácio foi uma das mais usadas.

O que uma simples comparação pode revelar a respeito de uma época? O que o termo palácio poderia está encobrendo a respeito do pensamento da época de eclosão dos modernos prédios escolares dos primeiros anos republicanos? Os indícios são muitos e as possibilidades de análise nem sempre se confirmam. Palácio era uma nomenclatura mais utilizada na designação de prédios públicos, de sedes do poder político. Seria então a metáfora

¹³⁴ Sobre a república das letras em Sergipe pode ser consultada a obra de Cristiane Vitória de Souza (2001).

uma estratégia de aproximar e reafirmar o caráter público dos edifícios dos grupos? É uma possibilidade instigante.

Podemos analisar a terminologia atribuída aos grupos por duas vertentes distintas. A primeira certamente está relacionada à magnitude da construção. Os grupos escolares de Sergipe criados entre 1911 e 1926 possuíam características que impressionavam¹³⁵ os transeuntes e destacavam a construção no núcleo urbano. Essa característica não era exclusividade dos grupos escolares sergipanos, pois estudos recentes¹³⁶ têm mostrado que a monumentalidade arquitetônica era um dos pontos centrais no processo de difusão desse modelo de instituição.

Prédios imponentes emergindo em logradouros públicos das grandes cidades brasileiras representavam mais do que o processo de embelezamento ou a preocupação dos republicanos em apresentarem os resultados imediatos da Proclamação do novo regime. A grandiosidade arquitetônica foi uma necessidade. Lembrando que até aquele momento inexistia a identidade escolar como edifício próprio. A escola, principalmente a primária, poderia funcionar em qualquer estabelecimento, em qualquer casa improvisada alugada. Muitas vezes ocorria da escola funcionar em salões paroquiais ou até mesmo na casa da professora que se via obrigada a compartilhar suas atividades domésticas com os afazeres da sala de aula. Em meio a esse tumultuado processo de ensino poderíamos indagar sobre o que seria a imagem de uma escola primária. É muito provável que não existisse nada que distinguisse uma escola de uma casa civil. As escolas isoladas eram uma continuidade da casa-escola.

Não podemos esquecer que o Império delegou esse espólio aos republicanos, que apesar de o criticarem, o reproduziram e multiplicaram. Os grupos foram criados também para camuflar essa apropriação dos republicanos, para exibir os avanços educacionais e maravilhar a população com sua opulência. Eram os palácios do saber, impressionando as cidades.

¹³⁵ Nesta afirmativa devemos admitir algumas exceções como o Grupo Escolar Olímpio Campos de Vilanova que antes mesmo da inauguração já era fruto de críticas por sua estrutura pouco adequada aos princípios norteadores da arquitetura escolar da época, sendo classificado como uma “construção péssima” por Gaccho Cardoso.

¹³⁶ A historiografia educacional brasileira vem confirmando que um dos pontos que aproximam os diferentes processos de implantação dos grupos escolares pelos estados era a imponência da arquitetura. Eram construções que buscavam projetar uma memória sólida, de prédio que atendia aos requisitos da pedagogia moderna e representasse o imaginário republicano. Entre os principais autores que discutem essa temática e ressaltam tais aspectos estão Rosa Fátima de Souza (1998), Luciano Mendes Faria Filho (2000), Antônio Carlos Pinheiro (2002) e Marcus Bencostta (2005).

O segundo ponto a ser observado é o fato dos grupos representarem a tentativa de aproximação das escolas da idéia de prédio público e, com isso, fortalecer a identidade estado/educação. Não podemos avaliar o poder de sedução e eficácia da arquitetura dos grupos escolares negligenciando a história da sensibilidade e dos sentimentos. Os prédios escolares certamente carregavam em si a essência dessa carga emotiva. O encantamento era uma das atribuições dos prédios construídos para serem palácios, para vislumbrarem os olhares de crianças e adultos.

O caráter público dos grupos era notório. A fachada imponente que se impunha sobre as ruas e praças com suas calçadas que os destacavam entre as demais construções tinha como finalidade reafirmar esse caráter. A eloquência discursiva das fachadas dos grupos ia além da magnitude das paredes. Elas deveriam falar diretamente ao público, de modo simples e que concretizasse a idéia de ser um setor público. Por esse motivo, os grupos escolares eram dotados de escudos em suas respectivas fachadas, cercados pela nomenclatura. Com o nome centralizado e no ponto mais elevado da fachada, não sobravam dúvidas, os prédios que estavam sendo erguidos nas áreas nobres das principais cidades sergipanas eram construções públicas, obras realizadas pelos governos republicanos. É o que podemos observar na Figura XXII, que evidencia o detalhe da fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim, criado em Aracaju no ano de 1917.



Figura XXII: detalhe da fachada do Grupo Escolar Barão de Maruim. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 00200048.

A idéia de prédio público predomina na imagem da escola. Além de ricos detalhes ornamentais em estilo grego como as colunas jônicas e a presenças de elementos alegóricos no alto da fachada, temos a marcante visão do escudo do grupo. As evidências da preocupação com a memória e com a explicitação do aspecto público são proeminentes. Todos os elementos buscam traduzir os anseios da época, de legitimação da edificação e do regime recém-implantado, mas como? O escudo do grupo possui um elemento simbólico de grande relevância para a legitimação das escolas como segundo lar, casa que o abrigaria e protegeria dos perigos da ignorância. O escudo do Grupo Barão de Maruim era em formato de um globo semi-esférico, o que simbolizava o ventre materno, o útero protetor de que discute Agustín

Escolano (2001, p. 38). Neste sentido, o grupo tinha sido pensado de modo que se tornasse acolhedor, um lar que protegesse a infância sergipana, no referido caso, “as meninas órfãs desvalidas¹³⁷”.

Além de legitimar a instituição na situação de escola, os detalhes da fachada também denunciam as preocupações acerca da memória. O ano da inauguração aparece logo abaixo do escudo, juntamente com o nome do patrono. Mesmo homenageando um personagem ligado à Monarquia a memória da República sobressai, pois a data reafirma que o prédio era fruto das ações do novo regime. O palácio era um tributo da República a um sergipano ligado ao Império.

A própria presença do nome da instituição na fachada pode ser vista como uma preocupação recente, uma novidade para época. Era comum que os prédios escolares não tivessem identificação nas suas fachadas e isso ocorria não por desleixo dos governantes da Monarquia brasileira, mas sim por uma série de motivos que retratavam o período. Devemos lembrar que as escolas isoladas possuíam uma série de questões peculiares que as tornavam distintas das demais. Então é importante frisarmos algumas dessas questões. Primeiro, porque não existia a identidade prédio/escola; segundo, porque as escolas funcionavam em espaços improvisados e eram constantemente remanejadas.

Todavia essa situação não era exclusiva das escolas isoladas. Outras instituições, que possuíam prestígio na sociedade sergipana oitocentista possuíam a mesma ausência, refletindo algumas diferenças de representações do prédio escolar para monarquistas e republicanos. Mesmo os prédios próprios para o ensino, que tinham sido projetados para ser escola, como o da antiga Escola Normal, não possuíam a identificação nas fachadas, como explicita a Figura XXIII. Trata-se de um sinal de que a memória exposta ao público também era, no caso sergipano, uma novidade republicana.

¹³⁷ Como o grupo foi edificado no terreno doado pelo Barão de Maruim para a construção do Asilo Nossa Senhora da Pureza, o presidente de Sergipe general Oliveira Valadão resolveu manter em parte os propósitos do doador, fazendo com que o grupo atendesse exclusivamente as meninas órfãs desvalidas. Essa proposta durou pouco tempo, em decorrência da escassez de alunos matriculados (VALADÃO, 1917).



Figura XXIII: Prédio da antiga Escola Normal de Aracaju com alunos perfilados. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0014.

Os palácios identificados foram implantados no século XX. Era a forma de reafirmar o caráter público das obras magnânimas e desenhar o perfil republicano dos novos palácios escolares das cidades. A simbiose entre escola e a cidade estava sendo fortalecida e foi um aspecto privilegiado nos primeiros decênios republicanos, pois as cidades apresentavam-se modernas a partir da apresentação de seus monumentos e ícones atribuídos à civilização e ao higienismo. Nesse panorama emergiram os grupos escolares que atendiam as duas funções.

Todavia, a Figura XVI também nos remete para questões que evidenciam aspectos da educação oriunda do Império do Brasil. O antigo prédio da Escola Normal de Aracaju apresentava características imponentes, que o fazia se destacar perante as demais construções da cidade. Mesmo sendo bem mais modesto do que o edifício inaugurado em 1911, ele já adiantava alguns preceitos que foram apropriados pelos republicanos, como o uso de janelas elevadas e portões nas laterais do prédio. Nem tudo que os republicanos se vangloriavam de terem inovado no campo da educação foi ruptura. Muitos atributos foram apropriados dos monarquistas e ressignificados. Não podemos esquecer que o prédio era destinado ao ensino normal, ou seja, a formação de professores e que as escolas primárias eram possuidoras de um estado físico preocupantes nas famigeradas escolas isoladas. Diante dessa situação, podemos

entender essa edificação como um sinal da transformação que estava ocorrendo de modo lento, um processo de redefinição do campo educacional.

3.3.3 Um Quartel Infantil

Certamente a metáfora que mais deteve força nos discursos a respeito dos grupos escolares em Sergipe foi a de quartel. A perspectiva militarizada da educação prevaleceu no período de difusão dos monumentais prédios escolares pelos principais municípios do estado. Em diferentes ocasiões a realidade educacional dos grupos escolares era aproximada da rotina dos quartéis, fosse metaforicamente, fosse empiricamente. As duas instituições estavam em constante diálogo.

O enveredar do século XX foi marcado em Sergipe pela militarização da infância. As crianças deveriam ser preparadas para a civilização e para a guerra. Era na escola que as crianças aprenderiam a amar o país em que viviam e também na escola se preparariam para se tornarem defensoras do futuro da pátria. O imaginário republicano deu atenção especial para a infância como sinônimo do futuro do Brasil. Pelas propostas de ensino atribuídas aos grupos escolares, o futuro da nação brasileira era promissor, mas precisava aumentar o número de escolas para que o ingresso do Brasil no mundo civilizado não tardasse.

Para compreender o universo educacional de Sergipe nos três primeiros decênios do século XX é preciso adentrar a seara da memória, inquirir as representações sobre os grupos escolares e os modos de apropriação. A escola antes de ser edificada era pensada e atribuída de determinadas finalidades, que geralmente extrapolavam os limites do ensinar/aprender. A concepção de escola no primeiro quartel do século XX era ampla e englobava sentidos oriundos de diferentes instituições públicas, inclusive, do exército.

Navegar pelo oceano turbulento do passado educacional sergipano incumbe em se dispor a confrontar com modelos de escolas que possuíam uma infinda quantidade de objetivos. Ensinar ia além de preparar os alunos para ler, escrever e calcular. No início do século XX a escola tinha também como missão civilizar a sociedade brasileira sob o viés patriótico. Os grupos escolares, com seus prédios monumentais que eclodiam nas ruas e praças centrais das principais cidades do estado faziam parte dessa conjuntura. Eram instituições em que a pátria deveria ser cultuada, idolatrada. Não é mister que as professoras das referidas instituições eram convocadas como as musas ou sacerdotisas que atuavam nos

famigerados templos da sabedoria. Elas eram as responsáveis em propiciar, em despertar no aluno o amor patriótico, o sentimento nacionalista. A escola era um dos caminhos de preparar os futuros soldados da nação.

Pode-se questionar o intuito de tamanha azáfama em constituir novos soldados ainda na infância, nos harmoniosos grupos escolares. Afinal, o que estava ocorrendo que causava tanto desespero na formação de um exército desde a mais tenra infância? Por que tanta ênfase em moldar os corpos e dotar os alunos de obediência, agilidade e patriotismo?

Para entender tais motivações é preciso ir além das paredes dos grupos. Torna-se necessário empreender a leitura do contexto social em que os grupos escolares foram criados em Sergipe. A difusão da escola graduada em Sergipe ocorreu no período de tensões mundiais de proporções nunca vistas antes. O período que demarcou o ápice da construção de edifícios suntuosos pelo estado foi também a época de tragédias que mudaram o modo de enxergar o mundo. Trata-se do período entre guerras¹³⁸. As ressonâncias da guerra adentraram no cotidiano escolar e determinaram as práticas educativas, com o fortalecimento das preleções nacionalistas e destaque para as aulas de ginástica. A nação brasileira deveria ser constituída de modo abrupto, forjando-se uma nacionalidade e unidade nacional.

A proximidade entre a escola e o universo de preparação da defesa nacional aparece em inúmeros momentos na documentação oficial. As autoridades faziam questão de evidenciar que os grupos escolares deveriam funcionar como pequenos quartéis em que se modelariam os corpos e a moral da mocidade estudantil de Sergipe. Um dos grandes entusiastas dessa perspectiva educacional era o engenheiro Firmo Freire, que teve seu período de maior influência na arquitetura escolar sergipana na segunda década do século XX. Em seu pronunciamento ele destacou o imaginário republicano a respeito da missão do professor e sua proposta de escola:

Terminados os trabalhos de construção, cabe ao professor primário a missão beneficente de ministrar o ensino à mocidade sergipana. A instrução primária tem importância primacial na constituição das nacionalidades e é na

¹³⁸ Os grupos escolares em Sergipe foram implantados com estilos grandiosos entre 1911 e 1926. Nessa mesma época ocorreu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que deixou o mundo atordoado com medo de novos conflitos e, principalmente, pelo elevado número de vítimas grassadas pelas máquinas mortíferas. Após o conflito mundial a tensão não foi reduzida, pois havia o perigo da eclosão de um novo conflito, como veio a ocorrer entre 1939 e 1945. Sobre o período em questão pode ser discutida a obra de Eric Hobsbawm (1995).

instrução primária que está a força das democracias (FREIRE, 10-07-1917, p. 02).

Como se pode perceber, o engenheiro buscou reforçar a missão atribuída aos professores de construir a democracia do país por meio da alfabetização da infância sergipana. Ele deixa evidente que existia uma idéia de continuidade entre as atividades dos engenheiros educacionais e dos professores, pois os dois seriam os responsáveis pela modernização pedagógica do Brasil. O imaginário republicano estava intrinsecamente conectado ao universo dos grupos escolares, com o fortalecimento da democracia e do nacionalismo patriótico. Contudo, Firmo Freire também enfatizou os aspectos do nacionalismo que deveria ser o alvo principal das aulas ministradas nos grupos escolares de Sergipe.

A escola primária é, por assim dizer, o primeiro passo para a organização da nossa defesa, porque a instrução primaria é o hymno sabido de cór, é o dever aprendido. Precisamos auxiliar a nossa nacionalidade, consequentemente precisamos ensinar a ler e contar, precisamos implantar no coração dos moços o mappa do Brasil, se quisermos estimular o sacrifício da vida na fronteira (FREIRE, 10-07-1917, p. 02).

O pronunciamento de Firmo Freire é elucidativo a respeito das questões atinentes ao patriotismo nos grupos escolares. O aluno ao dirigir-se à escola não iria apenas aprender a ler, escrever e contar, mas também a defender e honrar sua pátria. A nação brasileira seria consolidada entre as paredes majestosas dos grupos escolares. A defesa nacional teria sua preparação iniciada nas escolas primárias, com o ensino da história e corografia¹³⁹ nacional e apego aos símbolos nacionais. Um dos propósitos explícitos das escolas primárias era formar soldados capazes de se sacrificarem em prol da defesa da nação brasileira e para isso era necessário fortalecer os laços identitário, forjar uma história e geografia comuns, desenhar um patriotismo nos moldes republicanos.

Criar uma nação não é tarefa fácil e certamente foi árduo desenvolver o sentimento patriótico da sociedade brasileira. Um dos caminhos apontados pelo engenheiro do

¹³⁹ Desde o século XIX a disciplina corografia era lecionada nas escolas brasileiras. As discussões não apresentavam somente as discussões do campo da geografia, mas também temas atinentes à História. As corografias tiveram seu período áureo em Sergipe entre o final do século XIX e início do XX, com as publicações de obras que discutiam os aspectos geo-históricos sergipano. Sobre os livros didáticos de geografia e corografia de Sergipe Vera Maria dos Santos (2004) realizou uma instigante análise que remete desde o final do século XIX até a década de 60 do século XX.

Departamento de Instrução Pública de Sergipe foi o da História. As preleções deveriam se tornar um palco no qual desfilariam os heróis que construíram a nação brasileira. Pautada na pedagogia moderna, os grupos escolares deveriam servir como as casas em que seriam cultuados os líderes que se sacrificaram pelo país. Assim, no entender de Freire, “aqui se deverá fazer o culto dos nossos grandes homens, dos nossos heróis, da nossa bandeira. Aqui devemos aprimorar as [sic] bons sentimentos” (FREIRE, 10-07-1917, p. 02).

A escola deveria ser militarizada e a arquitetura certamente sofreu influência de tal pressuposto, tendo em vista que o próprio engenheiro a defendia. Foi na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maruim que o engenheiro discursou enfatizando a metáfora de quartel para os grupos escolares. Ele alegou que a escola deveria ser um espaço destinado à formação dos soldados, pois com a proposta pedagógica patriótica preparariam sujeitos capazes de defender a nação. Ele incitou que esse seria o papel da escola moderna.

Modernamente sua escola é um quartel, perdoe-me todos a comparação, e note-se que o recíproco é sempre uma verdade – o quartel sempre é uma escola. Aliás, soldado não é simplesmente quem veste a farda, nós os militares profissionais seremos os commandantes eventuaes dos brasileiros. Fundamentalmente soldado é todo indivíduo que está em condições de defender sua pátria (FREIRE, 10-07-1917, p. 02).

A comparação realizada por Firmo Freire no ato da inauguração denota os aspectos do imaginário republicano e a tentativa de constituir uma proximidade entre a escola e o quartel. Podemos questionar se o intuito dos militares, aos quais se incluíam o general Valadão e o engenheiro Firmo Freire, era de aproximar o cotidiano escolar da rotina extenuante e austera dos quartéis, ou simplesmente tornar os quartéis condignos da esfera educacional. A primeira assertiva é a mais plausível, pois o engenheiro tentou edificar grupos que possuíam uma estrutura arquitetônica semelhante a dos quartéis.

O rigor das escolas e a racionalização do tempo e do espaço eram atribuições que já vinham sendo despertadas nos quartéis e prisões, mas tardiamente chegavam às escolas primárias com a inserção dos grupos escolares. Era preciso domar os sujeitos e banir os maus-costumes, criando-se corpos dóceis¹⁴⁰ e que reagiam aos sons das sinetas, aos comandos dos

¹⁴⁰ Referimos à criação de corpos dóceis no sentido de que os grupos escolares eram instituições que tinham por objetivo manter o controle sobre o alunado e suas ações. O traçado arquitetônico dos prédios escolares podia ser visto como espaço construído especificamente para tal fim, para vigiar e exercer poder de controle sobre alunos,

professores. As salas passaram a ter seu traçado perene, com filas de cadeiras duplas com alunos hierarquizados por séries e idade, sob o olhar perscrutador dos mestres. A hierarquização dos poderes na escola foi também um elemento que aproximou a rotina escolar das prisões e quartéis.

Vislumbrar os embaraços da hierarquização do processo de vigilância e punição nos grupos escolares sergipanos é salutar. Para entender a racionalização das linhas arquitetônicas dos prédios escolares é preciso ir além da interpretação dos estilos e das técnicas de construção. Os prédios podem traduzir anseios que extrapolam os limites da arte e do individualismo. A modernidade seria engendrada não somente por meio de edifícios imponentes que se impunham na paisagem urbana dos principais núcleos urbanos do estado. Ela também se dava por meio da racionalização das linhas, da mecanização dos corpos, da vigilância, enfim, da criação de uma sistematização que propiciasse o controle total da infância. Ser cidadão patriótico significava mais do que ir aos campos de batalhas lutar pela nação. Era preciso também travar uma luta interna contra os maus-costumes e os vícios que entravavam a marcha brasileira rumo à civilização. Os militares, que na segunda década do século XX estavam no poder em Sergipe, almejavam construir escolas para formar os futuros soldados do país, como atesta o depoimento de Firmo Freire:

Sergipano e modesto, temente que também sou. Regosijo-me com este acontecimento, e brindo com o exm. General Valladão, velho soldado que na actividade de militar foi sempre soldado, contendo os desmandos revolucionários, contendo o estrangeiro invasor, e fora da actividade militar, podendo como antigos romanos ter um descanso com dignidade, vem governar Sergipe com bondade, com tolerância, construindo escolas, ensinando a ler, fazendo soldados (FREIRE, 10-07-1917, p. 02).

A fala do engenheiro militar Firmo Freire é reveladora sobre a trajetória do presidente de Sergipe, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Além de ser general e ter

professores e demais funcionários, numa cadeia hierarquizada de poder. Na perspectiva foucaultiana esse poder era exercido de modo esmiuçante, no qual os mínimos detalhes eram alvo da ação vigilante do corpo administrativo. Era a microfísica do poder. Um dos instrumentos usados no exercício do controle era a rigidez no cumprimento dos horários. Todas as atividades dos grupos escolares eram cronometradas e os professores deveriam cumprir essas atividades com afincamento dentro do tempo pré-estabelecido, estando passíveis a punições. Além disso, o olhar inquiridor de professores e corpo administrativo também era utilizado como estratégia de vigilância e, quiçá, de punição. Os alunos deveriam se exhibir diante dos mestres para que eles pudessem observar se estavam dentro dos padrões almejados. Sobre a questão da vigilância e punição nas instituições que tem como finalidade tornar os corpos dóceis Michel Foucault (2002) desenvolveu uma investigação fecunda e se tornou um dos principais autores discutidos pelos historiadores da Educação.

lutado contra forças estrangeiras, ele atuou também contra as revoluções e seus desmandos, ou seja, tinha sufocado os movimentos sociais que ocorreram no Brasil entre o final do Império e início da República. Todavia o indício que desvenda a trajetória política do presidente está nas considerações finais do pronunciamento, ocasião em que ele afirma que o soldado de outrora ao invés de buscar o descanso foi governar Sergipe com tolerância e bondade. Essa assertiva foi uma tentativa de desvencilhar o governante da imagem construída no decorrer de sua primeira gestão (1894-1896), marcada fortemente pelos atos de violência contra os opositores¹⁴¹. No fim de sua vida pública, o general Oliveira Valadão tentou constituir o novo perfil de cidadão sergipano, edificando escolas que teriam como atribuição preparar a juventude para a labuta e luta em defesa da pátria. A escola seria um quartel infantil. As crianças seriam os pequenos soldados, que em tempos de paz iriam trabalhar e nos de guerra, lutar. Na década da tríade militar sergipana, os grupos escolares foram criados como reflexos dos quartéis militares.

A proximidade entre a escola, os quartéis e as cadeias não figuravam somente no plano discursivo. A arquitetura também dialogou, propiciou o encontro dos dois modelos de instituições consonante ao processo de disseminação da escola graduada em Sergipe. Alguns grupos escolares foram criados em construções que tinham funcionado na época imperial como cadeias públicas. Assim, as antigas cadeias serviram de base para a edificação dos monumentais prédios que serviram como grupos.

Devemos lembrar que as celeumas em prol da modernidade educacional nem sempre imbuíu na construção de prédios totalmente novos. Em alguns casos ocorreu a adaptação de velhos casarões que possuíam finalidades¹⁴² distintas na época imperial para que fossem

¹⁴¹ Segundo Ibarê Dantas (2004, p. 27-8), a primeira administração de “Oliveira Valadão (1894-1896) foi marcada por arbitrariedades e perseguições políticas, afastamento de magistrados, brigas prolongadas com o Judiciário, tudo contribuindo para desorganizar a vida institucional que vinha sendo construída com dificuldades”. Essa imagem perdurou até a sua segunda gestão, que teve características mais amenas e marcou a consolidação de algumas reformas modernizadoras do estado de Sergipe.

¹⁴² Um caso elucidativo teria sido o Grupo Escolar Olímpio Campos na cidade de Vilanova, que em decorrência da precariedade do prédio original, construído na administração do coronel Pereira Lobo, teve que ser transferido para a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com pequenas adaptações. Sobre essa transferência pode ser consultado o artigo de Miguel Berger (2005, p. 76), que traça um pequeno perfil da trajetória dos grupos escolares criados no governo de Graccho Cardoso. Todavia, a possível instalação do grupo nas dependências da igreja do Rosário pode ser questionada, se observarmos a bibliografia produzida ao longo do século XX. No texto de Clodomir Silva, produzido em 1920 para comemorar o centenário da Emancipação política de Sergipe, aparece uma fotografia do edifício em que funcionaria o referido grupo escolar. Pela imagem a obra encontrava-se quase que concluída. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), no volume que trata de Alagoas e Sergipe, aparece a fotografia do Grupo Escolar Marechal Pereira Lobo. Ao comparar as duas imagens ficou evidente as semelhanças existentes entre elas. Certamente se tratavam do mesmo edifício. O único

instalados os modernos grupos escolares. Segundo os dados dos Quadro I, sete grupos escolares foram edificadas a partir da doação de terreno¹⁴³, prédio¹⁴⁴ ou da adaptação¹⁴⁵ de algum prédio público. Do grupo de prédios adaptados, três tinham servido como cadeias públicas das cidades de Anápolis¹⁴⁶, Lagarto e São Cristóvão. Um número considerável se levarmos em conta que no mesmo período foram inaugurados apenas 14 grupos em todo o estado. O dado se torna mais relevante se observarmos que entre os prédios que foram ou seriam adaptados (quatro) para servirem como grupos escolares, 75% eram cadeias públicas. Esses dados confirmam que a difusão dos grupos nos prédios adaptados das antigas cadeias não foi uma mera coincidência. É muito provável que existisse alguma similitude no traçado arquitetônico das duas instituições para que fizesse a substituição das cadeias pelos grupos.

As representações dos grupos escolares como quartéis não era um simples elemento da retórica republicana. As escolas graduadas estavam sendo implantadas sobre a memória das antigas prisões das cidades do interior sergipano. De masmorras a palácios imponentes que maravilhavam os olhos da população. Do medo da prisão à esperança depositada no campo educacional com seus magníficos prédios. O surgimento dos grupos escolares delimitou uma nova fase da estética urbana das cidades, com perfis de sobrados embelezados e dotados das exigências da higiene.

ponto divergente é a presença da águia no frontispício do prédio da segunda fotografia. Mesmo assim, a inclusão desse elemento simbólico é compreensível e somente confirma a hipótese da escola ter permanecido funcionando no mesmo edifício. É preciso lembrar que o prédio tinha sido idealizado pelo general Oliveira Valadão e sua construção teve início na administração do coronel Pereira Lobo, tendo se prolongado por quatro anos até a gestão de Graccho Cardoso. A primeira fotografia, datada de 1920, apresenta a conclusão da obra no governo de Pereira Lobo. O próprio Graccho Cardoso alegou em 1925 que “já encontrei acabada a construção deste prédio, que é péssima, limitando-me simplesmente a rematar o respectivo acabamento, quando de sua entrega à população” (SERGIPE, 1925, p. 76). Esse acabamento que Graccho Cardoso se referiu inclui a águia, símbolo maior de seu governo. Com isso, ele justificou a simplicidade do prédio atribuindo a obra a Pereira Lobo e ressaltou o acabamento devido a sua marca, a águia alada. A hipótese de Berger (2005) quanto às críticas que a população fez em relação à nomenclatura do grupo é plausível. A mudança de nome para Marechal Pereira Lobo em 1950 deve ter sido uma homenagem ao governo que construiu a instituição escolar nos idos da segunda década do século XX.

¹⁴³ Grupo Escolar Barão de Maruim (terreno doado por João Gomes de Mello para instalação do Asylo Nossa Senhora da Pureza) e Grupo Escolar José Augusto Ferraz (terreno doado por Thales Ferraz).

¹⁴⁴ Grupo Escolar Coelho e Campos (criado no sobrado doado pelo senador homônimo natural de Capela) e Grupo Escolar General Valadão (construção que partiu da campanha dos sócios da Empresa Agrícola).

¹⁴⁵ Grupo Escolar Barão de Maruim (aproveitou as ruínas do antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza), Grupo Escolar Vigário Barroso (seria implantado no Palácio Provincial, mas acabou sendo criado no sobrado da antiga cadeia pública), Grupo Escolar Sílvia Romero (adaptação da antiga cadeia pública) e Grupo Escolar Simão Dias (seria implantado no prédio da antiga cadeia pública).

¹⁴⁶ O projeto inicial consistia na adaptação da cadeia pública da cidade para se tornar um edifício escolar. Isso só não ocorreu em decorrência de existir um cemitério ao lado que destoava com as condições higiênicas. Com isso, o projeto foi adaptado e o Grupo Escolar Simão Dias (posteriormente Fausto Cardoso) foi construído em outro terreno.

Foi no governo de Graccho Cardoso que os prédios das antigas cadeias foram transformados em instituições escolares. Em Lagarto, o edifício modesto com uma porta central e duas janelas em cada lateral cedeu lugar ao moderno edifício que se tornou símbolo da cidade e do progresso vigente. No Álbum de Sergipe, escrito por Clodomir Silva nas comemorações do primeiro centenário da Emancipação Política de Sergipe, aparece uma fotografia do Quartel de Polícia, mesma imagem que faz parte do álbum de recordações de Leonor Telles de Menezes como “cadeia pública transformada em Grupo Escolar ‘Sylvio Romero, na administração do dr. Graccho Cardoso” (MENEZES, apud. SANTOS, 2006, p. 102). A Figura XXIV reproduz a imagem que consta na obra de Clodomir Silva evidencia a simplicidade da construção antes da reforma empreendida pela gestão de Graccho Cardoso.



Figura XXIV: Quartel de Polícia de Lagarto em 1920. FONTE: Silva (1920, p. 227)

Os grupos escolares adentravam a sociedade sergipana, conquistando os espaços privilegiados das principais cidades e para isso, tornou-se necessário adaptar algumas construções já existentes. A modernidade não poderia ser travada devido à falta de terrenos disponíveis em locais prestigiados. Além disso, essa também foi uma estratégia de possibilitar o afastamento das cadeias públicas, geralmente instaladas sem as mínimas condições de

segurança¹⁴⁷, para ruas mais distantes do centro das cidades. Devemos lembrar que, no imaginário republicano, o processo de embelezamento e de higienização das cidades não ocorria somente com as demolições dos antigos casarões e reformas dos traçados urbanos. Higienizar era também afastar os sujeitos perigosos das áreas centrais das cidades, impelir a pobreza para as zonas periféricas. O embelezamento também ocorria no campo da moral.

A cidade de Lagarto passou a adejar pelos ares da modernidade. A prisão foi substituída por um majestoso edifício que se impunha na paisagem urbana. O repúdio às condições precárias do antigo prédio cederam lugar ao vislumbramento, ao encantamento da população pela magnificência da construção. Preceitos pedagógicos, políticos, higienistas, arquitetônicos e da modernidade transpareciam na obra. A Figura XXV revela a imponência do Grupo Escolar Sílvio Romero e as preocupações acerca da higiene e da pedagogia moderna.



Figura XXV: Grupo Escolar Sílvio Romero em Lagarto. FONTE: Brasil (1959, p. 347).

A facúndia arquitetônica do Grupo Escolar Sílvio Romero demonstra que os edifícios escolares foram criados no intuito de cristalizar a imagem de escola como prédio público, solenemente exposto nas vias centrais das cidades. Os republicanos não queriam apenas desenvolver um espaço exclusivamente destinado ao ensino. O desígnio ia além. O fito da

¹⁴⁷ A historiografia sergipana é unânime em afirmar as condições precárias em que estavam as cadeias públicas de Sergipe desde a colônia até a República. Instalações precárias, elevado número de fugas, falta de higiene faziam parte do cotidiano de tais instituições. Sobre esse tema pode ser consultado Maria Thetis Nunes (1996).

ereção de prédios com características monumentais era demarcar um espaço e uma época, o espaço da escola e o tempo da República. Era necessário evidenciar os sinais da entrada no novo período histórico. Ao contrário das escolas isoladas disseminadas amplamente por todos os recônditos do estado, os grupos deveriam aparecer e permanecer. Eram construções que deveriam ter a perenidade como imputação.

No entanto, nem todos os prédios adaptados das prisões foram drasticamente modificados de sua estrutura arquitetônica original, como ocorreu com o Grupo Sílvia Romero. Em São Cristóvão, antiga capital de Sergipe e que estava passando por um processo de industrialização, o Grupo Escolar Vigário Barroso foi criado no edifício da antiga cadeia pública sem apresentar muitas alterações do traçado original. As características do barroco colonial permaneceram no sobrado da Praça da Matriz. Na mensagem de 1925, Graccho Cardoso disse que tinha transformado “a sombria masmorra de São Christovam no Grupo Escolar Vigário Barroso, um dos que melhor entendem com a aplicação dada” (SERGIPE, 1925, p. 14). A Figura XX expressa algumas discrepâncias entre o edifício do grupo de São Cristóvão e os das demais cidades. A escola localizava-se em um sobrado, sem jardins e pátios. É evidente que a marca da monumentalidade está presente na obra, pois o sobrado era um dos mais imponentes da cidade de São Cristóvão e a localização era altamente privilegiada, pois além de ficar na praça principal, estava situada defronte a igreja matriz.



Figura XXVI: Grupo Escolar Vigário Barroso em São Cristóvão.
FONTE: Brasil (1959, p. 459).

A metáfora de quartel seguiu os grupos ao longo de suas trajetórias. As vicissitudes política de Sergipe fizeram com que a contigüidade entre os grupos e os quartéis não ficassem restritos ao momento da criação das escolas graduadas. A primeira metade da terceira década do século XX marcou definitivamente a transformação de alguns grupos escolares em quartéis. Não era somente o quartel que poderia ser aproveitado como prédio escolar. A similitude era recíproca: um grupo escolar também poderia servir para alojar um quartel.

O caso elucidativo dessa situação ocorreu com o Grupo Escolar General Siqueira¹⁴⁸, que foi desalojado para a instalação do quartel da polícia militar. Certamente o prédio do Grupo General Siqueira era um dos mais imponentes de todo o estado de Sergipe e esse fato deve ter contribuído para a desocupação da escola. Cardoso justificou o ato alegando que:

Devido a premente necessidade, no Grupo Escolar General Siqueira foi alojado o Batalhão Militar do Estado, dada a imprestabilidade do quartel então existente. O governo já contractou, porém, com o constructor Hugo Bozzi, a elevação de um novo prédio em substituição à aquelle, respeitada em absoluto a antiga denominação, em homenagem ao illustre ex-presidente do Estado. As classes desse grupo foram temporariamente transferidas para o edificio do antigo Grupo General Valladão, hoje em dia Faculdade Livre de Direito Tobias Barretto (SERGIPE, 1925, p. 14).

As dependências de uma escola se enquadravam perfeitamente para a implantação de um quartel. Outro motivo que teria propiciado a transferência do Grupo General Siqueira foi a proximidade entre ele e os grupos Barão de Maruim e General Valadão, como já foi discutido anteriormente. O governo de Graccho Cardoso foi marcado pela criação de inúmeras instituições escolares e culturais, inclusive de ensino superior. Com isso, o Grupo general Siqueira acabou funcionando por muitos anos nas dependências do Grupo Barão de Maruim, o que fez gerar uma série de impasses administrativos.

Assim, o processo de modernização da capital era engendrado, com a transferência de instituições públicas e abandono de prédios decadentes, como o do antigo quartel nas proximidades do morro do Bonfim¹⁴⁹. Graccho Cardoso tentou modernizar a cidade de Aracaju a partir da criação de instituições culturais e afastando as mazelas que punham em

¹⁴⁸ O Grupo Escolar General Siqueira foi desocupado de sua antiga instalação

¹⁴⁹ O Morro do Bonfim localizava-se ao norte do centro da cidade de Aracaju (atualmente no local existe o Terminal Rodoviário Luiz Garcia. O morro foi demolido no governo de Leandro Maciel em 1955. Sobre a repercussão da demolição e as representações do morro do Bonfim na sociedade aracajuana pode ser consultada uma instigante investigação realizada por Josefa Nubia de Jesus Passos (2008).

risco o embelezamento da cidade. Com isso, ao transferir o quartel para as dependências do Grupo General Valadão e ao criar o presídio na saída da cidade, o governo estava cumprindo com um dos objetivos da República brasileira, que era afastar as mazelas sociais da área central da cidade. Observando a Figura XXVII percebemos a imponência do prédio que serviu como prisão e quartel e que foi abandonado em estado de ruína.



Figura XXVII: Antiga cadeia pública de Aracaju. FONTE: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe. RFI 0207.

O postal de 1909 apresenta o quartel em localização inóspita, afastado das construções da capital sergipana. No entanto, na década seguinte o crescimento populacional de Aracaju era evidente e se tornou necessário afastar as prisões dos arredores das construções civis. O quartel foi desmantelado e transferido para o prédio do Grupo General Siqueira.

Outra ocasião em que ocorreu uma simbiose entre os prédios escolares e os quartéis foi na eclosão do movimento tenentista, no governo de Graccho Cardoso. A instabilidade política fez com que as aulas fossem interferidas em alguns grupos que estavam na zona de influência dos rebelados. Sergipe passou por momentos difíceis no limiar do terceiro decênio do século XX. Foram sérias turbulências que ameaçaram naufragar a nau educacional sergipana em busca da civilização. Os espelhos da modernidade estavam ofuscados diante dos

impasses gerados pelas revoltas que ganhavam as ruas das cidades sergipanas. Mais uma vez a história educacional cruzou com o medo. As autoridades temiam a perda do controle, tão apreciado pelos republicanos, o desregramento geral da sociedade.

Os soldados sergipanos tinham que lutar. Não era uma luta contra o estrangeiro invasor, como previam algumas autoridades, mas sim, contra os revolucionários que romperam com a ordem pública. Temendo a invasão dos rebeldes pelas cidades do interior, Graccho Cardoso determinou que várias escolas dos municípios fossem ocupadas pelos soldados sergipanos, com o fito de assegurar a ordem. Na mensagem de 1926 o presidente de Sergipe justificou os problemas na esfera educacional alegando que “há de adiantar que em vários municípios, especialmente o de Annapolis, o Grupo escolar esteve ocupado durante mais de dois meses com as forças que alli estacionaram em defesa à provável invasão dos rebeldes” (SERGIPE, 1926, p. 81).

Entre 1924 e 1926 o caos rondou por Sergipe. O governo que tanto buscou realizar inaugurações pomposas e expor a criação de inúmeras instituições culturais por todo o estado ficou paralisado¹⁵⁰, inerte diante da ação dos tenentistas¹⁵¹. Em meio aos tiroteios a população deve ter permanecido apavorada com a situação de instabilidade da cidade de Aracaju. Os tenentistas rebelaram-se em Sergipe em 1924 e depois, no ano de 1926, em decorrência da repercussão da passagem da Coluna Prestes pelo norte da Bahia (o que justifica a ocupação do grupo escolar de Anápolis pelos soldados sergipanos). Nesta segunda revolta o governo agiu com veemência na tentativa de sufocar o movimento e o campo educacional também sofreu as implicações da revolta. O Grupo Escolar Barão de Maruim foi utilizado temporariamente como presídio para deter os rebelados. Mais uma vez a escola era transformada empiricamente num quartel, numa prisão para manter a ordem.

Foi somente após o apaziguamento da situação política do estado que a rotina educacional voltou a desenrolar de modo ameno. As ruas de Aracaju voltavam a apresentar as

¹⁵⁰ Um exemplo dessa estagnação das inaugurações ocorreu com o Cristo Redentor na cidade de São Cristóvão. A imagem, símbolo da modernização local e da reafirmação dos laços entre Estado e Igreja Católica teve sua inauguração adiada por inúmeras vezes em decorrência da ação dos rebeldes. Sobre a construção do Cristo redentor de São Cristóvão e o governo de Graccho Cardoso pode ser consultada a monografia de Josineide Santana (2000).

¹⁵¹ Sobre o tenentismo em Sergipe o historiador político Ibarê Dantas realizou uma pesquisa de fôlego e ponta para algumas questões que culminariam na Revolução de 1930. Segundo Dantas, “Em Aracaju, quatro oficiais, entre os quais o tenente Augusto Maynard Gomes, acompanhados de soldados, saíram da sede do 28º BC na madrugada de 13.07.1924, investiram contra o Quartel da polícia e Palácio, mataram dois sentinelas, prenderam o presidente do *Estado*, vários de seus auxiliares e formaram uma junta governativa” (DANTAS, 2004, p. 42).

características apazíveis e Sergipe poderia outra vez engendrar-se nos trilhos da modernidade. Contudo, os sinais das revoltas permaneciam à vista de todos e as autoridades se preocuparam de imediato, em apagar os resquícios da desordem que tinha assolado Sergipe em dois longos anos. Camadas de tintas republicanas cobriram a ação dos revoltosos, tentando inibir novas ações e repelir a memória revolucionária. Embora o governo tentasse encobrir esse passado recente de contestação, o ímpeto de luta estava avivado nos opositores, que a cada momento galgavam mais força no campo político local e minavam com o poder de Graccho Cardoso, que a cada dia perdia seus velhos aliados. A tinta não foi suficiente para fortalecer seu grupo político. Observe como ele informou sobre as reformas do Grupo Barão de Maruim após o fim do estado de sítio decretado devido às rebeliões tenentistas: “Recebeu também reforma geral na sua pintura externa e interna e em várias peças da respectiva esquadria, o Grupo Barão de Maroim, que servira de presídio a detentos por efeito do estado de sítio” (SERGIPE, 1926, p. 68).

Os imponentes grupos que serviriam para edificar corpos dóceis e construir a civilização brasileira estavam trancafiando revoltosos, impondo a ordem à sociedade sergipana. Seria essa mais uma atribuição dos grupos? Seria essa funcionalidade destoante da proposta educacional das escolas graduadas? Provavelmente não. A construção da ordem deveria ser impelida pela educação formal das escolas ou pela força repressora do Estado. A República brasileira nas suas quatro primeiras décadas soube muito bem como articular essa duas esferas aparentemente destoantes. Os grupos eram fábricas de corpos dóceis e a forma de fazer ou moldar esses corpos poderia ser o olhar atento das professoras, os passos impenetráveis da direção pelos corredores da escola ou a violência dos soldados vigilantes sobre os prisioneiros. Por algum tempo, nos momentos de paz ou guerra, os grupos escolares serviram como moldes do cidadão brasileiro.

3.4 Imagens da Modernidade

O homem faz a história ao longo do tempo vivido deixando marcas, sinais de sua passagem, indícios que um dia podem auxiliar os pesquisadores a desvendarem os mistérios que encobriram a época em que viveu. Sem tais sinais, o historiador não tem como agir, como perscrutar sobre o passado vivido. O investigador do passado precisa da matéria-prima para executar sua missão de analisar as investidas da sociedade ao longo do tempo, ele necessita

das pistas que a sociedade produziu e deixou, intencionalmente ou não, para serem delegadas ao futuro.

Aventurar-se pelo tempo é um dos convites impregnados no ofício do historiador. Todavia, é do saber do historiador que o passado em si é algo perdido no tempo, um bem precioso intangível. Para tentar entender o passado da humanidade é preciso encontrar os sinais produzidos por essa sociedade compreender os seus múltiplos sentidos, a simbiose entre as questões do tempo vivenciado pelo pesquisador e os problemas concernentes ao tempo estudado. Na perspectiva dos intelectuais do movimento dos Annales, a História é a filha de seu tempo, ou seja, o historiador estuda no passado aquilo que o incomoda no presente. O historiador francês Marc Bloch sintetiza a relação do pesquisador com o passado.

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparelhadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga ou recente, o que entendemos efetivamente por documentos senão um vestígio, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? (BLOCH, 2001, p. 73).

Sem vestígios que remetam o historiador ao tempo passado não há como realizar os estudos acerca do mesmo. O historiador é dependente das fontes deixadas pela sociedade para compreender os episódios ocorridos ao longo do tempo. Nas últimas décadas o leque documental do historiador foi ampliado. Na ânsia de compreender um universo investigativo de amplitudes nunca vista antes, com novos enfoques, problemas e temáticas, os investigadores se viram obrigados a ampliar seu arsenal de fontes na tentativa de reconstituir cenários e episódios mais próximos do vivido sem deixar de possuir o caráter dinâmico da sociedade, os cheiros, as cores e os sabores das épocas remotas. Se a história fala privilegiadamente dos mortos, a cena se reconstitui abordando a vida.

Em relação aos primeiros grupos escolares criados em Sergipe no limiar da Primeira República, mais especificamente entre os anos de 1911 e 1926, uma fonte privilegiada deixada pelos sujeitos dessa época foram as fotografias, ou seja, tentativas de registro das diferentes cidades sergipanas que evidenciavam os monumentos arquitetônicos que eclodiam em diferentes recônditos.

As duas novidades se espalhavam pelo menor estado brasileiro como ícones de uma modernidade que estava sendo edificada paulatinamente nas principais cidades. Eram sinais da criação de uma memória visual, de uma linguagem estética destinada à população, com propósitos de emocionar e delegar ao futuro a imagem de progresso vivenciado naquele momento. Os grupos escolares não eram apresentados à sociedade sergipana exclusivamente por meio de mensagens e da presença dos prédios nas ruas centrais da cidade. Eles também eram exibidos por meio de fotografias que viajavam por várias cidades do país, mostrando a modernidade que estava sendo edificada em Sergipe.

3.4.1 A Memória no Clique Mágico da Fotografia

Uma modernidade vislumbrada por muitos. Um sonho de progresso testemunhado por sujeitos em diferentes cidades sergipanas e estados brasileiros. Imagens que registraram pedaços de Sergipe que ingressavam nos trilhos da modernidade, seguindo os rumos do progresso, dotando a capital e as principais cidades do estado de beleza arquitetônica de estilo eclético com influência neogótica e principalmente neoclássica. Imagens, sonhos, representações e ideologias que viajaram o Brasil para mostrar um estado que estava sendo reconstruído sob os moldes da República. Eram as fotografias dos grupos escolares sergipanos enviados por intelectuais da terra para amigos e conterrâneos que se encontravam distantes.

A fotografia pode ser entendida como um universo a parte, por possuir características específicas no ato de registrar os episódios históricos. O olhar fotográfico produz ilusões, desperta entusiasmos e esparge paixões. Por possuir características tão especiais, o historiador deve tratá-las com atenção distinta, buscando evidenciar as camuflagens, os silêncios, as ausências, em suma, a carga de intencionalidade inerente no registro fotográfico. É preciso enxergar a fotografia como uma fonte histórica¹⁵², produzida pelo homem em determinada

¹⁵² Na recente historiografia educacional brasileira emergiu um movimento que vem privilegiando o uso de fotografias como fonte para as reflexões. Os textos apontam para a falsa transparência de conteúdo dos registros audiovisuais, enfatizando que o historiador “não pode desconsiderar a especificidade técnica de linguagem, os suportes tecnológicos e os gêneros narrativos que se insinuam nos documentos audiovisuais, sob pena de enviesar a análise” (NAPOLITANO, 2006, p. 238). Devemos lembrar que a fotografia carrega em si os sinais da socialização, seja dos alunos, seja dos professores e corpo administrativo. “As fotos não apenas detêm signos, os valores que a instituição valoriza como apresenta os afetos que nos envolvem e envolvem a própria escola” (LIMA, 2003, p. 43). Diante disso, cabe ao historiador saber desvendar os mistérios e segredos que envolvem o olhar fotográfico e, principalmente, discernir que “o grande desafio consiste em tomar as imagens como fonte de estudo, um material capaz de oferecer informações e contribuir para ampliar a compreensão sobre as instituições

época com propostas próprias de seu tempo. O olhar fotográfico deve ser questionado, inquirido sobre suas intenções, desconstruído em sua malha mnemônica. Antes de ser transformada em fonte histórica, a fotografia deve ser destruída pela crítica, desmistificada de seu poder de sedução.

O poder de sedução que a fotografia produz está relacionado com uma ilusão. Por registrar os eventos em determinadas situações, o historiador desatento pode incidir no equívoco de enxergar os registros fotográficos como uma cristalização dos eventos históricos. Seria um passado cristalizado e fidedigno que chegaria milagrosamente até as mãos dos pesquisadores, propiciando a tão sonhada contemplação do passado. Um encanto irresistível para o investigador sedento de contemplação, de sinais acerca de seu objeto. Seria esse um dos pecados aos quais os historiadores estariam tentados? Tudo indica que sim.

Realmente o poder fotográfico foi uma importante contribuição na ação dos historiadores, pois registra a cena sem esquecer de evidenciar os detalhes que poderiam passar despercebidos por um pintor. Para os pesquisadores ávidos pelo vivido e que desprezam os tão importantes modos de imaginar e representar o tempo vivido em diferentes épocas, a fotografia seria uma fonte superior as demais. Seriam as fotografias os portais mágicos que transportariam os historiadores para um passado sem as amarras da intencionalidade? Onde estariam escondidos os propósitos da época de produção da fonte, se as fotografias registram os fatos como eles realmente são? Seria possível enxergar o registro dos retratos como fontes na perspectiva dos Annales, com intenções e máculas do seu tempo?

Tais questões são de suma importância para adentrar ao universo da fotografia. É preciso saber que assim como qualquer registro documental, as fotografias também possuem uma intencionalidade que pode ser revelada pelos historiadores. As fotos são apenas um recorte do passado, visto meticulosamente para ser registrado e perpetuado. Elas exibem com detalhes todo um cenário e excluem todas as demais dimensões do seu entorno. Se um documento escrito pode revelar inúmeros aspectos de uma cena que nem sempre estão num mesmo plano, ou até mesmo uma pintura pode revelar situações que estavam presentes ou não, a fotografia só revela o que estava sob o enfoque da máquina fotográfica, o que foi enquadrado pelas lentes do fotógrafo.

Um clique mágico pode revelar muito mais do que o fotógrafo desejava. Os detalhes muitas vezes ignorados por diferentes gerações podem se tornar foco de interesse de outras, de acordo com a instância de cada época. Os olhares são treinados para enxergar o que é importante em cada momento histórico. Mas o olhar do fotógrafo também é orientado. Ele também está imbuído de intencionalidades e seu ofício deve ser observado pelo pesquisador.

Neste sentido, torna-se necessário adentrar ao universo de produção da memória no início do século XX, período em que a fotografia era uma novidade¹⁵³ e destinada a uma parcela relativamente restrita da população brasileira. Nos primeiros anos da fotografia nos grandes centros do país somente os eventos importantes¹⁵⁴ é que deveriam ser registrados. No âmbito educacional sergipano, percebemos que o olhar fotográfico privilegiou as imponentes escolas graduadas que se espalhavam nas principais cidades. Escolas modestas, como as isoladas não entraram no enfoque das lentes fotográficas sergipanas, ao menos nos acervos mais conhecidos¹⁵⁵.

O fotógrafo, em outros tempos mais conhecido como retratista, era contratado para reproduzir uma cena específica. Para isso o recorte deve ser entendido mais do que uma intenção, mas sim uma necessidade. Os retratistas de Sergipe no alvorecer do século XX tinham que atender às solicitações de seus respectivos contratantes, tentar fazer com que os contratantes ficassem satisfeitos. Além disso, eles tentaram imprimir em seus registros a modernidade que parecia emergir no seio da sociedade local. O todo da cena era um tanto

¹⁵³ A fotografia é uma invenção do século XIX e que alcançou popularidade nos primeiros decênios do século XX. Elas se tornaram objetos privilegiados na preservação da memória da sociedade, fosse de modo individual, coletivo ou institucional. Em relação aos registros fotográficos pode ser elencada uma série de tipologias, de acordo com a temática e o enfoque. Elas podiam ser de álbuns de famílias (com registros individuais ou coletivos), de vistas das cidades modernizadas e seu respectivo processo de embelezamento e os cartões-postais. Pode-se dizer que os acervos fotográficos foram constituídos, muitas vezes a partir da ação individual de certos sujeitos que se preocuparam com a recordação de momentos importantes de suas vidas e a escola, tornou-se aos poucos, um desses espaços preservados em recordações de álbuns fotográficos. Assim, entende-se “o valor afetivo que as pessoas nutrem pelas suas fotografias escolares guardadas junto com o álbum de família” (SOUZA, 2000).

¹⁵⁴ Em Sergipe encontramos fotografias que possuem um caráter elitista. Além de expressarem privilegiadamente os edifícios públicos e palacetes das cidades, as que possuem alunos destacam-se pela padronização. Tratavam-se de registros que lançavam o olhar sobre as festas escolares e a edificação de prédios imponentes para servirem como escolas. Podemos encontrar tais registros nos acervos de algumas instituições de pesquisa do estado, como o Memorial de Sergipe que possui os acervos particulares de Rosa Faria e Honorino Leal com fotografias das fachadas dos prédios escolares e vistas panorâmicas respectivamente das cidades de Aracaju e Capela. Outros retratos, de acesso mais restrito, estão nos acervos particulares de familiares de ex-alunos e principalmente, ex-professoras dos grupos escolares. Tais registros já apresentam os alunos nas salas ou perfilados defronte às escolas com as professoras e corpo administrativo ao lado.

¹⁵⁵ São em nível de importância respectivamente os acervos Rosa Faria e Honorino Leal, no Memorial de Sergipe (Universidade Tiradentes), da Biblioteca Pública Epiphânio Dória e o acervo particular da família de Leonor Telles de Menezes. Sobre este último acervo consultar Nivalda Menezes Santos (2006).

inatingível e certamente inúmeros aspectos da paisagem não deveriam transparecer na fotografia.

Com isso o olhar fotográfico era maculado pela exclusão. A presença de determinada cena sempre imbui na ausência de outras várias. A trama de batalhas entre o lembrar e esquecer não permanece imune ao olhar fotográfico. Fotografar era, acima de tudo, selecionar a parte que deveria ser lembrada diante do todo que deveria ser esquecido. Com isso, uma imagem possui mais silêncios do que vozes, mais ausências do que presenças. Em síntese, um documento imagético esconde mais do que revela. Percebe-se que tais atribuições são ponderáveis também aos demais registros documentais, o que significa dizer que a fotografia é e deve ser entendida como uma fonte para os historiadores, mas sem esquecer que são passíveis de questionamentos.

Em um documento imagético tudo pode ser denunciador da sociedade que o produziu. Se trata de tentativas de se forjar uma realidade desejada, de evidenciar um sonho que por um instante parece ser possível e que pode ser perpetuado por meio das lentes do fotógrafo. O pesquisador não pode esquecer que na fotografia muitos aspectos não passavam de uma montagem instantânea visando perpetuar uma imagem de seu tempo. A postura, o enfoque, as expressões faciais e corporais, a posição dos sujeitos, o ângulo, tudo isso deve ser desnaturalizado. Na fotografia o artificial era ingrediente fundamental, assim como qualquer documento, a fotografia pode expressar a proposta de um monumento: delegar uma imagem idealizada de si ao futuro. As imagens são propositais e muitas vezes exprimem não o vivido, mas o desejado.

Os flagrantes inesperados foram pouco comuns no início do século XX. Geralmente, as fotografias eram concedidas, e quase sempre, solicitadas. Por esse motivo, os retratos do início do século XX devem ser vistos como reconstruções simbólicas de uma época, que mesmo não expressando o que era vivido, apresentava o que era desejado, o que a sociedade esperava que se tornasse público. As representações daquele momento histórico estão presentes nos retratos, pois eles exibem justamente o que a sociedade daquela época deseja exibir. Sabe-se que cada época possui determinadas propriedades que lhes são próprias. Cada tempo cria suas necessidades e funções. Com a fotografia, ocorre o mesmo, pois as funcionalidades ingeridas no olhar fotográfico eram distintas e para desvelar os sentidos que propiciaram o registro é necessário empreender uma discussão acerca do fotógrafo, do

fotografado, do solicitante do serviço e até mesmo do suporte material da fotografia. Somente com tais dados se torna possível apresentar alguns escólios a respeito dos motivos que levam ao registro fotográfico.

Tais registros eram destinados a um propósito bem explícito. Delegar uma memória para ser exibida em diferentes localidades, evidenciando a modernidade que estava sendo construída em Sergipe no âmbito educacional por meio de seus monumentos públicos. Assim, fotografias que se tornaram cartões-postais¹⁵⁶ galgaram espaço na sociedade brasileira como a novidade do novo século e símbolo da emergente modernidade que despontava em alguns estados.

Além de entender os trâmites da produção da fotografia, inserindo a reflexão acerca de seus sujeitos (fotógrafo, fotografado e contratante), o historiador deve também inserir uma discussão a respeito da trajetória histórica do registro documental. É preciso saber não somente os motivos que fizeram com que o documento chegasse a ser produzido, mas também compreender os diferentes modos como o mesmo foi apropriado em diferentes situações e épocas. Mas como cumprir tal missão? Para empreender esse papel de investigador, buscando as minudências de sua fonte, o pesquisador deve extrapolar os limites da imagem. Ele deve debruçar-se sobre os versos a procura de evidências, de sinais que revelem os lugares pelos quais o documento passou, as mãos que o seguraram, enfim, os sujeitos que intervieram em sua trajetória.

Apesar dos avanços consideráveis no uso da fotografia como fonte para os estudos históricos, um sério problema ainda acomete as investigações científicas. Em muitos estudos a fotografia permanece sendo usada como mero elemento de ilustração¹⁵⁷, sem considerar suas

¹⁵⁶ Os cartões postais eram uma novidade na sociedade brasileira do período entresséculo. Eles tinham como principal característica exibir a beleza das paisagens urbanas dos principais países. Podemos entendê-los como imagens das localidades que percorriam por locais longínquos e tinham como finalidade delegar memórias: memórias do afeto pelo ente distante, das paisagens natais deixadas para traz, do progresso que adentrava nas principais cidades (econômico com as edificações imponentes e embelezamento e tecnológico com o próprio postal), das obras públicas e de seus administradores. Diante dessa circunstância, os postais produzidos ao longo da primeira metade do século XX podem ser utilizados em diferentes perspectivas pelos historiadores na tentativa de interlocução do passado. São fontes que podem tornar o passado inteligível em múltiplos aspectos como o das relações sociais, do afeto, da família, das instituições públicas, da modernidade, das viagens e, no referido caso, da arquitetura dos grupos escolares. Diante disso, é de grande valia o uso da “invenção dos austríacos de 1866, os cartões-postais”, (GRAÇA, 2002, p. 19) como fonte histórica.

¹⁵⁷ Isso ocorre quando o registro fotográfico é utilizado de modo descontextualizado, muitas vezes sem correlação direta com a discussão empreendida pelo autor. Neste sentido, a fotografia é utilizada somente como elemento de ilustração, sem relevância alguma para a compreensão do objeto estudado, ou seja, se torna algo totalmente dispensável na narrativa histórica. A fotografia é uma fonte histórica e deve ser usada como tal,

possibilidades de reflexão como texto, ou seja, as fotografias são preteridas diante do texto escrito, visto como fonte mais importante. A historiografia educacional recente vem mudando esse panorama a partir do uso da fotografia como fonte e tem possibilitado interpretações instigantes. Um desses casos são os textos produzidos por Stela Almeida sobre a cultura escolar do Colégio Antônio Vieira em Salvador a partir dos registros fotográficos.

Segundo Stela Borges de Almeida, os impasses de natureza epistemológica mais usuais na investigação científica estão ligados à compreensão: “imagens enquanto captura e preservação de instantes congelados (...); imagens enquanto representação, cujo caráter é de máscara do real (...) e as relações que se estabelecem entre o *operator* (o sujeito do fazer), o *spectator* (o referente) e o *spectrum* (o sujeito do olhar)” (ALMEIDA, 2002, p. 24). Enveredar pela seara das fotografias incumbe em tentar lobrigar as possibilidades de questionamentos e os sujeitos envolvidos em sua trajetória. É importante frisar que, na pesquisa histórica o sujeito que pode fazer o documento falar é o historiador. Somente ele pode questioná-lo e interrogá-lo de acordo com os propósitos de sua averiguação.

3.4.2 Retratos de Uma Cidade Moderna

Nas primeiras décadas do século XX as principais cidades sergipanas estiveram sob as lentes das câmaras fotográficas. A novidade do artefato tecnológico encantava por seu místico poder de registrar os cenários com grande poder de fidedignidade. Os palácios e praças de Aracaju e das cidades do interior tornaram-se alvo dos cliques dos fotógrafos e o resultado desses registros foi a constituição de acervos que se tornaram importantes elos para a compreensão da sociedade sergipana daquela época. Por esse motivo, as fotografias devem ser lidas na situação de documento. É preciso identificar os elementos intrínsecos à sua produção e a relação com os observadores e os objetos fotografados.

Os grupos escolares foram ao longo desse período um dos principais alvos dos cliques dos fotógrafos que atuaram no cenário sergipano. A modernidade de Sergipe era sintetizada por meio dos seus edifícios que se impunham no cenário urbano das cidades de destaque econômico no estado, traduzindo a ânsia de exibição. Diante disso, podemos enxergar o olhar fotográfico como uma expressão dos discursos que estavam sendo

produzidos no limiar republicano na esfera educacional. Todavia, os ensejos de registro de determinado prédio pelas lentes fotográficas exprimiam também pretextos explícitos ou não. Discutir a questão da fotografia como registro da memória incumbe em entender os propósitos que conduziram a produção dessa memória, pois se sabe que todo documento carrega em si uma intencionalidade.

Da documentação fotográfica utilizada nesta investigação, quatro acervos foram de fundamental importância¹⁵⁸. Além de identificarmos os acervos dos quais os registros documentais iconográficos são provenientes, é preciso entender os possíveis ahaques que levaram a sua produção. Se o homem sempre age de acordo com seus interesses, com um propósito determinado, na produção da memória esse desígnio deve ser desmistificado. É evidente que o escopo desta investigação não é realizar um estudo a respeito das fotografias sergipanas do início do século XX, mas sim compreender o discurso arquitetônico dos grupos escolares a partir de tais registros.

Assim, os primeiros registros fotográficos dos grupos escolares sergipanos que sobreviveram às investidas do tempo são os do acervo Rosa Faria¹⁵⁹. Trata-se de fotografias tiradas pela mesma ou, na maioria das vezes, encomendada pela artista para que fossem

¹⁵⁸ Ao longo da pesquisa utilizamos quatro acervos fotográficos para identificar os grupos escolares edificadas entre 1911 e 1926. O principal deles certamente foi o Acervo Rosa Faria, pertencente ao Memorial de Sergipe, no qual encontramos mais de cem fotografias da paisagem urbana de Aracaju, das quais, 35 enfocam a temática educacional. Na mesma instituição encontra-se o acervo Honorino Leal, que apresenta uma considerável produção fotográfica acerca dos monumentos da cidade de Capela, com 44 fotografias de grande relevância, pois apresentam diferentes perspectivas da cidade, principalmente no que concerne aos edifícios, monumentos e praças públicas. No decorrer da pesquisa tivemos relativa dificuldade em localizar as fotografias referentes aos grupos escolares dos demais interiores do estado. Por conta disso, buscamos os documentos apresentados em investigações de cunho histórico produzidas na época em foco. O fito dessa procura foi localizar fotografias que tivessem como foco os grupos escolares sergipanos na época de sua produção, o que pôde propiciar a leitura dos registros como documentos de época. Clodomir Silva (1920), além das informações acerca dos primeiros edifícios criados até 1920 destinados aos grupos escolares, fornece ilustração dos imponentes grupos. Essas fontes foram de primacial relevância na reflexão crítica dos documentos, pois auxiliou em uma das tarefas mais árduas, que foi a datação das fotografias. Outra obra que nos forneceu um acervo de fundamental importância foi a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), que possuía algumas fotografias mais antigas e outras originárias do final da década de 50 do século XX. Foram esses registros que subsidiaram a comparação dos prédios escolares em dois períodos distintos, possibilitando a compreensão da localização e trajetória das diferentes instituições escolares. Além desses quatro acervos, também consultamos fotografias utilizadas em pesquisas realizadas por outros pesquisadores. Um desses registros foi localizado por Anne Emílie Souza de Almeida e tinha como foco o Grupo Escolar João Fernandes de Brito. As demais fotografias fazem parte do acervo particular da família da professora Leonor Telles de Menezes que foram utilizadas por Nivalda Menezes Santos em sua pesquisa do Mestrado em Educação (SANTOS, 2006).

¹⁵⁹ O acervo Rosa Faria é constituído por fotografias, estampas, cartões postais e pinturas executadas pela artista plástica natural de Capela. O seu foco principal é a cidade de Aracaju, que foi fotografada inúmeras vezes por ângulos distintos para que servisse de inspiração à artista, modelo para a constituição de suas obras plásticas. Entre os focos mais registrados estão os prédios escolares edificadas no início do século XX, que por sua monumentalidade e apelo à modernidade parecem ter encantado e prendido a atenção da artista da “Princesa dos Tabuleiros”, Capela (PINA, 2008).

utilizadas como inspiração para o trabalho artístico. Com isso, as fotografias encomendadas por Rosa Faria tinha um propósito explícito, que era criar modelos de imagens da cidade de Aracaju para serem reproduzidas em suas obras plásticas. Por serem um dos temas mais significativos nos embates da intelectualidade e da política sergipana no período estudado, os prédios escolares se tornaram um dos principais objetos das lentes fotográficas encomendadas pela artista capelense.

Podemos perceber que as fotografias dos grupos produzidas no referido período tem como característica central a busca pela monumentalidade. Mesmo as construções dos grupos escolares já serem por si mesmas imponentes, os retratistas tentavam fazer com que a magnitude das construções aparecesse em seus registros mnemônicos. Com isso, Aracaju era representada por meio de fotografias como uma cidade moderna cercada de fortalezas em que se desenvolveriam as novas técnicas de ensino. A capital sergipana era apresentada ao país não por meio de sua população, mas sim com seus edifícios públicos que se impunham nos logradouros e teciam a imagem de modernidade.

Os grupos emergiram dentro do contexto de modernização das cidades e sua exibição consistia em uma tentativa de apresentar os avanços dessa modernidade à população que vivia em outras localidades ou até mesmo em Sergipe. Eram registros que estavam em consonância com o discurso que pregava as proezas do progresso educacional na constituição da nacionalidade pautada no patriotismo, na eloquência da arquitetura dos prédios públicos.

Isso explica em parte o privilégio dado aos prédios públicos pelos fotógrafos de Sergipe no início do século XX. Cidades como Aracaju eram apresentadas ao público por meio de seus edifícios públicos imponentes e com traçado moderno, o que evidenciava que o progresso tinha adentrado às terras sergipanas.

A eloquência discursiva das fotografias transparece claramente no registro fotográfico reproduzido na obra de Clodomir Silva (1920). A fachada com características semelhantes a de uma fortaleza foram ressaltadas pelo fotógrafo que a registrou pelo ângulo inferior, dotando-a de uma perspectiva monumental.



Figura XXVIII: Fachada do Grupo Escolar General Siqueira. FONTE: Silva (1920, p. 151).

Pelo ângulo escolhido pelo autor da fotografia, o Grupo General Siqueira aparece no cenário da capital como um grande edifício, majestoso, sóbrio e dotado de traços de um castelo com linhas clássicas. A aparência é de um gigante estendido nas ruas centrais da cidade. No entanto, a retórica arquitetônica não se restringe ao prédio. Na fotografia tem mais aspectos desempenhando a função de tornar a construção mais imponente. No lado esquerdo inferior aparece discretamente a figura de um personagem anônimo, que parece não desempenhar função alguma. Seria então o registro desse anônimo fruto de um descuido? Certamente não. O sujeito posicionado estrategicamente na lateral do prédio possui grande

relevância para a perspectiva e relativismo da magnitude da construção. O sujeito desempenha a função de figurante do ator principal, que no referido caso era o prédio escolar. Diante dos grupos, as pessoas ficavam pequenas. O poder republicano era expresso em sua totalidade. Diante disso, torna-se significativo analisar o enfoque escolhido pelo retratista, o ângulo pelo qual o edifício escolar foi registrado. No caso do Grupo Escolar Gumersindo Bessa, em Estância, os figurantes mais uma vez emergem na fotografia, por meio do registro dos transeuntes defronte ao prédio escolar, denotando a magnitude do prédio pela referência a insignificância da população que circula diante da construção. A Figura XXIX explicita a destoante relação entre os edifícios escolares e a população das cidades sergipanas.



Figura XXIX: Grupo Escolar Gumersindo Bessa em Estância. FONTE: Brasil (1959, p. 302).

Essas fotografias devem ser observadas atentamente, pois trazem em si os sinais do imaginário da época. A população circulando defronte ao prédio não consistia em risco ao aprendizado dos alunos, pois as janelas elevadas e os porões sob a edificação tornavam-se um valioso mecanismo de evitar os desvios dos olhares infantis. Localizado na principal praça de Estância, o grupo escolar promovia o ensino dentro dos desígnios exigidos na época, com espaço amplo, arborizado, iluminado e ventilado. O imaginário povoado de doenças, epidemias e medo do desregramento social também pode ser vislumbrado nos registros

fotográficos, pois eles constituíam provas concretas de que o Estado estava provendo ações na tentativa de minorar os efeitos dos maus costumes ainda persistentes na sociedade sergipana. O ideal de civilização estava imbuído nas fotografias que foram produzidas no fito de testemunhar os avanços na construção da civilidade, do progresso, da moralização da conduta do povo.

Diante desse contexto, as façanhas das administrações eram exibidas em diferentes momentos. Desde os projetos, até a conclusão das obras os prédios escolares eram divulgados, sem esquecer-se de mostrar a execução. As pequenas ilhas de civilização não poderiam permanecer no silêncio. Na retórica republicana, como já vimos, a visibilidade era uma necessidade notória. As obras públicas serviam para promover o novo regime político do país e, principalmente, a imagem dos seus representantes. Os presidentes do estado de Sergipe não ignoraram esse poder de apelo das obras educacionais e as utilizaram em larga escala como instrumento de propaganda.

Um caso elucidativo da propaganda dos administradores do estado de Sergipe foi o governo do coronel Pereira Lobo. Sua administração coincidiu com as comemorações¹⁶⁰ do primeiro centenário da emancipação Política de Sergipe¹⁶¹ e ele usou desse momento de celebrações para projetar suas ações na esfera da administração do estado. Até as plantas dos grupos que ainda seriam construídos eram expostos na imprensa e em obras encomendadas pelo governo. Um exemplo disso é o Álbum de Sergipe, de Clodomir Silva, que expõe a planta do Grupo Escolar de Estância, como elucida a Figura XXX.

¹⁶⁰ Em 1920 foi celebrado o centenário da Emancipação Política de Sergipe com pompa e desfiles cívicos das escolas de Aracaju. Para comemorar o centenário de independência, o governo estadual solicitou a um dos principais intelectuais sergipanos da época para realizar uma obra que sintetizasse a história local no último século. Assim Clodomir Silva elaborou o Álbum de Sergipe, que apresenta o estado como se fosse um álbum de família, destacando os diferentes aspectos da sociedade local e um panorama geral do estado em 1920, no qual se percebe alguns elogios a administração de Pereira Lobo. Segundo Itamar Freitas (2007, p. 168), a obra fora pensada “para rememorar os fastos do centenário da independência de Sergipe, difundir e imortalizar a ação patriótica e modernizadora do governo de Pereira Lobo”.

¹⁶¹ Até 1820 Sergipe era uma capitania subalterna a da Bahia. Foi após a Revolução Pernambucana de 1817 que D. João VI decretou no dia 8 de julho de 1820 a emancipação política de Sergipe frente a capitania baiana. Todavia, o primeiro governante da nova capitania só foi designado no dia 24 de outubro do mesmo ano. Sobre o processo de emancipação política de Sergipe pode ser consultada a obra que é referência na historiografia sergipana de Felisbelo Freire (1977), como também os textos de Maria Thetis Nunes (1996; 2000).



Figura XXX: Planta do Grupo Escolar de Estância (Gumersindo Bessa) FONTE: Silva (1920, p. 204).

A difusão da escola graduada em Sergipe foi um importante veículo de propagação das personalidades políticas locais. A preocupação não permanecia circunscrita ao clique fotográfico. Era necessário divulgar esses registros em larga escala, tornar evidente as ações dos governos na proliferação de escolas modernas, no alastramento da civilização. Os artefatos da modernidade, câmaras fotográficas e prédios suntuosos tinham como incumbência fortalecer os laços identitários regime/governo/povo. Contudo, as fotografias por si só não eram capazes de conduzir as imagens da modernidade para algures. Era necessário investir na construção de representações que extrapolassem as divisas do estado, que informasse à sociedade brasileira das efígies monumentais que estavam sendo erigidas nas ruas de Sergipe. A resposta foi a disseminação dos cartões postais.

Imagens que viajaram o mundo e transportaram discursos a terras alhures. Imagens que tentaram consolidar a representação de modernidade que adentrava às principais cidades brasileiras, mesmo que tardiamente. Os cartões postais podem ser lidos como discursos de uma época em que as cidades estavam sendo exibidas na situação seguidoras do progresso. O século XX tinha iniciado no Brasil sob a expectativa da mudança e da modernização. As principais cidades iniciaram o processo de transformação dos seus centros urbanos, com

procedimentos de higienização que visavam limpar os corpos e a moral da sociedade brasileira, moldando o cidadão desejado, apto para a defesa da pátria e para o trabalho sem os riscos de desvios de conduta.

Os republicanos usaram de diferentes estratégias na tentativa de sufragar uma nova memória para o país, de legitimar a imagem de uma nação que estava caminhando para o progresso. Já vimos que essa caminhada foi lenta e repleta de avanços e retrocessos assim como toda época. Paulatinamente, a memória monárquica foi cedendo lugar aos monumentos republicanos, idealizando uma nação. Os nomes do velho regime foram escamoteados pela emergência de heróis criados pela República do Brasil. Na propagação do novo regime e de seus focos de edificações, os cartões postais se tornaram um dos ícones adotados pelas lideranças política e econômica de Sergipe. Na difusão da imagem de um Brasil idealizado, as fotografias em postais se tornaram um dos veículos mais utilizados.

Podemos tentar compreender os postais como um discurso que circulou por diferentes cidades e estados, transmitindo a imagem de uma cidade idealizada, com seus monumentos que a tornavam digna de ser observada. O aspecto mnemônico dos postais não pode ser negligenciado. Em todos seus ângulos percebe-se a questão de delegar imagens e transmitir o sentimento de lembrança. São fragmentos das cidades que se deslocavam pelo país.

Geralmente postais tinham como finalidade divulgar os monumentos das cidades, exibir o processo de modernização, tornar evidente a chegada do progresso nas cidades. Pode-se dizer que os postais eram as vitrines da cidade de Aracaju¹⁶² para os demais estados brasileiros. Todavia, são esses registros que possuem informações que são de grande relevância para a compreensão do processo de produção da memória a respeito dos grupos escolares que estavam sendo implantados no estado de Sergipe. Como todo documento, as minúcias de produção devem ser desmistificadas, para que as intencionalidades atreladas ao mesmo se tornem explícitas. Aracaju tornou-se alvo dos holofotes e símbolo da modernidade em Sergipe.

¹⁶² Na pesquisa de campo somente conseguimos localizar cartões postais relativos aos grupos escolares de Aracaju. Por esse motivo, ao se tratar desse artefato mnemônico o enfoque recai somente sobre o aspecto de disseminação dos grupos na capital sergipana. É provável que no processo de divulgação da modernidade o olhar fotográfico dos postais tenha se restringido a Aracaju, por ser capital e representar todo o estado. Ainda que tenham existido postais relativos aos monumentos públicos das cidades interioranas de Sergipe, certamente seriam fruto de ações isoladas e não de uma preocupação oficial da política local.



Figura XXXI: Grupo Escolar Dr. Manuel Luís. Fonte: Acervo Iconográfico Rosa Faria. Memorial de Sergipe RFI 00200048-2

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Entre 1911 e 1926 o estado de Sergipe passou pelo burburinho das inaugurações de palacetes que paulatinamente foram modificando a paisagem urbana de suas principais cidades. A modernidade pedagógica passou a ser um dos principais focos nos embates políticos e na imprensa local. Era o momento da implantação dos primeiros grupos escolares nas terras sergipanas, despertando paixões, encantamentos e uma série de polêmicas.

Em duas décadas foram implantados 14 instituições em prédios suntuosos que tinham entre seus propósitos evidenciar a população a atenção dada pelos republicanos à esfera educacional. Concomitante ao processo de modernização das principais cidades sergipanas, os grupos escolares foram incorporados aos cenários urbanos, tornando-se ícones do progresso, da ordem e do desejo de civilidade.

A modernidade não foi usufruída por toda população sergipana. Apesar dos alardes na imprensa e nas falas de presidentes do estado, a propagação dos grupos escolares em Sergipe foi lenta e repleta de momentos de estagnação, motivadas tanto pelas situações de instabilidades na economia, como também em decorrência da resistência gerada pela oposição aos grupos escolares. Apesar das inúmeras benesses atribuídas ao modelo de escola graduada ele não foi unanimemente aceito.

As polêmicas acerca da criação dos grupos tiveram como ponto central os elevados custos das obras. Edificar prédios monumentais para abrigar as aulas de ensino primário gerou inúmeras críticas, pois era necessário não somente legitimar o regime com a construção de prédios imponentes, mas também difundir o ensino primário na tentativa de aumentar o número de eleitores. A República já estava implantada, mas ainda restava conquistar a democracia. Uma solução para esse impasse foi a criação de novas escolas isoladas. Justamente o modelo de ensino alvo das maiores críticas republicanas, quase sempre associadas ao período imperial, tornou-se um valioso instrumento na promoção de novos eleitores, ou seja, na consolidação do regime republicano. A democracia era construída nos bancos das escolas.

O ensino primário sergipano passou por dicotomias. De um lado emergiam os poucos exemplares dos majestosos grupos escolares, em localizações privilegiadas, com o propósito de exibir os avanços proporcionados pelo novo regime político do país, a atenção dada pela

República ao universo educacional. Do outro, foram difundidas as escolas isoladas, por várias cidades, vilas e povoados de Sergipe, em situações estruturais criticadas, mas cumprindo com uma das primazias do discurso republicano: combater as elevadas cifras do analfabetismo.

Assim, emergiram na trama educacional dois modelos distintos de ensino primário, com finalidades distintas. Enquanto os grupos escolares eram construídos com características grandiosas visando encantar os olhos da população, exibir as proezas de um novo regime político, as escolas isoladas desempenhavam a função de legitimar a República por possuir o maior número de alunos, principalmente, nas localidades mais distantes do centro político administrativo dos principais centros urbanos de Sergipe. No enredo educacional republicano a lembrança e o esquecimento foram instrumentos importantes na construção de uma representação para os republicanos.

Diante desse processo de difusão dos grupos, as lideranças locais buscaram atrelar seus nomes aos novos monumentos que eram erigidos. Foi uma tentativa de se criar uma memória nos moldes republicanos, vangloriando os heróis que estavam associados ao regime. A memória republicana foi tecida também sob os auspícios dos grupos escolares. Nomenclatura de instituições e salas de aula, escudos nas fachadas, aulas expositivas e retratos de governantes contribuíram na difusão de uma memória criada sob os moldes desejados pelos adeptos do novo regime.

No mesmo compasso, as críticas à monarquia também se sobressaíram, mesmo que em alguns casos os alvos de tais críticas se tornaram soluções tangíveis para os impasses que emergiam. Visando acelerar o processo de construção dos grupos escolares, vistos como instrumentos que encaminhariam a população à civilização, progresso e modernidade, surgiram propostas de edificar prédios mais simples, menos onerosos aos cofres públicos. Foi uma proposta vencida. Os grupos permaneceram imponentes até 1926, tornando visível inúmeros discursos que sobressaíam em sua eloquência arquitetônica.

As preocupações do início do século XX transpareciam nas construções. Idéias do higienismo, da pedagogia moderna e dos militares eram elucidadas em diferentes aspectos das construções. Os grupos foram construídos no intuito de inserir um ideal, de evidenciar as transformações que estavam ocorrendo ou que deveriam ocorrer no seio social brasileiro. Eles tinham como um dos intuitos fornecer os subsídios na formação de um cidadão moldado para

ter asseio pelo trabalhador, pela pátria e pela ordem. Para que tal propósito se tornasse possível, foi necessário que o prédio escolar se adequasse aos novos preceitos. A arquitetura escolar dialogou passou a representar os interesses de diferentes sujeitos envolvidos com o universo educacional sergipanos.

Desse modo, a República se fazia mostrar com a exuberância monumental da arquitetura dos prédios, evidenciando a sobriedade rigidez e ordem. Nos prédios ecléticos de inspiração neoclássica os valores republicanos eram exibidos com distinção, destacando-se em meio ao casario simples do centro das cidades sergipanas. Eram espaços criados com o fito de cultuar os novos heróis, de criar e legitimar uma nova memória política para o país.

Nas salas racionalmente divididas dos grupos deveriam ser difundida a civilização no Brasil. Pautadas nos subsídios da pedagogia moderna, as professoras dos grupos escolares se tornariam ícones de um modelo de instrução transsubstanciado na exibição. Eram as musas e sacerdotisas da instrução, atuando no seu palco principal, nos templos do saber sob o olhar perscrutador de diferentes sujeitos, como o corpo administrativo, inspetores e em algumas ocasiões até mesmo da imprensa. Era uma vigilância que pretendia combater os maus-costumes, no mesmo compasso em que difundiam o conhecimento das primeiras letras. Os palcos eram adequados para a atuação do corpo docente formado nos moldes da pedagogia moderna. Os grupos eram espaços racionalizados com ensino seriado em salas amplas, claras, ventiladas. Tudo visando aperfeiçoar o aprendizado e evitar as tentadoras distrações dos alunos. Os amplos corredores e janelas poderiam ainda possibilitar a efetivação da vigilância por parte do corpo administrativo.

Com tamanha vigilância e racionalidade em ocasiões distintas os grupos escolares foram comparados aos quartéis. Sergipe assistiu ao longo da segunda e terceira décadas do século XX a uma instigante relação de proximidade entre a escola e o quartel. Os velhos prédios que serviram como prisões no século XIX sucumbiram diante da emergência das imponentes construções dos grupos, enquanto alguns grupos escolares foram desalojados para abrigar os quartéis. Escola e quartel permaneciam no mesmo patamar de importância, pois eram instrumentos valiosos na constituição do patriotismo e de controle dos corpos dos sujeitos, da racionalização da conduta moral.

A racionalidade era de fundamental relevância para engendrar a modernidade. Por esse motivo dois ícones entraram em confluência: o grupo escolar e a fábrica. Os grupos escolares acompanharam os trilhos do progresso, sendo instalados em cidades que possuíam relevância política, econômica e social. Vilanova, Propriá, Estância, São Cristóvão e Aracaju tiveram grupos criados nas proximidades das fábricas de tecidos, muitas vezes financiados pelos industriais. Isso não denota que a escola graduada tenha emergido em Sergipe como apêndice do trabalho fabril, mas ressalva que eles acompanharam o percurso da modernidade. Tanto as fábricas como os grupos eram elementos difusores da modernidade.

Com a investigação a respeito da arquitetura dos grupos escolares de Sergipe entre 1911 e 1926 algumas das facetas desse modelo de instituição foram discutidas. Mas o enredo é complexo. O caminho a ser seguido ainda é muito longo. Inúmeros aspectos ainda aguardam pelo desvendamento, de pesquisadores obstinados a descortinar a penumbra que ainda encobre o universo dos grupos escolares. A relação entre os grupos escolares e as escolas isoladas é um ponto a ser analisado. Do mesmo modo, que ainda emerge a necessidade de se realizar um estudo comparativo a respeito da arquitetura dos grupos escolares criados em diferentes épocas, visando evidenciar os motivos que levaram a redução das dimensões e da imponência arquitetônica a partir da década de 30 do século XX. Isso sem esquecer que também pode ser realizada uma instigante incursão sobre a difusão das escolas rurais em Sergipe.

As portas estão abertas para novos pesquisadores. Navegar pelo universo dos grupos escolares é uma escolha que requer paciência e traquejo com as fontes, afastando-se da inevitável sedução. Os primeiros navegadores nos idos da década de 90 do século XX exibiram o quanto pode ser fascinante viajar pela esfera da infância nos primeiros momentos escolares. Muitos olhares ainda podem ser lançados e muitas das afirmativas e certezas precisam ser revistas. Os grupos escolares de Sergipe ainda podem ser alvo de inúmeras revelações.

A difusão dos grupos escolares em Sergipe ocorreu pautada em grandes festas solenes. A partir de 1926 o burburinho das festas quase que desaparecem. Os desfiles de alunos fardados rumo a inaugurações deixam de fazer parte do cenário das principais cidades de Sergipe. Teve início uma época de instabilidade e renovação do panorama político nacional e local. Os grupos escolares só retornariam para a trama educacional sergipana como

objeto a ser difundido em meados da década seguinte. Mas esse era um novo capítulo da história educacional de Sergipe.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Rachel Duarte. A Fotografia além da Ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma de Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930**. Belo Horizonte: Argumentum; São Paulo: CNPq/USP, 2008.

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de. “A Instrução Pública em Sergipe na era da Modernidade: analisando a trajetória dos grupos escolares”. In: **V Semana de Educação & II Encontro Regional de Educação**. São Cristóvão: UFS, 2005.

ALMEIDA, Anne Emilie Souza de; BERGER, Miguel André. “A reunião pedagógica do Grupo Escolar José Augusto Ferraz”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

ALMEIDA, Maria Rita de Cácia Aquino. **Protestantes versus católicos em Pedrinhas, 1930-1950**. Estância, 2002, 81 f. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

ALMEIDA, Stela Borges de. Iconografia de instituições escolares: a escola primária pública nas imagens fotográficas. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 4. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2002. p. 98-108.

_____. **Negativos em vidro: coleção de imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930**. Salvador: EDUFBA, 2002.

ANDRADE, Élia Barbosa de. **Trilhas da co-educação e do ensino misto em Sergipe (1842-1889)**. São Cristóvão, 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

ANDRADE, Maria Cleide Leite. **Epidemia, Medo e Devoção: aspectos devocionais no município de Campo do Brito-SE (1910-1915)**. São Cristóvão, 1999. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja católica em Sergipe (1831-1926)**. São Cristóvão. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). POSGRAP, NPCCS, UFS.

ANDRÉ, Marli. “A Jovem Pesquisa Educacional Brasileira” In: **Revista Diálogo Educacional**. Vol. 6, n. 19 Curitiba: PUCPR/Compagnat, 2006.p.11-24.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: traços de uma história**. Aracaju: ADGRAF, 2005.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do Leitor Colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

ARIÈS, Philipe. **História Social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Nos Majestosos Templos de Sabedoria**: a implantação dos grupos escolares em Aracaju. São Cristóvão. 2003. 148 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

AZEVEDO, Fernando de. “As origens das instituições escolares”. In: **A Cultura Brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1996, p. 545-601.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **A construção do herói**: leitura na Escola de Assis (1920-1950). São Paulo: UNESP, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões-postais. In: LEITE, Rogério Proença (org.). **Cultura e Vida Urbana**: ensaios sobre a cidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. p. 107-128.

BARRETO, Luís Antônio. Simão Dias: fragmentos de sua História. In: CARVALHO DÉDA, José de. **Simão Dias: fragmentos de sua História**. Aracaju: J. Andrade, 2008.

_____. **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os Padres de D. José**: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). São Cristóvão. 2004, 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

BARROS, Armando Martins de. A Escola vai ao Correio: os cartões-postais sobre educação no Distrito Federal do início do século. In: **Pesquisa Histórica**: retratos da educação no Brasil. UERJ, 1996. p. 13-17.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. “Desfiles Patrióticos: Memória e Cultura Cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903-1971)”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). São Paulo: FAPESP/ Mercado das Letras, 2006.

_____. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 68-77.

_____. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 95-140.

_____. Arquitetura escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 103-128.

BERGER, Miguel André. “A Prática pedagógica e avaliativa no cotidiano dos grupos escolares”. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Problemas de educação escolar e extra-escolar**. São Cristóvão-SE; Editora UFS, 2005, p. 63-100.

_____. “Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade”. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol.11. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2005. p. 51-68.

_____. “O Grupo Escolar Dr. Manuel Luís”. In: **VII Semana de História da UFS**. São Cristóvão: DHI/UFS, 2004. p. 94-103.

_____. **A instrução primária em Sergipe na era da modernidade**: analisando a trajetória dos grupos escolares. São Cristóvão. 2006. 29 f. Relatório (Pesquisa Fap/CNPq). UFS.

BLOCH, Marc. A Observação Histórica. In: **Introdução à História**. 4ª Ed. Lisboa: Europa/América, 1977. p. 47-72.

_____. **Apologia à História**: ou o ofício do historiador. Trad. José Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “O Mercado de Bens Simbólicos”. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 99- 181.

BRANDÃO, Zaia (org). **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A intelligentsia Educacional** – Um percurso com Paschoal Lemme, por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista-SP: IFAN – CDAPH/EDUSF, 1999.

_____. **Pesquisa em Educação**: Concursos com pós-graduandos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

BUFFA, Ester & PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas. 1893- 1971. São Carlos- SP: Brasília: EDUFSCAR, INEP, 2002.

BUFFA, Ester. “Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas.” In: NASCIMENTO, Isabel Moura [et.al.] (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2007. p. 151-164.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é História Cultural**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Testemunha Ocular**: História e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3ª Ed. Aracaju: Banese, 2002.

CALASANS, José. O ensino Público em Sergipe: 1830-1871. In: **Revista do IHGS**. Aracaju: IHGS, 1951.

CAMARGO, Marilene Jorge Guedes. **Coisas Velhas**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Edunesp, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume-Dumá, 1996.

_____. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica**: higiene e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998.

_____. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcus Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 291-309.

CASTANHO, Sérgio. “Institucionalização das Instituições Escolares: final do Império e Primeira República no Brasil.” In: NASCIMENTO, Isabel Moura [et.al.] (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2007. p. 39-58.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Universidade/UFRS, 2002.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COELHO NETO. A Escola. In: **Correio de Aracaju**. Ano V, nº 519. Aracaju, 22-02-1911.

CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. “Ensino Superior em Sergipe: contribuições da Escola de Química de Sergipe”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da**

Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Pedagogia de Internar:** uma abordagem das práticas culturais da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967). São Cristóvão, 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, UFS.

CORREIO DE ARACAJU. **Correio de Aracaju.** Aracaju. 10-07-1917, nº 2083.

____. **Correio de Aracaju.** Aracaju. 10-10-1922, nº 3527.

____. **Correio de Aracaju.** Aracaju. 14-10-1917, nº 3530.

____. **Correio de Aracaju.** Aracaju. 18-11-1917, nº 2188.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1977.

CRUZ, Maria Madalena da Silva. **A Trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918-1945).** São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História). UFS, CECH, DHI, PQD II.

CUNHA, Marcus Vinícius. Apresentação In: CUNHA, Marcus Vinícius (org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas-SP: Autores Associados. Araraquara-SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. p. 01-02.

DAMÁSIO, Márcia da Silva. **Arquitetura dos grupos escolares e a configuração de práticas corporais nas primeiras décadas do século XX – Estado do Acre.** In: www.cbce.org.br/cd/resumos/217.pdf Acesso em 24-08-2007.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe:** República (1989-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

____. **O Tenentismo em Sergipe:** da revolta de 1924 à revolução de 1930. 2ª Ed. Aracaju: JAndrade/Funcaju, 1999.

____. **Coronelismo e Dominação.** Aracaju: UFS-PROEX, CECAC, 1987.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Diário da Manhã.** Aracaju. 06-09-1922, nº 2578.

____. **Diário da Manhã.** Aracaju. 09-07-1917, nº 1816.

____. **Diário da Manhã.** Aracaju. 03-11-1918, nº 2133.

_____. **Diário da Manhã**. Aracaju. 04-11-1917, nº 1909.

_____. **Diário da Manhã**. Aracaju. 18-11-1917, nº 1920.

DÓRIA, Epiphânio. Intendentes e prefeitos de Aracaju na República. In: **Revista de Aracaju**. Aracaju, 1943.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. 3ª ed. Trad. Dulce Ramos. São Paulo: Ensaios; Campinas; UNICAMP, 1994.

DUBY, Georges. **História artística da Europa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma História dos Costumes. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ESCOLANO, Agustín. “Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo”. In: **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

ESTADO DE SERGIPE. **Estado de Sergipe**. Aracaju. 07-07-1917, nº 5227.

_____. **Estado de Sergipe**. Aracaju. 10-07-1917, nº 5229.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. A Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150. LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. O espaço escolar como objeto da História da Educação: algumas reflexões. In: **Revista da Faculdade de Educação**. Vol. 24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

FEBVRE, Lucien. **História**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

FEITOSA, Adriana Madja dos Santos. “Escola primária na província do Ceará: organização e formação docente” In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

FONTES, Amando. **Os Corumbas**. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

_____. **Rua de Siriri**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do Povo Sergipano**. Aracaju: Governo do estado de Sergipe, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANCO, Maria Laura. **Análise do conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Petrópolis-RJ: Vozes; Aracaju: Governo de Sergipe, 1977.

FREIRE, Firmo. Pronunciamento na Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: **Correio de Aracaju**. Aracaju. 10-07-1917, nº 2083.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: FAP-SE, 2003.

_____. Cultura Escolar, Práticas Educativas e Profissão Docente: os balanços no campo da História da Educação. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. p.67-76.

_____. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 4. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2002. p. 45-65.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na Casa de Sergipe - 1913**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FREITAS, Marcos Cézar de. Para uma sociologia da infância no Brasil. In: FREITAS, Marcus Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 11-18.

GAMBOA, Sílvia Sanchez. “Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica”. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvia Sanchez (orgs.) **Pesquisa Educacional**: quantidade-qualidade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 84-111.

GIL, Antônio Carlos. “Como classificar as pesquisas?” In: **Como fazer projetos de pesquisa**. São Paulo: MP, 1991.

GINZBUG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e História. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Santa Inquisição. Trad. Maria Betânia Amorosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GÓES, Cristian. Capela, a rainha dos tabuleiros. In: CINFORM. **História dos Municípios**. Aracaju: Cinform, 2002. p. 50-54.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica; FCH-FUMEC, 2006.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Das escolas mistas industriais aos grupos escolares: a educação do operário viabilizada na Companhia Taubaté Industrial (CTI) e divulgada pelo CTI Jornal (1937-1941). In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 18. Campinas-SP: Autores Associados, 2008. p. 119-136.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 519-550.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon**: Ginásios na Aracaju dos anos dourados. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

_____. **De Maçaranduba a Industrial**: história e memória de um lugar. Aracaju: FUNCAJU, 2005.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da Primeira República**: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1929). São Paulo, 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade. PUC-SP.

GUARANÁ, Armino. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica, 1925.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Introdução: a Invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 09-23.

HOORNAERT, Eduardo. **História do Cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº 1, jan/jun. Campinas-SP: SBHE, 2001, p. 10-36.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 469-496.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O Primeiro Jardim de Infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)**. São Cristóvão. 2004, 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFS, POSGRAP, NPGED.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: carreira de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Adilza do Espírito Santo. O industrial Thales Ferraz: atitudes e percepções da população aracajuana. In: **Revista de Aracaju**. Ano LX. Nº 10. Aracaju: FUNCAJU, 2003. p. 141-150.

LIMA, Aristela Arestides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense**: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). São Cristóvão, 2005. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, POSGRAP, NPGED.

LIMA, Gláriston dos Santos. **A cultura material escolar**: desvelando a formatação da instrução de primeiras letras na província de Sergipe (1834-1858). São Cristóvão. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, POSGRAP, NPGED.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Hosenilde Vasconcelos. “Fundação do Grupo Escolar Guilhermino Bezerra e Práticas Educativas”. In: **V Semana de Educação & II Encontro Regional de Educação**. São Cristóvão: UFS, 2005.

LIMA, Mayumi W. Souza. **A cidade da criança**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Arquitetura e educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LIMA, Solyane Silveira. “Uma maneira de proteger e educar: a Casa Maternal Amélia Leite”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

LIMA, Wayza (et. al.). Notas Sobre os Álbuns Fotográficos e suas Imagens com Motivos Escolares. In: BARROS, Armando Martins de (org.). **Breves notas ao ensino de História da Educação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2003. p. 43-60.

LUNA, Sergio. “O falso conflito entre tendências metodológicas” In: **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Collegio Tobias Barreto**: escola ou quartel (1909-1946). São Cristóvão. 2003, 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, POSGRAP, NPGED.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 131-214.

MELO, Valéria Alves. **As Filhas da Imaculada Conceição**: um estudo sobre a educação católica (1915-1970). São Cristóvão, 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, POSGRAP, NPGED.

MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, Memória e História**: possibilidades, leituras. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2004.

MONARCHA, Carlos “Arquitetura escolar republicana: a Escola Normal da Praça e a construção de uma imagem de criança”. In: FREITAS, Marcus Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 101-140.

MOTA, Apulchro. 24 de Outubro. In: **Diário da Manhã**. 26-10-1922, nº 2616.

NAGLE, Jorge. **A Educação e a Sociedade brasileira na Primeira República**. São Paulo: EDUC/EDUSP, 1974.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassaneze (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-289.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana (org). **Grupos Escolares**. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas-SP. Mercado das Letras, 2006. p. 153-172.

_____. **Memórias do Aprendizado**: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Catavento, 2004.

_____. **A Escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da Infância pobre sergipana no século XX**: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. São Cristóvão, 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFS, POSGRAP, NPGED.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: História e cultura. São Paulo: Editora da PUC, 1981, p. 7-28.

NORONHA, Olinda Maria. "Historiografia das Instituições Escolares: contribuição ao debate metodológico." In: NASCIMENTO, Isabel Moura [et.al.] (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2007. p. 165-176.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da Ação**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2000.

_____. (Des) Encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.371-398.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O Ensino Secundário e a Sociedade Brasileira**. 2ª Ed. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

_____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Sergipe Provincial I**. 1820-1840. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de filosofia de Sergipe (1959-1968)**. São Cristóvão, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) NPGED, POSGRAP, UFS.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do distrito federal (1926-1940)**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). USP/FAU.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. "O ensino primário em Sergipe na Primeira República (1889-1930)". In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org). **Problemas de educação escolar e extra-escolar**. São Cristóvão -SE: Ed. UFS, 2005, p. 27-62.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses. Considerações sobre as figuras de professores régios de línguas clássicas e modernas: notas para o estudo das origens da profissão docente no Brasil (1759-1809). In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol. 5. São Cristóvão-SE: UFS?NPGED, p. 103-124.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1989): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PASSOS, Josefa Nubia de Jesus. Noites de diversão: Intervenções governamentais na Zona do Bomfim em Aracaju (1937-1955). In: **II Simpósio Anônimos na História**. Aracaju: UFS/IHGS, 2008.

PATRÍCIO, Solange. **Educando para o Trabalho: a Escola de Aprendiz e Artífices de Sergipe (1910-1930)**. São Cristóvão, 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

PEREIRA, Soleide dos Santos. **Memórias da juventude estudantil do Colégio Estadual Murilo Braga em Itabaiana/SE: 1977-1984**. Itabaiana. 2002, 90 f. Monografia (Licenciatura em História). PQD, DHI, CECH, UFS.

PERES, Eliane. Discursos Pedagógicos e Práticas Escolares: a trajetória de uma pesquisa histórica sobre a escola pública primária gaúcha. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **A Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. p. 103-139.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A relíquia: contos e crônicas**. Aracaju: Info graphics, 2008.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas-SP: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002.

PIKOSZ, Lausane Corrêa. **A Higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da História de uma disciplina escolar (1917-1932)**. Curitiba, 2007. 161 f. (Dissertação em Educação). UFPR.

PORTO, Fernando. **Cidade de Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. 2ª Ed. Aracaju: SEEC, 1991.

PRADO, Giliard da Silva. **A História gravada no bronze: o monumento a Fausto Cardoso**. São Cristóvão, 2006. 56 f. Monografia (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís: do indizível ao dizível”. IN: **Ciência e Cultura**. v. 39, n.º. 3. São Paulo: CERU/USP, 1987.

RIBEIRO, João. Registro Literário. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1933.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: Edufpi, 2000.

SAMPAIO, Prado. **Sergipe: artístico, literário e científico**. Aracaju: Imprensa oficial, 1928.

SANFELICE, José Luís. “História das Instituições Escolares.” In: NASCIMENTO, Isabel Moura [et.al.] (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas-SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa-PR: UEPG, 2007. p. 75-94.

SANTANA, Angélica de Jesus. “Em busca de imagens da cultura escolar em Aracaju nas primeiras décadas do século XX”. In: **V Semana de Educação & II Encontro Regional de Educação**. São Cristóvão: UFS, 2005.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As Febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: S. E, 2005.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Em novos tempos de fé**: aspectos das mudanças na igreja e religiosidade popular católica em São Cristóvão Sergipe (1911-1926). São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Acácia Cristina do Nascimento. **Protestantismo X Católicos**: os embates ocorridos em Aracaju no primeiro quartel do século XX. São Cristóvão, 2002. 48 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Ana Paula de Jesus. **O embate ideológico entre católicos e protestantes na cidade de Laranjeiras no final do século XIX**. 1885-1886. São Cristóvão, 2005. 56 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Clézia Oliveira Caetano. **A Reação Católica à implantação da primeira igreja presbiteriana de laranjeiras (1880-1900)**. São Cristóvão, 1997. 43 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECh, UFS.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **“Hygiene, saúde e beleza”**: preocupações eugênicas nos periódicos sergipanos de Aracaju (1910-1920). São Cristóvão, 1999. 110 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Geane Correa dos. “Impressos como fontes para a história da Educação”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

SANTOS, Isabel de Carvalho. **Colégio Estadual Murilo Braga, Itabaiana-SE (1949-1999)**: uma contribuição à sua história. Itabaiana. 2002. 137 f. Monografia (Licenciatura em História). PQD, DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do Silêncio**: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim. São Cristóvão, 2005a. 113 f. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

_____. “Olhares vigilantes sobre o ensino primário aracajuano: o caso do Grupo Escolar Barão de Maroim (1917-1950)”. In: **Revista de Aracaju**. Ano LXI, nº 11. Aracaju: Funcaju, 2005b. p. 103-123.

_____. “O Grupo Escolar Barão de Maroim”. In: **Cadernos UFS: História da Educação**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2005c. p. 79-90.

_____. “Educação, civismo e poder: o Grupo Escolar Barão de Maroim e as festas cívicas de Aracaju”. In: **Cadernos UFS: Ciências Sociais**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006. p. 115-130.

_____. Desastre de Ano Bom: tristes lembranças da festa de Bom Jesus dos Navegantes na cidade Aracaju em 1911. IN: **Caderno do Estudante**. Nº 4. Vol. São Cristóvão-SE: UFS, 2006.

_____. “Impasses da República das letras: Izabel Esteves de Freitas e as escolas isoladas (1927-1932)”. In: **Anais VI Semana Nacional de Educação**. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2008.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **Sob o Signo da Peste: Sergipe no tempo de cholera (1855-1856)**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Unicamp.

SANTOS NETO, João Alves dos. **Grupo Escolar “Severiano Cardoso” e seu pioneirismo na educação de Boquim**. Aracaju, 2002. Monografia (Graduação em Pedagogia).

SANTOS, Nivalda Menezes. **O Celibato Pedagógico Feminino em Sergipe nas Três Primeiras décadas do século XX**. Uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes. São Cristóvão, 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

SANTOS, Sandra Maria dos. **A trajetória educacional em Capela: a experiência das missionárias da Imaculada Conceição (1929-1999)**. Propriá, 2002. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação). PQD II, DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Vera Maria dos. **A geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. São Cristóvão, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 423-512.

SEBRÃO SOBRINHO, José. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju, 1954.

SERGIPE. **Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1919**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1921**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928.

_____. Regulamento da Instrução Pública do Estado. In: **Collecção de leis decretos do Estado de Sergipe de 1916**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918.

_____. Programma para o curso primário nos Grupos Escolares e escolas isoladas do Estado de Sergipe. In: **Estado de Sergipe**. 15-02-1917, nº 5123.

_____. Programma para o curso primário elementar e regulamento do Instituto de Chimica de 1924. In: **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. 21-12-1924, nº 1470. APES, Educação, E⁶ 1220, doc. s/n.

_____. **Programma de Linguagem**. APES, Educação, E⁶ 1220, doc. s/n.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 06, vol. 85.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 07, vol. 86.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1926, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 16ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1926. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 08, vol. 87.

_____. **Mensagem do presidente de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1916, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 12ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1916. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 10, vol. 76.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1917, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura**. In: **Estado de Sergipe**. Aracaju. 11-09-1917, nº 5279.

_____. **Mensagem do presidente de Sergipe Manuel Prisciliano Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1918, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 13, vol. 79.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1919, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 01, vol. 80.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1920, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 02, vol. 81.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1921, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da**

14ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 04, vol. 83.

_____. **Mensagem do presidente do estado de Sergipe Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1922, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1922. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 05, doc. 05, vol. 84.

SEVERINO, Joaquim. “Consolidação dos cursos de pós-graduação em Educação: condições epistemológicas, políticas e institucionais”. In: FAZENDA, Ivani. **Conhecimento, Pesquisa e Educação.** Campinas-SP: Papirus, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil:** República: da Belle Époque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7-48.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe.** Aracaju: Governo de Sergipe, 1920.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A formação da elite intelectual sergipana (1822-1889).** São Cristóvão, 2004. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED-POSGRAP-UFS.

SILVA, Márcia V. da. **O Grupo Escolar “General Valadão”:** reflexo da renovação educacional. Aracaju, 2002. Monografia (Graduação em Pedagogia).

SILVA, Saulo Henrique Souza. **Aracaju:** entre a evolução urbanística e a diversidade arquitetônica. São Cristóvão: UFS, 2009. Disponível em <http://www.ufs.br/?pg=artigo&id=87> Texto retirado no dia 13-03-2009.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. “Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina”. In: VIDAL, Diana (org). **Grupos Escolares.** Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas-SP. Mercado das Letras, 2006. p. 341-376.

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster:** os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). São Cristóvão, 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

SOUZA, Cristiane Vitorio de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930):** São Cristóvão, 2001. 210 f. Monografia (Graduação em História) DHI, CECH, UFS.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas-SP: Autores Associados; Araraquara-SP: PPGEE-FCL/UNESP, 2000. p. 3-27.

SOUZA, Sirlene Cristina de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. “O processo de escolarização no Estado moderno: singularidades do Grupo Escolar Dom José Gaspar em Ibiá, MG (1930-1945). In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses no Federalismo Brasileiro:** Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: UFS, 1985.

SZYMANSKI, Heloísa (org). **A entrevista na Pesquisa em Educação:** a prática reflexiva. Brasília: Plano, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: MP, 2002.

WYNNE, José Pires. Cidade Moça. In: **Diário de Sergipe.** 19-03-1949.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gynastica como práticas educativas dos corpos das crianças no ensino primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALADÃO, Manuel Prisciliano Oliveira. Discurso proferido na inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: **Estado de Sergipe.** Aracaju. 10-07-1917, nº 5229.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre Livros e Agulhas:** representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931). Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

_____. **Civilizar, regenerar e higienizar:** a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio de Andrade (1911-1935). São Cristóvão. 2006, 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED-UFS.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e seus Mestres:** a educação doméstica como uma prática das elites do Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: PUC-Rj, 2004.

VEIGA, Cinthia Greive. “Educação Estética para o povo”. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cinthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 399-422.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As Lentes da História:** estudos da história e historiografia da educação no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

_____. Escola Nova e o Processo Educativo. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 497-518.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. “Impressos como fonte e objeto de investigação para a história da Educação”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio. “Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões”. In: **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. 2^a ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. El espacio y El tiempo escolares como objetos históricos. In: **Contemporaneidade e Educação**. Nº 7. Rio de Janeiro: IEC, 2000. p. 100-101.

_____. **Tiempos Escolares, tiempos sociales**: la distribución del tiempo e del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Ariel, 1998.

WARDE, Mirian Jorge. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcus Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 5^a ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 311-332.

WOLFF, S. F. Santos. **Espaço e educação**: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). USP/FAU.